

ROMARIO MARTINS

HISTÓRIA
DO
PARANÁ

3.^a EDIÇÃO

Digitalizado por 316FF em 20110427



Editora **GUAIRÁ** *Limitada*
CURITIBA - S. PAULO - RIO

1 — DEFINIÇÃO GERAL

O conjunto de circunstâncias que definem o meio físico de um país, exerce influência, por vezes decisiva, no seu destino.

Isso explica este capítulo.

No Paraná a curva excessivamente reentrante da costa, fez com que a navegação dos primeiros séculos após o descobrimento não procurasse os portos das nossas baías, senão excepcionalmente, como por exemplo, a arribada da nau de Hans Staden, do Superaguí, em 1548. O próprio Pero Lopes com sua esquadra de exploração, em 1532, passou ao largo da barra de Paranaguá ao explorar a costa de S. Vicente ao Rio da Prata.

A Serra do Mar, confinando o advena na orilha atlântica, até que os caminhos facilitassem os transportes pela bruta das escarpas, fez com que o povoamento do planalto e o seu desenvolvimento se fizessem com lentidão.

Enquanto isso Paranaguá, com os recursos das suas minas de ouro, prosperou tanto quanto São Paulo, até a segunda metade do século XVIII (1767), e foi mais importante que Curitiba, já capital da Província, pelo menos até que a estrada de ferro (1886) rompesse a serra da Graciosa.

Guarapuava é outro exemplo. Com todas as possibilidades para ser uma imponente e movimentada metrópole e tendo a consciência disso, pois que em 1853 pretendeu ser a capital da Província que então se constituiu na 5.^a Comarca paulista, — sua situação ao poente da Serra Geral dificultou, até agora, sua comunicação com a capital e com o mar, e, assim, o seu progresso.

E aí está a montanha dificultando a expansão social e economica de dois planaltos paranaenses.

Por sua vez os rios, no Paraná correm de léste a oéste, e embora de pouca utilidade para a navegação comercial de-

vido a corredeiras e outros empecilhos, — se tivessem suas barras no mar teriam influído para o progresso do interlan-
de.

O campo e a floresta, não somente decidiram de nossa existência como de nossa índole. Nos primeiros tempos fomos criadores e tropeiros e todas as nossas antigas cidades do planalto tiveram origens nessas atividades dos nossos antepassados.

O nosso homem do campo, porém, encontrou na floresta mais fácil exploração de riquezas e se fez extrator de ervamate, e, depois, também de madeiras.

Em todas essas atividades fizeram-se fortunas. Mas as explorações extrativas requerem cuidados e previsões que não temos tido, e, assim, os pinheiros cada vez ficam à maior distância e suas explorações se vão tornando anti-econômicas e os hervais nativos entraram em crise de exploração após terem constituído a nossa maior riqueza em movimento.

O clima, esse é indiscutível fator. Como modificar dos tipos étnicos, notadamente os exóticos, facilitando-lhes ou não a adaptação, e, assim, influindo no desenvolvimento histórico.

Tudo isso é certo e de geral observação. Resta averiguar, porém, “até que ponto e de que maneira a constituição externa de uma região influe sobre os destinos dos seus moradores” — como diz Oliveira Martins nas *Raças Humanas e a Civilização*, pois em toda a obra realizada pelo homem à superfície do planeta, há sempre a visível influência dos variados fatores da terra, do mar e do ar, — “mas há também o cunho indelevel do fator humano que, colocado em face das possibilidades locais, levou a efeito essa mesma obra, com elas, sem elas ou mesmo contra elas”. (Amorim Girão, *Lições de Geografia Humana*, Coimbra).

A Geografia Humana ou das Regiões Geo-humanas, é ciência nova, que se encontra ainda em estado de elaboração. De *échantillonnage*, como escreveu P. Deffontaines.

A simples explanação dos fundamentos já observados e admitidos por essa nova ciência, divide as regiões geográficas pelas possibilidades que elas concedem ou negam aos seus habitantes. Em síntese: — o trabalho humano é um contrato com a terra.

Nas condições desse contrato distinguem-se as seguintes, como principais: — “a) a terra dá tudo ao homem e nada lhe pede; — b) a terra nada dá e nada pede; — c) a terra dá mais do que pede; — d) a terra pede mais do que dá”. (Amorim Girão, obr. cit.).

As desigualdades dos grupos humanos derivam, pois, da desigual adaptação aos diversos meios. É do autor citado acima esta lição: — “Não há raças superiores e raças inferiores, mas parcelas de humanidade diversamente adaptadas a meios geográficos mais ou menos favorecidos”.

2 — A SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

O Paraná, ante-penúltimo Estado meridional do Brasil, está situado entre as latitudes de 22° 28' e 26° 43' e entre as longitudes ocidentais de 4° 48' e 11° 30' do meridiano do Rio de Janeiro.

— Seus pontos extremos atingem, ao N. o Salto do Diabo, no Rio Paranapanema, situado no paralelo do Rio de Janeiro; ao S. os Campos de Palmas, nas nascentes do Rio Jangada;; a L. o Oceano, na barra do Aio Ararapira; e a O. o Rio Paraná, no porto de Itaquitê.

— “Na sua latitude, escreve o ilustrado paranista capitão Altamirano Nunes Pereira, — encontram-se na América do Sul parte do Paraguai, da Argentina e do Chile; na Oceania a Australia, as ilhas Nova Caledonia, ilhas de Tonga e da Sociedade; na África, Madagascar, Transval, Moçambique, Orange, Natal e Pamaraland.

— “Na mesma longitude há parte dos Estados de Minas Gerais, Goiaz e Pará, no Brasil; e da Groelândia na América do Norte”. (Aut. cit. *O Estado do Paraná*, na Revista Militar do Brasil).

3 — AS BAÍAS E OS PORTOS

A mais importante é a de Paranaguá, que generaliza o nome ao conjunto de baías do Paraná, exceção da de Guaratuba.

São baías, perfeitamente caracterizadas:

— das Laranjeiras — da Ponta do Pasto, às extremidades da costa interior de Antonina e de Guaraquessaba;

— dos Pinheiros — entre a península de Superaguí, Guaraquessaba e Ilha das Peças;

— de Ibofetuba, entre a Ilha do Mél, Ilha Raza da Cotinga e a costa interior de Paranaguá;

— de Paranaguá, que fica ao sul da das Laranjeiras e se estende até Antonina; e

— de Guaratuba, ao sul, entre 25° 52' de latitude e 5° 20' de longitude, com um canal a suéste e outro ao sul, ambos de pouca profundidade, principalmente o primeiro.

— A baía de Paranaguá em seu conjunto tem uma superfície de sete mil e duzentos hectares e é das mais vastas do Brasil. Sua penetração no continente atinge cinquenta quilômetros, com uma largura de vinte.

— As distâncias entre os portos de Paranaguá e Antonina e os do Rio de Janeiro e de Santos, são:

Rio de Janeiro a Paranaguá	344 milhas
Santos a Paranaguá	142 milhas
Paranaguá a Antonina	15 milhas

— Dos portos os mais importantes são os de Paranaguá e de Antonina. O primeiro com um cais de atracação, dos melhores do país, construído na operosa administração do Interventor Sr. Dr. Manuel Ribas.

Qualquer navio que entre a barra de Paranaguá, pode atracar no novo cais.

As condições das barras são:

Barra do Norte

Calado mínimo	21	pés
Maré média	25 ½	"
Maré máxima	30	"
Nas marés de Lua cresce	7	"

Barra de Suéste

Calado mínimo	17 ½	pés
Maré média	21	"
Maré máxima	26	"
Nas marés de Lua cresce	7	"

Barra do Sul (não balizada)

Mínima	14	"
Média	19	"
Máxima	23	"

— Do porto D. Pedro, em Paranaguá, ao porto de Itapema, em Antonina, o canal tem 15,20 e 26 pés.

4 — LITORAL E A RIBA DO PARANÁ

O litoral paranaense está situado entre os paralelos austrais de 25° e 26°. O limite norte é o rio Ararapira, que alcança o mar aos 25° 20' e o limite sul é o rio Sahí que desagua no mar aos 26°.

Em estudo sobre o litoral e a riba do Paraná, escreveu o ilustre paranaense, capitão de fragata Didio Costa, para a *Revista Naval Brasileira*:

“A riba do Paraná se acha, aproximadamente, entre os paralelos de 22° 30' e 25° 30', com a raia do rio Paranapanema ao norte e a do rio Iguassú ao sul, um e outro tributários do caudaloso e extenso rio Paraná.

O primeiro é um limitado trecho da imensa orla litoral do Brasil, recortado largamente, entretanto, desde os canais de acesso às suas baías, na direção das ilhargas das serras de Cananéa, da Virgem Maria, da Prata, abrindo-se ali os distendidos remansos de Paranaguá e Guaratuba, duas das maravilhas do aspecto alpestre das terras litorais do país.

A segunda é toda a riba esquerda do rio Paraná, cujas águas lavam as pedras da Serra dos Dourados e correm pelos abismos da Serra de Maracajú, onde o prodígio do Salto das Sete Quedas atrôa e resplende, prosseguindo o rio pelas planícies argentinas, já avolumado por outros tributos, como o Iguassú, em cujo leito, a poucas voltas da foz, as quedas de Santa Maria constituem mais uma maravilha do planeta perdida na solidão da selva.

O litoral e a riba extremam, segundo os paralelos, uma das mais belas e fecundas regiões do Brasil, com o caminho, que é o mar, para todas as partes do mundo, à dextra; à sinistra, com o caminho, que é o soberbo rio Paraná e seus tributários, ao amago do continente, regando terras de cinco povos.

A costa brasileira inflete, repentinamente, para oéste e sudoéste, em Cabo-Frio e depois até Paranaguá, de maneira que nesta paragem se encontra a menor distância entre o mar e as águas do rio Paraná, dentro do território brasileiro.

Com caminhos que vão longe, na bacia do histórico Paraná, com tantos caminhos a léste, quantos os da rosa dos ventos, na parte oceanica do globo, quasi se não aproximam a riba e o litoral por vias internas. Estas virão, como têm vindo, lentamente. Tendo a civilização avançado do mar para o oéste, galgou uma serra, varou campos a perder de vista e parou. Pelo norte, atingiram as ferrovias o rio Paraná, em

S. Paulo, e de lá todos descem até Guaira, contornam saltos gigantescos e tomam outros barcos adiante.

Mas as vias internas, as mais rápidas, as mais breves e expeditas, no duplo aspecto estratégico e comercial, aproximando a riba e o litoral, ainda estão à mingua de impulso, não obstante a opinião unanime, a vontade geral de governantes e habitantes da região.

Houve um momento de preocupação no país, quando a vida continental foi salpicada do sangue da guerra, momento em que a região paranaense absorveu as atenções dos estadistas do Império. As águas do litoral e da riba do Paraná foram cuidadosamente estudadas. Verificaram que eram profundas, amplas e seguras. Uma rodovia transpôs a Serra do Mar, de Antonina ao planalto, e logo uma ferrovia, a partir de Paranaguá, modelando um padrão de glória da engenharia nacional, coleava pelos flancos da serra, estirada e caprichosa entre os seus abismos, num cenário estupendo, desde as ramadas da baixada até aos pinhais do planalto curitibano.

Exploradores ilustres atingiram o rio Paraná em todas as direções. Havia uma grande vontade de estabelecer comunicação rápida entre as fronteiras ocidentais e o mar. A ferrovia prosseguiu, indo aos Campos Gerais, até Ponta Grossa, onde ficaram as pontas dos trilhos. Ultimamente, uma nova tentativa de avanço para o ocidente estacou a breve trecho. Mas os governantes e os habitantes da região querem avançar.

Querem avançar, estreitando vigorosamente a riba ao litoral, porque as comunicações entre as águas do mar, naquela região, entre aqueles paralelos, representam, na singeleza da sua concepção e na grandeza do seu alcance, a solução, simultaneamente, de instantes problemas estratégicos”.

5 — O RELEVO DO SÓLO

A extensão superficial do Paraná é de 199.897 quilômetros quadrados, divididos, quanto ao relevo do sólo, em duas regiões bem distintas: — a de *Serra Abaixo*, chamada genericamente *da Marinha* — e a de *Serra Acima* ou do *Planalto*, onde a feição topográfica mais característica consiste na sua divisão em três grandes terraços terminados a L. por outras

tantas escarpas, na seguinte ordem de sucessão, de L. para O.:

Terraço Oriental, ou de Curitiba.

Terraço Central, ou dos Campos Gerais.

Terraço Ocidental, ou de Guarapuava.

— As serras do Paraná pertencem ao massiço Atlântico ou Oriental Brasileiro, que forma três sistemas orográficos distintos, obedecentes de formações geológicas, funções fisiográficas e juxtaposição mais ou menos definidas: — a Serra do Mar, a Serra Geral e a Serra da Mantiqueira. (Esta não ocorre no Paraná).

A *Serra do Mar* é a mais importante da orografia paranaense, por constituir a orla oceânica do planalto. Desenvolve-se do Rio Paraíba, ou pouco mais ao norte, ao Rio Grande do Sul, onde inflete para o interior.

Suas denominações parciais são várias, tendo, entre outras, as seguintes, no Paraná, a partir do Norte:

Serra de Santa Maria

Serra do Cabrestante

Serra dos Orgãos

Serra do Cubatão

Serra de Araraquara

Com essas e outras denominações locais se estende ao longo da costa meridional brasileira nas direções principais de N. E. - S. O. nas extremidades e de N. - S. na parte central.

Suas altitudes principais são de 2.230 metros ao N. (Pedra do Assú, na Serra dos Orgãos, Distrito Federal) e de 1.810 ao Sul (Pico do Marumbí, na Serra da Graciosa). Suas gargantas de acesso ao planalto se encontram em alturas que variam de 800 a 1.000 metros, sendo de 955 no tunel mais elevado da E. de F. do Paraná. É constituída de rochas cristalinas do arqueano brasileiro, granitos, gneiss e chistos.

A Serra do Mar, atravessa o Estado entre os rios Pardo e Ararapira, na linha de limite com S. Paulo, e se ramifica nas serras Negra, Tacoarí, da Virgem Maria, da Graciosa, do Itupava, da Prata, de Araracoára, de S. Miguel, do Cubatão, (onde está situado o Morro do Ikrim, limite com Santa Catarina), além de outras de importância secundária. Constitue-se de gneiss, granitos e eruptivas que caracterizam o embasamento das formações geológicas das serras paranaenses; assume notáveis elevações de formas cônicas e dentadas, tendo por ponto culminante o Pico do Marumbí, a 1.810 metros, e variando a altitude dos seus numerosos penedos entre 1.000 e 1.500 metros.

Serra Geral — No sistema interior das serras do Paraná avulta um outro encadeamento que se origina entre as cabeceiras dos rios Tubarão e Araranguá (Rio Grande do Sul); com a denominação de Serra Geral e que avançando para o N. atravessa o Estado nas proximidades das nascentes orientais do Rio do Peixe e prossegue até ao Iguassú com o nome de Serra do Espigão (Porto da União); segue-se-lhe, à direita do Iguassú, a Serra da Esperança que vai até ao Paranapanema, penetrando no Estado de S. Paulo com o nome de Serra da Fartura.

Divide as águas entre as bacias dos tributários diretos do Atlântico e dos tributários do Rio Paraná. O Iguassú e o seu afluente Rio Negro, são as únicas exceções importantes. Contrariamente com o que se dá com a Serra do Mar, as cotas hipsométricas da Serra Geral crescem à medida que o sistema penetra para o Sul. Ela constitui o segundo degrau do planalto brasileiro e no Paraná forma uma sucessão de patamares (de Curitiba, dos Campos Gerais e de Guaruapuava) na Serrinha e seu prolongamento, (Serra das Furnas, Serra dos Agúdos, etc.) e na Serra da Esperança.

Tomando esta serra como divisória, encontraremos nas suas bandas dois conjuntos orográficos que denominaremos Oriental e Ocidental para o efeito de os resumirmos:

Serras Orientais: da Laranjinha, da Ventania, das Furnas, do Apucarana, dos Hervais, de Santa Ana, Azul, Brumado, das Antas, do Canastrão, etc.

Serras Ocidentais: dos Três Dias, do Piquiri do Cantú, dos Dourados, das Araras, da Pitanga, do Cavernoso, do Candói, de São João, da Fartura, do Gregório, do Fachinal Verde, do Tacoaral, do Juquiá, etc.

6 — OS RIOS E OS SEUS SISTEMAS

Os rios mais numerosos e mais importantes dos quatro sistemas da hidrografia paranaense, pela possibilidade de navegação no todo ou em parte e pela excelência das terras que profusamente irrigam, — pertencem à Bacia Continental do Prata. Do ponto de vista regional, porém, esses rios pertencem às bacias “do Paranapanema” e “do Paraná”, — respectivamente ao N. e a O. do território do Estado.

Os que pertencem à Bacia Atlântica também correm em duas bacias regionais distintas: — a “da baixada marítima” irrigada pelas vertentes orientais da Serra do Mar; — e a “da Ribeira de Iguape”, limitada em território paranaense

pela Serra de Paranapiacaba ao N., pelas serras do Morro Grande, de Itaiacóca e pela Serrinha a O., pela orla do planalto de Curitiba ao S. e pela Serra da Graciosa, da Virgem Maria e Serra Negra a L.

I — BACIA DO PARANAPANEMA

São seus principais tributários os rios Itararé, das Cinzas, Tibagi e Pirapó. São afluentes destes, os rios Jaguariava e Jaguaricatú (do Itararé); O Laranjinha e o Jacarèzinho (do das Cinzas); o Iapó e o Pitanguí (do Tibagi).

RIO PARANAPANEMA. — Forma a divisa N. do Paraná com São Paulo, correndo no rumo geral E. O. É navegado por canoas que trafegam até Mato Grosso, a partir da barra do Tibagi. Daí até a foz do Paraná, na extensão de 200 quilômetros, a travessia não é isenta de dificuldades devido às corredeiras, das quais a principal é a da Serra do Diabo, junto à ilha Tuiúú, cerca de 78 quilômetros acima da foz, onde existe um banco transversal de rochas traquíticas.

A extensão global das corredeiras é de quasi 12 quilômetros. Da foz do Tibagi para cima a navegação é embarçada por várias cachoeiras, algumas delas obrigando a “varação” das canoas e a “baldeação” de cargas. A principal é a do Salto Grande, na barra do pequeno rio Claro, entre os rios Itararé e das Cinzas. Aí o Paranapanema se divide em dois canais formados por uma pequena ilha. O da esquerda apenas dá passagem a pequenas canoas e o da direita é inavegável, com uma queda de cerca de 9 metros.

A largura do rio é de 123 metros da barra do Itararé, de 220 metros abaixo do Salto Grande, de 820 metros entre o Tibagi e a altura da extinta aldeia indio-cristã de Santo Inácio, de 607 metros daí à Serra do Diabo e de 374 metros daí ao rio Paraná. A profundidade média é de 2 metros e na foz de mais de 4 nas águas baixas.

“As embarcações que se destinam a Mato Grosso descem o Paranapanema até sua junção no Paraná, a 258 metros de altitude e depois se deixam levar pela corrente do rio até a foz do Ivenheima que elas sobem até as proximidades de Miranda, na vertente do Paraguai. Toda essa navegação se desenvolve numa extensão de 704 quilômetros”. (E. Reclus, *Geografia dos E. U. do Brasil*, 303).

Em relatório da exploração que procederam no Paranapanema, em 1865, os engenheiros Keller dizem que “em qualquer estação do ano é livre a navegação deste rio desde a

sua barra até a Serra do Diabo, por não lhe oporem embarcações as quatro corredeiras da pequena correnteza de 1:600, que se encontram nesta extensão de 13,4 léguas; mas que no tempo das águas altas pode estender-se à Colonia de Santo Inácio, a 20,90 do rio Paraná". Preconizaram os engenheiros Keller, para uma eficiente navegação deste rio, o sistema de barcos ou vapores de reboque à sirga, também aconselhado para a navegação do Ivaí.

RIO ITARARÉ — Nasce na serra de Paranapiacaba e corre em direção S. a N., até ao Paranapanema, onde desemboca com largura de 96 metros e profundidade máxima de pouco mais de 2 metros. Seus maiores afluentes paranaenses são a Jaguaricatú e Jaguariaíva. Forma, em todo o seu curso parte da divisa N. E. do Paraná com São Paulo.

RIO DAS CINZAS. — Nasce na Serra das Furnas. Tem, na sua foz no Paranapanema, 168 metros de largura. Seus principais afluentes são o Jacarèzinho e o Laranjinha. O Rio das Cinzas nasce no município de Jaguariaíva e atravessa os municípios de São José da Boa Vista, Tomazina, Santo Antonio da Platina, Ribeirão Claro, Jacarèzinho e Cambará, — onde existem as terras mais férteis do Brasil.

RIO TIBAGÍ. — Nasce na altura da Serrinha, no município de Ponta Grossa e percorre 530 klm. até sua foz no Paranapanema. São seus principais afluentes da margem direita o Jataí, o Jacutinga de Baixo, o Congonhas, o Iapó, o Pitanguí; e da margem esquerda o Jacutinga-Mirim, o rio das Abóboras, o rio dos Cágados, o Cerne, o Buguá, o Imbaúzinho, o Imbaú, Capivarí, Imbituva e Guarauna.

Tem muitas ilhas e corredeiras; — das Araras, do Biguá, Sete Ilhas, das Congonhas, do Tigre, do Cerne, do Poço Grande, do Tira-Fubá, das Três Barras, do Saltinho, dos Apertados, do Gavião, Sem Fim, do Parú, dos Cágados, de São Francisco Xavier.

É sujeito a grandes enchentes, principalmente de Novembro a Março, quando suas águas se elevam a 20 e mais palmos acima do seu nível habitual. Nos tempos das águas baixas sua navegação se torna penosa em vários pontos.

O Tibagí tem largura muito variável, — de 100 a 900 mts. chegando a 1.000 na corredeira das Três Barras. Na foz sua largura é de 205 mts. e a profundidade de 2,50, no canal. Sua profundidade média é de 9 palmos nas águas favoráveis à navegação.

Os engenheiros Keller que em 1865 exploraram este rio, dizem em relatório dos seus memoráveis trabalhos, que “a largura, a profundidade e o leito mudam continuamente, reconhecendo-se que as seções transversais são mais anormais nas corredeiras, onde o rio, às vezes repartido por entre ilhas, espraia demasiadamente”. Os citados engenheiros fizeram seus estudos ao tempo das águas baixas e encontraram, de largura, 100 mts. no mínimo e 900 no máximo. A profundidade encontrada na linha do pego (talvegue), na mesma estação, foi de 9 mts. e 10 (35 palmos) no máximo; de 3 a 4 mts. (15 a 20 palmos) no médio; e 0, m. 2 a 0, m 4 (1 a 3 palmos) no mínimo.

HISTÓRICO. — O Tibagi representou grande papel histórico ao tempo da província hespanhola de Guaíra. Foi então o limite mais ocidental das reduções indio-cristãs e do domínio castelhano que visava progredir para o oriente até ao litoral de Iguape. Foi também no seu imenso vale que se travaram os primeiros embates dos bandeirantes contra aquelas reduções, no século XVII. O acesso das bandeiras paulistas às nascentes do Tibagi se fazia pela transposição da Serrinha, que atingiam pelo caminho clássico do Assungui.

II — BACIA DO PARANÁ

São principais afluentes do rio Paraná, em território paranaense, os grandes rios Paranapanema, Ivaí, Piquiri e Iguassú. São afluentes destes, entre os mais importantes, os rios Corumbataí e dos Fachinais (do Ivaí); o do Cobre, o Cantú (do Piquiri); o Negro, o Potinga, o Jordão, o Cavernoso e o Chopim (do Iguassú). Os do Paranapanema já foram citados e descritos no capítulo sobre a bacia desse rio.

RIO PARANÁ. — O Paraná é formado pela junção dos rios Grande e Paranaíba, nascidos no planalto mineiro, o primeiro na Mantiqueira a mais de 2.500 mts. e o segundo no massiço goiano. Percorre território exclusivamente brasileiro até ao Salto das Sete Quedas. Daí até a foz do Iguassú, somente a sua esquerda pertence ao Brasil. Corre no rumo geral S. O. até a barra do Ivinheima (Estado do Mato Grosso) e daí para baixo inclina-se para S.

Tem duas secções navegadas por barcos a vapor, nos Estados de São Paulo e do Paraná. A primeira após o salto do Urubupungá, porto Epitácio, ao porto Guaíra, acima das

Sete Quedas, com a extensão de 520 kms., profundidade de 6 a 12 mts. e largura média de 2 kms. A navegação desta secção é feita pela Companhia Viação São Paulo — Mato Grosso.

A segunda secção começa em porto Mendes e se prolonga por todo o curso do rio em território argentino, perfazendo 1.480 kms., com 2 de largura média e 4 a 5 mts. de profundidade. São vapores argentinos que fazem essa navegação, tocando nos portos paranaenses de Mendes e Foz do Iguassú. Há diversos outros portos intermediários na margem paranaense, tais como o Artaza, São Francisco, Santa Helena, São Miguelito, São Miguel, São Vicente, União, Bela Vista, porto Belo, etc.

Do porto Guaíra, ao porto Mendes, na extensão de 60 kms. não há navegação devido ao ímpeto da torrente. Nesse trecho uma pequena estrada de ferro faz a comunicação entre os dois portos.

HISTÓRICO. — A margem paranaense do rio Paraná tinham numerosas tribus as suas aldeias e embora essa região pertencesse ao governo do Paraguai, até toda a primeira metade do século XVI foi incontrastável ali o domínio do gentio.

Em 1554, porém, começou a jurisdição espanhola de Assunção a firmar-se à esquerda do grande rio cuja transposição punha Castela diante de um território imenso, aliás dentro do seu legítimo direito de conquista limitado pelo meridiano de Tordesilas, e na possibilidade de conseguir se fixar em portos no Atlântico, de Iguape para o Sul, nos paralelos do seu efetivo domínio ao ocidente. Irala, governador do Paraguai, fez fundar o "pueblo" de Ontiveros a 1 légua do Salto das Sete Quedas, iniciado com 60 espanhóis sob a chefia do capitão Rodrigues de Vergara, repartindo-se então pelos povoadores 40.000 famílias indígenas. (Furnes, *Ensaio de la Historia Civil del Paraguay*, tomo I, pag. 162).

A 3 léguas do Ontiveros fundou o governo paraguaio outro "pueblo", a Ciudad Real del Guayra, na confluência do Piquirí, com o mesmo "direito" sobre a escravização dos índios.

Em 1576 novo estabelecimento espanhol foi fundado à esquerda do rio Paraná, denominando-se Vila Rica do Espírito Santo. Foi seu dirigente o célebre capitão Ruy Dias Melgarejo, nomeado por João de Garay, governador em Assunção. Vila Rica foi depois transferida para a confluência do Corumbataí no Ivaí, onde prosperou e se tornou a sentinela castelhana mais avançada no sertão de Guaíra, que dominou

durante mais de meio século, pois só foi destruída pelos paulistas em 1632.

RIO IVAÍ. — Nasce na Serra da Esperança, com o nome de rio dos Patos e desagua no rio Paraná a 15 léguas abaixo da foz do Paranapanema. Das suas nascentes à embocadura, seu curso é de cerca de 130 léguas ou sejam 780 kms.

“A sua bacia, que vai se alargando a partir da origem, tem uma largura média de 8 léguas quadradas e uma superfície de mais de 1.000 léguas quadradas”. (Eng. Pau Brasil, *Ivaí*).

Das cabeceiras até Terezina mede 76 léguas e 200 braças. (Medição do Eng. Gustavo Rumbelsperger, em 1855).

No seu curso de 130 léguas, há 41 ilhas, 5 resaltos e 25 corredeiras e cachoeiras.

Da foz ao Salto das Bananeiras, nas águas baixas, a navegação só pode ser feita por embarcações de 3 palmos de calado, numa extensão de 32 léguas e 1.500 braças; — e na extensão de 44 léguas e 1.300 braças nas águas altas.

Quando cheio atinge a 132 mts. de largura na foz. Pode tornar-se navegável por embarcações de 15 toneladas, até Terezina. Daí à barra do Corumbataí, em extensão de 46 léguas, tem 70 cachoeiras. Do seu tributário Corumbataí à foz do Paranapanema, numa extensão de 45 léguas, tem, ainda, muitas cachoeiras, sendo a maior o Salto das Bananeiras, com uma queda de 3 mts. de altura.

Na foz do Corumbataí sua largura é de 100 mts.

Os engenheiros Keller acharam as alturas e declives seguintes no regime deste rio, ao nível das águas baixas, sobre o nível do mar.

“Colônia Tereza (atual Terezina), 482, o ms.; acima da cachoeira das Ariranhas, 416, o ms.; acima da cachoeira do Cobre, 305,4 ms.; na barra do Corumbataí, 287,9; acima da corredeira do Ferro, 222,0; e na barra (águas baixas) 199,0. Das alturas apontadas resulta uma queda total de 283 mts., desde a colônia Tereza até a barra, mui desigualmente repartida neste curso”.

Concluem os citados engenheiros, “que o Ivaí é navegável por barcos de maior calado dagua (referem-se ao vapor “Tamandataí”) até a cachoeira do Ferro, na extensão de 22,5 léguas”.

Quanto à parte superior do rio acham que só proficuamente pode ser utilizada “por meio de barcos ou vapores de reboque à sirga”, pela maneira exposta em relatório.

William Lloyd, autor do traçado de uma estrada de ferro de Curitiba a Miranda (Mato Grosso) com aproveitamento das partes navegáveis dos rios Ivaí, Paraná, Ivinheima e Brilhante, achou que a via terrestre compreenderia três secções: — de Curitiba à Colonia Tereza, com 296 kms. e 120 mts.; da colonia ao Pari dos Coroados, com 286 kms. e 224 mts.; do porto das Sete Voltas à Vila de Miranda, com 269 kms. e 885 mts.; ou 129 léguas aproximadamente. A navegação intercalada entre estas três secções, soma, no traçado, 733 kms. Em defesa do seu tratado o engenheiro Lloyd profetizou para uma certa distância a partir das confluências do Ivaí e do Ivinheima, no estuário do Paraná — a fundação, mais cedo ou mais tarde, de uma das mais importantes cidades do Brasil. Seu argumento foi de que, desse porto, o Ivaí é navegável na extensão de 250 kms., o Paraná na de 600, o Tietê na de 500, o Ivinheima e Brilhante na de 430, o Paranapanema e o Tibagi na de 300, — constituindo a prevista cidade o centro de uma navegação fluvial em uma extensão total de 2.080 kms. e em posição equidistante de Curitiba, Miranda e Assunção.

RIO PIQUIRÍ. — tem sua nascente na Serra do Cantú, e aflue no Paraná após um curso de 329 kms., a pouco mais de 1 légua acima do Salto das Sete Quedas.

É navegável da foz à corredeira de Nha Barbara. A partir da barra do rio Cantú até a citada corredeira, tem muitos saltos e corredeiras.

Quando esteve em estudos o lançamento de uma estrada de ferro transcontinental pelo território paranaense, (1865-1867), os notáveis engenheiros que se ocuparam do assunto, tais como Cristian Palm, Lloyd, os dois Rebouças, Beaurepaire Rohan, Eduardo de Moraes, Jeronimo Jardim, Monteiro Tourinho, — divergiram na escolha dos vales mais favoráveis. Beaurepaire teve a iniciativa do vale do Piquirí, então o menos conhecido, e Tourinho o secundou apoiando-se na “indiscutível vantagem de se poder transpôr o Paraná por uma ponte tendo por encontro os colossais paredões de basalto que limitam a catarata de Guaíra”.

O Piquirí tem duas grandes secções de declives: — uma a partir da barra do Cantú, de 1,267,5 em 243 kms. e outra daí à foz no Paraná, de 1,264,5 em 87 kms.

HISTÓRICO. — O Piquirí e o seu vale constituíram parte do primeiro caminho do extremo ocidente americano à

costa do Atlântico, desde tempos pré-colombianos. Esse caminho, também chamado Pearibú e de S. Tomé, era uma longa traça que da foz do Piquirí se projetava em outros longos rumos para o ocidente e do alto Tibagí ia até Piratinin-ga e atingia a costa de São Vicente em vários pontos.

RIO IGUASSÚ. — Tem suas nascentes nos campos de Curitiba com rumo E. O. inclinando-se depois para S. O. cujo rumo percorre francamente em grande extensão recebendo muitos tributários pequenos e o vultoso rio Negro. Corre ainda nessa mesma direção até que de novo se inclina para O., alcançando assim o Paraná após 1.200 kms. de curso dos quais 330, do porto Amazonas ao União, são navegados por pequenos vapores do “Lloyd Paranaense” e da firma herva-teira “Leão Junior”.

Na sua confluência tem o Iguassú 400 a 450 metros de largura e 8 de profundidade nas águas baixas.

Depois do Rio Negro que é o seu principal afluente, recebe o Iguassú, numerosos tributários e entre êles, pela direita, o Potinga, Claro, Palmital, Jordão, Cavernoso, Xagú, dentre os de mais nota; e pela esquerda o Canoinhas (per-tence a Santa Catarina), o Jangada, Chopim, Santo Anto-nio, este digno de menção por constituir fronteira do Bra-sil com a Argentina.

III — BACIA DA RIBEIRA DE IGUAPE

São principais afluentes da Ribeira de Iguape em ter-ritório paranaense, os rios Assunguí, Pardo e Itapirapuã. São tributários do rio Pardo, o Capivari e Bom Sucesso, den-tre os mais notáveis.

RIBEIRA. — Nasce com o nome de Ribeirinha e depois de receber o rio Assunguí, ao N. da vila deste nome, passa a se dominar Ribeira. Ao receber as águas de Itapirapuã pe-la sua margem esquerda e as do Rio Pardo pela direita, cons-titue linha da fronteira entre São Paulo e Paraná. É nave-gável por canoas em toda sua extensão e por barcos a vapor da foz da Iporanga, em território paulista.

HISTÓRICO. — O rio Ribeira de Iguape foi uma das mais frequentadas vias de penetração paulista no sertão de Guaíra, a partir do século XVII, quando os bandeirantes atingiam o Tibagí pelo sertão do Assunguí ou de Ibiaguira, como então era chamado. Findo o ciclo da caça ao índio pas-

saram os paulistas ao da caça ao ouro, e, ainda então, foi a região do Assunguí uma das primeiras a ser exploradas, aliás com sucesso e por largos anos, e dos arraiais dos seus garimpeiros foram se formando os povoados de reinóis e seus decedentes fixados no planalto de Curitiba.

RIO DA BACIA DA RIBEIRA. — Pertencem a este sistema, em território paranaense, a interessante rêde fluvial contida entre as serras Paranapiacaba ao N., de Itaiacóca e Serrinha a O.; o resalto do planalto de Curitiba ao S.; e as serras da Graciosa, da Virgem Maria e Serra Negra a L.

Aí nascem, correm e vertem na Ribeira, os seguintes rios dentre os de mais importância: Ribeirinha, Assunguí, Capivarí, Bom Sucesso, Pardo. Itapirapuã e Pardo são, em toda a extensão, limites entre o Paraná e São Paulo e o Ribeira desde a barra do primeiro à barra do segundo.

Um dos grandes rios desta bacia é o Capivarí, que nasce na serra da Estrela, de donde corre na direção S. até proximidades de Campina Grande e daí se inclina para N. E. até a barra do Bom Sucesso. Dessa altura para baixo passa a se denominar Rio Pardo.

IV — BACIA ATLANTICA

Os rios da bacia litoranea são os que vertem da encosta oriental da Serra do Mar, a partir do Ararapira ao N. e a terminar no Saí ao S., entre os paralelos austrais de 25°,20 ao 26°.

São principais o Nhundiaquara, Guaraguassú, Cachoeira, Faisqueira, Tagassaba, Serra Negra, Guaraquessaba, Itaquí, Cubatão, São João, Guaratuba.

RIO NHUNDIAQUARA. — É formado pelos rios Itupava e Mãe Catira. É navegável por canoas desde a confluência desses dois rios até Morretes si se melhorar o canal cada vez mais entulhado de pedras acumuladas pelas enchentes. De Morretes para baixo é navegável por canoas, sem tráfego comercial de importância.

O Nhundiaquara e alguns dos seus tributários teem grande declive, e, assim, são as suas águas aproveitadas para motoras de pequenos engenhos.

HISTÓRICO. — O Nhundiaquara também se chamou Cubatão e foi, no século XVIII, muito frequentado por embarcações desde a barra até as proximidades do Porto de Ci-

ma. Por aí se fazia todo o movimento de viajantes e de cargas até Paranaguá e vice-versa.

OUTROS RIOS DO LITORAL

Dentre os rios mais importantes da baixada litorânea devem ser citados o GUARAQUESSABA, que nasce na Serra do Taquari e desagua na baía das Laranjeiras, com um trecho navegável de 120 mts., o SERRA NEGRA, que nasce na serra do seu nome e desagua na baía das Laranjeiras, com um percurso navegável de 120 kmts., sendo os primeiros 24 kmts. por embarcações de calado muito reduzido; GUARAGUASSÚ, navegável; CACHOEIRA, navegável na extensão de 48 kmts. por canoas de grande lotação; FAISQUEIRA, navegável em 36 kmts.; TAGASSABA, navegável em 48 kmts.; CUBATÃO, nasce na Serra da Prata e desagua na baía de Guaratuba, navegável por hiatos até as proximidades da Serra; GUARATUBA, com 36 kmts. navegáveis; SÃO JOÃO, nasce na Serra de Araraquara, nas contravertentes do Ikirim, e desagua na baía de Guaratuba.

7 — OS CLIMAS

O Paraná está situado quasi que inteiramente na terceira grande zona climática do Brasil, designada expressivamente por *Zona Temperada Doce*. Apenas uma longa porém estreita faixa ao Sul do Rio Paranapanema está situada acima do Trópico de Capricornio, em zona Sub-Tropical, mas onde as altitudes (500 a 800 metros acima do nível do mar) compensam as latitudes constituindo destarte clima ameno, embora quente.

“O Sul de S. Paulo, (diz Henrique Morize, Diretor do Observatório do Rio de Janeiro) os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, constituem a terceira grande zona do Brasil, a *Zona Temperada Doce*. Seu clima é dos mais belos do mundo. A temperatura é muito amena, e a média se conserva sempre abaixo de 20°. Os invernos pouco intensos, que se produzem durante os meses de Junho a Agosto, são não só favoráveis à saúde das raças européias como ao desenvolvimento de todas as culturas do antigo continente. Assim tem sido estes Estados, preferidos pelos imigrantes”.

Região do litoral. — É semelhante à da região sub-tropical. “A uniformidade é uma das características desses climas

marítimos. As médias são de 20° a 21°. Os ventos dominantes veem de suéste. Devido à vizinhança da Serra do Mar, as chuvas são abundantes e a atmosfera é úmida” — (Delgado de Carvalho, *Geografia do Brasil*).

Região do planalto. — “As duas estações de inverno e verão são mais distintas e caracterizadas. As temperaturas médias variam entre 16° e 19°. A estação chuvosa, ao inverso da zona sub-tropical, é principalmente o inverno, apesar de não haver positivamente estação seca. A Serra do Mar é especialmente chuvosa, recebendo até 4 metros de chuva anualmente, em certos pontos”. (Aut. obr. cit.)

CAPÍTULO II

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA
DAS TRIBUS INDÍGENAS

- 1 — Os Tupís
- 2 — Os Crêns
- 3 — Os Gés

1 — OS TUPÍS

Guaranís	Tarapopês
Tinguís	Arés
Carijós	Biturunas
Caiguás	Taiobás
Guaianás	Pinarés
Guarapiabas	Ibiticois
Guapurás	Tupiniquins
Mimos	Ibiticurús
Chiquís	Itambaracás
Teminímós	Camperos
Mbiazaís	Guapuãns
Abapanis	Chovas
Tabacais	Cheripás
Asboipitans	Biopébas
Jaguaquês	Pés Largos
Araxis	Chiringuanas
Ninguarús	Papagaios
Cuminunguaras	Guapúas
Itacuras	Guanaós
Itaquébas	Itatins
Hindós	

GUARANÍS. As primeiras explorações do sertão compreendido entre os rios Paranapanema, Paraná, Tibagí e Iguassu, acusaram numerosa presença, em toda parte, de índios da nação Guarani.

Em 1541 D. Alvaro Nunes Cabeza de Vaca, mandado pelo rei de Espanha para o Paraguai, como "adelantado", tomou posse em nome do seu soberano, de Cananéa e da Ilha de Santa Catarina e se internou no território do sertão cor-

respondente a esses dois pontos extremos da costa, seguido de numerosa comitiva militar, — e fez o longo trajeto do litoral ao rio Iguassú, Campos de Curitiba, Campos Gerais, rios Tibagi e Piquiri e novamente ao Iguassú (próximo dos Saltos de Santa Maria) e em todo esse imenso percurso encontrou numerosas aldeias de índios guaranis e nenhuma de outra nação.

Em 1555 e em 1557 o Govêrno do Paraguai, apossando-se efetivamente desse território, fundou as povoações de Ontiveros, Vila Rica e Ciudad Real del Guaíra, respectivamente junto ao rio Paraná, próximo à foz do Piquiri e à do Corumbataí, com soldados e civis castelhanos e a estes submeteu os índios guaranis dos quais precisassem para os seus trabalhos e para fins de defesa da terra.

De 1610 a 1629, autorizados pelo soberano espanhol, os padres da Companhia de Jesus mantiveram 13 reduções do gentio guarani nos vales dos rios Pirapó, Tibagi, Ivaí e Piquiri. Somente depois da destruição, pelas “bandeiras” paulistas, das povoações castelhanas e jesuíticas, foi que índios de outras etnias invadiram esse extenso território compreendido na província espanhola de Guaíra, sujeita ao govêrno do Paraguai.

CARIJÓS. Dominadores de toda a costa marítima, de Cananéa à Lagoa dos Patos. Atacados e preados em grandes levadas na região de Paranaguá pela “bandeira” de Jerônimo Leitão, em 1585. Pouco antes de 1640, Gabriel de Lara, ao procurar estabelecer-se em Paranaguá, recebeu a hostilidade do gentio Carijó possivelmente ainda ressentido do assalto bandeirante de 1585, e prudentemente se localizou com sua expedição na ilha da Cotinha, fronteira ao continente, para onde se transferiu depois, fundando a vila de N. S. do Rosário de Paranaguá. Tendo captado a confiança dos índios, deles se serviu para a descoberta e a exploração de ouro. Assim foi que os carijós da costa paranaguense que não foram escravizados pela “bandeira” preadora ou que não se internaram no sertão fugindo a outras agressões dos brancos, passaram a constituir o lastro da nossa população litorânea. Ainda hoje a nossa gente praieira conserva o tipo do seu ascendente indígena.

Os carijós que debandaram para o sertão repontaram no vale do Paranapanema onde os encontraram as “bandeiras” seiscentistas, e no baixo Iguassú onde ainda em 1894 os visitou Ambroseti, que, aliás, os identificou com os Guaiaquis do Paraguai.

*TINGUÍ*S. Dominavam, no século do descobrimento do sertão, os Campos de Curitiba, a partir da encosta ocidental da Serra do Mar. (São José dos Pinhais, Piraquara, Campo Largo, Araucária, Tamandaré, Colombo, Campina Grande e Rio Branco).

Os Tinguís (“Tin” “guí”, — nariz afilado) não hostilizavam os aventureiros pesquisadores e exploradores de ouro que se estabeleceram com arraiais no Atúba e na chapada do Cubatão, inícios da formação de Curitiba. Deixaram-se ficar pelas imediações desses primeiros núcleos de população branca e foram serviçais das explorações auríferas, dos sítios de criação de gado, etc. Seus mestiços ainda constituem parte da população de vários dos municípios acima citados e se ufanam de sua ascendência. Não vai longe o tempo em que o caboclo de Araucária e de Tamandaré avisava o contendor nas suas rixas: — “Cuidado, que eu sou Tinguí!”

Tindiquera é a antiga denominação da atual Vila de Araucária, e quer dizer “buraco de Tinguí”, — pois estes índios tinham suas habitações em covas abertas no chão, em pleno campo.

Os mapas espanhóis os denominavam *Mbiazais*, localizando-os nas mesmas posições indicadas acima.

CAIGUÁS. (Sin. de *Caiuás*, *Cainguás*). Procedentes das regiões ocidentais do rio Paraná, território paraguaio, domiciliaram-se no vale do Paranapanema. (Telemaco Borba, *Atualidades Indígenas*). J. A. Ambrossetti, que os encontrou no Alto Paraná, é de opinião que esses CAIGUÁS (escreve Cainguá) são os sucessores do antigo habitante dessa localidade ou seus próximos parentes. Em 1911 habitavam a margem direita do baixo Ivaí, onde o engenheiro Edmundo Mercer os encontrou em número superior a 500. Os CAIGUÁS falam um dos dialetos do Tupí-Guaraní. (Couto de Magalhães, *Anchieta e as Raças e Línguas Indígenas do Brasil*. Deve-se entender por língua Tupí-Guaraní, a Língua Geral organizada pelos jesuitas, composta das duas línguas — Tupí e Guaraní, que eram aproximadas como a portuguesa da espanhola.

A Comissão Espanhola Demarcadora de Limites, em 1790 assinalou a presença de CAIGUÁS nos Campos de Palmas; a Carta do Paraguai, de G. de L'Isle, de 1703, registrou-os ao sul do baixo Piquirí. Em 1876 foram aldeados no Paranapanema, onde existiu a redução de Santo Inácio, em número de 300 indivíduos e sob a direção de José Antonio

Vieira de Araujo. No mesmo ano Nestor e Telemaco Borba os encontraram na corredeira do Diabo, à esquerda do Parapanema.

GUAIANAS. Após a derrota que os franceses de Villegaignon, seus aliados, sofreram em Guanabara (Rio de Janeiro) e da que lhes foi inflingida na vila de S. Paulo no combate de 10 de Julho de 1562 conjuntamente com os Tupis, Caribócas e Tamoios, “os Tupinakis, ou Goia-ná, preferindo deslocarem-se a submeterem-se aos portugueses de Piratininga, tomaram a direção sudoeste e estabeleceram-se na Serra Apucarana, além do Rio Tibagí, onde em 1661 Fernão Dias Pais Leme os encontrou divididos em três reinos”. (Pedro Taques, *Nobliarchia Paulistana*, Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras., vol 25, parte primeira, 106 a 109).

Em 1610, por ocasião das fundações jesuíticas no Guaíra, foram encontradas tribus Guaianás nas margens do Rio Paraná, acima e abaixo dos Saltos das Sete Quedas; na mesma época, segundo o conego J. P. Gay (*História da República Jesuítica do Paraguay*) existiam numerosas malocas de Guaianás às margens do Iguassu e do Santo Antonio, bem assim, em 1775 ao sul do rio Piritíba (rio Chopim) segundo o *Mapa Geográfico da América Meridional*, de Olmidilla.

Mapas coloniais assinalam a região do baixo Tibagí, em ambas as margens, com a indicação: — “*Sertão do Gentio Guanhanás*” e a que demora entre os rios Iguassú e Santo Antonio com a indicação: — *Gunhanás, very little known* (muito pouco conhecidos); os Jesuitas de Guaíra aldearam GUAIANAS na *Redução de São Tomé*, em Guaíra, situada a leste do rio Corumbataí; Ambrossetti, em 1903 visitou aldeias de GUAIANAS no curso inferior do Iguassú e no alto Paraná. Vem de longe a discussão sobre si os GUAIANAS eram Tupis ou Tapuias. O Conego Gay, ob. cit. situando GUAIANAS no baixo e alto Iguassú e Uruguai, respectivamente, acrescenta: — ... “e sua língua pouco difere da dos Guaranis”, mas também diz que “o nome GUAIANAS dá-se a todas as tribus que não têm outra denominação e que não são Guaranis”. Teodoro Sampaio, *A Nação Guaianá da Capitania de S. Vicente*, filia-se no grupo Guarani; Carlos Teschauer, S. J., *Os Caingang ou Coroados no Rio Grande do Sul*, entende que os GUAIANAS, como também os Camés e os Xocrens, eram Caingangs. Também H. von Ihering, *Revista do Museu Paulista*, vol. 6, págs. 23 a 44, conclue que os GUAIANAS descritos por Gabriel Soares, “são os atuais Caingangs”. Telemaco Borba, *Atualidade Indígena*, págs. 128 e segts., di-

verge, e entende que eram Tupís-Guaranis, pois esses índios se entendiam perfeitamente com os Carijós. O fato de serem aldeados em Guaira conjuntamente com Guaranis, fortalece esta opinião do saudoso indianista paranaense.

GUARAPIABAS. Região de campo ao norte de Guaruava, entre os rios do Peixe (Piquirí) e Tibagí, onde o *Mapa da Costa de Iguape à Laguna e Sertão Inculto até a Fronteira Espanhola* os assinala com esta larga inscrição: — *Campos do Gentio Guarapiaba*. Milliet de Saint'Afolphe, diz que Castro teve origem em acampamento de índios GUARAPUABAS. (Rocha Pombo, *O Paraná no Centenário*, 123).

GUAPURAS. Norte do rio Uruguai; norte do médio e baixo Iguassú.

MIMOS. Norte do Iguassú, médio e baixo. Piquirí médio e baixo. (Gay, *Hist. Jes. do Paraguay*, 430).

CHIQUIS. O mapa "*Paraquariae cum adjacentibus*", de 1646, assinala-os ao norte Iguassú e ao sul do Piquirí.

TEMINIMÓS. Entre os rios Piquirí e Tibagí, em zona de campos. Manoel Preto levou Terminimós para São Paulo, de regresso de Guaira, em 1629. A "bandeira", de Nicolau Barreto, que visou o Perú, deu combate a TEMINIMÓS em território paranaense, segundo Alfredo Ellis Jr. (*O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*, pág. 21). Afonso de E. Taunay (*História Geral das Bandeiras Paulistas*, pág. 186), diz que os Teminimós habitavam a região guairenha, nas imediações de Vila Rica.

MBIAZAIS. Segundo mapas espanhóis dominaram a região ocidental da Serra do Mar. Mbiazais era a denominação dada pelos espanhóis às tribus dos Tinguís.

ABAPANIS. Entre os rios Iapó e Pitanquí, na região de Castro. Em 1541 D. Alvaro Nunes Cabeza de Vaca, de viagem para o Paraguai, aí os encontrou, prestando-se os Abapanis a lhe guiar a expedição ao seu distante destino.

TABACAIS Vale do Tibagí.

ASBOIPITANS. Vale do Tibagí.

JAGUAQUÊS. Vale do Tibagí.

CUMININGUARAS. Vale do Tibagi.

ARAXIS. Vale do Tibagi.

NINGUARÚS. Vale do Tibagi.

ITACÚRAS. Margem esquerda do Paraná.

ITAQUÉBAS. Margem esquerda do Paraná.

HINDÓS. Margem esquerda do Paraná.

TARAPOPÊS. Margem esquerda do Paraná.

ARÉS. Baixo Ivaí e Piquirí, nos últimos tempos. Pelo uso exagerado que faziam dos batoques, passaram os Arés por Botucudos. O certo é que falavam o Guarani, embora com pronúncia alterada pela dificuldade de movimento do lábio inferior, preso pelo longo e pesado batoque de nó de pinho ou tembetá de osso. Por essa razão não podem pronunciar os sons labiais. "Si no Paraná há restos das tribus da nação Guaianás, devem ser estes Arés do baixo Ivaí e Piquirí, os únicos que por seu idioma e característicos brandos e pacíficos se assemelham à descrição que deles fez Gabriel Soares", diz Telemaco Borba, na *Atualidade Indígena*.

Mas neste caso os Arés, tidos por Botucudos e perseguidos pelos Caingangs, remanescentes extraviados de um povo desconhecido, mas com característicos etnográficos que os filiam entre os Gês-Botucudos, falando, embora deturpada-mente, o Guarani, não estará um esforço de civilização ascendente fracassado por "circunstâncias perturbadoras estranhas", do molde daquele "povo de cultura Gê evoluindo para a cultura *Nu-Aruak* cujos pródornos havia apenas atingido", de que nos dá notícia Roquete Pinto? (*Rondonia*, 205).

Filiamo-los, entretanto, ao grupo Tupí-Guaraní, visto falarem a língua deste, para não criarmos mais uma questão sôbre assunto que a atualidade já não tem elementos para decidir.

BITURUNAS. A antiquíssima presença deste gentio nos campos modernamente chamados de Palmas, deu a esses campos o nome de Bituruna ou Ibituruna. Os toldos dos Biturunas se espalhavam nas regiões das nascentes dos rios Chopin (antigamente Peritíba) e Chapecó. A presença destes índios nas citadas regiões é assinalada no *Mapa da América Meridional*, de Olmidilla, 1775. O sul do Rio Negro tam-

bém é indicado, pelo menos em dado tempo o foi, como ocupado pelos Biturunas.

Alguns autores identificam estes índios com o Botucudos e com os Chocrens, porém, ao que parece, erradamente, pois o próprio nome deste povo é guaraní: — de Ibiturú, Serra; Ibituruna, *Gente Serrana*. Por esta circunstância classificamo-lo no grupo Tupi.

TAIOBAS. À esquerda do rio Corumbataí, onde em 1610 foram domiciliados na redução de Los Angeles, segundo o Barão do Rio Branco, in *Questão de Limites entre o Brasil e a República Argentina*.

PINARÉS. Sul dos rios Negro e Iguassú e cabeceiras do Uruguai, segundo o *Plano de la Capitania General de las tres Provincias del Rio de la Plata, Paraguai e Tucuman*, 1768.

IBITICOIS. À esquerda do rio Ivaí, os jesuitas fundaram, com os Ibiticois, a redução de Santo Antonio, pouco depois do ano de 1610.

TUPÍNIKINS. No litoral de Guaraquessaba, diz Staden, *Viagens e Cativoiro entre os Selvagens do Brasil*, 1552, “os selvagens do porto onde estavam chamavam-se Tupínikins”, que viviam em boa harmonia com portugueses de São Vicente. Estes lhe informaram que para o sul “havia uma tribo de selvagens chamados Carios, (Carijós) e que devíamos nos acautelar contra eles”.

IBITICURUS. Ocupavam situação à esquerda do Tibagi, onde pouco depois de 1610 os jesuitas fundaram a redução de São Miguel.

ITAMBARACÁS. À esquerda do rio Paranapanema, pouco abaixo da foz do Santo Inácio, onde os jesuitas, em 1610, fundaram a redução de Santo Inácio Mini.

CAMPEROS. À esquerda do rio Tibagi, onde os jesuitas fundaram a redução de São José pouco depois do ano de 1610.

GUAPUANS. Lugar incerto do planalto. (Ermelino de Leão, *A Tribu Tinguí*).

CHOVAS. Margens do Iguassú “em terras frias povoadas de grandes pinheirais até se juntar no Paraná”. (Gay, *História Jesuítica do Paraguai*, 434).

CHERIPÁS. Zona que se estende da margem direita do rio Paraná à foz do Piquirí e ao Iguassú, na altura correspondente à foz do Santo Antonio. (H. von Ihering, *Mapa Etnográfico do Brasil Meridional*).

BIOPEBAS. Habitavam certas reduções de Guaíra e procediam do norte do Paranapanema.

PÉS LARGOS. Os que habitaram território paranaense foram foragidos de São Paulo e homiziados nas reduções de Guaíra, pelo que deviam pertencer ao grupo Tupí-Guaraní.

CHIRIGUANÁS. Território do Guaíra, missionados pelo Padre Francisco Dias Tanho.

PAPAGAIOS. Na retaguarda dos Biturunas, nos Campos de Palmas.

GUAPUAS. Índios encontrados por D. Alvaro Nunes Cabeza de Vaca, em 1541, à margem do Iguassú.

GUANAÓS. Vizinhos das Missões Orientais do Uruguai, “entre Santa Catarina e o rio Prata”, informa Gay (obr. cit. 71). Como a região vizinha ao território onde existiram as Missões referidas somente, também, podia ser a direita do rio Uruguai, porque a esquerda era e é o Rio Grande do Sul, — relacionamos os Guanaós entre os índios habitantes do território paranaense. Seus costumes e seu idioma não se diferenciavam muito dos dos Guaranis, “visto que o Padre Garcia falou com eles na sua língua”. Aut. e Obr. cit. 71).

IRAITINS. Iratins ou Itatines, foram aldeados pelos jesuitas na vertente oriental do rio Paraguai (entre 19º e 22º de latitude sul, segundo Charlevoix) e essas aldeias destruídas por bandeiras paulistas. Lozano (*Conquista del Rio de la Plata*, vol. 1, 36) diz que nos bosques espessos que desde as nascentes do Uruguai seguem para o norte e poente até saírem nos Geraíra, andavam vagabundos os Iraitins, assim chamados porque usavam um casquete de cêra na cabeça.

Um afluente meridional do Iguassú e os campos próximos às suas nascentes, denominam-se do Iratim, possivelmente porque houvesse aí dominado o gentio Iratim.

2 — OS CRÊNS

Caingang
Camés
Votorões
Dorins
Cairucrês
Chocrêns
Corutons
Chavantes
Cabeludos
Ibirajaras
Gualáchos.

CAIGANG. Direita do rio Uruguai, percorrendo os dois Piquirís e rio Ivaí, onde lhes está reservada uma área de terras, à direita deste rio, na altura do Salto do Ubá.

Procedem das regiões ocidentais do rio Paraná e invadiram o território paranaense após a destruição de Guaira. Deve-se escrever Caingang (com C e não com K) porque o vocábulo vem de *Caing*, mato e *ang*, gente.

Possuem, como os guaranis, várias denominações tribais conforme as regiões de suas concentrações. Os Camés, segundo von Martius, *Glossaria Linguarum Brasiliensium*, se chamavam a si mesmos Caingangs e Caiquís quando domiciliados entre os brancos.

CAMÉS. Primitivamente habitantes da mesopotamia Iguassú-Uruguai e depois dos sertões de Guarapuava.

“Da grande tribu Camé catequizada pelo Padre Francisco das Chagas Lima, diz Luiz Daniel Cleve em o “Guaira”, 1909 — restam na Comarca de Guarapuava poucos descendentes. Os antigos toldos do Piquirí, Corumbataí e do vale do Ivaí, ficaram desertos. Daí desapareceram os caciques outrora investidos do comando supremo, dos quais o último foi Jongjó. Apenas existem algumas famílias dispersas cujos chefes como Bandeira, Joaquim Cadete e outros poucos, intulam-se Caciques, Coronéis, Capitães e vão às vezes à pre-

sença do governo com suas exigências e reclamações, fingindo ter sob seu comando grandes hordas quando suas famílias não vão além de 20 ou 30 indivíduos”.

Os Camés foram aldeados no Atalaia (Guarapuava) pelo Padre Chagas Lima. Essa grande aldeia se dispersou quasi toda. Seu prestigioso chefe indígena, Focrã, doutrinado e alfabetizado pelo grande missionário curitibano, foi residir com sua gente no sertão além do Campo Erê. Outros catecumenos foram para Palmas, Goio-En, campos de Nonoai e sertões do Piquiri. Os restantes, sob administração civil, foram se degradando e extinguindo.

— Uma lenda Caingang sôbre a origem da raça, refere que, por ocasião do dilúvio, que só deixou à flor das águas a Serra CRINJIJINBE (Serra do Mar) onde se alojaram os Caingangs, os Caiurucrês, os Camés e os Curutons, foram salvos pelas saracuras e patos, que a pedido dos Caingangs, aterram uma região para onde se removeram aqueles índios. As almas dos Caiurucrês e dos Camés que se afogaram penetraram o interior da Serra e por sua vez abriram dois caminhos pelos quais saíram com o abaixamento das águas; no caminho aberto pelos primeiros brotou um arroio em terra plana e sem pedra, donde provêm terem os Caiurucrês pés pequenos; o caminho aberto pelos Camés, foi aberto em terra seca e pedregosa, que lhes incharam os pés na jornada, donde lhes vem terem-nos grandes até hoje. Os Curutons, que por preguiça nada fizeram por ocasião do dilúvio, deixaram-se ficar na Serra e quando noutra parte são encontrados, os Caingangs os prendem e reduzem à escravidão.

Salvos do dilúvio desde logo os Caiurucrês passaram a criar uma fauna para as florestas que iam resurgindo, porque as águas haviam afogado todos os animais exceto os peixes e as aves. Com cinza e carvão fizeram tigres, só com cinzas fizeram antas, etc. até que repovoaram os sertões de caça. Os Camés, por sua vez, criaram animais capazes de lutar com os que os Caiurucrês haviam criado: a puma, as cobras e as vespas.

Enquanto Caiurucrês e Camés, criavam a fauna post-diluviana da lenda Caingang estes caçavam na floresta. Encontrados, no campo, os Caiurucrês e os Camés resolveram constituir uma só família. E casaram-se os filhos dos primeiros com as filhas dos segundos. Mas havia mais homens do que mulheres e assim os jovens Caiurucrês e Camés que não encontraram par nas suas tribus, casaram-se com as filhas dos Caingangs.

Segundo a lenda narrada pelo cacique Arakchó, (Gra-lha Branca) as três tribus são aparentadas. Pertencem ao grupo CRÊN (*parente, família, filho*) de Martius.

Os Caingangues só se fixaram ao norte do Iguassú após o apresamento e o exôdo dos Guaranís domesticados pela catequese no território de Guaíra. Mas então o fizeram numa imigração em massa, no sentido da vasta zona que vai da Serra Geral aos rios Paraná e Paranapanema dominando os vales e as margens do Tibagi, Ivaí, Piquirí e seus grandes afluentes, seguindo outros em direção Sul até Passo Fundo (Rio Grande do Sul) onde em 1845 os sertanistas curitibanos Rocha Loures e Hermogenes Carneiro Lobo os encontraram, bem assim a expedição do major Moraes Jardim quando em 1860 fez a exploração do traçado Campo-Eré — Corrientes, entre cujos índios, de torna viagem da imigração norte, se achava o cacique Focrã com a sua gente, que o Padre Chagas catequisára em Guarapuava.

Explicando essa imigração contava um velho índio do Jataí, que ela fora motivada por uma guerra das tribus do território das Missões (Iguassú-Uruguaí) onde permaneceram até que foram, no correr do tempo, dizimados pela população branca. Dessas tribus mais bravias, Condá, que assaltou a expedição de Pedro Siqueira, foi o último cacique de prestígio.

Os Caingangs, como os Guaranís, se distinguiam por várias denominações tribais. Assim pertenciam a esse grande grupo os Chocrêns, Votorões, Dorins, Caiurucrês, Camés, com cujos nomes eram conhecidos os índios de Guarapuava na época das explorações oficiais desses campos e sertões pelas bandeiras de 1768 e 1771.

VOTORÕES. Encontrados, em 1771, nos Campos de Guarapuava.

DORINS. Sertão de Guarapuava, 1771.

CAIURUCRÊS. Errantes na mesopotamia Iguassú-Uruguaí.

CHOCRENS. Sul do Iguassú; sertões de Guarapuava (vale do Piquirí e Rio Jordão) por ocasião da missão do Padre Chagas. Os Chocrens eram próximos parentes dos Coroados ou eles próprios, sendo diferentemente denominadas as hordas bravais destes. De Chucrê, *bravio*, em Caingang.

CURUTONS. Campos e pinhais de Guarapuava ao tempo do Padre Chagas Lima, notável missionário dos Caigangs que se diziam ser os chamados Chavantes pelos portugueses.

CHAVANTES. Os últimos Chavantes dos quais há notícia no Paraná habitavam entre os rios Ivaí e Paranapanema, onde ainda em 1906, os encontrou o Padre Marcos Simoni.

Viviam, entretanto, em continuas viagens a Mato Grosso, onde não se demoravam. Seus usos e costumes mereceram registro. Homens e mulheres usavam um cordão de embira ao redor da cintura, tendo o das mulheres um outro cordão, preso ao da cintura pelas extremidades passando por entre as pernas. Este era o seu "vestuário". Cortavam o cabelo ao redor da cabeça, na altura das orelhas. Usavam colares de dentes. Suas cabanas eram muito pequenas, baixas e sem nenhum conforto. Homens e mulheres usavam lanças de cérne de arceira, medindo as dos homens 2 m. 50 e a das mulheres 1 m. 50. Não fabricavam nenhum objeto de barro. Eram monógamos e pacíficos, não atacando nem os brancos nem aos demais índios. Suas palavras tinham acento agudo na última sílaba. Aos Chavantes os Coroados chamam Curutons.

CABELUDOS. Ocupavam as nascentes do Iguassú, campos de Curitiba e São José dos Pinhais. O nome deste povo foi evidentemente dado por Portugueses a tribus Ibirajaras.

IBIRAJARAS. Sul do rio Negro. Ibirajara é denominação dada pelos Tupis aos índios chamados Bilreiros e Caceiteiros, pelos portugueses. Capistrano de Abreu (*O Descobrimento do Brasil*, 34) chama-os a todos, Caiapós. Dada a incontestada autoridade deste autor, classificamos estes povos no grupo CRÊN de Martius, que corresponde ao grupo CAIAPÓ de von der Steinen.

GUALÁCHOS. O mapa "*Paraquariarum vulgo Paraguay cum adjacentibus*", primeiro construído pelos Jesuítas 1646-1649, coloca os Gualáchos desde o Campo Ibituruna (entre os rios Iguassú e Uruguai) que são os atuais Campos de Palmas, até ao ocidente da Serra do Mar, na altura de Cananéa. A carta de G. de l'Isle, de 1703, coloca-os na mesma região.

Com o gentio Gualácho, fundaram os jesuítas a redução de Nossa Senhora da Conceição de los Gualáchos, no Guaíra, nascente do Corumbataí, conjuntamente com Guaianás que constituíam maioria. "A existência de Gualáchos nas vizi-

nhanças de Vila Rica, diz Afonso de E. Taunay, ob. cit. pág. 139, — indica que estes índios não eram sinão Guaranís como os da margem direita do Paraná”. Mas J. P. Gay em sua *História da República Jesuítica do Paraguai*, nota n.º 18, esclarece este ponto quando diz que todas as nações do Guaira falavam o Guaraní, “excepto os Gualáchos e os Ibirajaras que tinham linguagem peregrina”.

3 — OS GÉS

BOTUCUDOS. Sul do Rio Negro e sertão do Tibagí. O centro de suas residências, pelo menos nos últimos tempos, foi a região de monte Taió, mas avançaram até Timbó e Canoinhas, e em suas correrias iam até aos bosques do litoral catarinense, e, para oeste, até Palmas.

O aspecto físico, o idioma e os costumes dos Botocudos, muito os distinguem dos outros índios. Parece que não estavam ainda localizados na região acima referida quando, em 1541, d. Alvaro Nunes Cabeza de Vaca atravessou sem precauções o alto Iguassú com sua numerosa expedição ao Paraguai, pois na descrição dessa viagem só há referências, aliás numerosas, aos Guaranís. Entretanto, ao retornar a expedição ao Iguassú, na região de oeste, teve notícias de índios bravios e desceu o rio em canoas policiadas, de ambas as margens, pela sua gente de armas.

O *Gé-Botucudo* parananense, que por largos anos foi o temor dos viajantes do caminho do sul, na direção do Rio Grande, desaparece sem que quasi nada se saiba dos seus costumes nem do seu vocabulário, o que já agora constitue uma das questões insolúveis de nossa pre-história.

O seu último reduto do Taió e suposições de que restos desse povo existiram homiziados nos sertões do Tibagí, passaram à história sem apreciável resultado para o seu conhecimento, levando-se, até, em conta de sua agressividade, muitas vezes práticas de que talvez fossem autores os Crêns, seus inimigos e sucessores no domínio da mesopotamia Iguassú-Urugui.

Esta opinião se baseia no dizer de Cleve: — “Os índios que assaltavam as comitivas da estrada da Mata, de Lapa ao Mato Castelhana, há um século e mais, não eram Botocudos. Os que davam esses assaltos, roubando e matando, eram es-

ses mesmos índios de Palmas, de Chopim e Chapecó, fato que ficou provado com o ataque feito à comitiva de Pedro de Siqueira Cortes, em viagem para o Rio Grande do Sul. Os índios mataram pessoas da comitiva e animais, levando o dinheiro e objetos por eles cobiçados, mas Pedro de Siqueira, defendendo-se valorosamente, assinalou um índio no rosto com a boca de uma arma de fogo. Esse índio era Vitorino Condá, célebre cacique dos Caigangs de Palmas, que confessou o fato e levou a cicatriz à cova". (Luiz de Cleve, in "O Guaíra" n.º 44 de 29 de Novembro de 1908).

Pelo que se vê o povo que se extinguiu no Taió e que antes dominara à esquerda do Iguassú, não chegou a ser convenientemente conhecido, ficando, assim, sem solução, uma das questões mais interessantes da nossa pre-história, por tratar-se do mais antigo tipo, chegado aos nossos dias, no gentio brasileiro.

"Que o grupo Gê-Botucudo seja o mais antigo representante da gentilidade Sul-Americana, hoje não se discute mais. Porém, sobre ligações desse grupo com os outros que se tem isolado, desde a chave de von Martius até as modernas investigações de Kivet, Koch-Grumberg e outros, há muito que indagar; tenho para mim que o problema etnológico mais interessante do Brasil indígena, deixando à margem questões insolúveis, é a ligação dos grupos entre si, a filiação das diferentes culturas que apresentam". (Roquete Pinto, *Rondonia*, 205).

O Dr. J. B. de Lacerda, que estudou crâneos encontrados em sambaquis, concluiu desse estudo que, ao lado de caracteres divergentes, a morfologia das séries consideradas "apresenta certos caracteres fixos que fazem destacar o tipo no meio de suas variantes — e que *as formas dos crâneos encontrados estabelecem notáveis analogias entre esses e os crâneos dos Botucudos*".

O Dr. Rodrigues Peixoto, que estudou todos os crâneos existentes no Museu Nacional, estabeleceu quatro tipos de crâneos bem caracterizados: — o do *Homem da Lagoa Santa* e do *Botucudo*, o do *Homem dos Sambaquis do Sul* e o do *Tupí*, e formulou a hipótese de ser o *Botucudo* "um produto do cruzamento entre o *Homem da Lagoa Santa* e uma outra raça, naturalmente o *Homem dos Sambaquis do Sul*".

Os caracteres craneológicos destas duas raças reproduzem-se atavicamente em alguns crâneos Botucudos. Ora é o tipo do *Homem da Lagoa Santa*, mais ou menos dissimulado; ora um crâneo maior, de paredes muito espessas, de aspecto muito mais grosseiro e caracterizado por um prognat-

tismo ainda mais considerável que o dos negros da África ocidental". (Rodrigues Peixoto, *Novos Estudos Craneológicos sobre os Botucudos*).

De onde proveio esse povo que as florestas e as serras entre o Iguassú e o Uruguai, abrigaram por anos incontáveis e que sitiados pelos Caingangs e pelos povoadores brancos veio a desaparecer reduzido a um núcleo quasi misterioso que a civilização destruiu com a mesma ferocidade que lhe atribuía ?

No grupo Gé colocaram Martius e Ehrenreich os Cariris ou Kiriris que "figuram com os nomes de Aimorés ao sul da Baía, de Botucudos em Espírito Santo e Minas, de Apinagés no Maranhão, de Bugres e Sinklão no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul". (Capistrano de Abreu, *O Descobrimento do Brasil*, 34).

Os Botucudos do extremo meridional de sua exurgência no Brasil, podem ser incluídos na denominação etnográfica (devida ao uso do batoque) de Ehrenreich, simplesmente por extensão, não porque este ou outro qualquer etnólogo os tivesse estudado, o que não aconteceu com os Botucudos do norte e do centro.

O Botucudo do Taió teria sido o resto de uma raça pura, um grupo degenerado pelo cruzamento ou um povo degradado em sua civilização ?

Estas perguntas têm sua razão de ser porque dos *do sul* quasi nada se conhece do seu vocabulário, e, ainda, — sabe-se que não desfiguravam os lobulos das orelhas e o nariz nem exageravam o batoque do lábio inferior como os Botucudos *do norte, do centro* e de *léste*.

H. von Ihering, tratando do *Homem do Taió*, opina representarem esses Botucudos "um grupo isolado dos Tapuias meridionais, diversos do dos Botucudos do Espírito Santo", pelo que lhe dá o nome de NOTOBOTUCUDOS, — que não é legítimo, que é bastardo.

Naturalmente o eminente cientista para assim qualificar os Botucudos do Paraná e Santa Catarina, teve em vista a talvez suposta circunstância de serem os GÉS de léste os mais incultos dos gentios brasileiros. "Os GÉS de léste são os mais primitivos, caçadores rudes e primevos, não conhecem a agricultura, não praticam a navegação, não sabem construir casas, desconhecem a cerâmica e a tecelagem, não conhecem o uso da rede". (João Ribeiro, *Hist. do Brasil*, 27).

Mas é justamente este o retrato etnográfico do *Homem do Taió*, que nem sequer de longe se assemelha aos GÉS ocidentais, aos Suiás do curso médio do Xingú, que são. *caba-*

neiros e oleiros e que já não usam batoque. Por este aspecto o Botucudo do sul é tão primitivo como os seus rudes parentes de léste, sem lhes faltar, também, a ferocidade, a todos êles comum.

O uso do batoque, pelo menos o seu exagero, também tem desaparecido entre os Botucudos *de léste*. Os do rio Panca, no Espírito Santo, já não o usavam em 1884, quando os visitou Erhenreich, mas uma das suas tribus, os Minhagiruns do rio Doce ainda traziam tais ornamentos quando W. Garbe, viajante naturalista do Museu de S. Paulo, em 1906 passou vários meses com esse gentio, estudando-lhe os costumes, berganhando objetos etnográficos e tirando fotografias.

Nada disto se poderia dar com os Botucudos do Taió, devido ao seu absoluto retraimento e extrema ferocidade, e que, entretanto, foram tidos por NOTOBUTUCUDOS por Ihering.

Com o *Homem do Taió* e os brancos e mesmo com os hordas Caigangs suas vizinhas ocidentais, nunca houve contacto sinão hostil. As modificações dos cotumes (desuso dos batoques nas orelhas e diminuição dos do lábio inferior) não foram, por conseguinte, devidos à influência dos brancos ou de raça indígena diversa, como ocorreu com os Botucudos do rio Doce, "que mantêm relação amigável com os moradores brasileiros e dêles recebem utensílios, fazendas e viveres". (Hermann von Ihering, *Os Botucudos do Rio Doce*, na Rev. Mus. Paul. vol VII).

Bem o diz o próprio Ihering: — "A parte mais fraca da etnografia do Brasil central e meridional, é o conhecimento dos tapuias".

CAPÍTULO III

A POSSE DA TERRA

- 1 — O Tratado de Tordesilhas
- 2 — Limite Português na costa do Sul
- 3 — Tratado de Madrid, de 1750
- 4 — Tratado de Santo Ildefonso, de 1777
- 5 — Soluções posteriores
- 6 — O povoamento inicial
- 7 — Povoamento ocidental pelos catelhanos (1554)
- 8 — Gobernación de Guaíra (1617)
- 9 — Os Bandeirantes Paulistas em Guaíra (1629-1632)
- 10 — Fim do domínio Espanhol em Guaíra
- 11 — Povoamento ocidental pelos Portuguêses
- 12 — O Litoral e o Planalto.

1. — Como remuneração dos serviços prestados ao cristianismo por alguns príncipes da dinastia d'Avis, vários pontífices (Nicolau V, Bula de 8 de Janeiro de 1454; Calixto, III, Bula de 13 de Março de 1455, confirmadas por Xisto IV) conferiram ao mestrado da Ordem de Cristo em Portugal a administração e padroado das terras adquiridas e por adquirir, desde o cabo Bojador até a Índia. Mas descoberto, pelo poente, um novo mundo por Colombo (1492), o Papa Alexandre VI (Bula de 4 de Maio de 1493) doou à Espanha todas as terras e ilhas descobertas e por descobrir que ficassem a leste de uma linha meridiana imaginada "a cem léguas das ilhas dos Açores e Cabo Verde".

O Papa era, então, arbitro supremo dos negócios entre os Príncipes Cristãos e usava do direito de "tudo ligar e desligar no Céu e na Terra" conforme o entendera Gregório VII. Ressentido, Portugal, pela postergação dos seus direitos, consignados por outros pontífices, enviou embaixadores ao Papa e aos reis católicos, mas êles nada obtiveram do que reclamaram. Na iminência porém de ser decidida a questão pelas armas e quando para isso uma esquadra luzitana já se mobilizava no Tejo, recebeu D. João II dois embaixadores de Carlos V. incumbidos do encaminhamento pacífico do pleito, por não convir à Espanha, então em guerra com vários países da Europa, nova complicação internacional e dessa vez com o seu mais próximo vizinho. Esse entendimento direto entre os dois reinos ibéricos se traduziu no tratado de Tordesilhas, de 7 de Junho de 1494, pelo qual a "linha Alexandrina", como ficou sendo chamada, se suporia lançada, não a 100, mas a 370 léguas ao poente do arquipélago do Cabo Verde (e não mais dos Açores) para a divisão do Oriente Português do Ocidente Espanhol.

Ficou estabelecido no tratado que a demarcação efetiva se realizasse dentro de dez meses; mas a referência ao arquipélago e não a um determinado ponto de partida para a

contagem das 370 léguas para o ocidente, deu lugar a discussões que duraram anos sem resultado.

O geógrafo Enciso, em 1519, opinou que a contagem se fizesse a partir da ponta mais ocidental da ilha de Santo Antão, que é a mais ocidental do referido arquipélago, assim também opinando D. Fernando, filho de Colombo, nas juntas de Badajós em 1542.

Outra questão também ficou por decidir: a da légua, que uns contavam de 16 $\frac{2}{3}$ ao grau e outros, como Colombo, Vespuccio, etc., de 15.

Dado que a medição partisse do ponto mais ocidental da ilha de Santo Antão e a légua adotada fosse de 16 $\frac{3}{4}$ ao grau (menos favorável para Portugal), a linha meridiana viria a correr um pouco à léste de Belém do Pará ao Norte e da Laguna ao Sul, segundo a verificação mais vulgarizada na época, entre portugueses; mas como tal verificação nunca se fez, pretendiam os castelhanos que a costa de Iguape fosse o ponto terminal da demarcação, como ainda em 1895 alegou eminente autor argentino, fixando-a a 47° 56' 5" a Oeste de Greenwich. (Estanislau S. Zeballos "*Maps showing the lends grandadby Spain to Portugal*")

De acordo com o tratado, se a linha tivesse de passar por algumas ilhas ou terra firmes, aí se levantariam torres ou sinais que serviriam como pontos de reparo para a imaginaria fronteira. Combinou-se que saíam de Cabo Verde, ao mesmo tempo, numeros iguas de navios espanhóis e portugueses para fazerem a famosa medição, o que afinal de contas nunca se fez por várias razões, sendo a principal a de se não saber fazer. A ciência do tempo ainda não encontrara meio de medir com precisão as longitudes.

Por essa razão e ainda pela conveniência, para Portugal, de deixar indecisa sua fronteira do Brasil com as possessões espanholas, visto como a linha delimitadora lhe interceptava expansão a um sedutor hinterland por correr à relativa pequena distância da costa meridiana atlantica, o acordo de Tordesilhas não foi, na prática, de nenhuma maneira obedecido.

2. — A divisão da costa do Brasil em lotes concedidos pelo soberano português fazia terminar o quinhão meridional na altura da Laguna, aí fixando o confim da linha meridiana; mas Pero Lopes de Souza, segundo instruções reservadas de seu soberano, em 1532 colocara padrões de posse no Rio da Prata, muito mais ao sul.

Por sua vez os espanhóis consideravam suas as terras meridionais a partir de Iguape, e procuravam à viva força nelas se estabelecer, no presuposto de que o meridiano divisorio aí terminava.

Mapas de navegadores espanhóis assinalam a altura do porto de Santa Catarina com a indicação: "*Terra de Vera*", denominação dada por D. Alvaro Nunes Cabeza de Vaca, em 1541, e a altura de Paranaguá com a inscrição "*Baya de la Corona de Castilla*". (Baía da Coroa de Castela).

Segundo recente trabalho de ilustre autor (*Ensaio da Carta Geral das Bandeiras Paulista*, Afonso E. Taunay), Paranaguá era o limite Sul do Brasil português segundo o meridiano de Tordesilhas. A linha de encontro do direito de Portugal com o da Espanha, passava justamente sobre a nossa histórica cidade de hoje e à pequena distância dela afundava no oceano.

As terras continentais daí em diante, pertenciam à Espanha.

O quinhão meridional da donatária de Pero Lopes era, pois, quasi uma ficção geográfica, porque a "linha de marcação", do Tratado de Tordesilhas terminava pouco além do ponto determinado para seu início.

Dando-se "12 léguas ao sul de Cananéa", como ponto de partida dessa linha em vez de se lhe determinar o sitio em que teria início, parece que se quiz propositadamente evitar justa reclamação castelhana, afim de possibilitar o intento português de atingir o Rio da Prata.

A posse que do ocidente ao meridiano Portugal veio a realizar, foi obra de sua conquista, facilitada pelo fato de ambas as coroas ibéricas haverem passado, de 1580 até 1640, ao trono dos Filipes, desaparecendo assim, com a anexação de Portugal à Espanha, os seus limites nacionais, quer no continente europeu, quer nas suas possessões ultramarinas.

O território que hoje fórma o Estado do Paraná pertenceu às duas donatárias mais meridionais concedidas no Brasil (1534-1535) à Martim Afonso de Souza e a Pedro Lopes de Souza, mais tarde conhecidas por capitânicas de "São Vicente" e de "Santo Amaro" e após 1624 simplesmente de "São Vicente" depois que constituíram a "Capitania de São Paulo".

As terras de que se compunham as doações feitas pelo soberano português D. João III, a essas personalidades de sua côrte, constituíram a região austral do Brasil Português, dividida em dois quinhões a cada um dêles.

O quinhão Norte, de Martim Afonso, começava na altura de Macaé e se estendia até $1/3$ da ilha de São Sebastião; e o quinhão Sul começava na barra de São Vicente e terminava na altura da barra de Paranaguá.

O quinhão Norte de Pero Lopes, começava a $2/3$ da ilha de São Sebastião e terminava na barra de São Vicente. O quinhão Sul começava na altura de barra de Paranaguá e vagamente se estendia até onde fosse da legítima conquista luzitana.

Na parte que mais nos interessa pertenciam à Martim Afonso a costa e o sertão correspondente à partir da barra de Paranaguá, até encontrar a linha meridiana limitadora das conquistas de Portugal e Espanha na América.

Neste rumo (altura de Laguna) termina o território colonial português. O fato do nosso país hoje se estender muito mais longamente na costa atlântica e abranger o Rio Grande do Sul é devido à ação dos bandeirantes paulistas, que a partir de 1635, invadiram aqueles formosos campos, em longos anos de lutas, preando o indígena e o gado alçado, senhoreando o território e o defendendo dos castelhanos até 1750, quando o domínio português foi ali finalmente reconhecido num tratado de limites, aliás efêmero, com a Espanha, mas restabelecido noutro em 1777.

3. — A situação dos limites territoriais das colônias luso-castelhanas estava tão profundamente perturbada que já era possível a Espanha pretender restaurar a fronteira do tratado de Tordesilhas, aliás nunca respeitada pelos paulistas.

Um novo acordo se impunha, no próprio interesse espanhol, que impedisse novas invasões portuguesas. Celebrou-se então, em 1750, o Tratado de Madrid, que na região que interessa ao nosso Estado estabeleceu a fronteira pelo Ibicuí até o Uruguai, por este abaixo até o Piperí, por este acima até suas cabeceiras, daí em reta até o Santo Antonio e por este até sua foz no Iguassú, por este até sua confluência no Paraná e por este acima até o Iguareí. Daí a fronteira prosseguia pelo Iguareí até suas cabeceiras, até encontrar o Paraguaí, etc.

Da linha de demarcação de Tordesilhas que partindo de $1 \frac{1}{3}$ da ilha de Marajó afundava no oceano na altura de Iguape (ou de Laguna, segundo os cálculos mais favoráveis) a fronteira de fato já andava, ao sul, pela margem setentrional do Prata e para o oeste até ao Paraguaí, o Madeira e o Javari, e foram estes os rumos adotados pelo tratado de 1750

— o que equivale dizer que, com pequenas diferenças, os que hoje formam a configuração do Brasil.

Desde sua assinatura foi o tratado de 1750 mal visto tanto em Portugal como na Espanha. As comissões mixtas incumbidas da demarcação da fronteira lutaram contra os maiores obstáculos, entre estes os que lhe opuzeram os jesuítas e os índios das suas missões por êles levantados com a simpatia dos povos castelhanos.

Neste interim a política européia modificava-se com a morte do rei espanhol. Uma nova convenção feita em 1761 anulava o tratado de Madrid (de 1750) e repunha o antigo estado de cousas: à Portugal restituía-se a Colonia do Sacramento e à Espanha as desventuradas Sete Missões". (João Ribeiro, *História do Brasil*, 321).

4. — Seguiu-se a guerra que durou 15 anos (1761-1777). O exercito de Cebalos ocupou o Rio Grande (1762) e a ilha de Santa Catarina (1777). Com a ascensão de D. Maria I (princesa espanhola) ao trono de Portugal, voltou a paz à península e às suas colonias e foi feito um acordo sobre as fronteiras dos domínios luzo-castelhanos na América, celebrando-se o tratado de Santo Ildefonso, de 1777.

Foram restituídas as terras conquistadas a Portugal no Rio Grande e Santa Catarina e retida pela Espanha a Colonia do Sacramento. Com alteração ao sul, a fronteira estabelecida pelo tratado de Santo Ildefonso (1777) é a mesma do Tratado de Madrid (1750) que fôra anulado em 1761.

A linha de separação partiu do arroio Chuí (33° 45') e da Lagoa Mirim ao Rio Negro e pelo divisor das águas do Uruguai até a confluência nêle do Pípirí. Daí em diante como já foi escrito.

5. — Duas questões suscitadas pela demarcação consequente do tratado de 1777, com as repúblicas do Paraguai e Argentina, vieram ter solução nos nossos dias. A primeira em 1873 e a segunda em 1894.

A linha demarcadora da fronteira com o Paraguai somente veio a ser assinalada após a guerra que tivemos com esse país, com o qual celebramos o tratado de 9 de Janeiro de 1873. A fronteira passou a ser pelo alveo do rio Paraná, desde a foz do Iguassú até ao salto grande das Sete Quedas, continuando pelo mais alto da Serra de Maracajú até onde ela finda. Daí em diante, fora das linhas com o nosso Estado, a linha divisória segue a linha reta pelos terrenos mais elevados a encontrar a serra Amambé e prossegue pelo mais

alto desta até a nascente principal do rio Apa e baixa pelo alveo deste até sua foz na margem oriental do rio Paraguai. Todas as vertentes que correm para o norte e léste pertencem ao Brasil e as que correm para o sul o oeste pertencem ao Paraguai. A ilha do Fecho dos Morros é do domínio do Brasil.

A questão com a Argentina, que ficou sendo impropriamente conhecida por questão "das Missões", era referente aos rios Chopim e Chapecó, que os nossos vizinhos pretendiam identificar como sendo o Santo Antonio e o Pipirí-Guassú, respectivamente, referidos pelo tratado de 177 e dados como linha divisória.

O dissídio durou muito tempo, foi muito acidentado e teve fim pelo laudo arbitral de Grover Cleveland, presidente dos Estados Unidos na América do Norte, de 5 de Fevereiro de 1894, que decidiu o litígio a favor do Brasil. Assim se estabeleceu a linha divisória, a partir do rio Uruguai, pelo talvegue deste e do Pipirí-Guassú, pelo mais alto do terreno entre a cabeceira principal deste e a do Santo Antonio e depois pelo talvegue do Santo Antonio e do Iguassú até a confluência deste no rio Paraná.

As cataratas do Iguassú foram partilhadas entre o Brasil e a Argentina, pelo talvegue do Salto União. "Por aí passa a linha divisória, e na parte inferior começa no sopé do referido Salto e continua deixando do lado argentino as outras quedas, até tranpôr a Garganta do Diabo". (Termo de 2 de Outubro de 1903 e Ata de 8 de Agosto de 1904).

6. — A história do Paraná até a terceira década do século XVII se constitui de dois grandes capítulos da história do domínio ibérico no sul do Novo Mundo.

O atual território do nosso Estado ficava ao ocidente da linha empírica de demarcação das conquistas reservadas a Portugal pelo tratado de Tordesilhas (1492) pois essa linha segundo os cosmógrafos espanhóis caía no mar na altura de Iguape, embora para os portugueses terminasse na altura da Laguna, e a expedição de Pero Lopes de Souza (1532) ainda mais ao sul procurasse estender o direito luzitano, colocando marcos na foz do rio da Prata.

Se prevalecesse a marcação da linha que terminava em Iguape, todo o território hoje paranaense estaria compreendido no direito espanhol. Se prevalecesse a linha que terminava na Laguna apenas uma estreita faixa marítima, que não excederia a Serra do Mar, seria do domínio português.

Além disso, o povoamento por portugueses, até o ano de 1600, somente havia tentado no planalto meridional o estabelecimento de S. Paulo. Na costa do sul eram êles senhores de zona que não ia além de Paranaguá. "Todo o vasto interior do Brasil permanecia desconhecido". (Lucio José dos Santos, *História de Minas Gerais*, 7).

Nenhum trecho da costa paranaense a esse tempo possuía população branca. Apenas vicentistas vinham traficar com tupiniquins em Superaguí e de 1585 a 1591 santistas, vicentistas e paulistas vinham assolar terras de Paranaguá preando índios Carijós.

O célebre mapa organizado segundo a carta de Johannes Blaeu, de Amsterdam, na forma usada pelos jesuitas e intitulado *Brasiliae pars Capitania S. Vicentii cum adjacentibus* (1553-1595) é um documento elucidativo de que até aquele último ano o nosso litoral e suas adjacências eram possuídos pelo gentio.

A povoação branca mais meridional da costa era Itanhaen, assim mencionada na convenção do mapa: — *Luzitanorum civitates extructates*. Ao norte de Itanhaên figuram S. Vicente e Santos no litoral e S. Paulo de Piratininga no interior. Tudo o mais ou era o deserto ou o império de numerosas nações de índios.

Apenas duas referências há no mapa de Johannes Blaeu à costa marítima paranaense: — *Ararapira e Paranatiú* (sic) — este nome fora e acima da enseada de Paranaguá, parecendo denominação genérica de largo têrecho de nossa orilha atlântica.

Ao longo do litoral e prolongadas para o interior, figuram numerosas cabanas de índios, com a extensiva inscrição: — *Infidelium sedes maxima ex parte incertae*. Os tamboios figuram desde a baía de Guaratuba até a altura do Curupacê, seguindo-se lhes os Muiramomis até as proximidades da Bertioga e os Guaianás dominando os caminhos de Santos e S. Vicente a S. Paulo até o rio Anhembí ou Tietê. Ao ocidente de S. Vicente e de Itanhaên e pelas praias da Juréa, de Iguape e de Cananéa, as tendas dos Tupinakis; seguindo-se-lhes para o sul, pelo território correspondente ao litoral e ao primeiro planalto paranaense, os Carijós.

Isto tudo, como já se viu, até o fim do século XVI.

7. — A esse tempo, porém, o efetivo domínio espanhol se estendia ao ocidente paranaense de hoje. Em *Ontiveros*, efêmera fundação junto à foz do Piquirí, à sua margem direita, uma légua distante das Sete Quedas, em 1554; *Ciudad*

Real del Guayra, também na confluência do Piquirí no Paraná três e meia légua a montante dos Saltos das Sete Quedas, de onde se ouvia o estrondo das águas “como se estivessem debaixo de el”; e *Vila Rica do Espírito Santo*, em 1576, “segundo dos grandes núcleos espanhóis da Província de Guaira”. (Afonso de E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, 14). *Vila Rica* foi logo depois transferida para a confluência de Corumbataí no Ivaí.

Os castelhanos dos “pueblos” de Ciudad Real e de Vila Rica reduziram a “commiendas” (servidão) a população indígena da província e a repartiram entre si. Só na comarca de Vila Rica do Espírito Santo havia mais de 200.000 guaranis nas margens dos rios e das montanhas como nos campos e pinhais “que se estendiam até S. Paulo, povoação do Brasil”, — escreve o padre Gay na sua *História Jesuítica do Paraguai*, 435).

8. — Até 1617 o território de Guaira, que efetivamente se estendia do Paranapanema ao Iguassú e do rio Paraná ao Tibagi e pretendia prolongar-se até a costa oriental e ter por portos atlânticos Cananéa e Santa Catarina (neste se mantendo o domínio castelhano durante 15 anos) — pertencia à província do Rio da Prata.

Naquele citado ano (1617) o vice-rei do Perú informando a Felipe II sobre as condições do domínio espanhol na América do Sul, sugeriu-lhe que Guaira constituisse uma Gobernación própria, o que foi determinado por Carta Régia de 16 de Dezembro.

Esta providência, ao que parece, não deu os resultados esperados; pois em 1620 nova sugestão era feita ao soberano espanhol a respeito das dificuldades constantes na administração da sua colônia americana.

Era então o governador paraguaio Hernando Arias de Saavedra, quem sugeria ao rei uma nova modificação na divisão das províncias meridionais do Vice Reinado do Perú, após ter compreendido que a província que lhe fora confiada pouco além ia, em grande parte, dos descobrimentos feitos até então, pois ainda era de decidida insubmissão a atitude das populações originárias em várias zonas de enorme extensão.

Era sua opinião que se possibilitasse um trabalho mais racional e ativo na conversão e civilização dos índios e “que fosse dada ao depositário da autoridade real uma ação menos vasta e portanto mais direta sobre todos os pontos desse imenso território e uma vigilância mais restritiva e ao mesmo

tempo mais fácil sôbre todos os ramos dos serviços públicos” (Demersay, obr. cit. 55).

Ainda esta sugestão foi prontamente atendida. Decreto régio de 1620 recompoz as divisões provinciais. “O Paraguai foi entregue à administração de dois governadores independentes um do outro, mas ambos submetidos à autoridade do Vice-Rei do Perú e à jurisdição da Audiência de Charcas. A cidade de Buenos Aires tornou-se capital do segundo govêrno e sede de um bispado. Consumado este desmembramento, Hernando de Saavedra pôde afinal gozar do repouso devido a seus serviços: — acabou seu sdias em Santa Fé de la Véra-Cruz, no meio da estima e da consideração pública.” (Demersay, obr. cit. 55).

9. — Mas já a esse tempo (1620) Guaira, que merecera em 1617 a denominação de Província constituída de duas cidades (Guaira e Vila Rica) concorrendo todo o resto do Paraguai com outras duas (Assunção, sede do govêrno e Santiago de Xeres), estava virtualmente perdida para a Espanha. Os bandeirantes paulistas já lhe assolavam periodicamente o vasto território capturando-lhes os índios independentes e isso presagiava o dia em que as reduções missionárias e os “pueblos” espanhóis seriam por sua vez atacados como aconteceu e destruidos como foram.

Em 1629 os estabelecimentos dos jesuitas, com exceção de Lorêto e Santo Inácio, que eram situados fora da vasta região mais povoada, foram completamente devastados pelos paulistas e em 1632 Vila Rica, único reduto espanhol capaz de oferecer resistência, estava sitiada por Antonio Raposo Tavares que punha na mais séria situação 4.500 sitiados brancos e índios.

Dirigiam a resistência espanhola o mestre de campo Francisco Benitez, lugar-tenente do governador e justiça maior de Vila Rica, o mestre de campo Ruy Ortiz Melgarejo, capitães Estevam Martin, Diogo de Vargas, alcaides ordinários, Lourenço del Villar, alfêres real, capitão de guerra Francisco Fernandes, o sargento-mor Agostinho Sanches e alguns moradores de maior importância como Lucas de Vilalva, João Alvares Martinez, Francisco Vasques e Gonçalo Portilho y Frias, membros do cabildo vilariquenho”. (Afonso E. de Taunay. *História das Bandeiras Paulistas*, II vol. 147).

O próprio bispo do Paraguai, d. Fray Cristobal de Aresti, vencendo as maiores dificuldades e perigos, foi ter à Vila Rica. onde animou a defesa exortando os combatentes nos pontos mais atacados, empunhando um crucifixo. “Ao seu lado

formavam o seu secretário, armado de escopeta" e quatro sacerdotes "con sus alfanjes". (Aut. e Obr. cit., 148).

Em breve viu o bispo a inutilidade da resistência e de acordo com o cabildo propoz a retirada para além do rio Paraná. A 20 de Outubro (1632) todos os vilariquenses se encontravam em Tapuitá, provincia de Maracajú.

Pouco tempo depois o governador do Paraguai, Juan Blasques de Valverde, informando o rei sobre a situação da provincia, dela traçava este quadro sombrio: — "De las (ciudades) que cobieram al (governo) do Paraguai (divisão de 1620), solo se conserva la ciudad de la Assunción donde está la catedral, porque de las otras tres (Guaira, Vila Rica e Xeres) las duas se habiam perdido totalmente y estaban poseidas y ocupadas de los indios enemigos, y la otra, que se llama Vila Rica, se habia desoblado por las invasiones a que estaba sujeta de los portugueses de la de San Pablo". (Pizarro Loureiro, *O Chaco Boreal*, 62).

10. — Assim terminou o domínio espanhol em Guaira. Levado pelo ímpeto das bandeiras paulistas para o poente do rio Paraná e na região de Xeres muito mais para oeste, desse fato resultou o aumento territorial do Brasil com a feição geográfica que apresenta hoje, dilatado de sua estreita faixa litoranea, a partir de Iguape, para a imensidão do ocidente.

Escravizados ou emigrados os guaraníes dos seus mais numerosos agrupamentos e vencidos os espanhóis nos seus últimos redutos, o território de Guaira foi invadido pelos Gês de além Paraná cujas tribus passaram a se estabelecer nos seus vastos domínios.

E quando, quasi século e meio depois, (1770) o capitão Francisco Lopes, miliciano curitibano, à frente de uma bandeira exploradora dos sertões de Guarapuava até Iguatemi, descobriu as ruinas de Vila Rica, cujos vestigios se resumiam em restos de casas e de templos, de olarias, ferrarias e moinhos e na existência de árvores frutíferas exóticas e pela extensão do seu arruamento a julgou maior que Paranaguá, — esboçava o governo lusitano, pelas ocupações territoriais, as lindes que haviam de prevalecer no tratado de 1777 entre as duas coroas partilhadoras da América do Sul.

Das ruinas de Vila Rica já então se erguiam os primeiros albores da grandeza territorial do Brasil futuro.

O miliciano curitibano, que havia de morrer em Iguatemi e que fôra o primeiro paulista a pisar o solo do último reduto castelhano depois da forçada retirada de 1632, já deve-

ria ter vislumbrado nos esbarrondados muros dos templos e dos moinhos de Vila Rica, a alma cívica de sua pátria ainda uma vez triunfante nos imensos sertões de Guaíra.

11. — Não se pode precisar o ano em que começou o povoamento efetivo do nosso litoral e do planalto correspondente, mas em ambos foi, sem dúvida, a exploração de ouro a origem das suas primeiras povoações: — a de Paranaguá e a de Curitiba. Tais fatos ocorreram quasi no fim da primeira metade do século XVII, porquanto, antes dessa época, não se tinha ainda iniciado em nenhuma parte do Brasil, o ciclo da mineração propriamente dita.

Demais, as questões de fronteiras com a Espanha, de Cananéa para o sul, em 1600 nada tinham adiantado a favor de Portugal e nesse citado ano ainda os mapas dos navegadores espanhóis assinalavam a costa de Paranaguá com a inscrição: — "*Baya de la Corona de Castilla*". E se assim era a situação política do litoral onde a divergência dos cosmógrafos dera ensejo a que o soberano português doasse a Pero Lopes de Souza as terras complementares da Capitania de Santo Amaro, demarcando esse quinhão ao sul da barra de Paranaguá; — ao ocidente da Serra do Mar a situação era diversa porque aí não havia dúvida de que a linha meridiana deixava o planalto inteiramente dentro do direito espanhól.

Sómente depois que os paulistas romperam a linha empírica demarcadora das duas conquistas ibéricas e destruíram os "pueblos" espanhóis e as reduções dos jesuitas em Guaíra, derrotando a pretensão do govêrno do Paraguaí de prolongar nesse rumo o seu domínio até ao Atlântico — foi que a diplomacia luzitana praticou ou permitiu os atos de posse e jurisdição portuguesas tanto no litoral de Paranaguá como no sertão de Curitiba.

12. — Já então esses lugares possuíam moradores, brancos e mamelucos, porém suas povoações não tinham nenhuma organização política nem haviam sido visitadas por autoridade alguma representativa do govêrno ou dos sucessores do primitivo donatário da Capitania de Santo Amaro. Não tardou, porém, o interesse por essas regiões, desde que o ouro começou a ser encontrado nos rios que descem da banda oriental da Serra do Mar e nas grupiaras e socavões das águas do Ribeira e do Assunguí, aliás o mesmo rio, que nasce nos campos de Curitiba e desagua na enseada de Igua-pe.

Começaram então os tempos históricos.

Apareceu o primeiro representante do Governador Geral das Minas e da Capitania Geral do Rio de Janeiro, na pessoa de Eleodoro Ebano Pereira, encarregado do exame, da administração e de novos descobrimentos de minas nos distritos do sul daquela Capitania. Em 1648, segundo informação do capitão-mor Lourenço de Andrade a Luiz Antonio Neves de Carvalho, de 30 de Novembro de 1797, Ebano Pereira remetia ao governador do Rio de Janeiro e este à Sua Magestade, "amostras de ouro e pedras gravadas dele", procedentes do planalto, que diz terem sido as primeiras colhidas no Brasil.

Em 1649 já esse Administrador das Minas dos Distritos do Sul se achava em Paranaguá, onde Gabriel de Lara, em 1646, descobrira ouro e manifestara minas da Provedoria de S. Paulo. Aí fundou o Administrador das Minas, naquele ano, (1649) Casa de Fundição para a barretagem, marcação e quintagem de ouro.

Pouco antes de 1640 já Gabriel de Lara (que em 1632 ainda residia em Iguape) dirigia um grupo de povoadores em Paranaguá, pois que nesse ano, a suas instâncias, o Governador do Rio de Janeiro autorizou a elevação do pelourinho na nova povoação. No ano seguinte Lara requeria a El-Rei a elevação do povoado à categoria de Vila, sendo deferido seu desejo por carta Régia de 29 de Julho de 1648 e designado o Ouvidor Geral Dr. Manoel Pereira Franco para nesse sentido promover as devidas diligências. As eleições para os cargos do governo local foram feitas em Dezembro do mesmo ano e a instalação da Vila ocorreu a 6 de Janeiro do ano seguinte.

Gabriel de Lara foi em Paranaguá preposto dos Locotenentes do Conde da Ilha do Príncipe, na capitania de Itanhaên. O Marquês de Cascais, porém, contendor do conde na sucessão do primeiro donatário de Santo Amaro, em 1656 criou a Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, confiando ao representante dos seus antagonistas o cargo de Governador. Somente em sessão de 1.º de Março de 1660 a Câmara local reconheceu os poderes conferidos a Gabriel de Lara, determinando, porém, o Governador do Rio de Janeiro, que então se achava em Paranaguá, que êle o exercesse "em nome de Sua Alteza". Lara passou a ser então Governador e Ouvidor da Capitania e Capitão-Mor e Alcaide-Mor da Vila.

O Governador da nova Capitania somente em 1668 visitou o planalto de Curitiba. Temou, então, posse da povoação.

ção de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, autorizou a elevação do pelourinho e investiu Mateus Martins Leme no cargo de Capitão-Mor Povoador. A povoação assim permaneceu, sob esse precário govêrno, até que a 29 de Março de 1693 foi pelos seus próprios moradores, com aquiescência do Capitão-Mor Mateus Leme, elevada à categoria de Vila.

Paranaguá era então a Vila litoranea mais meridional do Brasil e Curitiba a mais meridional e ocidental do sertão brasileiro.

CAPÍTULO IV

PROVINCIA INDIOCHRISTÃ
DE GUAÍRA

- 1 — As reduções da Companhia de Jesus (1610-1628).
- 2 — A Origem das Missões Jesuíticas no Paraguai.
- 3 — Os Êxitos do Sistema.
- 4 — Assaltos dos Bandeirantes e Exôdo dos Catecumenos.

1 — As Reduções da Companhia de Jesus

Data dos primeiros anos do século XVII a entrada dos jesuitas na região de Guaíra, então do domínio legal e de fato do governo do Paraguai e da sua Província Eclesiástica.

Moussy, "Memoire historique sur la decadence e la ruine des jesuites dans le bassin de la Plata", assinala o território onde se exerceu a ação dos missionários da Companhia de Jesus e que constituiu a Província de Guaíra, dizendo que se alongava, norte-sul, do Tietê ao Iguassú, tendo de latitude 3 graus e de longitude 2.

Entre o Tietê ou Anhambí desse tempo e o Paranapanema, não houve, entretanto, povoação índio-cristã, embora estivesse compreendida no campo de ação da catequese. As reduções foram fundadas ao sul do Paranapanema, do Rio Paraná ao Tibagí, a partir do ano de 1610.

"Chamamos reduções, diz Montoya na "Conquista Espiritual" aos povos de índios que vivendo à sua antiga usança nos montes, foram reduzidos pelas diligências dos padres a povoações grandes e à vida política e humana".

*** Deve-se ao governador do Paraguai, Hernando Arias Saavedra, a mudança do sistema de dominação dos índios seguido desde os primeiros tempos da conquista espanhola nos vastos territórios da bacia do Prata.

Ele próprio, quando pela primeira vez eleito (1591) governador, e de cujo cargo se demitiu, (1593) fôra um pacificador pelos violentos processos dos seus antecessores, mas, findas as chacinas com a submissão dos vencidos, a estes se mostrou sempre generoso. Saavedra foi o primeiro governador nascido em Assunção, e por isso, talvez, é que tinha pelos naturais do país menos fereza do que os arrogantes "adelantados" vindos da metrópole, cheios de desprezo pelos nativos.

Em 1601 foi-lhe o govêrno do Paraguai novamente confiado. Seu primeiro cuidado foi dilatar o efetivo domínio de Espanha sôbre territórios até então intransigentemente defendidos pelos naturais do país.

Marchou em direção ao estreito de Magalhães, batendo os índios numa extensão de 200 léguas, até que foi vencido e preso num desses encontros. Fugiu, refugiou-se em Buenos Aires, organizou nova tropa de guerreiros e conseguiu uma vantajosa revanche sôbre os índios pampeanos. Animado por essa vitória voltou-se contra os índios do Gran Chaco, e, ainda aí, triunfou sôbre os Guaicurús.

Em Guaira, porém, lhe estava reservada sorte bem diversa. Os índios guairenhos haviam se rebelado contra a escravidão, cada vez mais exigente de sacrifícios por parte dos "comendadores" espanhóis.

Voltando contra êles suas armas vitoriosas nos pampas e no Chaco, foi por toda a parte sucessivamente batido, com grandes perdas de soldados, até que teve a feliz idéia de propor a Felipe III que confiasse a pacificação e a conversão dos índios aos padres missionários. Carta Régia de 1608 acolheu essa proposta, e assim foi a Província de Guaira confiada à Companhia de Jesus.

Os primeiros missionários, em 1610, já se encontravam nos sertões da extensa região do Vice-Reinado do Perú sujeita à jurisdição da Província do Rio da Prata: — José Caltalino e Simão Maceta, no Pirapó; Lorenzana e Francisco de São Martinho, hóspedes do grande cacique Arapizandú, nas margens do Paraná.

Estava iniciada a conquista pacífica do país de Guairacá, uma das maiores obras dos guerreiros de Cristo.

*** As reduções fundadas na Província de Guaira, onde desde 1554 já existiam as povoações oficiais espanholas de Ontiveiros, Ciudad Real del Guaira e Vila Rica do Espírito Santo, foram inicialmente as treze seguintes segundo V. Martin de Moussy, obr. cit.

1. — N. S. de Loreto, capital da Missão, fundada em 1610, junto à foz do Pirapó no Paranapanema. Aí escreveu Montoya, em 1613, a "Arte y Vocabulario de la Lengua Guaraní" que serviu aos missionários para se entenderem com os índios e que foi um dos primeiros livros impressos na América, na redução de Santa Maria Maior. A segunda edição desse livro foi impressa em Madrid, em 1640. (Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras. vol. 36, pág. 437). A situação da redução

de Santa Maria Maior ficou bem assinalada pelo padre Gay na "História da República do Paraguai" (pág. 418) que assim a descreve: — "Pouco ao N. da foz do Iguassú no Paraná e quasi na latitude em que se achava, na margem esquerda, o destruido povo de "Santa Maria Maior", desagua, pelo lado direito, no Paraná, o rio Acaraí formado de vários rios". Foi em território paranaense, por conseguinte, que a imprensa começou a aparecer na América.

2. — Santo Inácio Mini, à esquerda do rio Santo Antonio, afluente do Paranapanema.
3. — São Francisco Xavier, à esquerda do rio Tibagi.
4. — São José, à esquerda do Rio Tibagi.
5. — Anunciación, à esquerda do rio Tibagi.
6. — São Miguel, à esquerda do rio Tibagi.
7. — Santo Antonio, à direita do rio Ivaí.
8. — São Pedro, à direita do Paranapanema.
9. — São Tomé, à esquerda do rio dos Fachinais, afluente do Ivaí.
10. — Los Angeles, à direita dos rios dos Fachinais.
11. — Concepción ou Santa Maria, à direita do Iguassú.
12. — São Paulo, à esquerda do rio Ivaí.
13. — Jesus Maria, à direita do rio Ivaí.

*** O Conego João Pedro Gay, "História da República Jesuítica do Paraguai", relaciona, assim, as reduções:

1. — Loreto
2. — Santo Inácio Mini
3. — São Xavier
4. — São José
5. — Anunciação
6. — S. Miguel
7. — Santo Antonio
8. — S. Pedro
9. — São Tomé
10. — Angeles
11. — Conceição
12. — São Paulo
13. — Jesus Maria.

*** Alfredo Ellis Junior, "O Bandeirismo Paulista e o Recúo do Meridiano" assinala as seguintes posições às reduções de Guaira:

RIO PARANAPANEMA

1. — Loreto
2. — Santo Inácio

RIO TIBAGÍ

3. — São José
4. — São Xavier
5. — São Paulo
6. — Encarnación
7. — Santo Antonio
8. — São Miguel

RIO IVAÍ

9. — Repete S. José
10. — São Tomé

RIO PIQUIRÍ

11. — Concepción
12. — Los Angeles
13. — S. Pedro

*** O mapa de Olmedilla, de 1775, assinala, ainda, outras reduções como as de

Copacabana, no rio Piquirí
Encarnación, no rio Tibagí
Los Archangels, no rio Piquirí
Tambo, no rio Piquirí

*** Outros autores acrescentam as seguintes, situadas no Rio Ivaí:

Santa Ana
Assiento de la Iglesia
São João Evangelista
São Roque.

*** Mapa da Capitania de São Paulo em 1800, assinala as seguintes situações para as ruínas de 12 reduções:

REDUÇÕES DO PARANAPANEMA

1. — Loreto
2. — Santo Inácio
3. — São Pedro

REDUÇÕES DO IVAÍ

4. — Jesus Maria
5. — São Tomé
6. — Archangelos
7. — Santo Antonio

REDUÇÕES DO TIBAGÍ

8. — São José
9. — São Xavier
10. — Encarnación
11. — São Miguel

REDUÇÃO DO IGUASSÚ

12. — Concepción

*** O célebre mapa "Paraquaria", 1646-1649, registra as seguintes reduções, então não havia muito tempo destruídas:

1. — Loreto
2. — Santo Inácio
3. — São Joseph
4. — São Xavier
5. — São Pablo
6. — Santo Antonio
7. — Encarnación
8. — São Miguel
9. — Archangeles
10. — N. S. da Pacauana
11. — Tambo
12. — Santa Maria
13. — São Tome.

*** Como se vê reina certa confusão acerca não somente das situações das reduções, como, ainda, quanto às suas denominações.

*** Eram as seguintes as denominações de diversas aldeias indígenas transformadas em reduções pelos jesuitas:

- Ibitirembetá*, São Francisco Xavier
Ipiturapina, Concepción
Iniaí, São Paulo
Tucuti, São José
Taioba, Los Angeles

Ipaumbucú, Santo Inácio
Natingui, Encarnación
Ibituruna, São Miguel

*** Era constante o alargamento da influência dos missionários sobre as aldeias indígenas de certo porte. De outras conseguiam eles retirar a população para as reduções próximas, o que acontecia até mesmo de uma para outra redução, como a de "Santa Ana" transferida para a de "Los Angeles".

Quando a ação missionária chegava a se exercer numa aldeia de maneira a tornar eficiente a direção do jesuita que tinha à seu cargo instruí-la nos deveres cristãos, era considerada redução e lhe era dado um padroeiro cujo nome sucedia à denominação indígena da localidade.

Aldeias índio-cristãs em preparo para a categoria de redução, eram, por exemplo, ao tempo da invasão bandeirante, as de "Cunhamungurú", no Ivaí e "Tambo" (já citada) e "tatu", no Piquirí.

A grande maioria dos povos indígenas reduzidos à direção dos jesuitas era guarani, nos seus diversos matizes, porém índios de outras nações foram também aldeados.

A redução de "S. José" era constituída de índios Camperos; a "Los Angeles", de Caingangues e Cabeludos; a de "S. Pedro", depois mudada para "São Tomé", de Guaianazes (por alguns considerados tapuias); a de "Concepción", de Gualachos e Guanazes, ambos Guaianazes. Em outras, eram mais ou menos numerosos os Carijós, Pés Largos, Teminós e Tupís.

*** Os índios aldeados pelos jesuitas subiam a mais de 100.000 por ocasião do ataque que lhes deu, em 1629, a bandeira de Manoel Preto e Antonio Raposo Tavares. Foram mortos na peleja 15.000 e 60.000 foram escravizados e vendidos em S. Paulo e em capitânicas do norte.

Foi tal a oferta de escravos índios, que o preço que era de 100\$000 nesses mercados, baixou a 20\$000 por "peça", que era então como se qualificava o selvagem submetido à escravidão.

Dos restantes uns debandaram pelo sertão e outros atravessaram o rio Paraná, conduzidos pelos denodados apóstolos de Guaíra à região entre os rios Uruguai e o Paraná, onde incansavelmente erigiram novas reduções.

2 — A Origem das Missões Jesuíticas no Paraguai

A história das fundações índio-cristãs levadas a efeito por missionários da Companhia de Jesus na Província de Guaíra, constitue o magistral esboço do sistema, novo então em todo o mundo, adotado pelos jesuitas para a conversão e civilização dos indígenas.

Os episódios de que se viu cercada essa formidável empresa de superior idealismo religioso, rematados pela conquista bandeirante vinte anos após, não permitiram aos seus insignes realizadores os êxitos que depois, nas Missões meridionais do Uruguai, tiveram como justo prêmio de inarráveis devotamentos e sobrehumanos sacrifícios, embora ainda aí tivessem tido novamente, por epílogo, a guerra e a destruição.

Em Guaíra o sistema teve os seus delineamentos práticos, a demonstração de sua eficiência, os seus primeiros resultados anunciadores de que nenhum outro plano de ação civilizadora do gentio lhe superaria em resultados.

À esquerda do Uruguai, onde resurgiram, redivivas, as reduções debandadas de Guaíra, o sistema conseguiu colimar os esperados êxitos, — e hoje ainda as ruínas dos templos triunfais aí atestam a vastidão e a beleza das conquistas da fé e da civilização.

A obra delineada no sertão paranaense e concluída na pampa do Rio Grande, representa uma página de relevo e brilho na história americana, escrita em esplendidas realidades pelos insignes missionários da Companhia de Jesus.

*** A origem mais remota das missões jesuíticas no Paraguai, a cujo govêrno pertencia o atual interlande paranaense, vem do pedido feito pelo primeiro Bispo de Tucuman, D. Francisco Vitória, com sede em Santiagó del Estero, aos provinciais da Companhia de Jesus no Brasil e no Perú para que lhe mandassem alguns padres dessa ordem, à vista do precario estado da religião em suas dioceses.

Do Perú lhe mandaram dois padres e um irmão leigo, e do Brasil lhe remeteu Anchieta os padres Leonardo Arminio, italiano, Juan Salonio, Tomaz Filds, escocezes, e Manoel de Ortega e Estevão de Grão, portugêses, tendo por superior o primeiro.

Depois da acidentada viagem até Buenos Aires, poucos anos antes fundada pela terceira vez, a missão veio a encontrar-se com os sacerdotes mandados do Perú.

Desde logo percebeu o padre Leonardo a inconveniência de intervirem nessas missões, pertencentes a duas províncias eclesiásticas e a dois govêrnos, em assuntos que diziam respeito a território que, embora pertencente a uma mesma coroa (Portugal estava então anexado à Espanha) ainda constituía ponto de dúvida das conquistas ibéricas. Voltou, pois, com o padre Estevão de Grão para o Brasil, ficando os demais, que dissentiram desse escrupulo, ao serviço da catequese.

Barsena, vindo do Perú e Ortega do Brasil, ficaram em Cordoba; e Salonio e Filds, em Santiago del Estero.

Em 1588 Ortega e Filds percorreram a província de Guaiara, e de volta à Assunção informaram à Salonio, então seu provincial, a existência de 200.000 índios na vasta região, "que pareciam cidadãos talhados para o reino dos Céus".

Dessa exploração nasceu a idéia de se substituírem as peregrinações missionárias por um método capaz de tornar duráveis e frutuosas as conversões. Reuniram-se em Salta os jesuitas já conhecedores do país, em suas diversas regiões, por ocasião da visita do padre Esteban Paez recém-chegado da Europa como inspetor dos trabalhos da Companhia no Perú, combinando-se que às expedições errantes se juntassem "os fundamentos dalguma cousa durável", pois que, "como a boa semente era a palavra, não bastando lançá-la à terra e seguir avante deixando-a abandonada ao acaso, mas era mister vigiá-la até dar frutos".

O padre visitador propoz, então, que "todo o país a léste do Paraguai e ao norte do Prata se deixasse aos jesuitas do Brasil, pela plausível razão de ficar ao alcance deles, que já eram senhores da língua falada nestas províncias e o Tucuman e Chaco recebessem do Perú seus missionários".

Esta resolução, recebida com regosijo em Tucuman, teve em Assunção, onde já lavrava certa animosidade contra os jesuitas, objeções inquietantes, argumentando-se que o Conselho das Índias não permitiria "que missionários portuguêses formassem estabelecimentos numa província catelhana", e, assim, que Portugal se encarregasse de fornecer socorros espirituais a um país que lhe não pertencia.

Até 1608 as missões continuaram como existiam antes: peregrinando pelos sertões, defendendo, convertendo e batizando índios. Mas em razão mesmo dessa obra de proteção, contra elas se levantou a opinião paraguaia, que via no jesuita um obstáculo à escravização do gentio.

Mas ainda nesse ano um despacho da côrte de Madrid transmitido ao Governador e ao Bispo de Assunção, lhes declarava "que os índios do Paraguai só pela espada do espiri-

to fossem subjugados, salvo se fizessem guerra aos espanhóis, justificando, assim, o emprego de medidas ofensivas. Doutra forma não se haviam de empregar sinão missionários na sua redução pois não queria Sua Magestade subditos à força, nem buscava privar da sua liberdade os povos desses países sinão para arrancá-los à vida selvagem e dissoluta e fazê-los conhecer e adorar a Deus tornando-se felizes neste mundo e no outro”.

O padre Diogo de Torres foi chamado a Assunção e consultado sobre a maneira de levar a efeito os altos propósitos da córte de Madrid. Prevaleceu, então, a idéia de serem os conversos “aldeiados e governados independentemente da jurisdição de qualquer cidade ou fortaleza de Sua Magestade a quem quer que, sob qualquer pretexto que fosse, quizesse sujeitar esses novos cristãos ao encargo de serviços pessoais”.

Aos padres José Cataldino e Simão Maceta, ambos italianos, se incumbiu a missão de executar as ordens régias, autorizados pelo Governador e pelo Bispo de Assunção.

Guaíra foi o campo de ensaio do sistema.

Nessa extensa Província apenas havia, então, dois sacerdotes, em Ciudad Real e em Vila Rica. “Um era frade vagabundo que, tendo perdido o habito de sua ordem, deshonorava as vestes cléricais que em lugar dêle vestira, e o outro tão ignorante que entrava em dúvida se possuiria os conhecimentos necessários para tornar válidos os sacramentos que administrava”. (Southey, *História do Brasil*, vol. 3, pág. 363).

Entretanto a população branca dessas duas cidades ainda de certa forma mantinha o espírito religioso dos seus antepassados, obscurecida embora pela depravação de costumes em que caíra e ansiava por uma oportunidade de legitimar seus casamentos “e de deitar fora a carga de pecados desde muito acumulados, assegurar a seus filhos direitos à salvação e obter para si própria passaporte regular para o reino dos céus”. (Southey, *ob. cit.* pág. 363).

Nestas condições, a chegada dos dois missionários despertou entre os guairenhos o maior contentamento; porém “desde que ali se soube a espécie de sistema que os jesuitas vinham autorizados a seguir, foram vistos com maus olhos”.

“De nada serviu representar àquela gente, diz Southey, que nada promoveria tanto os seus próprios interesses como medidas de humanidade; que a prática adotada por ela diminuía rapidamente a população; e que o único meio de evitar a fazer marcharem de par a civilização e a conversão. Taparam os espanhóis os ouvidos a todo o raciocínio, recusaram guias e quando um cacique das tribus entre as

quais tinham os padres resolvido fazer o seu primeiro ensaio veio a Vila Rica para guiá-los, foi posto a ferros e lançado num carcere. Com sua firmeza obtiveram os jesuitas a soltura do preso, e por êle guiados puzeram-se a caminho”.

Foram por terra até o Paranapanema, atravessando o sertão bravo de Apucarana e embarcando naquele rio aportaram, à margem esquerda, na foz do Pirapó.

Aí encontraram cerca de duzentas famílias guaraníes que Ortega e Filds haviam batizado e com elas fundaram a primeira redução, sob o novo sistema, a que denominaram N. S. de Loreto.

É assim que descrevem os padres Techo e Charlevoix as origens das reduções independentes de Guaira.

A Loreto, grandemente povoada por índios arrebanhados e convertidos no vasto país, logo se juntou, a seis milhas distante, a redução de Santo Inácio Mini, também em pouco tempo engrandecida.

A destemerosa e insigne falange missionária por sua vez aumentou e as reduções pontearam o país de Guairacá nas regiões do Iguassú, do Piquiri, do Ivaí, do Paranapanema e do Tibagi e os soldados de Cristo “conceberam então a idéia de uma república modelada pelo ideal que êles mesmos formavam da perfeição cristã”. (Charlevoix).

3 — Os Êxitos do Sistema em Guaira

O sistema adotado pelos jesuitas para a conversão do gentio de Guaira, assentou na vantagem da fundação de aldeias onde fosse constante a assistência dos religiosos, de preferência às visitas periódicas às suas tabas como ocorrera até então.

A essas aldeias para onde removiam os conversos chamaram “reduções”. Ao tempo da conquista do sertão, “reduzir” índios era prepará-los, como faziam os bandeirantes, para vendê-los ou escravizá-los às suas fazendas. Mas parece que ao denominarem “redução” às aldeias que fundaram, pretenderam os jesuitas significar que as constituíam “reduções”, isto é, defesas, à intromissão dos perseguidores dos índios, pois que ao tempo, nas terras da corôa de Castela, à qual Guaira pertencia, o gentio era repartido pelos senhores brancos, sob o odioso regime da “Janacona” e da “Mitaya”, para que os servissem como escravos, ou simplesmente caçados como o faziam os paulistas.

Da idéia da “redução” sobreveio o alto pensamento de se constituir, com o conjunto das “reduções”, uma república

guarani, segundo o ideal de perfeição cristã, da qual foi Guai-
ra a construção fundamental, prosseguida depois nas mis-
sões orientais entre os rios Uruguai e Paraná, em grande
parte em território atual do Rio Grande do Sul.

*** Santo Inácio Maior, ao ocidente do rio Paraná, foi
a primeira redução fundada de acordo com o novo sistema,
e a seguir Loreto e Santo Inácio Mini, ao sul do Paranapanema,
assumiram desde logo, a partir de 1610, a máxima pre-
ponderância na obra civilizadora exurgida no sertão sul-
americano, ao ponto de, por ocasião do seu forçado abandono,
rivalizarem com as melhores povoações do Paraguai, contan-
do a primeira novecentas famílias e a segunda oitocentas.

As igrejas eram maiores que as de Assunção e melhores
os seus ornatos, tendo os moradores chegado ao grau de ci-
vilização a que se propunha o sistema. (Southey, *Hist. do Brs.*
vol. 9, pág. 427).

Possuíam os conversos grandes rebanhos de gado, ti-
nham extensas plantações e não só proviam amplamente a
própria subsistência, mas até da sua abundância socorriam
os aldeamentos novos.

A princípio à cada família davam os jesuítas as semen-
tes precisas e dois bois para o trabalho de aração. Viram, po-
rém, em breve, que este sistema não se acomodava com a ín-
dole pródiga e imprevidente do gentio, e estabeleceram o re-
gime das lavouras coletivas, armazenando os produtos a dis-
tribuir pela comunidade na proporção de suas necessidades.

Com o gado se procedeu da mesma maneira, reunindo-
se os que haviam sido levados pelos primeiros fundadores de
reduções, em 1610, de maneira a se especializar sua criação,
com o que se multiplicaram satisfatoriamente.

Todos os demais trabalhos de interesse para o conforto
e progresso das reduções, foram sistematizados. Os próprios
padres não somente os dirigiam como eles próprios os realiza-
vam como estímulo e ensinamento. Fizeram-se, para isso,
cortadores de madeira, carpinteiros, oleiros, carreteiros, la-
vradores, tratadores de animais etc.

Na administração de cada redução imperava a autorida-
de do cura, mas havia um Alcaide e um Corregedor que em
regra eram caciques dos mais prestigiosos, cargos que sem
dúvida seriam meramente honoríficos, destinados a estabele-
cer a ordem na povoação, nesse caso confiada aos próprios
índios.

O alcaide fazia executar os programas dos trabalhos e
das festas e mantinha a ligação necessária com os demais

caciques, visto como cada núcleo de cem famílias possuía o seu chefe embora com autoridade muito reduzida pelo sistema.

A educação e alimentação das crianças era encargo público, embora ressidissem elas nas casas dos pais. Todos os dias, porém, compareciam à igreja 150 meninos e outras tantas meninas, assistiam a missa, que era seguida de lições de catecismo, leitura, escrita e música, e os rapazes almoçavam com o reitor, alimento que lhes era dado por conta do celeiro da comunidade.

Em grupos diferenciados pelos sexos e pelas idades, ao cuidado de censores escolhidos entre eles próprios, iam tratar de suas ocupações: os rapazes nas lavouras e na limpeza das ruas e caminhos da redução e as raparigas na colheita ou na fiacção do algodão e outros misteres delicados.

Para tudo isso havia uma ordem estabelecida e rigorosamente seguida. À tarde faziam novamente oração no templo. Os rapazes jantavam com o reitor e as raparigas se ocupavam dos trabalhos domésticos, nas suas respectivas casas, e folgavam em jogos que os padres lhes ensinavam ou nos de uso tradicional dos índios, que eram em grande parte inteligentemente tolerados.

A saída do templo ou a entrada para o trabalho eram feitas com canticos. O ensino era em guaraní, língua oficial da comunidade.

Os sinos, pifanos e campainhas, alegravam e estimulavam todos os atos a que os catechumenos eram chamados a praticar no templo ou na praça da redução.

Às festas religiosas comparecia toda a população, obrigatoriamente. A do Santo padroeiro da redução era a mais pomposa. Erguiam então os índios numerosos arcos de folhagem pelas ruas onde passava a procissão e a esses arcos prendiam o produto das últimas caçadas e colheitas numa mostra geral de suas atividades.

Seguiam-se festas profanas, algumas de origem bárbara, que se prolongavam até a noite.

*** Da redução de Santo Inácio Mini, reorganizada e transferida pelo padre Roque Gonzalez de Santa Cruz do local onde teve início para o definitivo, em 1612, diz Guevara que era a mais bela povoação do seu genero, incessantemente aumentada.

O padre Roque tivera a boa lembrança de traçar um modelo para as casas e o seu conveniente arruamento, o que

foi realizado com sucesso e prevaleceu depois em todos os povos jesuíticos que se fundaram.

“A nova povoação era dividida em nove quadras, uma para a praça, as outras cada qual com seis edifícios de cem pés de frente, contando cinco habitações para as famílias. (Teschauer, *Vida e Obras do Padre Róque Gonzalez de Santa Cruz*, Rev. Hist. Geogr. Rio Grande do Sul, ano VIII, pág. 321).

Em carta ao seu Provincial conta o Padre Róque Gonzalez o que era uma festa do Padroeiro na redução de Santo Inácio por êle fundada:

“Para a festa preparavam-se muitos dias, levantando arcos na praça por onde havia de passar a procissão. Saíam na véspera a cavalo e à noite faziam grande iluminação e estrepitoso alarido com flautas, campainhas, tambores e trombetas; — e todos à uma só voz chamavam por Santo Inácio, parecendo estarem fora de si de contentes. Mas o que levou o regozijo ao auge foi verem subir uns foguetes, cousa inteiramente nova para êles. Desta forma passavam toda a noite em claro, ultimando os preparativos”.

“No dia da festa apinhou-se a igreja de gente, de sorte que muitos tiveram que ficar fora. Depois da missa cantada começaram as dansas apropriadas. Muito agradaram uns rapazes pintados e adereçados com gosto, que vieram em nome dos tuxauas principais do povo com seus presentes de papagaios, perdizes, porcos, tatús e outros animais para ofertá-los ao Santo”.

“Depois seguiram-se outros meninos com presentes cada um dizendo o nome do tuxaua ofertante.

Finda esta cerimônia saíu a procissão, diz o Padre Róque, indo “um andor ricamente enfeitado e nêle a preciosa reliquia com que Vossa Reverendíssima (refere-se ao Provincial) os mimoseou, e ao pé da reliquia uma bela imagem de Nosso Santo Padre, propriedade da redução.

“O prestito passou por baixo dos arcos muito bem adornados e vistosos pela variedade de frutos e animais de caça que os rodeavam, tendo-se esmerado os índios em levar vantagem uns dos outros”.

*** Por ocasião da festa do padroeiro havia a “bênção das sementes” que deveriam ser plantadas, ato ao qual se dava toda a solenidade merecida, pois da terra por êles próprios lavrada é que haviam de obter os recursos para se poderem manter em estado de civilização, isolados como se achavam, por dezenas de léguas, de outra qualquer sociedade cristã.

*** Não são muitas as descrições e assim mesmo mais ou menos fragmentárias, que se podem obter das reduções de Guaíra. As que reunimos neste capítulo, contudo, já dão uma idéa do delineamento da civilização da de Santo Inácio, e, como se sabe, em todas as povoações dirigidas pelos missionários jesuitas regulavam o mesmo sistema de organização e os mesmos elevados processos de ordem.

A educação das crianças, o entendimento de que essa educação, nos seus três estados — físico, moral e intelectual — era dever da administração pública e interesse imediato da comunidade; o zelo vigilante pela elevação dos sentimentos do gentio por meio das práticas cristãs; a tolerância da hierarquia tribal e sua adaptação aos cargos correspondentes à organização espanhola; o conforto e a possível estética das casas e urbanização do vilarejo; as grandes lavouras coletivas, armazenamento geral dos produtos e sua distribuição sistemática ao consumo público; a criação pastoril, como a introdução do gado bovino, suíno, ovino e equino; a fiação do algodão e da lã; a fabricação de farinhas de trigo, milho e mandioca em escala capaz de prover abundantemente todas as necessidades da redução; a fabricação do queijo e do vinho; etc., tudo isso é obra civilizadora em avançado início, que em certas modalidades sobreleva mesmo o estado atual de muitas das nossas sociedades políticas.

*** Quando nenhum núcleo de população branca ou por brancos dirigida existia ainda em nenhum outro ponto do território hoje paranaense, e Paranaguá, o primeiro formado por portugueses, somente cerca de 40 anos mais tarde havia de ser fundado, já os missionários da Companhia de Jesus mantinham, em franco elance de ordem e de progresso, em recantos dos vales do Paranapanema, do Tibagi, do Ivaí, do Piquirí e do Iguassú, treze povoações índio-cristãs, com uma população de mais de 100.000 habitantes.

4 — O Exôdo dos Catechumenos

As reduções de Loreto e de Santo Inácio Mini, pelas suas situações no extremo norte da província de Guaíra, distantes por conseguinte das zonas de maior concentração desses estabelecimentos e dos caminhos seguidos pelos bandeirantes, que eram no alto Tibagi, ficaram a salvo dos ataques paulistas.

Diante da premente situação da obra admirável em quasi sua totalidade caída em ruína ao ímpeto da bandeira de Raposo e Manoel Preto, cumpria aos seus devotados construtores salvar os catecumenos remanescentes, debandados e extraviados no sertão.

Em obediência, pois, à previdente recomendação do seu provincial Padre Francisco Vasques Trujillo, reuniram-se os jesuitas em conselho e resolveram abandonar Guaira, para o que concentraram nas duas citadas reduções poupadas, os 12.000 conversos que conseguiram salvar da escravidão.

Os padres Montoya, Dias Tanho e Simão Maceta, foram os incumbidos de dirigir o exôdo, auxiliados por mais quatro padres.

Três figuras formidáveis, que a história do cristianismo projetou, como um clarão, nos sertões meridionais do Novo Mundo, que o destino escolhera, ainda uma vez, para a missão quasi sobre-humana de pôr a salvo 12.000 criaturas perseguidas por toda a espécie de perigos, através da imensidade das distâncias, da inclemência dos inimigos, das precárias condições do exôdo!

É Montoya quem relata, através do resumo que vamos tentar fazer, o que foi essa travessia pelo Paranapanema abaixo, depois pelo Paraná, até a mesopotamia Paraná-Urugui, onde os denodados apóstolos iam reconstruir a formidável empresa da fé fracassada em Guaira. (Montoya, "*Conquistista Espiritual*", Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol VI).

Em pouco tempo 700 jangadas e numerosas canoas estiveram prontas, à margem do Paranapanema, desde a foz do Pirapó à de Santo Inácio, e foram lançadas ao grande rio ponteadado de cachoeiras, e 12.000 índios, guiados por sete padres, se confiaram àquelas águas em rápido declive para o Rio Mar.

"Parecia um dia de juízo, diz Montoya, aquele em que fizemos a mudança".

A dois dias de viagem, as vedetas distribuidas pelas possíveis entradas dos bandeirantes e pelas vizinhanças das reduções abandonadas, alcançaram a flotilha, com os últimos avisos. Os mamelucos tinham atingido as povoações do Paranapanema, e, irritados por encontrá-las abandonadas, depredaram os seus templos e estabeleceram-se nos aposentos dos missionários "que foram pousadas de vida santa, manchando-os com muitas mulheres que tinham apanhado, fazendo ver a essas paredes entre as quais se passavam vida sem mácula, procedimentos imundos e hediondos".

Do lado dos espanhóis da Ciudad Real, na foz do Piquirí, vinham também péssimas notícias. Constava que “uns cristãos, moradores de Guaíra, ali se tinham entrincheirado com alta estacada para nos esperarem e caírem sobre nossos filhos “escreve Montoya.

“Nós, os sete padres, nos reunimos e conversamos a respeito. À nossa retaguarda deixamos os de São Paulo, inimigos dos nossos filhos; à nossa frente, do lado para onde havíamos de ir, temos nos de Guaíra outros inimigos. De que maneira nos aviremos? Si demorarmos muito talvez nos alcancem os portugueses que vêm ao nosso encalço; si formos para diante estaremos às mãos dos brancos que nos esperam. Certamente si aqui ficarmos as jangadas se avariarão e não será mais possível irmos por água e passarmos aquela cachoeira terrível”, — diz referindo-se aos Saltos das Sete Quedas.

Montoya resolveu seguir à frente da flotilha, em canoa, e se entender com a gente entrincheirada à margem do Paraná.

“Entrei no seu arraial, declarei-lhes a condição pacífica de nossa gente e mostrei-lhes também que eles eram maus. Não quiseram ouvir-me em verdade e sacaram cinco espadas dirigidas para meu peito, querendo agarrar-me, mas não me deixei vencer por eles e safei-me por entre as espadas, para junto dos meus companheiros. Outros padres foram ter com eles, sem resultado. Mais vezes lhes repetimos nossos rogos para que nos abrissem o caminho e como de nada dessem fé, me abalancei a falar-lhes forte dizendo-lhes: — “Já por três vezes nós nos humilhamos bastante para vos pedir que nos desseis caminho e não quizesteis ouvir-nos. Por aqui, contudo, havemos de passar! Acautelai-vos, pois! Si fizerdes mal aos nossos filhos, si vos assoberbades e os matardes, sereis malditos! Já vos declaramos bastante”. E vendo eu uma mulher no meio deles, disse ainda: — “Arredai essa mulher para que se não ache neste dia um cadáver de mulher entre os cadáveres dos homens”!

Já então os espanhóis de Guaíra sabiam quão numerosa era a gente que os padres conduziam e eles eram em número muito inferior. A avalanche passaria a isso se dispuzessem e em tais condições resolveram os guairenhos espanhóis desistir da arriscada empresa e lhes ceder o passo.

“Ali pousou a gente toda que saiu das jandagas e das canoas”. Os sacrifícios que até então haviam assediado a tumultuária caravana de retirantes, estavam, porém, bem longe do seu fim. Um obstáculo formidável lhe deparava a na-

tureza na zona das cataratas do Guaira, e era mister transportá-la.

Devido à grande furia com que se precipitavam as águas, não foi lançada a esquadilha de jangadas. “Não obstante, porém, por experiência, lançamos 300 canoas vazias, com este intuito: ao menos uma veríamos sair salva, pois em verdade depois de vencermos 25 léguas por terra, precisaremos embarcar outra vez”.

As 300 canoas se espatifaram e assim reduzidas a pedaços ericaram as águas turbilhonantes.

Mais de 30 léguas era, pois, preciso percorrer à pé, por “caminhos asperrimos”, e ainda assim às pressas, pois “segundo se sabia vinham os paulistas rapidamente à retarguarda”.

A rudeza da viagem obrigava a redução das cargas ao mínimo possível. “Cousas destinadas à adoração de Deus, as violas, rabécas, flautas, trombetas, foram sendo deixadas à toa”.

Dentro de oito dias de extenuante caminhada chegaram ao ponto do rio onde esperavam embarcar de novo “supondo que os padres residentes no baixo Paraná tivessem para ali mandado canoas e mantimentos”.

“Ali não encontramos cousa alguma. Os padres estavam muito mais longe e as notícias que nós lhes tínhamos mandado somente depois de muita demora chegaram até eles”.

Acamparam, então, por alguns dias, que foram empregados na construção de canoas e de balsas de taquarussú. Foram os retirantes organizados em quatro colunas — três de pessoas mais fortes, capazes, ainda, de continuar a penosa marcha a pé, margeando o rio Paraná, e a restante dos doentes, velhos e estropiados, que seguiria embarcada. “Todas essas embarcações tinham, porém, péssimas condições de navegabilidade e muitas delas sossobraram. Muita gente também pereceu por se extraviar na floresta, à cata de frutos. Centenas de índios morreram assim”.

A fadiga, os obstáculos cada vez maiores e os mantimentos, reduzidos a quasi nada, as doenças, os acidentes que se multiplicavam, iam penetrando de desalento a expedição.

O próprio padre Montoya, em dado instante, pareceu descrever da salvação. E de mãos postas bradou para o céu esta aflita exclamação: — “Meu Deus! Seria somente para isto que tiraste esta gente daquela terra para em caminho vir depois perdê-la, oh meu Senhor? Em verdade então puzeste-me à frente deste povo para, depois de me entristecer com a sua miséria, vê-lo morrer assim por fim de contas?”

Quem sabe si não fôra preferível a essa gente, em vez de vir ser aqui cousa para saciar os peixes, ter-se-lhe deixado ficar às mãos do inimigo, pois às mãos dêles podia ainda viver, ao passo que aqui perece e se torna pasto da voracidade dos animais!”

*** Nesta triste emergência, porém, chegaram os socorros. As canoas dos padres do baixo Paraná receberam os retirantes e os transportaram à outra margem do rio, junto ao Iberibe, onde acampou, quasi aniquilada, a gente fugitiva.

Não estava, ainda assim, findo o martírio!

Os alimentos trazidos de Corrientes pelos padres e pelo Mestre de Campo Manoel Cabral, apenas chegaram para os primeiros dias. Os recursos naturais da região foram todos consumidos.

Sobreveio a fome, com todos os seus horrores... “Nada chegava bastante. Por esse motivo couro de vaca já seco, e até cobras, sapos e mais quanta cousa se via, agarravam para comer”.

Em consequência, uma epidemia devastou os fugitivos. “Dois mil morreram depois de terem tomado o sacramento”.

Tinham debalde tratado de mandar fazer roças e debalde repartido sementes pela gente! Devorados pela fome ou comiam as sementes que deviam plantar, ou depois de as haverem plantado as tiravam da terra para comê-las. “Esta imprevidência a que eram levados pelo desespero, ameaçava a todos de um mal maior que a própria epidemia e por isso àqueles que assim procediam mandamos meter na cadeia, só os soltando depois que as plantações tinham brotado e se desenvolviam. Se assim não fizéssemos, a fome não se acabaria e toda aquela gente teria perecido”.

*** Mas tanto sacrifício ia finalmente terminar. “As possibilidades do sertão fizeram nascer às margens dos rios uns aipos que crescem até ao tamanho de meia vara e têm gosto semelhante ao sal. Cada dia os arrancavam e Deus nosso Senhor os fazia brotar outra vez para ter o povo o que comer, e assim a gente sarou prontamente das camaras de sangue que tinham dizimado a povoação”.

“Aos judeus deu Deus o maná no deserto. Como este maná encontraram também os nossos filhos o alimento e o remédio que os salvaram”.

A seguir a situação se transmutou. Novos recursos lhes trouxeram os padres do baixo Paraná. Treze mil vacas fo-

ram postas à disposição dos torturados pela fome, que com esse recurso se fartaram por alguns dias.

Chegou de novo a estação propícia às plantações, e essa gente se empenhou em se garantir com futuras colheitas, que foram abundantes em milho, feijão, mandioca, batata e regular em algodão.

Foi adquirido um rebanho de 1800 ovelhas, cuja lã supriu a deficiência do algodão. Plantéis de porcos, patos, galinhas e pombos, se multiplicaram bastante e tudo voltou em abundância àquela gente sábia e devotadamente dirigida.

Um templo foi erigido, grande e belo, e a vida dos antigos cristãos de Loreto e Santo Inácio, estimulada pelas provações, exsurgiu de novo para prosseguir a obra que todas as perseguições e todas as vicissitudes não puderam completamente destruir.

Southey, historiador protestante, diz: "Tantas calamidades teriam desanimado homens estimulados por motivos menos altos que o zêlo religioso. Continuaram os jesuitas com os seus esforços com o mesmo ardor, mas infelizmente para um lado que os expunha a novos ataques dos seus vigilantes inimigos.

E Guaíra renasceu no Tape do Rio Grande do Sul, mais bela e mais formosa e florescente.

De novo veio a ser perseguida e devastada ?

Contudo nenhuma obra de paz e de amor foi mais bela do que essa que os jesuitas edificaram, com alma e coração, nos sertões do Novo Mundo.

CAPÍTULO V

CAMINHOS HISTÓRICOS

- 1 — Peabirú ou Caminho de S. Tomé**
- 2 — Caminho Fluvial do Cubatão**
- 3 — Caminho Terrestre do Cubatão**
- 4 — Caminhos do Itupava e do Arraial**
- 5 — Caminho de Sorocaba a Viamão**
- 6 — Estrada da Graciosa**
- 7 — Estrada para Mato Grosso.**

1 — Peabirú ou Caminho de S. Tomé

Chamavam os índios Peabirú a um caminho précolombiano que se estendia por mais de 200 léguas, da costa de S. Vicente ao Rio Paraná, atravessando os rios Tibagí, Ivaí e Piquirí, por onde os povos indígenas se comunicavam com o mar e com as regiões mais distantes do ocidente. Ao poente do Paraná o caminho prosseguia, atingindo o Perú e a costa do Pacífico.

Os bandeirantes utilizaram-se do caminho de Peabirú em todas as direções da linha tronco e dos seus ramais. Se vinham pela linha tronco, o itinerário era S. Vicente-Piratinga (São Paulo), Sorocaba, Botucátú, Tibagí, Ivaí, Piquirí. Se vinham pelo Tietê, atravessavam o Paranapanema próximo a foz do Pirapó, subiam pela margem deste em direção ao Ivaí, que atravessavam pouco acima do seu afluente então denominado rio da Guia, margeando à esquerda o rio principal, até ao atual Campo do Mourão.

A igual distância do Ivaí e do Piquirí, o caminho que se bifurcava para o sul ia ter ao Iguassú no ponto em que este rio, na sua margem esquerda, recebe o Santo Antonio. (Mapa da Capitania de S. Paulo, de Rodrigues Montezino, n.º 19 A, da Coleção do Barão do Rio Branco).

Por esse caminho ou por parte dêle transitaram, no século XVI, numerosas pessoas e expedições, das quais, em 1541, Cabeza de Vaca e seu séquito militar, em direção ao Paraguai (Assunção); Joahann Ferdinando, vindo de Assunção com a missão de incrementar o cultivo da mandioca em Santa Catarina, para o suprimento dos navios castelhanos, em 1549; os companheiros de Hans Staden ("a maior parte dos nossos", diz o autor das *Viagens e Cativos entre os Selvagens do Brasil*) que em 1551 deliberaram seguir por terra à Assunção; Ullrich Schmidel, em 1553 vindo do Paraguai para S. Vicente; o grande missionário Padre Leonardo Nunes quando pretendeu reunir em aldeia crianças indígenas para

as educar; os irmãos Pedro Correia e João de Souza, pacificadores do Carijós do ocidente e vítimas de sua abnegação apostólica; Juan de Salazar de Espinosa, Cipriano de Góes e Ruy Diaz Melgarejo, governador de Vila Rica do Espírito Santo, no Guaira, aos quais as autoridades vicentinas negaram licença para seguirem para o Paraguai, por terra, e que não somente o fizeram, em 1556, "sin hacer daño a la tierra ni a cosa della", como levaram 12 soldados (do séquito de Salazar) e 6 portugueses (do de Góes), as esposas de Salazar e de Góes e duas cunhadas do primeiro. (Taunay *Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*, vol. 1, 206); Diogo Nunes na sua viagem ao Paraguai e ao Perú; Braz Cubas e Luiz Martins, que em 1562 vararam trezentas léguas de sertão; etc., tudo isso antes e depois de haver Tomé de Souza, em 1552, mandado obstruir o caminho que da costa de Santa Catarina ia ter ao Rio da Prata (Assunção) e que era um dos ramos da linha tronco de Peabirú.

Gentil de Moura, em comunicação feita ao Instituto Histórico de S. Paulo, em 1910 (*O Caminho do Paraguai a Santo André da Borda do Campo*), identificando o itinerário seguido por Ullrich Schmidel, o alemão que regressou de Assunção em 1553, onde, como militar, serviu aos govêrnos de Fernando Mendonza, Irala e Cabeza de Vaca, — dá do caminho de Peabirú as melhores informações dentre as de todos os autores:

"Partindo de Assunção, desceu o Paraguai e subiu o Paraná até a barra do Iguassú; daí seguiu pela margem direita até a altura do rio Cotegipe; em seguida atravessou os rios Piquirí, Cantú e outros afluentes desses rios; transpôs a serra da Esperança; passou pelas cabeceiras do Curumbataí e foi cruzar o Ivaí nas proximidades de Terezina. Depois, em rumo de sudoeste, foi passar nas cabeceiras do Tibagi, onde deixou o caminho para Santa Catarina, pelo qual subiu Cabeza de Vaca. Aí, tomando à esquerda, pendeu para as matas do vale do Assunguí, passou pela aldeia dos Bilreiros e de Carieseba, onde logo adiante encontrou a encruzilhada do caminho que descia para Cananéa.

"Prosseguindo, porém, sempre à esquerda, deixou o vale do Assunguí e foi sair nos Campos da Faxina, Capão Bonito e Itapetininga, pelos quais seguiu até as proximidades de S. Miguel Archanjo, deixando outra encruzilhada que servia para ligar Cananéa à região de Piratininga.

"Desse ponto, diz o autor citado, pelos campos de Sarapuí e de Sorocaba, foi sair em Biesale, mais tarde Maniçoba ou Japiuva e hoje Itú, donde procurou o rio Tietê por cujas

margens seguiu até as proximidades do rio Jurubatuba. Descansou três dias na aldeia desse nome até que finalmente chegou a S. André”.

Após a entrada dos padres jesuitas no território de Guaíra (1610), o caminho de Peabirú foi dado como sendo o trilho percorrido pelo apóstolo São Tomé em sua peregrinação na América e passou a denominar-se caminho de São Tomé. A versão da vinda do apóstolo ao Novo Mundo, era, aliás, corrente entre os índios da região atravessada pelo Peabirú e mesmo em sertão não visitado ainda por missionários. Não somente no Brasil e no Paraguai mas em toda a América do Sul era corrente entre os indígenas a notícia de que um homem extraordinário por aí andara pregando o Evangelho; que fôra êle quem ensinára como se podia utilizar a Mandioca e a Herva-Mate, que depois disso se tornaram base da alimentação geral; que predissera o fastigio e a destruição de Guaíra; que anunciára a vinda de missionários que lhes haviam de dizer as mesmas cousas que êle dizia. Numa rocha à margem do Piquirí diziam haver as pegadas de Sumé ou Zumé ou Tomé e que os trilhos que percorreu de uma a outra costa do continente (do Pacífico ao Atlântico) nunca mais se fecharam. Que esse trilho era o Peabirú.

O conego Fernandes Pinheiro sugere que “a tradição de S. Tomé é obra e invenção dos jesuitas”; mas o Padre Rafael Galanti (*Compendio de História do Brasil*, vol. I, 117) diz que a “Cópia der Newen Zeytung auss Presillg I Landt”, que deve ter sido impressa em 1508, segundo Wiese, refere a mesma tradição na costa do Brasil. Southey (*Hist. do Brasil*, vol. I, 324) diz que o nome Zomé) segundo todas as probabilidades é uma corrupção de Zemi, do Haití, divindade ou pessoa divinizada” e que no Paraguai chamavam-na Paizumé, palavra composta com que (os indígenas) designavam os sacerdotes. Southey acrescenta: — “Os jesuitas, que acharam S. Tomé no Oriente, também lhe descobriram os vestígios no Ocidente”.

2 — Caminho Fluvial do Cubatão

Desde os primeiros tempos da história do litoral, e, a seguir, do planalto, a via Porto de Barreiros — Porto Real (Morretes) — Porto de Cima, foi o roteiro único até a raiz da Serra do Mar, até a abertura do Ramal da Graciosa para Antonina e até mesmo algum tempo depois. Criticando a guerra de portos que tanto prejudicou o progresso das comu-

nicações no Paraná e que chegou a aliciar contra o porto de Morretes o alto espírito do primeiro Presidente da Província, ao ponto de o fazer dizer que a abertura da Graciosa em direção de Antonina “libertaria o comércio das forcas caudinas do rio dos Morretes, — escreveu o engenheiro Monteiro Tourinho: — “Enganaram-se todos, porque construiu-se a estrada da Graciosa e como consequência forçada (da diretriz — S. João-Antonina) a Província teve de suportar a despeza dos ramais e Morretes ou Barreiros continuou, como dantes, a ser um importante ponto de embarque intermediário do porto de Paranaguá”.

O caminho fluvial do Cubatão, navegado por canoas, constituia-se de duas secções: porto do Rocio de Paranaguá até o de Barreiros, e deste, pelo rio Nhundiaquara, (também chamado Cubatão) até o Porto de Cima, onde se interrompia a navegação. Daí em diante, rumo do planalto, o caminho era percorrido a pé, até Curitiba, pelas diversas picadas da Serra. Havia duas secções desse caminho, para efeito tarifário: de Paranaguá-Morretes, e de Morretes-Porto de Cima e vice-versa, respectivamente.

A Câmara de Paranaguá estabelecia o quantum dos fretes e passagens e arrendava-os por contrato. Contrato das Passagens do Cubatão e depois Contrato das Canoas, foram as denominações que tiveram esses arrendamentos dos serviços de transporte.

É interessante saber as tarifas que recaíam sobre viajantes e mercadorias que transitavam por esse caminho. A pauta constante de Edital de 18 de Junho de 1804, da Câmara Municipal de Paranaguá, para o Porto de Cima era esta:

Por pessoa	160 réis
Arroba de farinha de Trigo	40 ”
Arroba de Açúcar	40 ”
Alqueire de Trigo em grão	80 ”
Alqueire de Feijão	80 ”
Alqueire de Sal	200 ”
Cada Couro	40 ”
Barril de Vinho ou Aguardente	100 ”
Alqueire de Congonha	40 ”
Fardo de carga não especificada	240 ”
Peça de Algodão, simples, 100 rs., dupla ..	160 ”
Cento de Tainhas	80 ”
Cento de Paratís	40 ”

Nas demais secções a taxa de tráfego era relativa às respectivas distâncias.

Em 1772 o Tenente Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, Comandante da Expedição a Guarapuava, fez abrir um caminho que, a partir de Barreiros, margeou à esquerda do rio Cubatão, afim de transportar os trens de guerra dessa expedição, vindos de Paranaguá. No Caminho da Serra, de Porto de Cima à Borda do Campo, fez também melhoramentos, avivando os “trilhos” e desbastando as matas laterais. Nesses serviços empregou uma companhia de Ordenanças e outra de Auxiliares. Vieira dos Santos, (*Memórias Hist. de Paranaguá*, 157) observa: — “Foi nessa ocasião que se fez o caminho pelo cume da Serra, rompendo o grande penedo do Cadeado a fogo e pólvora, fazendo pela beirada dêle um transito estreito à beira de um precipicio medonho, quando o primeiro caminho era fraldeando a Serra, mas o tempo o arruinou”.

3 — Caminho Terrestre do Cubatão

Uma das primeiras vias de comunicação entre o planalto de Curitiba e o litoral foi a denominada do Cubatão, que ia a Morretes, pois daí para o mar o caminho era a via fluvial do Nhundiaquara até ao porto dos Barreiros. Cubatão significa terra montuosa, de morros e picos, de “acu-antan”, nome que passou ao rio e à localidade, pois “morretes” é uma boa tradução do toponímico tupí-guaraní de que se trata. As picadas então existentes eram as do Arraial Grande, por S. José dos Pinhais e a do Atúba. Ambas somente davam passagem a pedestres e além disso a segunda era perigosíssima.

Em 1743 Manoel Muniz Barreto e Frutuoso da Costa Braga se propuzeram a construir uma estrada mais segura, de oito braças de largura, que se prestasse ao transito de cavalgaduras para o transporte de carga, até então feito às costas de índios e escravos; mas sob a condição de que, construido esse caminho, lhes fosse dado o monopólio do pedágio por 8 anos e de que, durante esse tempo, fosse fechado o transito pelas picadas existentes. A proposta foi aceita, em vereança de 1 de Dezembro (1743) feita na presença do Ouvidor da Comarca e dos “homens bons da Vila”; mas quando a construção ia em franco avanço, rompeu entre os curitibanos, que aliás haviam aplaudido o projeto, — uma opposição que assumiu carácter partidário entre as duas facções em

que na época se dividia a opinião, — a dos “Arraigados” e a dos “Forasteiros”.

Em 1745 ainda ia acesa a grita contra o contrato do Caminho do Cubatão. Estando então em Curitiba o Ouvidor Geral, a reclamação lhe foi levada com grande alvoroço popular. O Ouvidor proveu “que o povo pudesse continuar com o transporte de cargas às costas” e “que aos contratantes se mantivesse, pelo prazo do seu contrato, o monopólio do transporte por meio de cavalgaduras”.

Nem o povo nem os contratantes se conformaram com a decisão. “A decisão foi estemporânea e prematura, escreve Ermelindo de Leão. Se a estrada aberta não desse transito a animais, perderiam os contratantes o direito de uso e gozo da indústria de transportes. Mas antes da conclusão das obras não era justo reformar o contrato para satisfazer desejos populares que feriam a boa razão e que eram o protesto da rotina contra uma tentativa progressista e de real valor”. (Aut. cit., *Dicc. Hist. Geogr.* 575).

Diante de tais ocorrências pararam as obras da abertura do Caminho do Cubatão, até 1798, quando o Ouvidor dessa época decidiu que o melhoramento se realizasse a despeito da rotineira objeção dos curitibanos.

4 — Caminhos do Itupava e do Arraial

Ao se instalar a Província do Paraná eram três as estradas que ligavam o litoral com as regiões de Serra Acima e nenhuma satisfazia os seus fins senão muito precariamente: — a da Graciosa, do Itupava e do Arraial. Da primeira, que foi a que prevaleceu, trataremos em separado.

A do Itupava desenvolvia seu percurso de Curitiba a Morretes em 9 léguas e $\frac{1}{4}$, (légua de 2821 braças e 9 palmos) distribuídas do modo seguinte:

Curitiba ao Canguirí	3
Canguirí à entrada da mata	1½
Entrada da mata ao cume da Serra	2
Cume à raiz da Serra, pouco mais de	1
Raiz da Serra ao Porto de Cima	1¼
Porto de Cima a Morretes	1¼
	<hr/>
	9¼

Do Porto de Cima e de Morretes partiam ramais para Antonina. O itinerário de Curitiba e Antonina pela estrada do Itupava e seus ramais era o seguinte:

Curitiba a Porto de Cima	8
Porto de Cima a Antonina	3
	11
Curitiba a Morretes	9 $\frac{1}{4}$
Morretes a Antonina	3 $\frac{1}{2}$
	11 $\frac{3}{4}$

Tratando desta estrada em relatório apresentado em 1.º de Julho de 1854, ao Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, Presidente da Província, o Tenente Coronél de Engenheiros Henrique de Beaurepaire Rohan a descreve nestes termos: ... "precipita-se pelo costão do Cadeado e apresenta declives até de 40% e os zig-zags que nela se observam e que se multiplicam de alto abaixo são um testemunho da imperícia dos que a delinearam ou um monumento de miséria dos tempos em que se construiu essa obra admiravelmente má. Entretanto é por ela que transita a maior parte das tropas e viandantes que fazem o comércio entre a Serra Acima e o litoral, fato de que poderão duvidar os vindouros, quando a construção de uma estrada regular oferecer ao comércio uma descida em que se observem todos os preceitos da arte".

A estrada do Itupava, entretanto, transpunha a Serra do Mar por menor percurso que a da Graciosa e a do Arraial. Vieira dos Santos (*Mem. Hist. de Paranaguá*) registra a versão de que o trilho serrano do Itupava foi indicado por uma anta a um caçador da Borda do Campo, que a perseguia. O animal ao fugir embrenhou-se pela mataria da Serra e ao seu encalço fez o mesmo o caçador, que em breve tempo, pelo trilho aberto pelo paquiderme, atingiu Porto de Cima, quando esse percurso, pelos trilhos então existentes, demandaria muito mais tempo. Avivado esse trilho, dêle resultou a estrada do Itupava, péssima pelas suas condições técnicas mas muito mais curta no seu desenvolvimento, "que pela Graciosa era o duplo do de Itupava", segundo o engenheiro Villalva.

A do Arraial era de preferência frequentada pelos moradores de S. José dos Pinhais e da Lapa (então Vila do Prín-

cipe), isso mesmo durante o bom tempo. Em dias de chuva esse caminho se tornava intransitável e os próprios moradores de sua vizinhança preferiam o do Itupava. Segundo o Barão de Antonina, que em 1829 fez a medição dessas estrada, seu percurso era de 8 léguas, assim:

S. José dos Pinhais à entrada da Mata	3½
Entrada da Mata à Raiz da Serra	2
Raiz da Serra a Morretes	2½
	8

A estrada do Arraial tomou esse nome do Arraial Grande dos mineradores de ouro, que a construíram para sua comunicação com o litoral e para as explorações auríferas que fizeram na Serra. Beaurepaire Rohan que a percorreu em 1854, achou-a má.

“Em Serra Acima parte dela percorre longitudinalmente o leito de dois ribeirões, o que é um defeito notável, porque na ocasião das enchentes não há meio de operar o trânsito em semelhante paragem. Na Serra tem declives de 28%. Para chegar daí à planície inferior percorre uma morraria enfadonha como o é a do Cabrestante”. (Relat. do aut. cit.).

Tanto a estrada do Itupava como a do Arraial mereceram as piores referências do ilustre engenheiro militar citado acima, incumbido de opinar sobre a possibilidade do seu melhoramento no sentido de se dotar a Província de uma via de comunicação conveniente à rodagem. “Pelo lado artístico, nenhuma delas tem uma só braça de extensão de que se possa aproveitar para a rodagem si não em relação ao declive longitudinal que às vezes se apresenta bom, pelo menos quanto à largura e materiais de que foram construídas no lugares em que se mostram algumas obras de arte. Essas obras consistem apenas em alguns miseráveis pontilhões, que se acham em estado de ruína, e em horríveis calçadas com que se procurou consolidar o humus das florestas, as quais, acompanhando as ondulações com inclinações que frequentemente excedem 30%, não servem sinão para estropiar os animais, pôr em risco a vida do viandante e dar emprego aos calceiteiros que nelas se acham sem proveito. Nos campos, onde o terreno apresenta suficiente consistência, foram elas abertas pelo andar dos animais”. (Rel. do aut. cit.).

5 — Caminho de Sorocaba a Viamão

Denominava-se Caminho de Sorocaba o caminho de tropas que de S. Paulo ia a Viamão passando pelos campos de Vacaria, no Rio Grande do Sul.

A secção meridional desse caminho, isto é, de Curitiba aos campos do Rio Grande, é mais moderna que a de S. Paulo a Curitiba. Primitivamente essa via de comunicação chegava a Curitiba passando por Campo Largo e S. José dos Pinhais, mas com a abertura da estrada da Mata, do Rio Negro para o Sul, as próprias tropas lhe foram dando curso mais direto, seguindo da Lapa ao rio do Registro.

Foi esse caminho que originou várias povoações do planalto: Itararé, Jaguariaíva, Lança (Piraí), Iapó (Castro), Carrapatos, Santa Cruz, (origem de Ponta Grossa), Palmeira, Campo Largo — que eram primitivamente lugares de pouso e currais de descanso ou invernadas de gado. De ambos os lados desse caminho surgiram outras povoações mais distantes do seu curso, porém ainda debaixo de sua influência: — Triunfo, Conchas, etc.

“O caminho para São Paulo, pelos Campos Gerais, foi aberto desde os primeiros tempos do povoamento. O traçado cortava apenas alguns capões (onde os viajantes descansavam ou faziam suas pousadas) preferindo-se em geral o campo aberto, onde a conservação dos caminhos era muito mais fácil. Desde que se saía de Curitiba, andava-se fazendo uma enorme curva até o passo de Itararé para São Paulo. Sobre esse caminho primitivo se foram formando povoados, tornando-se mais notáveis aqueles onde as caravanas (tropas) costumavam fazer o pernoite”. (Rocha Pombo, *O Paraná no Centenário*, 118).

O “Mapa Geográfico da América Meridional”, de Olmíddilla, 1775, traça a estrada de S. Paulo até a localidade Pitanga, nas nascentes do Tibagí, e daí em diante assinala as localidades por ela atingidas. Talvez a falta de ligação pela convenção adotada na secção de S. Paulo a Pitanga tivesse sido esquecimento do gravador, porque é facilímo reconstituir, pelas localidades sucessivas e numeradas com precisão, a traça do caminho até Viamão.

Itinerário, por esse mapa:

São Paulo, Jarocabas (Sorocaba), Registo, Cadaz, Pedroso, Escuma, Hanguá, Rio Verde, Morungaba, Samambaia, Pinsá, Araraz (à esquerda do rio Jaguariaíva) Rocha, Caicanga, Pitanga, Taiacóca, Cambajú, Porcos, Pelado, Cabo

Largo (sic de Campo), Frei Carlos, Campo do Tenente, Passa Três, Espigão, Capão Alto, Campo Alegre, Papagaios, Curitiba, Frei João (à direita do rio Uruguai), Tributos, Pinheiros Altos, Portão, Frutas, Tomido, Vacaria, Alto da Serra, Rodante, Viamão.

Em 1800 a situação dessa estrada era a seguinte:

Ao sul do Itararé — Cinzas, Castro, Garambeí, Pitanguí, Ponta Grossa, Carrapatos, Pouso, Registo (no rio Iguassú), Vila do Príncipe (Lapa), Campo do Tenente, Rio Negro, Butiatuba, Rio Negrinho, Alto do Morro Grande, Espigão, Ponto Alto, Corisco, Curitiba, Cachorros, Canoas, Lages, Rio das Pelotas. (*Mapa da Capitania de S. Paulo, 1800*).

De antigo Mapa da Coleção do Arquivo Militar de ano não determinado e intitulado "*Demonstração do Caminho de S. Paulo a Curitiba com os rios, morros, serras e fazendas*", consta: — S. Paulo, Espinheira, Sorocaba, Rio Amado, Sarapucú (fazenda), Rio Lambari, (fazenda), Rio Tapetininga (Registo) Rio Capivari (fazenda), Rio Paranapanema (fazenda), Rio Parnapitanga (fazenda), Rio Apiaí (fazenda), Rio Taquari (fazenda) Rio Perituba (fazenda), Rio Verde (fazenda), Rio Itararé (fazenda chamada "S. Paulo", divisa da Comarca de Paranaguá), Rio Jaguaricatú (fazenda), Rio Jaguariaíva (duas fazendas), Rio Pirai, Rio Iapó (8 fazendas), Capão da Cilada, Rio Pitanguí (fazenda), Rio Tibagi (7 fazendas nas suas cabeceiras). Curitiba.

Pelo visto ligava-se grande importância a esse caminho, que a tinha, inegavelmente, pois foi, em seu tempo, a única comunicação terrestre de São Paulo aos confins meridionais do Brasil e o incentivo para as povoações que, devido a êle, pontearam os campos do seu percurso e que, muitas delas, se transformaram em vilas e cidades, como, no Paraná, — Jaguariaíva, Pirai, Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Campo Largo, Lapa, Rio Negro.

6 — Estrada da Graciosa

Um dos primeiros cuidados do Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos ao assumir a presidência da Província que lhe coube instalar (ofício de 21 de Dezembro de 1853), foi o de determinar ao Tenente Coronel de Engenheiros Henrique de Beaurepaire Rohan, "que examinasse as estradas que de Serra Acima se dirigem às povoações do litoral, especialmente a da Graciosa que comunica a vila de Antonina com a cidade de Curitiba, informando qual a mais vanta-

sa e que melhor se preste ao transporte de carros e carruagens, para, no caso de existir alguma nessas circunstâncias, promoverem-se as obras necessárias afim de que esse transporte se faça comodamente e sem interrupção no tempo das águas —, e na hipótese contrária abrirem-se novas picadas em busca de direção cuja declividade não exceda 6%”.

As estradas que então de Serra Acima se dirigiam ao litoral eram as da Graciosa, do Itupava e do Arraial. Logo ao primeiro exame as duas últimas foram consideradas impraticáveis ao fim em vista.

A da Graciosa também não apresentava condições para sua transformação em via de rodagem, mas com modificações no seu curso foi a que veio a servir. Em Julho de 1854, tendo o Presidente de solicitar recursos à Assembléia Provincial e ao Governo Imperial para realizar o seu intento, determinou ao engenheiro da Província que lhe fornecesse planta e orçamento da construção a fazer-se. Pela resposta de Beaurepaire Rohan (ofício de 19 de Julho de 1854) vê-se que a diretriz do projeto afastou-se mais ou menos e raramente coincidiu com a estrada existente, tendo sido as obras orçadas em 250:0000\$000. Foram apenas melhoradas as secções da Capital à Borda do Campo e da raiz da Serra até Antonina. Todas as demais distâncias sofreram modificações, inclusive o alargamento geral para 25 palmos.

A lei n.º 9, de 12 de Agosto de 1854, autorizou o Governo da Província a mandar fazer a estrada da Graciosa entre Antonina e a Capital, podendo aplicar na construção as sobras do imposto do Registo do Rio Negro e das demais barreiras, até a quantia de 30:000\$000 por ano.

Essa tentativa para dotar a Província de comunicação rodoviária do litoral com o planalto foi sem dúvida um grande passo, mas o problema continuou, por muitos anos ainda, porque o que então se fez foi, por assim dizer, obra de emergência.

O Governo Imperial veio, por fim, em auxílio da nova Província. Em 1866 as obras estavam em andamento, dirigidas pelo notável engenheiro Antonio Rebouças, que então opinava fosse abandonada a linha direta S. João-Antonina, constante do projeto e se adotasse outra que passando por Porto de Cima e Morretes se dirigisse àquela cidade em lugar de construir-se duas linhas de igual importância, ou uma principal direta a Antonina, com dois ramais.

O então Presidente da Província, Dr. André de Padua Fleury, apoiou desde logo esse projeto, porém a Assembléia Legislativa o combateu em memorandum de 15 de Maio de

1867, dirigido ao Govêno Imperial. Venceu o prosseguimento da construção da Graciosa em direção ao Porto de Antonina, com ramais para Porto de Cima e Morretes.

Essa estrada, iniciada como vimos em 1854, somente ficou concluída em 1873, na administração do Presidente Venancio José de Oliveira Lisboa. Os seus trabalhos foram sucessivamente conduzidos pelos engenheiros Villalva, Chandler, Rebouças, Monteiro Tourinho e pelos ajudantes dos dois últimos, engenheiros Pereira Dias, Gotteb Wieland, Schwartz e Parigot.

A estrada da Graciosa teve os seguintes principais períodos históricos: — Aberta em 1807, por ordem do Conselheiro Antonio José de Franca e Horta, Governador e Capitão General de S. Paulo. Em 1820 a Graciosa não satisfazia, absolutamente, às necessidades do transito e motivava representações das Câmaras das vilas de Curitiba e Paranaguá. A 17 de Julho desse ano, Carta Régia dirigida a João Carlos Augusto de Olnhausen, Governador da Capitania de S. Paulo, determinava-lhe que atendesse a essas reclamações e encarregasse o Coronel de Milicias de Curitiba, Inácio de Sá Soto-Maior, de tornar comoda para os viandantes e transportes de gêneros, a travessia da Graciosa.

“No longo intervalo entre 1820 e 1853, ano da instalação da Província, nenhum documento nos dá notícia da estrada da Graciosa”, diz o engenheiro Monteiro Tourinho; sabendo-se, apenas, que por grande parte desse tempo esteve a cargo do Cél. João da Silva Machado, depois Barão de Antonina”.

De 1854 em diante sofreu as primeiras modificações técnicas no sentido de ser melhorada e condicionada ao transito de veículos. De 1866 em diante até sua conclusão em 1873, foi modificada quasi que inteiramente, passando, somente então, a poder ser considerada verdadeiramente uma estrada e prestando ao desenvolvimento do Paraná relevantes serviços, até que a sucedeu, em 1886, a Estrada de Ferro Paranaguá a Curitiba. Mas ainda assim a Graciosa continua a sua missão economica. Abandonada, por muitos anos, na Presidência Carlos Cavalcanti foi reconstruída e até hoje é a artéria em que circula o sangue vivo e quente de grande parte de nossa produção agrícola, florestal e industrial, destinada aos demais Estados e ao exterior da República.

7 — Estrada para Mato Grosso

Ao irromper a guerra com o Paraguai, o Govêno Imperial promoveu a exploração dos grandes rios da Província do

Paraná que pudessem servir a comunicação com a Província de Mato Grosso: — o Ivaí, o Tibagi e o Paranapanema.

Dando início a essa importante indagação técnica, o então Presidente André Augusto de Padua Fleury, requisitou, para a realizar, os notáveis engenheiros alemães José e Francisco Keller, cuja chegada ao Paraná coincidiu com a invasão de Mato Grosso pelos paraguaios. Dos seus relatórios (constantes dos anexos da "*Fala dirigida à Assembléia Provincial*", em 1866, pelo Presidente Fleury) consta a possibilidade de navegação "por vapores de roda" nos seguintes rios:

IVAÍ. — Da barra à Corredeira do Ferro, em uma extensão de 138 quilômetros 804 metros (22,5 léguas) e por mais de 24 kl. 573 m. (4 léguas) "uma vez que se desembarace daquela corredeira, formando um canal de 50 m. de comprimento", o que na época viria a custar apenas 2:000\$000. Para completa navegabilidade desta secção do rio, com sua canalização, foi calculado que se gastariam 2.194:085\$000. "Em canal construído com tal despesa, um barco a vapor, de força de 16 a 18 cavalos, terá na descida a marcha de 3 m. por segundo, ou 10 kl. 800 m. por hora podendo fazer 108 quilômetros por dia de 10 horas (17,6 léguas) e na subida a de 2,5 m. por segundo ou 9 quilômetros por hora, avançando por dia 90 quilômetros (14,5 léguas); por onde se vê que gastará na viagem redonda 11 a 12 dias, percorrendo 183 léguas".

TIBAGÍ E PARANAPANEMA. — Tem o primeiro, da Colonia Militar do Jataí até a barra do Paranapanema, 77 quilômetros 764 metros (12,59 léguas) e o segundo 220 kl. 502 mts. (35,72 léguas) desde a barra do Tibagi até sua foz no Paraná; constituindo ambos uma linha fluvial de 289 kl. 366 m. (48,3 léguas) consideradas de um só rio". Da barra do Paranapanema à corredeira da Serra do Diabo, na extensão de 81 quilômetros 250 metros (13,16 léguas) esta linha pode ser percorrida por vapores de roda. "Os embarços à navegação existem, portanto, entre aquela Serra e o Jataí; mas todos reunidos perfazem apenas 11 quilômetros 812 metros (1,9 léguas), enquanto que no Ivaí elevam-se a 12 léguas.

Para se desembaraçar esta secção (35,16 léguas) dos impedimentos existentes "e se conseguirem canais das dimensões apontadas para o Ivaí, isto é, de 5 m. de largura e 0,7 m. de profundidade, é necessário extrair-se do fundo do rio 18.343 m. c. de pedra que, orçados em 20\$000 importarão em 336:820\$000, — elevando-se a 632:320\$000 a despesa para a

navegação de embarcações à sirga e a 584:320\$000 para as de vapor com corrente ou cadêa mergulhada”.

*** Durante alguns anos as comunicações pelo ocidente paranaense com Mato Grosso, o Paraguai, a Bolívia e até com o porto peruano de Islay, no Pacífico, andou preocupando técnicos, estadistas e capitalistas. Em 1876 estava acesa e fulgurante a discussão do problema, considerado do seu ponto de vista estratégico e econômico.

De tudo quanto se fez, nesse sentido, numa década, ficaram os traçados do engenheiro William Loyd, de uma estrada de ferro de Curitiba a Miranda (Mato Grosso), linha mixta de aproveitamento dos rios, Ivaí, Paraná, Ivinheima e Brilhante; do Capitão Cristian Palm, engenheiro suéco, de uma estrada transcontinental, atravessando as províncias do Paraná e de Mato Grosso à Bolívia e à parte meridional do Perú, sem intercalação da navegação dos rios; do engenheiro Monteiro Tourinho, que toma o traçado Lloyd no vale do Iguassú (quilômetro 79) e prolonga a linha por este vale buscando Guarapuava, as nascentes do Piquirí, descendo pelo vale deste até sua confluência no Paraná e por este rio até o salto das Sete Quedas, defronte de Iguareí, prolongando-se ao poente do Paraná até atingir o caminho de ferro de Tacna que conduz ao porto de Arica, no Perú; as explorações dos engenheiros Keller e o projeto para tornar navegáveis por barcos a vapor os rios Ivaí, Tibagi e Paranapanema; a proposta feita ao Governo Imperial, pelo Visconde de Mauá, em 1871, para que lhe fosse dada autorização para estudo e exploração de uma linha férrea entre Curitiba e Miranda, intercalada com a navegação dos rios Ivaí, Paraná, Ivinheima, Brilhante e Mondego; a justificação do pedido pelo engenheiro Palm feito em 1782, ao govêrno da Bolívia para a realização do seu projeto, com capitais inglêses, através do território boliviano; os estudos e começo de execução do prolongamento da estrada da Graciosa, até a fronteira de Mato Grosso, confiados aos engenheiros militares (Aviso de 4 de Julho de 1869) Antonio Rebouças Filho e Francisco Monteiro Tourinho; e finalmente a larga e notável discussão da matéria, estudada e discutida por uma das mais brilhantes pleiades da engenharia brasileira civil e militar de então, — Beaurepaire Rohan, André Rebouças, Eduardo de Moraes, Jeronimo Jardim, etc.

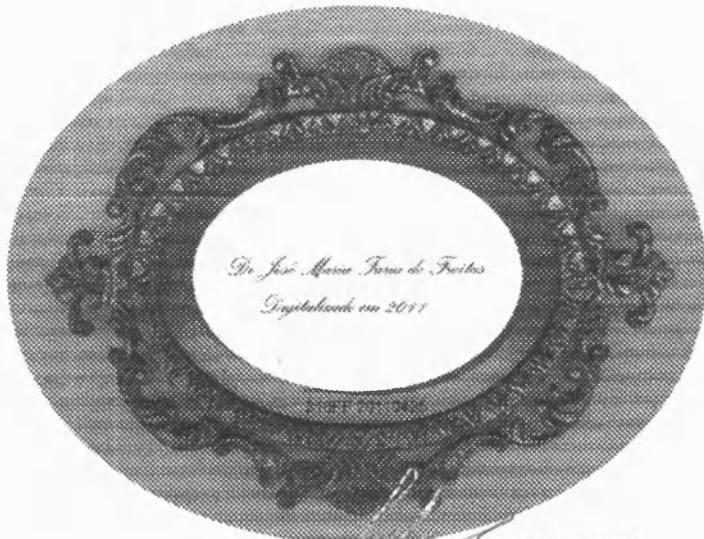
Ao engenheiro Antonio Rebouças coube conduzir a exploração, até o rio Ivaí, para o prolongamento da Graciosa. A construção teve principio a 15 de Abril de 1871, graças ao espírito de pronta resolução do Presidente Venancio Lisboa,

que nessa data e acompanhado dos deputados à Assembléa Legislativa Provincial, lançou a primeira pedra da ponte sobre o rio Ivo (na quadra da Rua 15 de Novembro entre as ruas Muricí e Ebanó Pereira, mais próxima desta). A nova estrada tomou por ponto de partida o prolongamento da Rua das Flores (atual 15 de Novembro), rompendo-se as casas que com ela defrontavam na rua da Assembléa (atual Muricí). Desenvolveram-se os serviços com rapidez nos primeiros 2.200 metros até ao Batél, secção a cargo do engenheiro Maurício Schwartz.

A partir de Junho de 1872 foi o engenheiro Monteiro Tourinho o diretor geral da construção, passando os serviços a ser feitos por empreitadas. Na secção até Campo Largo foram contratantes de lotes o Comendador Manoel de Oliveira Franco e Albino Schimmelpfeng; de Itaquí à Serrinha, Jacob Hey; e 21 quilômetros de ligação dos lotes, na secção Curitiba-Itaquí, Lino de Souza Ferreira.

Durante a presidência Laménha Lins foi contratada com Jacob Hey a construção da magnífica ponte do Rio dos Papagaios, projeto do engenheiro chefe da construção, uma das melhores das rodovias do Estado.

Toda a linha Curitiba-Campo Largo ficou terminada em Outubro de 1878, na presidência Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes, e em Abril de 1882 foram entregues ao tráfego 56 quilômetros da estrada para Mato Grosso perfeitamente macadamizados, conservados até hoje em condições excelentes.



[Handwritten signature]

CAPÍTULO VI

FATORES ÉTNICOS FUNDAMENTAIS

- 1 — Os Índios Selvagens
- 2 — O Colonizador Ibérico
- 3 — O Africano Escravizado

1 — Os Índios Selvagens

1. — A antropologia não chegou ainda a conclusões definitivas, de controvérsias, sobre a descendência do índio americano, que uns investigadores como Morton, Simonin, Silvio Romero, o mais ardente defensor do auctonismo no Brasil, consideraram o homem encontrado na América “um produto do solo americano”, e outros como resultante de uma migração de povos semitas da Asia ou do tronco turano a que pertencem atualmente as raças mongólicas. Entre os aligienistas se alinham Ladisláu Néto, que vê no nosso índio um descendente de *Chins* ou *Egipcios*, Warnhagem dos *Cários*, Berlioux dos *Ibios* ou *Atlantes*, sendo Teófilo Braga o máximo impulsionador dessa corrente.

A este respeito opina com notável acerto Rocha Pombo;

“Para o historiador não há no Brasil, como afinal em toda a América, mais que populações adventícias. Mesmo que se venha a liquidar a questão da autoctonia e a ter como certo, portanto, no continente um vasto centro de criação, — nem por isso o indicado critério terá de modificar-se, pelo menos modificar-se radicalmente, visto como tal ou tais raças primitivas teriam desaparecido sem nada deixar que interesse à história propriamente. Os povos aqui encontrados pela conquista européia não constituíam raça ou raças isoladas, exclusivas desta parte do mundo.

“Outra noção que podemos ter como perfeitamente apurada é a da unidade fundamental de toda a família americana. Por mais diferentes que pareçam às vezes quanto a caracteres de ordem secundária, o que é incontestável é que um estudo mais profundo há de dar sempre a certeza de que a infinita variedade de populações espalhadas pelo continente se reduzem todas a uma só raça. Isto não quer dizer que as várias populações que se fixaram na América Ocidental não tivessem tido o concurso de imigrantes de outras raças

ou não recebessem o influxo de civilizações diferentes". (Aut. cit. *História do Brasil*, vol. II, 82).

*** Nossa população indígena, por ocasião do descobrimento e da conquista, "achava-se organizada em tribus democráticas constituídas por um certo número de famílias ligadas por estreita solidariedade", tendo cada tribo um chefe eleito que representava a comunidade e uma assembléia de guerreiros.

O chefe denominava-se *Morubichaba* e a assembléia *Nhemongaba*, porém nenhum destes poderes era eficientemente exercido sinão em casos de guerra e de crises graves que afetassem a comunidade.

*** A família era constituída quasi geralmente pela poligamia e até mesmo pelo comunismo de mulheres, como entre os Caiapós, mas havia tribus monógamas, como, por exemplo, a dos Guaicurús. Mesmo, porém, sob a segunda forma matrimonial, o que havia não era uma grosseira promiscuidade, pois ao homem cabia sustentar a mulher e o filho durante todo o periodo da gestação e amamentação e fazia-o devotada e carinhosamente. Quando poligamo, o homem se ligava a quantas mulheres podia sustentar, porém a primeira adotada era a que tinha os direitos de esposa.

Era em geral exigida a puberdade completa às donzelas para o casamento e a maioridade de 25 anos para os rapazes. Os graus de parentesco para o matrimônio eram examinados com rigor, princípio eugênico que abona as suas leis constitutivas da família.

A segunda geração se regulava pela do pai, em oposição ao que se nota em alguns povos bárbaros da África. O pai denominava ao filho *Taira*, (o que procedia do seu sangue) e a mãe chamava-lhe *Membira* (o que procedia do seu seio).

*** Entre os usos e costumes seguidos pela família e pela sociedade indígena brasileiras contam-se os seguintes, dignos da mais alta civilização: — a respeitosa fraternidade de convivência em uma mesma "taba"; o culto aos mortos, geral em todas as tribus; a hospitalidade praticada até mesmo com os próprios inimigos, ao extremo de infamar a quem transgredia esse ponto de honra da raça; o respeito às esposas, que jamais maltratavam; a veneração aos seus cantores, que "seguros viajavam poetisando e cantando por entre os contrários, bem acolhidos de todos, como os trovadores da idade média"; o amor paternal levado aos máximos desvelos pela próle; o estoicismo que demonstravam ante o sofrimento

é até mesmo ante a morte; a amizade aos animais domésticos, que por prazes criavam (*Xerumbados*) e que jamais matavam; o desconhecimento absoluto do roubo; o respeito aos germens da vida, na proibição à colheita de ovos de pássaros silvestres; a boa fé e o desprendimento, enfim, de que nos fala Pero Vaz de Caminha, primeiro cronista europeu que entrou em contacto com o indígena brasileiro, e que nô-lo mostra confiante, na náu capitania dos descobridores, jogando ao chão cavalheirescamente as suas armas leais em face de Cabral, o que lhe fez dizer, numa clara visão do futuro: — “São mais nossos amigos, que nós seus”...

*** Povos com tais, tão nobres e admiráveis sentimentos, não podiam deixar de ter idéias de um ente supremo, criador de todas as cousas e da sobrevivência da alma como particula imperecível dessa essência divina.

Tinham-nas, sem dúvida, os nossos índios. *Tupan* era o Deus dos tupís, que andou por muito tempo confundido com o trovão, porque historiador ilustre (Varnhagem) mas com êles injusto, entedeu de negar ao selvagem brasileiro capacidade de conceber a idéia de um ente superior, imortal e infinito.

Eles tinham não somente crença religiosa, como o seu culto correspondente. Os *Pagés* eram os seus sacerdotes e não bruxos e feiticeiros. As suas visitas às povoações motivavam festas comunais e a limpeza das picadas por onde devia passar a autoridade religiosa do distrito.

A palavra do *Pagé* era ouvida com o mais profundo respeito e os seus conselhos obedecidos passivamente. Quando imprecava, o sentimento que dominava os índios era o do terror. Ante a sua ex-comunhão, alguns chegavam a morrer de medo. (Gabriel Soares, *O Brasil em 1587*).

*** O simbolo principal de sua religião era o *Maracá*, espécie de chocalho, feito de uma cabaça que figurava uma cabeça humana, vistosamente implumada. A parte interior do *Maracá* continha seixos, que agitados produziam um ruído surdo. Como representação de um Deus Doméstico, figura em todos os lares e o *Maracá* da comunidade era guardado em cabana especial, — o templo do selvagem, e visitado em dias determinados pelo *Pagé*, que incensava-o com resinas aromáticas e lhe ofertava flores, penas coloridas, água, fogo e até alimentos. (Frei Ivo d'Eveux). Esse simbolo sagrado dos tupís figurava em todas as festas e solenidades da tribu, que lhe dedicava canto e dansas. Nas guerras e nas pelepas

esportivas ia à frente das falanges, conduzido pelo *Pagé*, como a insígnia de honra da Nação, — como bom auspício de triunfo.

*** A crença numa vida além da morte, na imortalidade da alma por conseguinte, era geral entre os índios brasileiros de todas as nacionalidades.

Os tupís da costa diziam que a alma dos bons depois da morte ia habitar além das Montanhas Azuis (Serra do Mar) em lugar maravilhoso, vedado aos traidores. (Alcides d'Orbigny). Os Caigangs do Paraná acreditavam que as almas dos bons e dos bravos iam habitar o Paiquerê que eram os campos paradisíacos cuja situação nem eles próprios sabiam determinar.

Outras tribus pensavam que depois da morte passariam a uma outra vida em a qual se ocupariam unicamente de caçadas. Por isso a morte, em algumas cabildas, era festejada com cantigos alegres. (Anibal Mascarenhas, *Curso de História do Brasil*).

Os mortos não teem entre os povos civilizados culto mais sentimental do que entre muitas das tribus indígenas brasileiras. Algumas os sepultavam dentro de casa. Outras iluminavam as sepulturas, cobriam-nas de flores e consagravam aos finados os seus mais delicados produtos de arte cerâmica.

*** A teogonia dos nossos índios tem idéias fundamentais de grande elevação moral e de beleza incomparável à das concepções semelhantes entre os gregos e os romanos.

Do seu sistema geral constam as divindades seguintes, presididas por TUPAN, o Criador Supremo: — *Guarací* ou *Coarací* entre os Guaranis do Sul (Sol, de "guara" vivente e "c" mãe) sob cujos auspícios se desenvolvia a vida animal; *Jací* (Lua, de "Ja", vegetal e "cí", mãe) que presidia a vida vegetal; e *Rudá* ou *Peruda*, promotor da reprodução dos seres, — o Deus do Amor.

Não tinham os nossos selvagens nenhuma "concepção de espírito sobrenatural cuja missão fosse exclusivamente a do mal, como é entre nós a concepção do Satanaz". (Couto de Magalhães, *O Selvagem*). Assim é que os seus semi-deuses pagãos como *Anhangá*, *Currupira* e *Caapóra*, protegiam, respectivamente, os animais do campo a floresta e os animais da mata contra as depredações dos homens.

No desempenho de sua missão protetora, esses numes selvagens muitas vezes teriam de julgar e castigar os ho-

mens e assim a ação que desempenhavam passaria, aos olhos dos próprios beneficiários de sua justiça, por atos de crueldade.

Estes numes protetores da floresta e das espécies animais inferiores, resultaram de uma moral em peregrina correspondência com as imediatas necessidades do aborigene. Vivendo da caça e dos frutos silvestres seus deuses não podiam deixar de presidir e proteger, sobre tudo, a essas limitadas esferas da criação, preservando-as de destruições prescindíveis.

“Por muito rude e bárbara que à primeira vista pareça uma instituição qualquer de um povo, ela deve ser estudada com respeito. As instituições fundamentais dos povos, qualquer que seja seu grau de civilização ou barbaria, são os resultados necessários das leis eternas de moral e justiça que Deus criou na consciência humana, leis que no fundo são as mesmas na selvagem e no homem civilizado, embora susceptíveis de manifestações diversas segundo o grau de adiantamento a que cada um tem chegado”. (Couto de Magalães, *O Selvagem*).

Nos nossos índios, a crença no sobrenatural assumia formas de superstição sem dúvida grosseiras e rudes quasi sempre, e nem podia ser de outra maneira. Mas essas formas já eram os primeiros clarões de alvorada de um espírito religioso em marcha para uma moral mais alta e já nesse sentido encaminhava, como demonstra a facilidade com que compreenderam, os Guaranis do Sul principalmente, os ensinamentos dos missionários jesuítas na sua gloriosa cruzada redimidora.

*** O grau de cultura artística e industrial dos aborígenes brasileiros e conquistas outras de civilização, eram suficientemente elevados em correspondência com o desenvolvimento social das diversas tribus ou nações. A música, o canto, a dança, (*Poracê*) as artes ornamentais adaptadas ao adorno e à tecelagem como o delicado desenho linear das *Urupemas*; a cultura e diversos usos do milho, da mandioca; da batata, de numerosos outros tuberculos nativos da nossa flora e a variedade e excelência dos seus inventos na fabricação de farinhas, de mandioca (*Cuí*) levada à finura da do trigo (*Curimã*) a de guerra (*Uiatã*), as feitas de peixe (*Piracuí*) reconhecidas excelentes até na Europa; os demais produtos do milho que ainda hoje se usam tão geralmente como a cangica (*Acangic*) a farinha (*Abativi*) e as suas aplicações culinárias como a deliciosa pamonha, a pipoca (*Popoka*), a *Kiréra*, sucedanea do arroz; o licor (*Abati*); a observação in-

teligente de qualidades medicinais de numerosas plantas; a fabricação de vinhos, licores e especialidades fermentadas; de anilinas, tóxicos e antidotos; de aparelhos de pesca e caça; de conservas alimentícias perfeitas; o conhecimento da higiene e a obediência a regras admiráveis que para o estado atual dessa ciência são fundamentais, como a mudança de habitação em caso de certas doenças, o expurgo das cabanas, a limpeza do corpo por meio de banhos frios tomados pela manhã e à tarde; a elevação da temperatura por meio do fogo no interior dos seus lares; uma terapêutica precisa, com específicos e tópicos para todas as moléstias desde "a eficácia da dieta, das emissões sanguíneas e dos calmantes nas moléstias inflamatórias, aos sodoríficos, diaforeticos e depurativos nas humorais". Foi deles que se estendeu por todo o orbe civilizado o conhecimento da quina, da ipecacuanha, que fez a glória e a fortuna do médico holandês Dr. Adriano Helvetius; da salsaparrilha, do óleo de copaiba e centenas de outras de uso atual entre seus descendentes e entre nós mesmos.

A cerâmica, talhas para água (*Igaçabas*), panelas (*Cumãs*), vasos diversos (*Cuiambucas*); os objetos domésticos de madeira ou couro, canastras ou arcas (*Patiguás, Panacús*); as rédes de resistente e belo tecido (*Kiçaba*); as cordas (*Musuranas*); as suas armas de caça e de combate, desde o arco (*Uirapara*) capeado de cipo-embê e as flechas aligeras e emplumadas; as clavas formidáveis, de quatro faces (*Tamarana*) ornamentadas de anéis de penas multicores, as zagaias de arremesso (*Curabis*); as lanças hervadas (*Murucús*); etc. — todo esse apresto da paz e da guerra primava pelo acabamento, era manifestação de um apreciável estado de expontaneidade criadora.

*** Seus conhecimentos científicos, embora fundados em puro empirismo, denotaram contínua observação da natureza e chegaram a realizações admiráveis. Eles fizeram, numa flora imensa como a nossa, a nomenclatura específica dos vegetais "de acordo com uma classificação que já se baseia na observação dos caracteres morfológicos da planta". (Anibal Mascarenhas, *História do Brasil*).

O reino animal estava igualmente determinado por denominações características específicas.

"Em astronomia diferenciavam as constelações mais notáveis, às quais subordinavam mitos religiosos". (Aut. e obr. cit.). A influência exercida por certas fases da lua nas plantações, no corte de madeiras, na ação de alguns antelminti-

cos, nas conveniências da pesca e da caça, foi admitida pelos seus descendentes mestiços e ainda têm plena aceitação na atualidade sertaneja e rural.

A extração do violento veneno da mandioca ao ponto de reduzi-la por um processo simples ao alimento são, generalizado hoje por toda a população do país e já com exportação para o exterior, “revela tanta ciência que os índios mesmos atribuíam tão grande invenção a São Tomé como os gregos atribuíam a Céres o ensino da cultura do trigo”. (Gonçalves de Magalhães, *Os indígenas do Brasil perante a História*).

O fogo, que a humanidade em seu início conseguia atraindo o sílex, os nossos índios facilmente obtinham pelo atrito, mais fácil, da madeira, à cargo de qualquer criança. Este processo teve nas tribus brasileiras uma influência que atingiu a inventos industriais preciosos, como o da pronta e perfeita conservação da carne pelo *moqueio* no próprio local das caçadas e a comunicação semafórica de umas para outras tribus errantes na floresta.

*** A língua tupi, no século seguinte ao do descobrimento, penetrou de tal maneira no uso geral paulista que o Padre Vieira, em 1694, escrevia ser certo estarem tão ligadas as famílias de portugueses e índios em São Paulo, que “a língua que nas ditas famílias se falava era a dos índios e a portuguesa iam os mesmos aprender à escola”.

Se o português era a língua oficial, que entrava em todas as relações da comunidade paulista, nos arraiais e nas vilas como nas cidades era a tupi frequentemente empregada por famulos e senhores. “Até o começo do século XVIII (Teodoro Sampaio, *“O Tupi na Geografia Nacional”*) a proporção entre as duas línguas faladas na colônia era mais ou menos de três para um, do tupi para o português”.

Todos falavam ou compreendiam essa língua que até quasi o fim do século XVIII foi realmente a língua geral como os jesuitas a denominaram, não somente para os tupis como para a generalidade das populações sertanejas.

As saudações eram feitas em tupi: — *Enecoêma*, Bom dia. As próprias orações eram comumente feitas nessa língua: — *Santa Curuçá rangana rece* — Pelo sinal da Santa Cruz, dizia o cristão curitibano, como aliás o de toda a América, persignando-se ao toque da Ave-Maria.

Na língua tupi eram denominados os rios, as serras, os campos, as aldeias. Nas especificações botânicas e zoológicas o tupi se espraiou e se fixou por toda a parte. “Ao seu contacto (T. Sampaio, obra cit.) alteravam-se a sintaxe e a pro-

sódia portuguêsas. Desapareceram as vogais mudas ou breves e prevaleceram as graves e agúdas. Os verbos tupís modelaram-se pelos do português, incorporando-se em grande número neste último, como incorporaram-se os nomes de plantas, animais, frutas e objetos de uso doméstico".

Nos arraiais de mineradores como nas "bandeiras", o tupí era a língua oficial. Imperava na colônia de tal maneira, (Loc. e aut. cit.) que a conquista se fazia "tendo por veículo a própria língua dos vencidos" — que era a língua da multidão.

Na nomenclatura geográfica do Paraná o tupí prevaleceu por toda a parte, e na própria região dos tapuias apenas ficaram, assinalando os antigos domínios dos Coroados, as denominações primitivas de Xanxerê, Chopin, Chapecó e poucas outras. Até mesmo os nomes originários dos maiores rios da região — "Goio-Covó" e "Goio-En", cederam às denominações de "Iguassú" e "Uruguai" — da língua indígena triunfante na toponímia nacional.

Era este o estado geral de cultura dos índios do nosso país ao tempo da conquista européia, tomado por norma a dos tupís do sul, Guaranis, mais adiantados na escala do desenvolvimento intelectual.

2. — Mas o território hoje paranaense não foi habitado somente por tupís-guaranis e suas variedades etnográficas, e até foi, depois das invasões e destruições de Guaíra, dominado mais vasta, embora menos volumosamente pelo Crens (Caigangs e suas variedades) e pelo Gês (Botucudos).

Desbaratadas, no segundo século do descobrimento, as populações guaranis aldeadas pelos jesuitas e escravizadas pelos castelhanos no sertão entre os rios Tibagí, Paranapanema e Paraná, começaram, tempos depois, a se infiltrar nesse sertão e no de Palmas, ao sul do Iguassú, as hordas dos Caigangs.

Dominaram os territórios de Castro, Guarapuava e Palmas, que inicialmente compreendiam todo o interior do Paraná. Aí opuzeram a maior resistência ao povoamento, atacando os tropeiros nas suas excursões pela estrada de S. Paulo aos campos da Vacaria (Rio Grande do Sul); os descobridores e posseiros dos campos de Palmas, as primeiras instalações de Guarapuava e até a própria vila de Curitiba, em data incerta, onde o grupo atacante foi batido e baramente degolados os prisioneiros.

Entre eles próprios, porém, existiam prestigiosos caciques amigos dos povoadores brancos, e entre esses se notabi-

lisaram, pelos auxílios, que prestaram a esses povoadores, os caciques Condá e Virí, guerreiros formidáveis dos sertões do Piquirí e de Palmas.

Em 1858, com a criação da Colonia Militar do Jataí e após revez que lhes inflingiu Virí que lhes avassalou os toldos no vale do Piquirí, numerosos chefes Caingang se apresentaram ao diretor dessa colonia pedindo paz e oferecendo amizade.

O govêrno geral do Império não somente lhes aceitou as propostas como determinou a fundação de aldeamentos que os agremiasse. Esses aldeamentos foram os de São Jeronimo e de São Pedro de Alcantara, o primeiro entregue ao zêlo e às virtudes de Frei Luiz de Cemitille, que o fez prosperar, e o segundo ao frade Timoteo de Castel-Nuovo, um vulgar especulador, que ia pondo a perder a obra dos pacificadores do sertão.

Os Caingang abandonaram a aldeia de São Pedro de Alcantara e se estabeleceram nos sertões do baixo Piquirí, do Ivaí e do Iguassú, onde são regressivamente numerosos, porém jamais atacaram os povoadores brancos, como o haviam prometido, antes foram sempre prestimosos às comissões exploradoras e construtoras de estradas naqueles rumos.

*** Telemaco Borba (*Atualidades Indigenas*, 6 e 7), que por longos anos os estudou, dêles dá um expressivo retrato falado nesta passagem:

“São índios bem conformados, de estatura regular, peito largo, cheios de corpo, mãos e pés pequenos, dedos finos, cabeça regular, testa e olhos pequenos, estes um pouco obliquos, maçãs do rosto salientes, nariz chato, boca grande, lábios grossos, dentes grandes e bem dispostos, orelhas pequenas, pescoço curto. Arrancam os cabelos do corpo, inclusive os das sobrancelhas e pestanas. Tanto homens como mulheres os trazem tonçurados como os frades, com uma larga coroa no centro; são de cor baça e feições grosseiras e feias”.

Frei Luiz de Cimitille assim os descreve:

“São francos, alegres e conversadores. Ao primeiro canto do galo levantam-se e procuram água para se lavar. Ao voltarem assentam-se ao redor do fogo e do cacique, de quem recebem as ordens, que cumprem sem observações e com pontualidade”.

“Gostam muito de criar galinhas, especialmente brancas e pintadas. Domesticam bichos e aves silvestres. O cão, porém, é o seu animal predileto e fazem com prazer todo sacrifício para obterem este lugar-tenente do homem, que lhes

é da maior utilidade. Para obtê-los fazem viagens à Curitiba, distante umas sessenta léguas e à Faxina, em São Paulo, ainda mais distante”.

“Sustentam-se de caça, peixe, mel e frutas; plantam algum milho e feijão”.

“As suas armas são grandes arcos, — *Uy*, feitos de pau de guaiuva, enleados com casca de cipó imbê; suas flexas, *Dou*, medem dois metros de comprimento, com farpas de osso de macaco ou de ferro, pintadas com muita habilidade. Além dessas armas usam lanças, — *Urugurú*, de folhas de facas muito polidas, tendo as hastes dois metros de comprimento, mais ou menos, fazendo com elas guerra e também as suas caçadas, nas quais mostram grande tino e habilidade”.

*** Seu caráter é o da mais franca independência. Cada grupo de 50 a 100 indivíduos dirige-se por si próprio sob a direção de um cacique, porém a autoridade deste somente pode se exercer por meios brandos e suasórios. Quando essa autoridade pretende impor suas decisões é abandonada, até mesmo pelos filhos e demais parentes e a horda escolhe um outro chefe mais liberal.

São os Caingangs muito obsequiadores. Entendem que nunca devem negar o que lhes é pedido, mas exigem para com êles o mesmo proceder da parte de quem quer que seja. “Uma das maiores injurias é chamá-los de pouco generosos, *deimacá*, na sua língua”. Altaneiros e independentes, não prestam obediência a ninguém senão quando tratados com boas maneiras.

*** Acreditam numa divindade bemfazeja a que chamam *Tupan*, como os Guaranis. Essa divindade acolhe os valentes depois da morte, proporcionando-lhes a vida eterna sem trabalho, num país onde a caça se oferta ao caçador, não tendo este necessidade de a perseguir no mato. As almas dos inérgos e covardes ficam morando na própria terra, onde se alimentam com minhocas.

*** Têm os sentidos da vista e do olfato muito sensíveis, apurados pela prática tradicional das caçadas. Avisam os objetos à distância a que não os percebem olhos deshabitados. Caminham na mata como em campo aberto, com agilidade e orientação admiráveis. Distinguem pelo olfato a proximidade das cobras e de outros animais. Distinguem pela audição à distância, o pizar macio e solérte do tigre.

*** As mulheres Caingangs são hábeis tecelãs de tangas e túnicas feitas com a fibra da ortiga grande. As tangas para as mulheres e as túnicas ou mantos, *Curintuxa*, para os homens. São essas as únicas vestes das tribus independentes, isto é, das que não entraram em contacto com os usos e costumes das populações brancas.

*** Os Caingangs, em sua situação primitiva, não têm habitação permanente. Mudam-na constantemente para os sítios onde abundam a caça e os frutos nativos do sertão.

Seus ranchos têm geralmente 25 a 30 metros de extensão. São cobertos e cercados com folhas de palmeira e não têm divisões internas nem janelas. Apenas uma abertura em cada face serve de porta, pela qual uma pessoa só abaixada pode passar.

Cada família conserva acesa, dentro desses ranchos, uma fogueira. A roda dela se deitam sobre cascas de árvores estendidas no solo, com os pés para o fogo, indistintamente homens, mulheres e crianças.

Quando o rancho fica muito sujo e pulguento, queimam-no e constroem outro sem do primitivo aproveitarem nenhum material.

*** O Caigang é parco no fabrico de objetos de uso doméstico. Seus principais utensílios são a panela de barro, — *Cócron*; o machado de pedra, — *Póbéng*; o pilão, — *Craie*; a peneira e o cesto, — *Queinhe*; a cuia de porongo, — *Run-dia*; e instrumentos cortantes, feitos de pedra-lascada, — *Toi*. Os que vivem em aldeamento ou já entraram em contacto comercial com os brancos, são ávidos por objetos similares da indústria civilizada.

*** São polígamos. Geralmente casam-se com quatro a seis mulheres, quasi sempre da mesma família. Não casam com as filhas dos irmãos, que consideram como suas filhas, mas preferem as filhas das irmãs para suas esposas. São raras as desavenças entre o marido e suas mulheres e entre estas entre si.

Os homens não se casam antes de 18 a 20 anos de idade. Quando pedem uma moça, (*Tetan*) e anue ao pedido o pai da preferida, o noivo fica desde logo agregado à família da noiva e o casamento dado por concluído, sem nenhum cerimonial. Mas quando a noiva não atingiu a idade matrimo-

nial, que é de 10 a 12 anos, o noivo passa a servir o futuro sogro em todos os afazeres precisos à sustentação da família deste, até poder casar-se.

Muito raro é o marido abandonar uma de suas mulheres, mas não o é abandonarem as mulheres seus maridos, quando ainda moças, e se unirem a outros jovens da tribu.

*** Seus instrumentos musicais são: buzina, — *Caquire*, de chifre de boi ou de taquara; flauta, — *Coque*, de taquara; maracás, — *Xu*, que são porongos cheios de seixos; e um outro instrumento a este semelhante, — *Otoréré*, que é um canudo de taquara ligado a uma cabaça furada em diversos pontos.

Desses instrumentos se servem com muita habilidade, chocalhando-os ou tocando-os com a boca e até com o nariz.

Seus jogos e diversões, — *Caingire*, têm todos o aspecto e fragor de combates pessoais ou coletivos, cuja arma é o cacête, mas deles não resultam ofensas nem inimizades, mesmo quando se maltratam além do que lhes é permitido. Os que saem mais maltratados desses encontros são considerados campeões, — *Turumanin* (valentes) e como tais julgados pelos que tomaram parte no “divertimento”.

Quando a peleja esportiva se realiza à noite, os cacêtes são acêsos numa das extremidades, — *Pingiré*. Telemaco Borba, que presenciou a essas competições, do *Caingire* e do *Pingiré*, diz que este segue o mesmo violento desenvolvimento daquele e produz os mesmos ferimentos... acrescidos das queimaduras.

*** Dentre os seus enfeites figuram a *Cranios* que é uma camiseta sem mangas, muito justa ao corpo, só usada nas festas; a *Arangretará* que é um cocar de penas de variadas cores, o seu mais belo ornato, realmente. Seus colares são rústicos e grandes demais, feitos de dentes de animais ou de contas brancas. Também usam untar-se e colar no corpo penas de certas aves de cores vistosas, sendo que também se pintam com carvão em ocasiões festivas. Usam envolver as pernas, do tornozelo até meia distância do joelho, com película de cipo-imbê, como enfeite e também para defesa contra mordedura de cobra.

A sua principal indumentária, porém, é o vasto manto branco que lhe cai dos ombros aos pés e que usam com grande garbo, obra de habilidade das tecelãs da tribu.

*** A tradicional hospitalidade dos Caingangs se revela às vezes de maneira bem curiosa. Telemaco Borba descreve a recepção que é habitual, feita ao visitante de um toldo:

“Quando algum selvagem se aproxima de algum toldo dos de sua nação, diz o conceituado observador conterrâneo, oculta-se junto ao local em que os ali moradores costumam tomar água até que aviste algum dêles. Então fala do seu esconderijo e diz quem é, e o que ouve vai dizer aos demais.

“Preparam-se todos para receber o hóspede. Se tem parentes no toldo, o que lhe é mais próximo deita-se e cobre o rosto com o *Curú*, enquanto que sua mulher prepara alguma iguaria para o esperado.

“Este, ao chegar, sem cumprimentar ninguém, vai entrando como em sua própria casa e deita-se junto ao que está também deitado e com o rosto coberto. A mulher deste traz as iguarias que preparou e põe-nas ao alcance de ambos. Senta-se então o anfitrião, convida o hóspede e comem juntos, silenciosamente, o prato da hospitalidade.

“Findo o repasto o visitante diz ao que anda, o que tem sucedido no acampamento onde mora, o que viu e lhe aconteceu no caminho, etc. Si na narrativa há algum caso de morte de algum parente ou conhecido, isso motiva grande choro entre as mulheres presentes, que assim pretendem consolar o hóspede.

“Geralmente estas visitas constituem pretextos para festas nas quais se embebedam com *Goiofá* que é a sua bebida nacional, feita de milho fermentado e água e a que chamam também *Quiquí* quando adicionada de mel de abelha”.

São muito francos do que têm nos seus ranchos. Quando alguém os visita a primeira cousa que lhe perguntam é se tem fome. Nos dias de abundância nem fazem essa pergunta, vão pondo a comida diante da pessoa e lhe dizem simplesmente — *Aco, coma.*

3. — O terceiro grupo nacional indígena representado no Paraná é o dos *GÊS*, ao qual se filiam os *Botucudos*, que se supõe terem entre os seus ascendentes o Homem da Lagoa Santa e os Itiófagos dos Sambaquís, — dos mais ínfimos tipos humanos dos nossos tempos pré-históricos.

Cumpre-nos fazer, por conseguinte, uma apreciação embora resumida sobre esses três fatores iniciais do povoamento do nosso país, si bem que longínquos e obscuros, de rude intellecto, de civilização primitivíssima, mas que constituem élos da cadeia étnica dos nossos povoadores, primeiros atores

no cenário da vida ameríndia, cujo drama estudamos neste capítulo.

*** “Homem da Lagoa Santa” foi o nome dado aos restos humanos encontrados em cavernas, por Peter Lund, em 1844, na região dos distritos de Curvelo, Sete Lagoas e Lagoa Santa, em Minas Gerais, associados a restos fósseis de mamíferos pertencentes ao período quaternário.

“Todos os crâneos (do Homem da Lagoa Santa. mostram os traços característicos da raça americana; possuem notavelmente a forma piramidal, o que constitui o traço que a raça mongólica e a raça americana têm de comum. Possuem também a fronte muito baixa e estreita, que é o traço mais constante pelo qual a raça americana se distingue da mongólica”. (Peter Lund, *Cartas* publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”).

*** A indagação sobre si o “Homem dos Sambaquís” tem representantes nas raças indígenas que ainda habitam ou nas que recentemente habitaram o nosso país, foi feita por antropólogos e etnólogos de elevado mérito, nacionais e estrangeiros.

Estudados os sambaquís e os seus restos humanos, o que ficou admitido foi que a nossa pré-história não fica suficientemente aclarada senão em parte, isto é, que dos índios atuais ou históricos, os crâneos dos Botucudos têm notáveis analogias com os encontrados nas ostreiras do litoral do Paraná e de Santa Catarina e estudados pelos eminentes antropólogos brasileiros J. B. de Lacerda e J. Rodrigues Peixoto.

Dos seus estudos o professor J. B. de Lacerda concluiu:

- 1.º Que não existe homogeneidade de caracteres em todos os seus elementos componentes, nos crâneos do Homem dos Sambaquís.
- 2.º Que a divergência de caracteres é devida à influência de alguns fatores, entre os quais a sexualidade.
- 3.º Que do lado de caracteres divergentes, a morfologia das séries estudadas apresenta certos caracteres fixos, que a fazem destacar o tipo do meio das suas variantes.
- 4.º Que as formas dos crâneos encontrados nos Sambaquís estabelecem notáveis analogias entre aqueles crâneos e os crâneos dos Botucudos.

Outro estudo notável, com o mesmo objetivo, é o do Dr. J. Rodrigues Peixoto nos crâneos de indígenas, existentes no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Destacou êle quatro tipos bem caracterizados: o do "Homem da Lagoa Santa", o do Botucudo, o do Homem dos Sambiquís do Sul e o do Tupi. Pelo estudo desses crâneos, o Dr. Rodrigues Peixoto formulou a hipótese de ser o Homem dos Sambiquís representante do da Lagoa Santa e possivelmente o Botucudo um produto do cruzamento de ambos, pois naquelas duas raças os caracteres craneológicos se reproduzem atávicamente em alguns crâneos da terceira.

O tipo do Homem da Lagoa Santa era mais ou menos dissimulado, diz o eminente professor. Era um crâneo maior, de paredes muito espessas, de aspecto muito mais grosseiro e caracterizado por um prognatismo ainda mais considerável que o dos negros da África Ocidental.

O tipo do Homem dos Sambaquis dos nossos Estados meridionais e que na egrégia opinião citada parece ter sido um dos antepassados do Botucudo, é um crâneo subdolicocefalo que oscilando até a braquicefalia, demonstra não pertencer também a uma raça pura. Seu índice nasal, extremamente uniforme, apresenta-o como exemplo de um tipo humano dos mais leptorrínios.

Desses estudos se constatou a presença, nos sambaquis, de uma raça antepassada do Botucudo, de raros representantes atuais.

O Homem dos Sambaquis é esse tipo caracterizado pelos estudos craneológicos referidos. Mas nem sempre foi dessa raça o habitante, habitual ou temporário, das ostreiras da costa marítima do sul do país.

As mesmas indagações que chegaram àquele resultado se referem a um quarto tipo de crâneos, da mesma procedência e que foram constatados como pertencentes a índios tupis: pequenos, curtos, baixos, muito menos prognatas e eurignatas, de contornos mais brandos e linhas mais suaves, mesaticefalos, com tendência à braquicefalia, de orbitas magasemas e nariz platirríneo.

*** Do estudo dos artefatos encontrados nos sambaquis, não tem resultado uma distinção dos que são obra dos originários habitantes desses depósitos arqueológicos e dos que pertencem aos seus sucessores tupís.

Essa distinção deveria ser feita in loco, onde tais artefatos fossem encontrados ao lado das ossadas a que correspondessem.

No Museu Paranaense existem numerosos machados de pedra desenterrados de sambaquís do nosso litoral; alguns tão grosseiros quanto à fôrma e feitio, que tanto parecem demonstrar o início da arte de confecção de tais instrumentos como a primeira fase do seu fabrico.

Serão obra acabada do Homem dos Sambaquís, ou representarão a primeira fase de sua manufatura? Retirados do seu jazigo antes que tal pergunta fosse respondida, agora a interessantíssima indagação somente poderá ser feita por um confronto de peças idênticas a que não faltam as condições acima apontadas.

Na minha opinião, sem valia aliás ante a elevação do assunto, é que, à parte esses instrumentos, nenhum outro artefato dos sambaquís pode, sem contestação, ser atribuído exclusivamente ao rudê tipo humano que primeiramente os habitou.

São todos, os que já vi, de evidente manufatura tupi idênticos aos encontrados nos planaltos, tanto os de pedra machados, massêtes, pontas de flexa; como os cerâmicos — panelas, igaçabas, tijelas etc.

Não fossem, pois, as imperativas soluções do problema dadas pela craneologia, e, diante de tais artefatos arqueológicos nenhum americanista certamente admitiria um Homem dos Sambaquís etnicamente diverso do tupi do planalto.

Esses artefatos se caracterizam tanto pela igualdade dos materiais de que se compõem como pelas fôrmas de que se revestem. Vão do massête formidável e do machado de pedra polida, cortante, agressivo, — às fôrmas minúsculas desses objetos, de uma delicadeza de acabamento que revela paciência, gosto e inteligência, e o primitivo itiófago do sambaquí não podia ter essas qualidades.

Demais, o habitante permanente da nossa costa marítima não teria onde buscar certos materiais constantes de objetos que têm sido encontrados nas ostreiras, como, por exemplo, o quartzo hialino, de que é feita uma linda ponta de flexa encontrada no sambaquí da ilha Goulart, em Antonina, pelo sr. Inácio Pinto e que pertence hoje à coleção arqueológica do Museu Paranaense.

*** A primeira explicação do que seja um Sambaquí, foi dada por Fr. Gaspar da Madre de Deus em 1797, nas suas *Memórias da Capitania de S. Vicente* e nos seguintes termos:

“Índios particulares em todo o tempo e povos inteiros e certos meses vinham mariscar na costa; escolhiam entre os mangais algum lugar enxuto onde se arranchavam e dali

saiam como enxames de abelhas a extrair do lodo os cetáceos marítimos. É indizível a imensidade que colhiam de Ostras, Berbigões, Amenjoas, Sururús, de várias castas e outros mariscos; mas a pesca principal era de Ostras e Berbigões ou porque gostassem mais deles ou porque os encontrassem em maior cópia e os colhessem com facilidade.

“De tudo isto havia e ainda hoje há muita abundância nos mangais da Capitania de S. Paulo. Com os tais mariscos se sustentavam enquanto durava a pescaria, e o resto secavam e assim beneficiado conduziam para suas aldeias onde lhes servia de alimento por algum tempo. As conchas lançavam a uma parte do lugar onde estavam congregados e com elas formavam montões tão grandes que parecem outeiros a quem agora os vê soterrados.

...“Na maior parte delas (das ostreiras) ainda se conservam inteiras as conchas e nalgumas acham-se machados, de seixo muito rijo, pedaços de panelas quebradas e ossos de defuntos, pois que se algum índio morria no tempo da pescaria, servia de cemitério a ostreira, na qual depositavam o cadáver e depois o cobriam com conchas”.

Dado que houvesse existido um Homem dos Sambaquís como demonstram sérios estudos antropológicos, a descrição de Frei Gaspar se refere à segunda fase da história das ostreiras, supondo-a originária. Na sua época não se podia entender de outra maneira.

Resumindo as considerações que vimos fazendo em torno do interessantíssimo assunto, de acordo com as investigações dos mestres, temos a seriar na pré-história brasileira:

1.º *O Homem da Lagoa Santa*, do período quaternário, identificado por Lund, Quaterfages e Gaudry.

2.º *O Homem dos Sambaquís* estudado pelos antropólogos brasileiros Rodrigues Peixoto e Batista Lacerda.

3.º *Os Botucudos*, com caracteres craneológicos que apresentam com os do segundo tipo notáveis analogias.

4.º *Os Tupís*, raça invasora que deslocou o habitante do Sambaquí e o substituiu no domínio dos litorais.

O aparecimento de tupís nos arraiais do Homem dos Sambaquís, denota o período de invasão do litoral por outra nação vinda de além através dos planaltos. Trata-se sem nenhuma dúvida dos Tupiniquins e Carijós que os europeus vieram encontrar na posse da nossa costa marítima por ocasião do descobrimento.

Não admira que estes índios desalojassem os primitivos ocupantes dos Sambaquís pois que eram mais inteligentes, mais audazes e sem dúvida mais numerosos, porque já então, parte considerável do sertão era por eles dominada.

O Homem dos Sambaquis teve o destino que estava reservado, no evolover de séculos, ao seu descendente — o *Botucudo*, que jogado pelo invasor para os ínvios sertões do Sul, veio a sucumbir, ainda em nossos dias, exterminado pelo colonizador branco.

Enquanto a terra era somente sua, repartia a existência entre os lugares onde mais fácil lhe era a subsistência orgânica, — sua única preocupação. Ora vivendo de caça e de frutos nativos dos planaltos, ora na estação hibernal valendo-se das reservas naturais das ostreiras que o mar acumulava em determinados pontos da costa, o *Homem do Sambaquí*, o *Botucudo*, e, depois ainda, o *Tupí*, preencheram essa enfiada de séculos que a nossa pré-história jamais poderá dizer quantos foram, e que ficaram, nos grosseiros artefatos encontrados nas colinas conchíferas da nossa planície marítima, atestando o baixo nível intelectual nos primeiros e nos segundos ausência completa de um pensamento materializado em qualquer forma particular de arte, tão elevada e distinta nos povos americanos que habitaram o litoral do Pacífico e entre os povos ceramistas de Marajó.

*** Segundo Batista Caetano, Sambaquí significa literalmente “montão de ostras”; de *tambá* e *quí*, colina cônica como peitos de mulher”. Acrescenta o eminente tupinista: — “Nos substantivos guaraní a mudança do *t* em *h* aspirado ou *gu*, fórma a passagem do valor absoluto relativo; como os portugueses na sua língua não têm aspiração, davam-na por *ç* ou *s*. Além disso em palavras compostas o genitivo ocupa o primeiro lugar, e daí resulta *hambaquí*, colinas de conchas. Pode também ser estropiamento de *hambakiab*, refugio ou varredura de conchas.

4. — Por fim temos a tratar dos *Botucudos*, terceiro élo das raças sem história que habitaram nosso país.

Dos Botucudos do Paraná há apenas as informações do engenheiro militar Jacques Ourique, que se interessou por conhecê-los e estudá-los quando, de 1882 a 1884, esteve no Rio Negro como chefe da Comissão Mixta de Terras e Limites.

Alguma cousa, isto é, tudo quanto se sabe do Botucudo meridional, se deve a esse ilustre brasileiro. O que se segue, resume suas investigações.

Habitavam as matas das encostas marítimas da Serra do Mar até ao rio Timbó, nas bacias dos rios Negro e Iguassú, ao norte da zona, e até ao rio do Peixe, na bacia do Pelotas, ao sul. Os índios coroados, seus inimigos, habitantes entre os rios do Peixe e Timbó, para oeste, reconheciam estes dois rios como limite de suas possessões.

Em 1868 e 1877 tentou-se aldear os Botucudos, tendo sido encarregado dessa missão o grande e hábil sertanista Joaquim Francisco Lopes. Foi para isso escolhido um sítio na estrada de Lages, a 5 léguas da então Vila do Rio Negro, dando-se-lhe o nome de Aldeamento de S. Tomaz do Papanduva. Nunca, porém, conseguiu Lopes avistá-los, a despeito do seu tino em lidar, por muitos anos, com selvagens, e a tentativa foi abandonada.

Várias crianças dessa tribu foram aprisionadas por bandeiras bugreiras e levadas para o Rio Negro. Jacques Ourique descreve uma delas. "Esta criança, bonita e bem constituída, tinha o cabelo completamente rapado, não usava tanga e simplesmente trazia como adorno um T de madeira bem polida suspensa de um furo no meio do lábio inferior, com a perna vertical pendente para o exterior — e cordas de embira enroladas em volta dos tornozelos e dos pulsos, as quais afrouxava quando queria correr ou fazer qualquer outro exercício."

Um outro pequeno índio, aprisionado nos matos da Estiva e batisado e criado no Rio Negro, forneceu preciosa notícia sobre sua gente. Tez requemada e fisionomia característica dos nossos selvícolas, diz o autor citado — sendo para assinalar a harmonia das linhas, talvez em consequência da idade, que "fazem lembrar o rosto das donzelas indígenas, mormente quando, na interrogação, volvem lindamente os olhos negros e rasgados". E acrescenta: — "No aveludado humido do olhar, há um expandir tal de inteligência, que faz esquecer a proveniência do bugrinho".

Boa memória, facilidade de apropriação e grande tino observador, conservava todas as reminiscências da vida das selvas e jogava ainda o dialeto dos seus, embora certamente com defeitos devidos à sua pouca idade. Sua descrição do Salto de Canoinhas, que Jacques Ourique conhecia, foi-lhe feita com precisão, pelo que se segue que suas informações são verdadeiras.

Do botoque disse ser apenas um adorno preso ao lábio inferior através de orifício nunca maior de um centímetro de diâmetro. Não usavam, além desse, qualquer outro enfeite.

Alguns traziam o cabelo, que os adultos usavam crescidos, atados por uma fita de embira. Viviam em constante emigração, de Serra Acima para Serra Abaixo, a procura de frutos e de caça. Em virtude dessa vida errante, suas cabanas eram provisórias, feitas de varas arcadas e atadas nas extremidades superiores e cobertas de palmas de gerivá ou gissára.

Suas armas eram o arco e a flecha com ponta de ferro ou madeira, o arco e virote para caça e a massa de madeira, com quinas, de cerca de metro e meio de comprimento, sua formidável arma de combate, que costumavam deixar sobre o corpo da vítima.

Cremavam os seus mortos, colocando-os debaixo de uma pilha cônica de lenha e queimavam-na. Enterravam as cinzas, em pequenas sepulturas.

Não conheciam o direito de propriedade senão com relação à caça, que pertencia a quem a abatia. Si os cães-quer de índios quer de sertanejos corriam uma anta e o sertanejo chegava primeiro à acuação e matava, — os índios Botucudos se retiravam, mesmo quando em grande número. Mas si a matava o índio, cumpria ao sertanejo retirar-se. Quanto ao mais, não reconheciam direitos: — matavam cavalos e burros cuja carne apreciavam, sempre que os encontravam fora de vigilância; pilhavam roças de milho; tinham em grande apreço objetos de ferro, com os quais faziam pontas para as suas flechas e lanças, etc. Destas pilhagens “que para o pobre e ignorante selvícola era um direito legítimo, nasceu a luta atroz das represálias que os trouxe horrorizados e arreijos da civilização”, escreve Jacques Ourique.

Os Botucudos do sul, fisicamente considerados, eram “altos, robustos, bem conformados e dotados de fisionomia regular e simpática. Sua força muscular e elevada estatura foram proverbiais em ambas as províncias”, do Paraná e de Santa Catarina. Eram sagazes, astutos e pacientes, e notáveis fisionomistas, pois reconheciam, após muitos anos, pessoas que houvessem visto uma única vez. Imitavam com rara habilidade os sons emitidos pelos animais da floresta e as palavras das pessoas, que ouviam dos seus esconderijos. A este respeito conta o autor citado: — “Por mais de uma vez o servente que tinha a balisa no estacamento das picadas, fixava-a ao ouvir a voz do agrimensor gritar: — *Aí!* enquanto que este nada dissera. Era o selvagem que acompanhava o serviço das turmas, oculto no mato, só se manifestando por estes e por outros idênticos atos da agreste inteligência e pueril divertimento”.

Sua paciência e perseverança eram admiráveis. Durante dias e até meses aguardavam a ocasião propícia aos ataques que faziam aos tropeiros e aos odiosos "afugentadores". Os seus inimigos viam nessas precauções atos de covardia, pois preferiam "que o índio se atirasse nú e armado de simples cacête ou arcos cujas flechas se desviam com o menor obstáculo, ao encontro das balas certeiras de suas carabinas e do golpe afiado das suas adagas".

2 — O Colonizador Ibérico

O território hoje paranaense foi primeira e efetivamente povoado, após o descobrimento, por portugueses e espanhóis e seus descendentes vindos das vilas da capitania paulista, de S. Vicente, Piratininga, Paraíba do Sul, etc.

Dizemos "efetivamente" porque os primeiros a ocupar terras do Paraná atual foram espanhóis do Paraguai conforme se verá do capítulo referente ao povoamento de Guaíra. Esse povoamento, porém, não teve continuidade histórica, dele restando, desde as primeiras décadas do século XVII, apenas as ruínas de suas pequenas cidades.

Há que dar, pois, preferência àqueles que fundaram as nossas duas primeiras povoações orientais, até os nossos dias existentes, que foram Paranaguá no litoral e Curitiba no planalto, descendentes, como ficou dito, dos dois povos ibéricos que entre si partilharam o centro e o sul do Novo Mundo.

O Português faz parte da série de tipos antropológicos classificados sob a denominação de tipos *Europeus Morenos*, com os seguintes caracteres: olhos negros ou pardos, cabelos pretos e pele branca, amorenando facilmente sob a ação solar. (Paul Topinard, *L'Antropologie*).

"Os demais caracteres que lhe são comuns com o *Tipo Europeu Louro*, são: tez sempre branca nas crianças, barba abundante, cabelos finos, lisos ou ondulados, crânio apresentando um oval de contornos regular, arcadas zigomáticas ocultas, fronte larga na base, sem ser fugidia nem bombeada no vertice, bossas frontais sobresaindo distintamente porém sem excesso, rosto antes oval do que alongado mas sem exagero dos ossos malares, nariz de ponta fina e paredes laterais reunindo-se em ângulo agudo, narinas elípticas quasi paralelas, esqueleto do nariz leptorrhineo ou mesorrhico, maxilas e dentes dispostos em uma linha quasi reta, boca pequena, dentes retos compridos, branco-azulados ou branco-amarelados, sujeitos à cárie; queixo saliente, orelhas de forma oval alongada, estatura mediana, peito amplo, espaldas

largas, curvatura dos rins bem pronunciada, músculos firmes". (Anibal Mascarenhas, *História do Brasil*).

Acrescenta o autor citado: — "Estes os principais caracteres do *Tipo Europeu Moreno*; no português, porém, que é o resultado de numerosos cruzamentos, todos estes caracteres são muito variados".

O quanto podem afirmar os estudiosos da origem dos primeiros povos que ingressaram na península ibérica e se amalgamaram com os nativos aí encontrados, esses povos foram os Iberos, da raça *uralo-altaica*, do tronco turano com vestígios no dialeto *euskara* ainda falado entre camponeses espanhóis das Vascongadas.

Outras migrações se sucederam na península, arianas e semíticas.

Cronologicamente, a começar das mais antigas, foram aí ter os celtas, os fenícios, os gregos, os cartaginêses (líbios-phenícios), os romanos, os suevos, os godos e os árabes.

As raças principais formadoras do tipo étnico *Português*, foram a *Ibera*, dominante em 85% da população, a *Nórdica* (Minho, Douro, Tras os Montes e as duas Beiras, donde procediam numerosos dos nossos povoadores seicentistas), *Celta* ou *celtizados* (14% da população, sendo o Minho o seu centro de maior frequência) influências semíticas dos *Árabes* no Alentejo, dos *Fenícios* nas costas do litoral, dos *Judeus* de tipo armenoide e negroides berberizados *Mouros*, em tipos isolados, manifestações de atavismo; os tipos *germanoides* que na proporção de 5% apareceram entre os recrutas de 1917, segundo verificaram antropologistas americanos.

As do tipo *Espanhol* são as mesmas, os tipos *germanoides*, entre os recrutas espanhóis, segundo os antropologistas Yoke e Yokun, foram verificados na proporção de 10%.

*** A constituição do direito português, bem como a do espanhol, procede principalmente de três origens: o romano, o germanico e o canonico, aliás formadoras das leis gerais entre todas as nações modernas. (Vide, para melhor estudo desta matéria, a *História do Direito Nacional* de Martins Junior e *Raças Históricas da Península Ibérica e sua Influência no Direito Português* de Julio de Vilhena).

*** A língua portuguesa, como a espanhola, pertence ao grupo das línguas neo-latinas ou românicas. "Constituiu-se sobre um fundo de latim bárbaro e com elementos subtraídos às línguas dos diversos povos que peregrinaram pela península Ibérica ou desta região fizeram a última estação

do seu movimento migratório. (Anibal Mascarenhas, *História do Brasil*).

A literatura, a partir da independência do condado de Porto Cale até a passagem de Portugal para os domínios de Castela, pode-se dividir em três épocas: — a dos *trovadores* (séculos XII a XIV), a dos *poetas palacianos* (século XV) e a dos *quinhentistas* (século XVI), da renascença do espírito clássico que se vinha elaborando nos conventos e na universidade de Coimbra desde a independência do país.

Esta última fase (1500-1581) foi da luta entre o clasicismo e a literatura popular ou mediceica do lirismo provençal de formas galezianas dos trovadores.

No século XVI surge Camões com os *Luziadas*, o poema padrão do gênio português e assinala, em páginas luminosas, a entrada triunfal da literatura portuguesa na arena das conquistas intelectuais da humanidade.

É o século dos historiadores e dos clássicos da língua, — Damião de Góes, Fernão Lopes, Antonio Galvão, João de Barros, Diogo do Couto, do Teatro de Gil Vicente. Mas é também o século da inquisição, que, dominando Portugal, interrompeu o surto das letras e das artes. (Vide, para melhor estudo desta matéria a *História da Literatura Portuguesa* de Teófilo Braga).

*** Nas artes sobressai a arquitetura sobre a pintura e principalmente sobre a música.

Os estilos árabes e romanos começam a ser influenciados pelo gótico, embora ainda confusamente, no mosteiro de Leça do Balio, até que a Igreja da Batalha marca, nas suas filigranas e rendilhas de granito, nas louçanias de suas ogivas, flechas e arabescos, na estatuária grave e magestosa, — a presença de um dos mais belos monumentos góticos da Europa, “na mesma linha das catedrais de Strasburgo, Colonia, Notre Dame e York”. (Anibal Mascarenhas, *Curso de História do Brasil*).

Na pintura, Grão Vasco (última metade do século XV) havia se destacado genialmente sobre os demais pintores secundários, decorando a Sé de Vizeu, e arte da iluminura ainda no século XVI repetia artistas de mérito.

A música quinhentista ainda era muito primitiva, variando entre as formas ingenuas ou místicas das melopéias populares e do cantochão conventual.

*** Ao tempo do descobrimento e da colonização do Brasil, o povo português se achava dominado por uma fé ar-

dente e constante na religião cristã. O cristianismo presidia todas as suas manifestações, individuais e coletivas, até mesmo as de caráter político.

Suas próprias excursões temerárias por mares e terras distantes, eram impelidas pelo desejo de levar a cruz de Cristo e os seus ensinamentos ao seio do gentilismo.

Os seus artistas eram inspirados pelas cenas da Idade Média. Seus nautas e seus soldados partiam como se fossem para uma verdadeira Cruzada da Fé e por toda a parte, entre todas as classes, entre todas as inteligências, da mais rude à mais culta, “a devoção religiosa exteriorisava esse subjetivismo religioso em complicado culto e variadas práticas místicas” — escreve o autor acima citado. Mas juntamente com a fé na religião consagrada e oficial, acrescenta, — “era geral a crença em uma infinidade de superstições”.

Os feiticeiros, as bruxas, os lobishomens, as mulas sem cabeça, as sereias, as almas do outro mundo, povoavam a imaginação do povo — e toda essa família estranha foi transportada para o Brasil, onde veio cruzar os sacís, os currupiras, as oiáras da grei cabocla.

3 — O Africano Escravizado

O terceiro fator étnico que influenciou na formação do povo brasileiro foi o representado pelo negro africano trazido para a nossa, como escravo, pelos conquistadores.

Como os índios, os negros foram agentes da riqueza colonial, individual e pública, e elemento formador da nossa nacionalidade. Procediam da faixa litoral da África “entre a Guiné, na costa ocidental, até Moçambique, na costa oriental” e também da Costa de Mina; aqueles das cabildas dos Berberes, Jalofos, Mandingas, Felupos, Congos, Angolas, Benguélas, etc.

*** Falavam línguas diversas, segundo sua procedência, denominadas Kinkunda, Yoruba, Congo, Loango, Benguéla, Mandinga, Camba, Molua, Wolof e seus dialetos, quasi todas, porém, pertencentes ao grupo Bantú (Abel Hovelacque) indicativo do plural de homens.

As línguas deste grupo, filiadas à família das aglutinantes, são em geral suaves e harmoniosas.

“Têm fonologia poderosa. As palavras acabam sempre em vogais, principalmente *a* e *o*, e apresentam alterações re-

gulares de vogais e consoantes, pelo que se lhe deu o nome de línguas aliterais.

“Os radicais são quasi sempre monossilábicos e as palavras formam-se pela adição a esses radicais de particulas modificativas, sempre prefixas. Depois desta junção os radicais se transformam em verdadeiras raizes que originam outras palavras. Os verbos são também modificados na sua acepção por meio de adição de particulas”. (Anibal Mascarenhas, *História do Brasil*).

*** Fetichistas ao extremo, adoravam ídolos de grosseira confecção e até mesmo simples pedaços de osso, penas, etc. Alguns autores, porém, atribuem-lhes noção de uma divindade superior, o Zaambí ou Zumbí, servida por sacerdotes de grande influência.

O que é certo é que os africanos introduzidos no Brasil acreditavam na eficiência de fórmulas magicas e no poder de espíritos maus.

São sem conta os casos de bruxarias praticados pelos escravos negros, havendo entre êles sociedade de bruxedos que se denominavam “Cangeré”. Das suas práticas supersticiosas algumas passaram à nossa sociedade e até mesmo se disseminaram por todos os povos ocidentais, como por exemplo o uso de “Fígas”.

*** Como artistas foram detestáveis. Os seus trabalhos de pintura eram de uma infantilidade sem progresso, e a sua escultura era informe. Na música e na dança, porém, revelaram gosto e aptidão. Os seus instrumentos musicais eram: o “Caxambú”, tambor alongado, de um só diafragma, e diversos chocalhos. Sua dança predileta o “Jongo”, era o prazer dos terreiros das senzalas, que por um instante lhes fazia esquecer sua miserável condição de escravos.

*** Quasi todas as tribus eram polígamas e a fórmula de casamento a compra de esposas. Mas em algumas tribus já as mulheres iam conquistando certos direitos domésticos.

*** Seu regime político era, em geral, democrático, porém tribus havia que eram monarquicas, com uma classe dinástica hereditária, donde saiam os reis, e outra, nobre e vitalícia, produtora de conselheiros.

Ao povo cumpria obedecer e fazia-o passivamente até mesmo quando o chefe era “despota até ao assassinio e até à loucura sanguinária”. (Levingstone).

*** Os sentimentos dos negros escravizados em nosso país eram, em regra, os melhores possíveis, embora sua pouca capacidade de assimilação da cultura ariana se mostrasse desde logo evidente.

Gerações brasileiras de brancos deveram-lhes por longo tempo desde o leite que as criou até essa dedicação afetuosa que as seguiu na vida. Desde o trabalho isolado e rude que mantinha a economia de lares os mais modestos, até o esforço de conjunto, nas fazendas, que realizou fortuna.

Sua influência no caráter brasileiro não pode ser obscurecida. O negro africano concorreu e muito, com a exuberância dos seus instintos afetivos, de resignação e de cordura, despertados pela disciplina das senzalas, — para este espírito de tolerância e de desprendimento que forma o fundo do nosso caráter..

*** No território paulista, que desde 1853 em diante constituiu a Província, hoje Estado do Paraná e onde a indústria fundamental foi a pecuária a cargo de índios e seus mestiços, e não a agrícola para a qual o negro era preferido, — a introdução de africanos foi insignificante e ao tempo da proclamação da República (recenseamento de 1890) a proporcionalidade do negro com o total da população atingia apenas a 5,17%, um dos três menores coeficientes de todo o país, ao passo que em S. Paulo era de 12,97%, no Rio de Janeiro, de 26,79%, e na Baía de 29,30%.

Os tipos cruzados das três raças fundamentais brasileiras (portuguêsa, brasilio-guarani e africana) era também, a esse tempo, apenas de 18,66% (proporcionalidade do sul), enquanto no Norte do país, na Baía por exemplo, era ainda de 46,19.

*** Mais de um quarto de século é passado sobre as verificações referidas (censo de 1890), e nesse periodo de tempo, como é natural, mais se elevou o teor ariano da população paranaense pelo movimento natural e social de sua dinâmica, isto é, pelo excesso de natalidade verificado sobre os óbitos, pelos casamentos de descendentes de europeus puros com mestiços dos dois tipos fundamentais da nossa sociedade e pela ininterrupta corrente imigratória, de slavos, germânicos e latinos, vultosamente encaminhada para as nossas terras.

*** Aos tipos antropológicos resultantes de cruzamentos de indivíduos da raça negra (africanos) com indivíduos

brancos (europeus) e amarelos (brasílio-guaraní), foram dadas, desde a segunda metade do século XVI, denominações tupis tiradas das características peculiares a cada ordem de mestiçagem.

Aos tipos resultantes desses cruzamentos, em que entrou o sangue africano, se chamou:

Mulato — Branco e Negro.

Caboré — Índio e Negro.

Xibáro — Caboré e Negro.

Curibóca — Índio e Caboré.

Do ponto de vista antropológico o Caboré (também chamado Cafuza e Zambo), pareceu o mais interessante a von Martius e a Roquete Pinto — lembrando-lhes o Papua de Nova Guiné pelo “cabelo encarapinhado, característico, alto, como se a cabeleira fosse artificialmente levantada” e pela tez bruno-café.

Do ponto de vista intelectual e social, porém, o mais notável tipo mestiço do Negro foi e é o Mulato, como fora o Mameluco entre os mestiços de Índio.

Ambos produziram perfeitos tipos eugênicos, que exerceram em nosso país larga e profunda influência, notabilizando-se em todas as manifestações da inteligência.

O Brasil seiscentista já “era o inferno dos negros, o purgatório dos brancos e o paraíso dos mulatos” — no dizer de um crônista. E estava, então, o tráfico africano por assim dizer em ensaios, só chegando a se acentuar em continuas e vultosas correntes no século XVIII, quando o “homo afer” passou a suceder o indígena brasileiro nos trabalhos agrícolas e domésticos.

As suas colonias da América não somente os portugueses mas também os espanhóis, ingleses e franceses, a esse tempo remetiam o escravo negro como matéria prima de consumo econômico, em grandesavas, primeiramente aos centos, depois aos milhares, como manadas de gado dos currais para os mercados.

Na história desse hediondo comércio, “não há quasi nação européia que não esteja largamente representada, umas mais cedo, outras mais tarde”. (Afonso E. Taunay, *Hist. Geral das Bandeiras*).

Substituídos, pois, por africanos, os indígenas brasileiros que haviam servido à fase de formação da sociedade colo-

nial e realizado o ciclo glorioso dos descobrimentos, conquista e defesa do sertão e a exploração das minas com o mame-luco, — ao escravo negro coube continuar e desenvolver o esforço econômico da colônia na grande lavoura do café, do açúcar, do algodão e do fumo, e concorrer com o seu sangue, forte e generoso, como elemento da nossa raça.

Dos seus cruzamentos com o Branco, surgiu então esse tipo de mestiço — o Mulato, a que se destinava larga e profunda influência social à seguir a independência política do país.

Si nos tempos da Colônia ao Mulato acompanhou sempre o preconceito das classes maiorais, sendo-lhe recusados os empregos públicos, o sacerdócio, a própria inclusão no exército senão em regimentos especiais “de pardos” e até mesmo se estabelecendo para ele alçada especial subalterna na justiça pública, — por ocasião do advento da independência nacional já essa prevenção tinha cedido ante mulatos de notável inteligência, cultivada nos cursos secundários e superiores fundados por D. João VI.

A sociedade brasileira já ia então reconhecendo as qualidades de inteligência de certas individualidades desse tipo de mestiço, embora e em regra nêle continuasse a ver ainda “pouca solidez de estrutura moral” e “pouco equilíbrio de caráter”, inferiores mesmo a tais qualidades entre os Mamelucos. (Roquete Pinto, *Antropologia*).

*** São tais os efeitos do cruzamento de mestiços de negro observados no Brasil, que se pode prever, ainda para este século, o desaparecimento total dos seus restantes índices etiópicos na fisionomia da parte da população nacional que lhe é correspondente.

Está assim o nosso país fazendo a sua evolução étnica e social muito mais rapidamente do que o fizeram quaisquer dos povos europeus e realizando, muito mais perfeitamente, a assimilação dos elementos bárbaros que entraram na formação das suas populações. Desses elementos não herdou o brasileiro as qualidades egoísticas como as que habitam o fundo psicológico das populações do Velho Mundo, antes, pelo contrário, constituiu-se, por desígnio insondável da Criação, um dos mais nobres tipos morais da Humanidade, do ponto de vista social, político e moral.

Em confronto com povos do nosso próprio continente, resolvemos o problema negro com mais acerto do que êles: absorvendo o sangue de Can no “cerne da nacionalidade”, de que nos fala Euclides da Cunha referindo-se ao mestiço do

branco ibérico com o brasílio-guaraní. “Não se nos enquistou como problema insolúvel gerador de ódios de raça, nos destinos da nossa grei, antes o resolvemos com a ajuda dos arcanos providenciais, com êle elaborando um dos tipos antropológicos e etnográficos de mais notáveis qualidades ascencionais de que tem notícia a história moderna. Em quatro ou cinco gerações selecionadas para cima, não se o distingue do mais puro caucásico”. (Americo Werneck, *Um punhado de verdades*).

“Os próprios negros retintos, sem mescla de sangue europeu, apresentam feições que se vão aproximando das raças brancas: nariz afilado, beijos relativamente finos, olhos grandes, testa larga, prognatismo quasi nulo, corpo desempenado. Só a carapinha e a cor se mantêm inalteradas”. (Aut. e Obr. cit.).

*** A população negra e mestiça de negro, nunca foi numerosa no Paraná. Em 1780 nas vilas e freguezias de que se compunha a Comarca de Paranaguá atingia a 12.941 os habitantes, sendo apenas de 3.316 o número de escravos daquela origem.

O máximo total a que os escravos negro e mulato atingiram entre os paranaenses, foi, em 1872, de 10.560 numa população branca de 116.162 almas.

Mais de meio século passado sôbre essa verificação censitária, elevou a população paranaense a mais de 1.000.000 de almas pelo aumento natural e pela imigração de europeus, e nela realizou, pelo cruzamento, grande baixa na percentagem de sangue africano, que ao proclamar-se a República já era, aliás, representada no Paraná por um dos três menores coeficientes dos Estados Brasileiros.

CAPÍTULO VII

BANDEIRAS E BANDEIRANTES

- 1 — Bandeiras Quinhentistas**
- 2 — Bandeiras Seiscentistas**
- 3 — Bandeiras Setecentistas**
- 4 — Bandeiras Povoadoras**

1 — Bandeiras Quinhentistas

1541. *D. Alvaro Nunes Cabeza de Vaca*. Nomeado “adelantado” (governador) do Paraguai, com a missão de tomar posse para a corôa de Castela das terras ao ocidente da linha limitrofe com as de Portugal, na América, — aportou em Cananéa, que considerava porto espanhol e em S. Francisco, desembarcando a 29 de Março de 1541 na ilha de S. Catarina, das três localidades se apossando em nome do seu rei.

Com 250 homens de armas, 36 cavalos e alguns índios vaqueanos, subiu o rio Itapucú, atravessou a Serra do Mar, à margem oriental do Campo do Tenente e o Iguassú nas proximidades da Araucária.

Daí seguiu Cabeza de Vaca com sua gente em demanda do Rio Tibagi, onde chegou com 2 dias de viagem ao sítio da atual Estação do Lago, alcançando, na altura da Aldeia de Tapapurassú, a estrada que de Piratininga e Cananéa conduzia ao Paraguai. Prosseguindo, alcançou o Rio Taquarí (Ivaí), onde foi socorrido com viveres que lhe ofereceram os índios guaranís chefiados por Abangabí. Diz Gentil de Moura, ilustre geógrafo e historiador paulista, que o Ivaí foi transposto pela expedição “entre o Salto do Ubá e a cidade de Terezina”.

De aldeia em aldeia de índios guaranís, como a do cacique Tocanguir, no Corumbataí, a expedição transpôs as serras da Esperança e do Cantú, fazendo um estágio reparador de forças numa outra aldeia de guaranís e deixando, junto ao Rio Cantú, Francisco Arejon com 14 espanhóis que afrouxaram na travessia. Reiniciada a viagem (1.º de Janeiro de 1542) com grandes sacrifícios, escassearam-lhes de tal maneira os viveres, que “tiveram de se alimentar de vermes de taquara, que fritavam, e de se dessedentarem com a água das chuvas passadas que as canas guardam por muito tempo”. Chegaram por fim ao Rio Iguatú (Rio do Cobre) braço

principal do Piquirí, donde Cabeza de Vaca despachou dois índios levando cartas para os oficiais espanhóis de Assunção, avisando-os da sua viagem. Desse ponto a expedição rumou com segurança no sentido do Iguassú, cuja barranca alcançou a 31 de Janeiro, após 8 dias de marcha. Qual, porém, o ponto deste rio atingido pelos expedicionários após a sua longa digressão pelas regiões de Araucária, Estação de Lago, Salto de Ubá, Rio do Cobre e Catanduvás?

“Pela latitude que encontraram, de 25 e meio, parece que o ponto da chegada deve ser correspondente ao meridiano de Catanduvás, que nos mapas do Paraná corresponde mais ou menos à barra do Rio Cotegipe” — diz-nos Gentil de Moura.

Uma vez aí, souberam dos índios que poderiam navegar o Iguassú, mas que o gentio do Piquirí era hostil a essa passagem, devendo por isso se precaverem. D. Alvaro Nunes tomou as precisas precauções, dividindo em três a expedição pela seguinte fórmula: duas seguiram pelas margens, à pé e à cavalo, e a terceira, com o governador e 80 besteiros e espingardeiros, por água, em canoas compradas aos índios informantes. Assim chegaram todos aos Saltos de Santa Maria, onde vararam por terra as canoas, descendo até a barra no rio Paraná.

Somente aí encontrou a expedição os tais índios hostis aos viajantes contra os quais a preveniram os de Catanduvás. Eram guaraníes e em grande número. Diante, porém, dos presentes que lhes foram dados voltaram à calma e até mesmo auxiliaram os itinerantes na travessia do rio. Novamente foi, então, dividida a bandeira castelhana. Cincoenta arcabuzeiros e besteiros e trinta doentes desceram, embarcados, o Paraná e subiram o Paraguai, até Assunção; e a parte restante, com o governador, continuou por terra e chegou à capital paraguaia na manhã de 14 de Março de 1542.

1544. *Domingos Martinez de Irala*, cedendo a instâncias dos caciques da província de Guaira que lhe pediam proteção contra os índios tupís, aprestou uma forte expedição militar e à frente dela marchou, dando combate e vencendo os indígenas perseguidores das tribus reclamantes. Por essa ocasião, “admirado dos recursos e riquezas desta bela província e querendo, também, assegurar a liberdade de suas comunicações com a costa do Brasil e com a metrópole, pondo a nascente colonia ao abrigo das invasões dos portugueses, Irala decidiu fundar a cidade de Ontiveros, junto à margem

do Paraná, a uma légua distante de sua grande cachoeira". (Alfredo Demersay, *História Geral do Paraguai*).

155. *Nuflo de Chaves* à frente de tropas que lhe foram confiadas pelo governador Irala, partiu em Setembro com o duplo objetivo de castigar tupís e conter portugueses do Brasil em suas incursões. "Chaves, depois de sair vencedor de muitos combates, voltou a Assunção e o governador fez logo partir a Rui Diaz Melgarejo com cem soldados para reduzir e distribuir em "comendas" os índios subjugados". (Alfredo Demersay, obr. cit.).

1555. Capitão *Rodrigo de Vergara* que por ordem de Martinez Irala "adelantado" no Paraguai, conduziu a Guaíra sessenta espanhóis e com êles iniciou a cidade de Ontiveros nas imediações da foz do Piquiri. Não teve bom êxito essa iniciativa, pois Ontiveros foi abandonada por sua população, já em 1557 muito reduzida. Foi, então, tentada por Vergara a mudança da povoação para três léguas distante, com a denominação de Ciudad Real del Guaíra, repartindo-se, então, entre sessenta soldados "comendeiros" os índios submetidos, que Furnes (*Ensayo de la Historia Civil del Paraguay*, tomo I, pág. 162) informa terem sido 40.000. "Estes estabelecimentos (Ontiveros e Ciudad Real) que ao princípio prosperaram, não tardaram a decair pelo excessivo trabalho, exigido por senhores ávidos de riquezas para quanto antes deixarem o país e regressarem à Europa a gozar dos frutos de suas violentas exações e de sua avareza". (Alfredo Demersay, obr. cit., pág. 36).

1576. *Ruy Diaz Melgarejo*, por determinação do "adelantado" João de Garay, fundou Vila Rica do Espírito Santo, na província de Guaíra, a duas léguas do rio Paraná; "mas a vizinhança dos portugueses e o temor de seus ataques, em breve obrigaram os fundadores a passar o rio, e foi somente em 1580 que, depois de haver ocupado sucessivamente diversas posições, a cidade foi transferida definitivamente para o lugar em que atualmente se acha". (Lat. 25.º 48' 57"; Long. 0.58º 51' 59"). Aos habitantes desta nova cidade foram reunidos os de Ciudad Real, que "reduziram a "comendas" a população da província e a repartiram entre si, completando desta arte a obra principiada por Nuflo de Chaves em 1555" (Alfredo Demersay, obr. cit., pág. 49).

Ruy Diaz Melgarejo era sevilhano. Serviu seis anos no exército espanhól e em 1540 veio para o Paraguai com a es-

colta de D. Alvaro Nunes Cabeza de Vaca, de quem foi fiél auxiliar no govêrno de Assunção, protestando sempre contra os que depuzeram esse "adelantado" e chefiando a reação legalista. Em 1554 foi obrigado, por motivos políticos, a fugir para S. Vicente, pelo caminho dos índios (*Peabirú* depois *Caminho de S. Tomé*), regressando ao Paraguai, no ano seguinte, por S. Francisco. Atravessou, pois, duas vezes, o imenso sertão de Guaira. Seu adversário político, mas seu parente e admirador de sua inteligência e energia Martinez de Irala, então no govêrno de Assunção, recebeu-o com agrado e o incumbiu de continuar o apossamento de Guaira, iniciado em 1554 por Garcia Rodrigues de Vergara que fundára Ontiveros próximo à foz do S. Francisco no Paraná. Fundou, então Ciudad Real del Guaira nas proximidades da foz do Piquiri e em 1576 estendeu o domínio castelhano até ao Ivaí, onde, na foz do Corumbataí, fundou Vila Rica do Espírito Santo em 1580 e para oeste até Mato Grosso onde fundou Santiago de Xerez.

Melgarejo exerceu em Guaira um domínio sem contraste, se bem que, em 1560 e nalguns anos seguintes, tivesse tido formidáveis embates com a população indígena, revoltada contra sua prepotência, e em 1570 contra o próprio govêrno paraguaio, que pretendeu lhe dar sucessor na pessoa de Alonso Riquielme, sobrinho de Cabeza de Vaca, que êle aprisionou e manteve algemado por muito tempo e continuou a fazer, com mais violência ainda, o avassalamento dos índios, pelos sertões a dentro, "combatendo siempre con aquella fortuna que le dio nombre de capitán invencible", no dizer do seu biógrafo Barros Arana.

Dele diz Afonso de E. Taunay, que "era um desses terríveis homens de ferro de que foi a Espanha quinhentista pródiga, e sua ação no nosso continente mostrou-o absolutamente notável como conquistador e povoador, no sentido brutal dos termos e de suas acepções americanas".

Sucedeu Melgarejo na governação de Guaira, Don Antonio de Anasco.

1585. — O Capitão Mor de S. Vicente *Jeronimo Leitão*, a quem moradores de Santos e de S. Vicente requereram autorização para que fosse feita guerra de prêa aos Carijós de Paranaguá, não somente defere o pedido como êle próprio se põe à frente da "bandeira" escravagista. Dessa bandeira fez parte Diogo de Unhate, escrivão da Comarca de S. Paulo que em 1614, 29 anos depois, alegando sua participação na peleja, requereu e lhe foi concedida "uma data de sesmaria

de terras na parte que se chama Paranaguá, começando na barra do rio Ararapira, costeando a rumo de nordeste pela costa até a barra de Superaguí, costeando a rumo de sudoeste toda a terra que houver dentro destes dois rios e duas léguas pelo mato dentro, estendendo-se esta data desde a ponta do Iguacetuba, correndo ao norte até dar no primeiro rio grande". (*Livro de Registros de Sesmarias*, de S. Paulo). Ainda hoje conserva o seu nome um rio em Superaguí, o que parece atestar que Unhate povoou as terras que lhe foram concedidas, porém em 1636 "era morador na vila de Santos", passando por ser fundador de S. Sebastião conjuntamente com João de Abreu. (José Jacinto Ribeiro, *Cronologia Paulista*, 1 vol., pág. 364).

Fizeram parte como dirigentes desta bandeira, "primeira afirmação positiva da escravização dos índios". (Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, 1 vol., 171) além dos citados Capitão Mor e Escrivão da Câmara de São Paulo, — Diogo Teixeira de Carvalho, Afonso Sardinha, Antonio de Proença, moço fidalgo da Câmara do Infante D. Luiz, Sebastião Leme, Manuel Ribeiro, Paulo Rodrigues, Manoel Fernandes Ramos, Domingos Dias, o velho, padre Sebastião de Paiva, Salvador Pires, o moço, e Afonso Dias. (Arquivo Municipal de S. Paulo, *Livro do Tombo*).

Informa Taunay, referindo-se a toda a região dos Carijós, que "durante seis anos Leitão assolou as aldeias de Anhembí. (*) Pretende o depoimento de jesuitas que tais aldeias chegavam a ser 300 com 30.000 habitantes que os portugueses e mamelucos, seus filhos, exterminaram ou arrastaram ao cativoiro".

A bandeira de 1585 primeira lançada no sertão dos Carijós, foi pedida ao Capitão Mor Leitão como — uma necessidade para os habitantes de S. Vicente, — para a aquisição de escravos, — para "alargar a terra", — sob o pretexto de vingar a bandeira mandada ao sertão por Martim Afonso e trucidada pelos selvagens à margem do Iguassú em 1531.

1594. *Jorge Correia*. Substituindo a Jeronimo Monteiro como Capitão Mor da Capitania de S. Vicente, Jorge Correia dirige contra os Carijós irrequietos e os Tupinaens, ao sul de S. Paulo, uma expedição não só registrada por Pedro Taques, como constante da Provisão de cavaleiro fidalgo, outorgada por Don Francisco de Souza a Sebastião de Freitas

(*) Anhembí era o nome do supremo quichána dos Carijós de Paranaguá. Era, também, a denominação primitiva do rio Tietê.

que dela fez parte depois de sua chegada da Baía. (*Registro da Câmara Municipal de S. Paulo*, vol. 1, 104, cit. por Alfredo Ellis Junior, *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*, 12).

1595. *Manoel Soeiro* leva uma bandeira de prêa contra os Carijós do litoral paranaguense. Dessa bandeira fez parte Sebastião de Freitas, que figurou na bandeira de Jorge Correia com o mesmo objetivo.

2 — Bandeiras Seiscentistas

1601. *Hernando Arias de Saavedra* “adelantado” de Assunção, desde o início do seu governo tratou de dilatar o domínio espanhol com novas conquistas. Combateu os índios insubmissos onde eles assim se manifestaram, em direção ao estreito de Magalhães, cerca de 200 léguas ao sul e no Grande Chaco e triunfou dos Guaicurús. “Não se saiu com tanta felicidade de suas expedições dirigidas à vasta província de Guaiá, cujos habitantes se tinham rebelado para se livrarem das exações e maus tratamentos dos comendadores”. Avultado número dos seus soldados foram sacrificados na luta, desanimando Saavedra de submeter os guairenhos. De volta à Assunção, vencido pelas flechas guaranis do imenso exército regionalista de Guairacá, teve uma iniciativa inteligente: — sugeriu a Felipe III, seu soberano, a renúncia das armas na submissão do gentio e a sua substituição pela conversão confiada a missionários que lhes levassem a palavra do Evangelho. A Carta Régia de 1608 é resultante dessa sugestão e aos padres Simão Maceta e José Cataldino, jesuitas italianos, foi confiada a pacificação e a civilização de Guaiá. (Alfredo Demersay, obr. cit., pág. 53).

1609. *Nicolau Barreto*, com “um enorme corpo de 300 índios mansos de arco, mamelucos e europeus”, percorreu o Caminho do Piquiri que de São Paulo atravessava o território de Guaiá até a confluência daquele rio no rio Paraná, e prosseguiu, rumo do Perú visando Potosí, tendo atravessado os rios Paraguai e Pilcomayo, — em busca de ouro peruano. (Alfredo Ellis Jr., obrs. cit. págs. 19 e Segs.).

1607. *Manoel Preto*. Diversas bandeiras levou ao sertão de Guaiá. Em 1607 chegava a S. Paulo, de regresso de uma farta caçada de índios nas proximidades de Vila Rica do Es-

pírito Santo (rio Ivaí), com esse gentio povoando a sua fazenda de N. S. da Expectação (hoje N. S. do Ó).

Voltou ao Guaíra em 1611, 1618, 1623 e 1629, quando faleceu no sertão, flechado pelos índios que perseguia. Em 1618 tirou grandes contingentes de índios das aldeias de Jesus Maria e de Santo Inácio; em 1623-24 atacou outras reduções e aprisionou cerca de 1.000 índios; e em 1629, com Antonio Raposo Tavares, realizou a destruição das reduções de Santo Antonio, S. Miguel, Jesus Maria, Encarnación, S. Xavier e S. José.

1611. *Pero Vaz de Barros*, sob os auspícios de D. Luiz de Souza investe sobre Guaíra. Esta bandeira é por alguns autores atribuída ao mando de Fernão Paes de Barros, filho de Pero Vaz, que nem sequer existia nesse tempo, pois nasceu em 1623 segundo investigações de Basilio de Magalhães e Gentil de Assis Moura.

Pero Vaz atacou com êxito o povo do cacique Taubiu e outras aldeias de índios independentes de Guaíra, conseguindo arrebanhar centenas de famílias, que alguns autores elevam a 800. Já iniciada a marcha de regresso para S. Paulo foi a coluna atacada pelo governador do Paraguai D. Antonio de Añasco, sendo obrigada a abandonar a prêsa. Foi esse o maior revés bandeirante em Guaíra, talvez ocorrido devido ao próprio número, tão vultoso, de prisioneiros.

1612. *Sebastião Preto*. Segundo Basilio de Magalhães e Taunay, este notável sertanista em 1612 se encontrava no Guaíra e a esse sertão voltou em 1623.

1615. *Lazaro da Costa*. Em 1615 o Capitão Lazaro da Costa lançou-se "com grande acompanhamento de paulistas e índios mansos" contra os Carijós do sertão do sul.

1623. *Henrique da Cunha Gago*, o velho, em Novembro deste ano estava internado no Sertão dos Carijós "provavelmente no Guaíra" diz Alfredo Ellis Jr., obr. cit., 48. Faleceu nesse sertão.

1628. *Antonio Raposo Tavares e Manoel Preto*, que com uma formidável bandeira constituída de 900 mamelucos e 2.000 índios auxiliares, dirigidos por 69 paulistas qualificados como loco-tenentes de Raposo, partiram de S. Paulo a 18 de Setembro de 1628 e em Março de 1629 atacaram as reduções jesuíticas de Guaíra pela parte sueste. (Basilio Maga-

lhães, obr. cit.). O itinerário desta bandeira não está isento de controvérsia entre os seus historiadores, que adotam “a subida da Ribeira de Iguape”, divergindo deles Afonso de E. Taunay (*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*, tomo II, 74), que opina pelo caminho do planalto, em direção a Itararé, “comunicação pré-colonial chamada pelos índios Peabirú e caminho de S. Tomé pelos jesuítas, que com uma largura de 8 palmos e a extensão de 200 léguas, ia da Capitania de S. Vicente, na costa do Brasil, até às margens do rio Paraná, passando os rios Tibagi, Ivaí e Piquirí”.

Esta bandeira construiu à esquerda do Tibagi um campo entrincheirado, “palisada e fuerte de palos, cerca de nuéstras aldeas”, (Padre Simão Maceta em sua reclamação ao Governador Geral do Brasil) daí partindo os destacamentos atacantes.

Durante quatro meses estiveram os paulistas acampados nessa posição, “captivando com mucha crueldad a los gentiles que aun no estavam reducidos por falta de padres”.

Assim se mantiveram os bandeirantes e as autoridades religiosas de Guaira neste entendimento, chegando os padres a ministrar o sacramento do batismo aos índios enfermos, em pleno acampamento paulista e o da confissão aos guerreiros bandeirantes a seus próprios chamados. Por vezes, pelo campo paulista passaram índios munidos de salvo conduto jesuítico”.

Ocorreu, porém, um incidente que pretextou a deflagração do ataque às reduções. Um índio chamado Tataurana escravizado por Simão Alvares em anterior excursão e presente nesta bandeira, outrora “cacique muy grande y de muchos vassalos”, fugiu do acampamento bandeirante e foi asilar-se na redução de Santo Antonio, alegando ser seu antigo catechumeno. Reclamado o fugitivo pelos paulistas, o padre Pedro Mola recusou-se a restituí-lo alegando ser “injusto captivar-se um homem livre e cristão”.

No dia seguinte, 30 de Janeiro de 1629, foi a redução assaltada por ordem de Antonio Raposo Tavares “a sacar por fuerza de armas no solamente al dicho Tataurana, sino tambien a toda la demais gente que el padre estaba dotrinando”, escreve padre Mola em carta ao seu Provincial.

Afonso de E. Taunay, obr. cit., dá um conciso mas claro resumo da *Relación de los agravos que hizieram algunos vezinos y moradores de la vila de S. Pablo de Piratininga, saqueando las Aldeas de los Padres de la Companhia de Jesus, em la Missión de Guayra e Campos del Iguazu em la governación del Paraguay*.

Não houve resistência alguma, escreve Taunay, fazendo os bandeirantes dois mil prisioneiros. "Destruyeron a toda la aldea, queimando muchas casas, ribando la yglesia y casa del padre", diz a *Relación de los agravos*.

Quem dirigiu o assalto a Santo Antonio foi o próprio Simão Alvares, relatam os pares Mancilla e Maceta. Destruída a redução, recolheu-se com a prêsa para a palissada.

A 23 de Março, cerca de dois meses depois da destruição desta redução, os paulistas sob o comando de Antonio Bicudo de Mendonça, atacaram a de S. Miguel de Ibituruna, mas a encontraram abandonada, e a 29 do mesmo mês Manoel Mourato, com um destacamento do exército de Manoel Preto, atacou a de Jesus Maria, onde aprisionou a população, entre a qual 1.500 homens válidos.

Pedro Vaz de Barros e Braz Leme, com outro destacamento, seguiram outros rumos, com insucesso. Os índios de Caaiú, no Ivaí e em Ibiaguira lhes ofereceram tenaz e violenta resistência. "Volvieram sin gente e com mucha perdida e muerte de los suyos por las guerras continuas que lhes hizo el gentio bravo en que dieram".

Os catecumenos das reduções da província de Taiobá, Encarnación, S. Paulo, Los Angeles e S. Tomé abandonaram suas aldeias e se internaram no sertão. Os índios debandados acusavam os padres de conluio com os paulistas e procuravam atacá-los.

Assolado o Guaíra, começou a retirada da bandeira, de regresso a S. Paulo, com os índios prisioneiros que iriam povoar as fazendas dessa e de outras capitâneas, vendidos até na Baía e em Pernambuco. Por toda a parte acompanharam os escravizados os padres Mansilla e Maceta, afim de lhes conseguir a liberdade. Seus protestos e rogos incansáveis não tiveram êxito. A cumplicidade na razia de Guaíra atingia a quasi toda a população paulista, as autoridades mais qualificadas e até aos padres.

Taunay, obr. cit. 95, diz: — "Foi empresa cruel, crudelíssima mesmo, ninguém o pode negar. Teve porém as mais notáveis consequências para o futuro do Brasil. Não fôra a ação de Antonio Raposo Tavares, e a fronteira do Brasil seria hoje o Paranapanema. E Mato Grosso também não nos pertencera, hispanizado pelas reduções dos Itatins".

*** *Raposo Tavares* voltou ao sertão paranaense em 1631, atacou os "pueblos" espanhóis de Vila Rica e os restos de Ciudad Real del Guaíra, e, transpondo o rio Paraná, atingiu com sua obstinada e intrépida apressividade, o "pueblo"

de Santiago de Xéres. Em 1636 atingiu a província de Tape, (Rio Grande do Sul) com uma bandeira de 120 paulistas e mais de 1.000 índios tupís. "Tomou a bandeira o caminho do Guaíra, passando pelo Assunguí e Sertão dos Carijós", diz Ellis Jr. obr. cit., 82.

1628. *Mateus Luiz Grou*, que partindo de S. Paulo a 18 de Outubro, atingiu o rio Assunguí tendo atravessado o sertão de Ibiaguira, "passagem forçada para a penetração na região das reduções do alto Tibagi". "De S. Paulo às nascentes do Assunguí, mede, em linha reta, cerca de 400 quilômetros, o que quer dizer que a bandeira teve a vencer mais de 600 quilômetros através de obstáculos naturais de todo o gênero, devendo levar para chegar ao seu alvo pelo menos três meses, de onde se conclue que em Janeiro de 1629 devia a expedição estar trilhando nas proximidades de Ibiaguira". (Basílio de Magalhães, *Rev. Inst. Hist. Bras.*, tomo esp. vol. II; Afonso de E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, Tomo II, 75).

1648. *Antonio Domingues*. Esta vultosa bandeira é assinalada no sertão em Junho de 1648, no testamento e inventário de Antonio Dias, segundo pesquisou Alfredo Ellis Junior (obr. cit. 144), porém são conjeturais as notícias das regiões que atingiu, dadas pelos que a registam nas crônicas bandeirantes. O ilustre autor citado acima diz que "infelizmente nos documentos examinados não encontrou dados para concluir *quais as paragens por onde andou essa grande turma de desbravadores do sertão e conquistadores de índios*".

E indaga si seria uma das muitas bandeiras assinaladas por documentos espanhóis em terras paraguaias, nesse ano de 1648, referidas por Taunay, o grande iluminador do penumbroso esforço bandeirante ou si seria uma parte do segundo socorro paulista ao nordeste, nessa época ocupado pelos batavos de Nassau. Parece-nos que podemos intervir nessas pesquisas com um elemento esclarecedor de que a bandeira de Antonio Domingues palmilhou território paranaense.

E é assim que a lista de alguns dos seus componentes, trazida à publicidade por Ellis, consta o nome de Balthazar Carrasco dos Reis, um dos primeiros povoadores de Curitiba, lugar que certamente escolheu para sua morada por o haver conhecido por ocasião da passagem da bandeira de que fez parte. O fato não é improvável. Repetia-se, comumente, en-

tre os aventureiros das bandeiras, “*que se afazendavam nas sesmarias que lhes eram dadas com generosidade nos sertões paranaenses*”, como bem diz Ellis Junior (obr. cit., 202).

Balthazar Carrasco dos Reis, em 1645, residia na Parnaíba onde senhoreava escravos índios por êle preados no sertão e em 1648 fazia parte da bandeira de Antonio Domingues. Em 1661, 13 anos depois, quando obteve uma sesmaria no Barigui (a primeira concedida em Curitiba), já nesse sítio residia “*há alguns anos, com sua família*”, onde mantinha criação de gado vacum, ovino e cavalari, conforme consta do seu testamento feito em Curitiba a 22 de Julho de 1697, ano em que faleceu.

A bandeira de Antonio Domingues, foi que motivou o afazendamento de Balthazar Carrasco dos Reis “*nos campos do novo povo de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais*” conforme diz a Carta de Sesmaria que a este povoador passou Salvador Corrêa de Sá, Governador do Rio de Janeiro, a 29 de Junho de 1661.

1637. *Francisco Bueno*, irmão de Amador Bueno, o aclamado Rei em S. Paulo, filho do sevilhano Bartolomeu Bueno da Ribeira e pai do Anhanguera, o velho. Saiu com numerosa tropa de paulistas e índios em princípios de 1637, de S. Paulo, com destino à província dos Tapes (Rio Grande do Sul) “*passando, talvez, pelas cabeceiras do Ribeira, clássico caminho do Guaíra e nascente do Tibagi. Atravessando os Estados do Paraná e de Santa Catarina, penetrou no Rio Grande, surgindo em Maio no rio Taquari*”. (Alfredo Ellis Junior, obr. cit. 91).

Esta foi a bandeira que lançou o terror entre os Tapes, atacados pelo sul e pelo norte. Os habitantes de Santa Tereza, em número de 4.000, entregaram-se-lhe sem resistência. Atacou, à seguir, S. Carlos de Caapi, Apostoles de Caazapaguazú, Candelária e Caaró, destrindo todas essas reduções jesuíticas da Província do Uruguai, tendo consumido dois anos nesses embates no sertão do sul.

1638-1661. *Fernão Dias Paes Leme*, o futuro caçador de esmeraldas, saiu de S. Paulo em princípios deste ano, em demanda do sertão riograndense, “*com uma formidável quadrilha de assalto*”. Alfredo de E. Taunay, o notável historiador das bandeiras paulistas, é de opinião haver esta bandeira percorrido o Guaíra devastado na sua travessia para as regiões da província de Tape, onde arrasou as reduções do Ibicuí e outras.

Em 1661, depois de longa trégua à sua ação sertanista Fernão Dias lançou-se de novo à vida bandeirante, no sertão de Guaíra, onde por largo tempo (três anos segundo alguns cronistas) acampou com sua tropa na região central do Apucarana, junto ao "reino dos índios da nação Guaianá". Reinavam aí três grandes caciques ciosos de sua soberania: *Sondá*, *Gravitaí* e *Tombú*, rivais entre si e em continuas guerras.

Omais poderoso era o rei *Tombú*, que tinha organizado seu governo com verdadeiros requintes magestáticos. À frente do seu rústico palácio havia como armas do reino um ramo seco com três araras vivas. Havia leis e costumes que eram seguidos com severidade. Assistia-o no paço um mestre de cerimônias, que introduzia os vassallos às audiências reais.

Falavam-lhe os seus subditos "com os joelhos em terra, sem jamais levantarem os olhos para a face do rei".

Sua saída do paço era feita em andor em que ia sentado, carregado sobre os ombros de quatro dos principais do reino. À sua passagem o povo se ajoelhava, na mais passiva reverência e submissão, e nessa atitude ficava até que passasse o rei.

Fernão Dias poz cerco às feitorias e sementeiras desses três reis, mas lhes fez ver não ser sua intenção vencê-los pelo armas, mas sim fazer com eles amizade e conduzi-los para o grêmio da igreja. Levou, porém, anos para os convencer. Quando o conseguiu, marcharam todos em direção a S. Paulo, onde chegaram 5.000, sendo estabelecidos à margem do Tietê, abaixo da vila de Santa Ana do Parnaíba. *Sondá* faleceu na viagem e poucos anos depois, no seu novo reino, *Tombú*.

1640. *Gabriel de Lara*. A presença deste capitão povoador em Paranaguá é anterior a esta data, porém é ela a que com precisão assinala a interferência de Lara nos destinos dessa povoação, obtendo do Governador do Rio de Janeiro, Duarte Correia Vasqueanes, consentimento para a ereção do Pelourinho, símbolo da justiça d'El-Rei, o que se realizou a 6 de Janeiro.

Lara passa por ser o primeiro povoador de Paranaguá não porque se saiba ter sido seu primeiro habitante, que muito presumivelmente não foi, — mas porque, sem contestação, foi quem encaminhou os primeiros passos de sua organização política.

Gabriel de Lara já encontrou moradores fixos em Paranaguá, onde se iniciava o povoamento na ilha da Cotinga, sendo um desses moradores Domingos Gonçalves Peneda ou Caneda, de quem fala Ermelino de Leão (*Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*, 777) dizendo existir a seu respeito um manuscrito na biblioteca do Museu Britânico que o declara fundador daquela localidade e o qualifica “homem régulo e matador”, fugido de S. Vicente com seus sequazes.

Em 1614, um quarto de século antes de se ter notícia certa da presença de Lara em Paranaguá já era concedida uma sesmaria a Diogo de Unhate entre as barras do Ararapira e do Superaguí, hoje no Município de Guaraquessaba, onde, aliás, já em 1549, Hans Staden encontrara portugueses de S. Vicente traficando com Tupiniquins.

Tudo isso, porém, é impreciso e pertence a um passado que decerto nunca será conhecido à plena luz de documentos.

É, pois, a datar da ação de Gabriel de Lara, que começa a história de Paranaguá, do seu povoamento, da agremiação do indígena restante das preações às atividades dos povoadores, do descobrimento e exploração de minas de ouro, da sua organização social, da sua fundação política. Lara é o Capitão Mor, o Ouvidor, o Alcaide, o Loco Tenente do Donatário, o Governador da Capitania em nome d'El-Rei.

De 1640 a 1682, quando faleceu, ocupou todos os postos do poder público na terra que encontrou como um indeciso núcleo de aventureiros e que soube conduzir e desenvolver de modo a torná-la o mais importante centro de civilização, no seu tempo, de todo o confim meridional da Colônia, depois de S. Vicente.

1649. *Eleodoro Ebano Pereira* foi o nome com que passou à história do descobrimento, exploração, barretamento, marcação e quintagem de ouro no distrito de Paranaguá e nos mais das repartições (partes, localidades) do sul da Capitania Geral do Rio de Janeiro e ao mesmo tempo do povoamento dos lugares onde estabeleceu arraiais de mineradores, alguns deles origens de populações efetivas.

São diversos os Eleodoros (ou Leodoros) Ebano (ou Ebanos, Eubanos) citados nas crônicas vicentistas, pelo que a identidade do fundador dos arraiais que deram origem a Curitiba, não tem andado isenta de confusões com a de outras personagens da história colonial, a despeito de haver dois pontos de elucidação que excluem diversas dessas confusões,

que são a documentação da presença de Ebano em nossa terra nos anos de 1649 a 1652, — e o seu sobrenome *Pereira*. “tirado de seu avô materno”. (Vieira Fazenda, *Elucidação Histórica*).

Ebano não podia ter vindo em tão ardua missão sertanista ao “Mar e Costa do Sul” como diz em seus editais e ofícios (Arch. Mun. de Paranaguá), muito avançado em anos. A mais moderna personagem desse nome que aparece nas crônicas e referências de historiadores, é o Ebano que em 1638 foi Vereador no Rio de Janeiro (Auto de Correição feito pelo Ouvidor Geral Diogo de Sá da Rocha, a 3 de Março, descoberto por Vieira Fazenda) e que 11 anos depois, em 1649, podia estar à frente da administração das minas de Paranaguá.

Ebano se qualificava “General da Armada das Canoas de Guerra desta Costa e Mar do Sul, de ordem do Administrador Geral das Minas Duarte Corrêa Vasqueanes por Sua Magestade que Deus guarde, etc.” (Arquivo Municipal de Paranaguá, *ofício ao Capitão Mor Gabriel de Lara*, de 4 de Março de 1649).

Salvador Correia de Sá e Benevides, Governador do Rio de Janeiro, chamava-o “Capitão Eleodoro Ebano” e acrescentava — “que com poderes está administrando as Minas de Ouro da Capitania de Paranaguá e das mais desta repartição. (Arquivo Municipal de Paranaguá, *ofício de 5 de Maio de 1652*).

Não pode ser confundido, por conseguinte, como pretendiam alguns crônistas, com seus homônimos e parentes (sem *Pereira*). O Eleodoro Ebano Pereira que de 1648 a 1652 (*datas precisas, constantes dos dois documentos citados acima*), é o Eleodoro Ebano Pereira a quem Pedro Taques atribue o descobrimento e entabolamento de minas de ouro em Paranaguá em meados do século XVII (1648) e não como pretendeu preclaro e saudoso historiador paranaense, o Heleodoro Eobanos “filho do poeta alemão Eoban, de Hessen, que o dicionário Larousse menciona”. (Vide Pedro Taques, *Hist. da Capitania de S. Vicente*; Afonso de E. Taunay, *Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*, vol. V, 199).

O Eleodoro Eobanos que Hans Staden encontrou na Bertioga em 1552, como feitor de engenho e o que estava em Paranaguá, em 1648, como administrador das minas de ouro do sul são duas personalidades homônimas, — pois entre as duas citadas datas decorrem 96 anos, e, ainda assim é preciso convir que o encontrado como feitor na Bertioga, para exercer este mister, deveria ter algumas dezenas de anos, duas

pelo menos, — o que tudo soma 116 anos em 1648 e 120 em 1652!

Argumenta-se que antigos cronistas, repetidos por modernos, fazem remontar o descobrimento e a exploração de ouro em Paranaguá ao ano de 1578 ou 1580 (Vieira dos Santos, *Memória Histórica de Paranaguá*) e que, assim, Ebano, incumbido de as descobrir e administrar, *nesta época é que estava desempenhando a sua incumbência*. O ofício de Salvador de Sá, citado acima, destroi essa asserção.

Mas ainda que assim não fosse, que não houvesse essa insofismável prova, haveria a de que entre os anos de 1578 e 1580, Paranaguá estava na posse absoluta dos índios Carijós; que o primeiro recontro com os brancos nessa região se deu no ano de 1585 com a bandeira de Jeronimo Leitão; e que ainda em 1594 e 1595, repetiram tais pelejas as bandeiras de Jorge Correia e de Manoel Soero.

É evidente, diante destes fatos, que não era possível a exploração de ouro em tais condições, em terras ainda inteiramente dominadas pelos selvagens. Ao dizer de Pizarro (*Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, que motivou repetições de autores nossos contemporâneos) de que antes de 1578 já eram exploradas as jazidas auríferas de Paranaguá, não pode ser dada, por conseguinte, senão uma bem limitada extensão, isto, ainda assim, com prudentes reservas.

1679. *Manoel de Lemos Conde*. Quando Don Rodrigo de Castelo Branco esteve em Paranaguá com sua aparatosa expedição pesquisadora de prata, era ali Lemos Conde provedor das minas e havia anunciado o descobrimento de jazidas desse mineral ao Governador Geral Furtado de Mendonça e ao próprio rei de Portugal. Foi-lhe, pois, confiada uma bandeira para ir ao sertão buscar a prata que afirmara ter sido descoberta e descobrir outras se possível fosse. A bem aprestada expedição transpôs a Serra do Mar, penetrou nos Campos Gerais, derivou para o sul até ao Iguassú e o Uruguai e nada descobriu. Entretanto, a esse tempo, era corrente em Paranaguá a existência de prata além da Serra e até mesmo na própria Serra.

Lemos Conde foi vítima da ilusão coletiva que fazia supor o sertão um imenso cofre de todas as riquezas que as ambições desejassem. Don Rodrigo, irritado com o desengano, destituiu-o do cargo de Provedor das Minas, confiscou-lhe os bens e prendeu-o. Em 1681, ainda preso, Lemos Conde suicidou-se. E com êle desapareceu uma ilusão que fizera e desfizera tantas esperanças.

1680. *Salvador Jorge Velho*, celebrado sertanista, descobriu e explorou minas de ouro no sertão de Curitiba, “de onde trouxe considerável riqueza e para onde voltou outra vez, em 1699, com seu irmão Simão Jorge Velho”. (M. E. de Azevedo Marques, *Apont. Hist. da Prov. de S. Paulo*, vol. II, 140). “A vila de Curitiba, em serra-acima, tem minas de ouro de lavagem, e tão antigas que foram descobertas no ano de 1680, pelo paulista Salvador Jorge Velho, em diversos ribeirões e sítios, cujas lavras existem ainda com avultado rendimento”. (Pedro Taques, *História da Capitania de S. Vicente*, escrita em 1772. Vide *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, vol. IX, 267).

Não se trataria, talvez, de uma bandeira regular, do tipo clássico paulista, a entrada de Salvador Jorge Velho no então chamado Sertão de Curitiba, pois não a vemos assinalada por nenhum dos pesquisadores do bandeirismo.

É de presumir, porém, que o audaz sertanista viesse à empresa que por vários motivos requeria ajuda, com um corpo de aventureiros, grande ou pequeno, e esse corpo era uma bandeira, no sentido de “entrada”, expedição.

3 — Bandeiras Setecentistas

1720. *Zacarias Dias Cortes*. Atribue-se a este sertanista curitibano, o descobrimento dos Campos de Palmas. O intento da bandeira que dirigiu ao sul do Iguassú e que atingiu o norte do Uruguai, foi a exploração do ouro que se dizia existente no morro do Ibituruna, onde as lendas da época situavam maravilhosas riquezas. A precedência deste descobrimento foi-lhe contestada por Fidel Franco Bolloto que para isso justificou em juízo haver feito uma estrada no sertão, associado com o capitão Gabriel Alves de Araujo e outros curitibanos. Bolloto não conseguiu provar que sua exploração tivesse atingido os campos de Palmas, mas sim que havia explorado parte do sertão do sul.

A bandeira de Zacarias Dias Cortes descobriu e explorou as lavras de Inhanguera das quais tirou, sob juramento que fez perante o Provedor das Minas, apenas 1.000 oitavas responsabilizando-se pelo pagamento dos quintos reais, por não poder pagá-los na ocasião.

Os seus descobrimentos tiveram, entretanto, grande repercussão. O Governador da Capitania de S. Paulo, que então era Rodrigo Cesar de Menezes, oficiou à Câmara de Curitiba para que exigisse de Cortes uma planta da região e um diário do seu percurso, o que foi feito, pois Varnhagem possuiu

esse roteiro das minas do Inhanguera e diz que as terras ao norte dos campos da Vacaria (Rio Grande do Sul), "isto é, entre as cabeceiras do Uruguai e do Iguassú, eram já muito conhecidas desde o século anterior, pelos mineiros de Curitiba, e por um antigo roteiro deles (que consigo levava o sargento mor Faria e que temos à vista) acerca das minas de Inhanguera, haviam com toda a certeza chegado ao pé do morro do Bituruna "que vai afocinhar no Uruguai" que tinha um campo "ao pé mui grande, mui razo e com muitos butiás que dão muito e boa farinha e por baixo dos butiás tem muita herva mimosa". E acrescenta o grande historiador brasileiro: "Destes informes temos provas evidentes que os nossos antigos mineiros tiveram exato conhecimento do campo modernamente chamado de Palmas e explorado de novo, pois até tratam do "mato grosso carrasquento" que havia para o sul e do rio que aí corre (o Chapecó) pelo pé da Serra Negra, o qual diz o tal roteiro, vai buscar as cabeceiras de um monte que fica a léste dela, pequeno e de forma cônica, com uma campina ao pé". (Visconde de Porto Seguro, Varnhagem, *História Geral do Brasil*, II, 852).

Essa prova de que a bandeira do mineiro curitibano Zacarias Dias Côrtes devassou os campos de Palmas e explorou as lavras de Inhanguera, constituiu um dos argumentos do Barão do Rio Branco na defesa dos direitos do Brasil ao território das Missões. (Vide *Questão de Limites Brasileira-Argentina*, vol. II, 125).

1730. *Manoel Rodrigues da Mota*. Os descobrimentos feitos pela bandeira de Zacarias Dias Côrtes induziram o governador da Capitania de São Paulo, Antonio Caldeira Pimentel a verificá-los e levar a efeito uma via de comunicação com Viamão (Porto Alegre, R. G. S.) propugnada pelo sertanista Bartolomeu Paes. Para isso confiou uma bandeira à direção do Sargento Mor Francisco de Souza Faria (que se guiou pelo roteiro de Zacarias Dias Côrtes, conforme diz Varnhagem) e a seguir outra a Manoel Rodrigues da Mota, indicado pela Câmara de Curitiba. Mota fez às expensas suas todas as despesas da bandeira que levou ao sertão do sul e que abriu a picada até aos campos de Lages. A bandeira do Sargento Mor Souza Faria, composta de milicianos e aventureiros paranaguenses, partiria da Laguna (S. C.) e o objetivo de ambas era facilitar o transito até a Colonia do Sacramento, que ao tempo era causa de desavenças entre portugueses e castelhanos.

As picadas, do norte e do sul, não se encontraram e foi preciso lhes corrigir as diretrizes. Nova bandeira foi levantada, para proceder a retificação, e Manoel Rodrigues da Mota manteve-se no sertão à sua custa.

Deve-se-lhe, pois, a abertura da “estrada do Mota” que tantos serviços prestou ao povoamento do Rio Grande do Sul e dos Campos Gerais de Curitiba e ao comércio de gado com Sorocaba, — denominação que facilmente se alterou, pouco depois, para “estrada da Mata”, porque do rio Negro para o sul atravessava região intensamente florestada.

1756. *Angelo Pedroso*. Este sertanista, diz Ermelino de Leão, “explorou o sertão do Tibagi do qual levantou uma mapa, desenhado por Manoel Angelo Figueira de Aguiar, no qual se vê a menção de dois campos de Guarapuava: um entre o Rio Grande do Registo (Iguassú) e o rio Ubatuba (Ivaí) e outro entre os rios Ivaí, Tibagi e Paranapanema”. (*Dic. Hist. Geogr. do Paraná*, 804).

Não se sabe se Angelo Pedroso levou para essa exploração grande ou pequena comitiva, nem o que pretendeu sua entrada nesse sertão.

1760. *Estevão Ribeiro Bayão*, Capitão de Auxiliares da Freguezia de S. José dos Pinhais, comandou a segunda bandeira exploradora do Tibagi, composta de 75 bandeirantes curitibanos e sãojoseanos.

1768. *Domingos Lopes Cascaes* com 30 bandeirantes sem remuneração, partiu a pé, de Curitiba, para o Sertão do Tibagi, a 5 de Dezembro. No porto de Caiacanga (no Iguassú) embarcou numa monção de 3 canoas e desceu o Iguassú “cousa de 70 léguas” até onde os saltos interrompem a navegação, e regressou a Caiacanga, após esta exploração, gastando três meses na penosa viagem.

1769. *Francisco Numes Pereira*, Capitão de Auxiliares da Vila de Iguape, saiu de Curitiba a 12 de Agosto com 80 praças iguapenses e cananeanas, 2 alferes, 1 sargento, 4 cabos e 1 tambor.

1769. *Bruno da Costa Filgueira*, que saiu de Curitiba, a 28 de Agosto com o fim de explorar os sertões da margem direita do rio do Registo (Iguassú), até a sua barra no Paraná.

1769. *Antonio da Silveira Peixoto*, comandou a quinta bandeira levada ao ocidente, exploradora do território então

chamado sertão do Tibagi. Era negociante na vila de Paranaguá e ali alferes de Auxiliares. Fizeram parte desta bandeira vários oficiais de Auxiliares, 2 sargentos, 4 cabos e 77 praças. Entre os oficiais figurou como tenente o sargento Candido Xavier de Almeida e Souza, descobridor dos campos de Guarapuava, que faleceu em 1831 como marechal, tendo feito brilhante carreira política.

No posto de capitão seguiu Silveira Peixoto em Outubro de 1769, embarcando com sua tropa no porto do Rocio, em canoas, até ao rio Cubatão, (Morretes), donde transpôz a Serra do Mar a pé, chegando a Curitiba a 16.

1771. *Guarda-Mor Francisco Martins Lustosa*, por escolha e determinação de D. Luiz Antonio de Sousa, Governador da Capitania de S. Paulo, que lhe forneceu 37 praças e 23 aventureiros voluntários, foi endereçado aos Campos de Guarapuava com o declarado intento de descobrir ouro“ para que sua riqueza convidasse os povos a habitá-lo se desse as utilidades necessárias não só para enriquecer o Real Erário mas também para sustentar as guarnições das duas praças projetadas (Iguatemi e Vila Rica) e alguns fortes que é necessário estabelecer”. (Ofício de D. Luiz Antonio ao Conde de Oeiras, de 3 de Dezembro de 1770).

Fosse verdadeiro ou não esse declarado intento, o certo é que a bandeira do Guarda Mor Lustosa foi tão somente a batedora do caminho por onde deveria entrar nos Campos de Guarapuava o Tenente Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, secretário do govêrno da Capitania e chefe das expedições a Guarapuava.

1771. *Capitão Francisco Aranha Barreto*, que com 1 Tenente, 2 Alferes e 70 praças dos Auxiliares de Curitiba e Paranaguá, partiu de Paranaguá para reforçar a guarnição da praça de N. S. dos Prazeres de Iguatemi, seguindo “em direitura pelo rio de D. Luiz” (Ivaí). As viagens chamadas “diretas” de Curitiba a Iguatemi eram feitas “pelos rios Iguassú ou em parte por terra e pelos rios Ivaí e Tibagi”. (Nota da redação da *Publicação Oficial dos Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. VII, 30).

De passagem por Morretes, onde permaneceu de 23 a 28 de Outubro, aí prestou honras militares ao Tenente-Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, que então marchava para a conquista de Guarapuava. A 31 se encontrava em Curitiba com a sua tropa, à qual o mesmo Tenente-Coronel passou revista.

4 — Bandeiras Povoadoras

1809. *Diogo Pinto de Azevedo Portugal*, nomeado pelo govêrno de S. Paulo para chefe da bandeira povoadora dos Campos de Guarapuava, recém-descobertos e explorados, partiu com esse destino e intento em meados de 1809, com cerca de 300 pessoas armadas e o padre curitibano Francisco das Chagas Lima, grande catequista de Queluz cujo glorioso sacerdócio iria ainda mais fulgurar nessa missão. (*)

(*) Segundo apontamentos do Padre Julio Ribeiro de Campos, foi o Padre Francisco das Chagas Lima Vigário de Curitiba de 1784 a 1794.

Desse grande sacerdote diz também o notável padre curitibano Conego Dr. Ildefonso Xavier Ferreira (o aclamador do Príncipe D. Pedro a primeiro Rei do Brasil) do *Prólogo às Constituições Primeiras do Arcebispado da Baía*, publicadas em 1853.

...“desde que se perdeu a arte e a maneira particular dos jesuitas na catequese dos indígenas, não se tem podido chamar com proveito os selvagens nem ao grêmio da Igreja nem mesmo à sociedade civil. Alguns sacerdotes têm feito serviços, neste gênero, dignos da consideração do govêrno e da gratidão da posteridade. No começo do presente século apareceu nesta Província, (S. Paulo) um genio raro, um desses ornamentos do clero de S. Paulo, — o virtuoso curitibano Padre Francisco das Chagas Lima, que estando Capelão da Aparecida (em Guaratinguetá) foi mandado a Queluz, hoje vila rica e populosa ao pé das Arêas para catequizar os índios (Purís) que viviam naquele lugar lutando com a penúria, com a fome e com a miséria, conseguiu aldear os índios, reduzi-los à fé católica e proporcionar aos fazendeiros aqueles ricos terrenos para a cultura do café. Há passado meio século e sabemos que ainda existem descendentes dessa horda, ali subsistente e a vila de Queluz é uma das mais florescentes da Província.

“Poucos anos depois (1808) foi mandado este apóstolo a Guarapuava, ao sul da Província, e tendo outros recursos do govêrno, porque já existia no Brasil a Família Real Portuguesa, conseguiu catequizar três nações diversas (*Carnês*, *Votorões* e *Dorins*) cujas línguas falava perfeitamente, contando já inumeráveis filhos arrancados à idolatria, mas seus trabalhos foram destruídos pelo comandante da expedição, que, contra a vontade do Padre missionário, queria misturar e com efeito misturou, os soldados com os indígenas, facilitando assim a desenvoltura dos soldados entre os selvagens, também a ela propensos. Este passo foi bastante para que o padre enlouquecesse, e assim findou seus tristes dias na vila da Parnaíba, seis léguas da cidade de S. Paulo, em companhia de seu virtuoso irmão, o vigário João Gonçalves Lima”.

Equivocou-se o ilustre autor das *Contribuições Primeiras no Arcebispano na Baía*. O Padre Francisco das Chagas Lima retirou-se de Guarapuava a Parnaíba em Outubro de 1828, contando então 70 anos de idade, e a esse tempo Diogo Pinto de Azevedo Portugal (que realmente misturou seus milicianos com as tribus aldeadas pelo missionário, o que entre ambos motivou continuos atritos) já não era comandante da expedição e do povoamento de Guarapuava. É injustiça se lhe atribuir a loucura do Padre Chagas. Naturalmente seu desequilíbrio mental, agravado pela idade, proveio da perda do seu memorável esforço na catequese, com a destruição do aldeamento de Atalaia, em 1825, estabelecimento que nunca mais pode ser reconstruído, pelo menos com a eficiência e a grande esperança dos primeiros tempos.

A posse efetiva dos Campos de Guarapuava, cuja denominação abrangia os vastos territórios de Guaira donde os paulistas haviam, no século XVII, expulsado as organizações civis e religiosas dos castelhanos, já havia sido tentada sob o governo de D. Luiz Antonio em combinação com a política do Conde de Oeiras, (Pombal) — novamente entrou nas cogitações portuguesas com a vinda de D. João regente do Reino, para o Rio de Janeiro.

Embora o Tratado de S. Ildefonso (1777) tivesse resolvido o traço das fronteiras entre Portugal e Espanha quanto aos seus domínios americanos, ainda era, contudo, motivo de cogitações, a necessidade de ocupar territórios conquistados pelos paulistas além da Linha Meridiana que entre as duas coroas dividia os respectivos direitos em terras do Novo Mundo.

E havia razão para isso. A posse do vale oriental do Uruguai, a fronteira com o Paraguai, a questão das Missões com a Argentina, somente ficaram definitivamente reguladas, respectivamente, em 1857, 1872 e 1894.

Ainda em 1835, na *Fala* que à Assembléia Provincial de S. Paulo dirigiu o Presidente da Província Coronel Rafaél Tobias de Aguiar, referindo-se à necessidade de se incrementar o povoamento dos Campos de Guarapuava e de se ocupar os de Palmas, “para evitarem-se contestações com os vizinhos, que no volver dos anos podem suscitar as pretensões que tiveram sôbre Vila Rica e Guaira outrora destruídas pelos nossos antepassados”.

Já em 1808 o Príncipe Regente, em Carta Régia de 5 de Novembro, determinava ao Capitão General da Capitania de S. Paulo, que fosse feita guerra aos índios que impediam o povoamento e dadas sesmarias nos Campos de Guarapuava e ao longo das vias de comunicação com esses campos, a partir de Curitiba, — tudo isso “tendo presente o quasi total abandono em que se acham os Campos Gerais de Curitiba e os de Guarapuava, *assim como todos os terrenos que desaguam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguai, todos compreendidos na Capitania de S. Paulo*”. (Romario Martins, *Documentos Comprobatórios dos Direitos do Paraná na Questão de Limites com Santa Catarina*, vol. II, 85).

As providências iniciais então tomadas, fazem luz sôbre a urgência e a importância das medidas determinadas. Criou-se a *Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava*, abriu-se o voluntariado de povoadores, organizaram-se corpos de Milicianos em Curitiba para proteção da expedição e

confiou-se sua direção, militar e administrativa, a Diogo Pinto de Azevedo Portugal, elevado ao posto de Tenente-Coronel.

Diogo Pinto foi o diretor do serviço de povoamento dos Campos de Guarapuava até ao ano de 1816. Seu caráter autoritário e violento fez com que tivesse excusados atritos com povoadores e milicianos e até mesmo com o grande Padre Chagas, o apóstolo do gentio, ídolo dos Camés, glória da catequese.

A povoação que pretendeu fundar no Atalaia, lugar considerado para isso impróprio, não progrediu. O desgosto lavrara entre os povoadores e os milicianos desertavam. Estes fatos, chegaram ao conhecimento da *Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava*, com sede em S. Paulo, que tomou uma desastrada providência: fez retirar a tropa miliciana para a borda dos Campos Gerais a um lugar denominado Linhares (nome dado em honra do Ministro Conde de Linhares) — e conservou o Padre Chagas na sua missão, mas desamparada de todo o auxílio. No ano seguinte (1817) porém, a vista de informações pessoalmente levadas a S. Paulo pelo missionário, o governo paulista fez regressar a tropa a Guarapuava, mas sob o comando do Tenente Antonio da Rocha Loures, nomeado chefe da conquista e a 11 de Novembro de 1819, alvará régio criava a Freguezia de N. S. de Belém. Foi mudada a sede da povoação para aprazível planície entre os rios Coutinho e Jordão, légua e meia ao sul de Atalaia, conforme opinára o Padre Chagas, ficando na antiga sede o aldeamento dos índios sob a direção do índio Luiz Tigre Gacon com a ssídua assistência do Padre catequista. Os índios Votorões aldeados, postos sob o cacicado de um estranho à sua tribo, mostravam por vezes o seu desgosto, e, diante disso, Tigre Gacon fazia sortidas contra os Votorões e Dorins não aldeados, o que excitou os ânimos destas tribus.

A revanche não tardou. A 26 de Abril (1825) os Dorins, em grande massa, assaltaram a aldeia da Atalaia e a despeito da heróica resistência dos Camés mataram muitos deles e lançaram fogo à povoação. Avistado o clarão do incêndio pela tropa de Belém, foi com ela Rocha Loures em socorro da praça atacada, mas só encontrou o brazeiro fumegante e o campo semeado de cadáveres.

Durante a batalha o Padre Chagas Lima orava. Salvou-o o seu fiel servidor Reginaldo, carregando-o às costas até a um capão próximo onde se haviam homiziado os Camés vencidos na refrega.

A povoação de N. S. de Belém de Guarapuava também não prosperava, pelo menos como se fazia preciso, na conformidade dos desejos do governo paulista. Em 1835, (Fala do Presidente Rafael Tobias de Aguiar na abertura da Assembléa Provincial) era tida por decadente devido à ação “rotineira” e “apoucada inteligência” do seu dirigente de então.

1809. *Atanagildo Pinto Martins* — A existência de extensos campos ao sul do Iguassú que se dividiam dos de Guarapuava apenas por um sertão de poucas léguas de largura, marginal desse rio, era sabida desde o século XVII, quando os paulistas os atingiram com suas bandeiras levadas às regiões do Goio-En (rio Uruguai) nas depredações que fizeram nas Missões do Uruguai.

Os comissários Portuguezes e Espanhóis que em 1759 procederam a demarcação da fronteira encontraram em vários pontos da região de Palmas sinais evidentes da dominação brasileira no citado século. (Barão do Rio Branco, *Memorial ao Arbitro na Questão das Missões*, vol. II, 218).

No *Diário* da primeira demarcação lê-se (aut. e obr. cit.) com a data de 6 de Março de 1759:

“Não distante desse segundo arrecife se achou na margem um morteiro, id est, pilão velho, que pelo seu feitio conheceram os paulistas ser dos seus compatriotas que o deixaram em alguma das suas antigas malocas, id est, das incurções que faziam contra os índios desses povos e também se viu um pequeno roçado de muitos anos que se atribuiu aos mesmos”.

O *Diário* da segunda demarcação também refere vestígios semelhantes entre o arroio da Corredeira Comprida e a foz do Chapecó: . . . “encontramos vários tiestos de ollas de barro bien cocido y con molduras, que sin duda deben ser de los paulistas quando frequentaban este rio para hacer sus correrias a los pueblos de Misiones”.

Perto das cabeceiras do rio Saudade, afluente ocidental do Chapecó e na longitude da foz deste, no Campo Erê, encontraram-se restos de fortificação antiga, os chamados “Muros”, que em 1887 o 1.º comissário brasileiro explorou, reconhecendo que em torno dessa posição “tinha havido um entrincheiramento formado por dupla estacada revestida de terra.”

Roteiro bandeirante citado por Varnhagem demonstra “que os antigos paulistas conheceram a região modernamente chamada Campos de Palmas” então denominados dos Biturunas.

Só foram, porém, explorados e ocupados a partir de 1839 por vários motivos: a precedência da exploração dos de Guarapuava e suas melhores condições de defesa contra as tribus selvagens, promovida pelo governo da Capitania; a circunstância de os campos de Palmas estarem ocupados por índios bravios e distantes de qualquer proteção oficial; o desconhecimento de caminhos que lá fossem ter, só sabidos do gentio que disso fazia segredo; e a carência de povoadores brancos, uma vez que os Campos de Guarapuava tinham capacidade bastante para os que nesse tempo se afazendaram no sertão.

Não ficou perdida, contudo, a tradição da existência desses campos nem descuidada a conveniência de, por eles, se procurar uma vereda que comunicasse Guarapuava com a região norte do Rio Grande. O Tenente-Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, Comandante da Expedição àquela praça incumbiu o Major Atanagildo Pinto Martins de procurar essa vereda para ser melhorada e dar vasão ao comércio de tropas. Guiada pelo índio Jongong, que conhecia quanto era arriscado penetrar em direitura em pleno Campo dos Biturunas ocupado por multidão de selvagens, "guiou-os um pouco mais ao oriente e passando pela ponta ocidental dos Campos de Palmas, saiu nos da Vacaria". (Joaquim José Pinto Bandeira, *Notícia da Descoberta do Campo de Palmas*, na *Rev. Inst. Hist. Bras.* 1851, págs. 385 e segts.).

Não tendo conseguido o objetivo da sua missão, determinou Atanagildo que Jongong com oito homens voltasse em procura do caminho que se desejava, mas o índio, que relutara cumprir essa ordem por saber que iria defrontar-se com tribus bravias, ciosas dos seus redutos, desapareceu na floresta não mais voltando.

Quando os Campos de Guarapuava já se achavam divididos em fazendas prósperas e chamavam a atenção de novos criadores de gado para as suas possibilidades, passou-se a olhar os Campos de Palmas como ofertantes de possibilidades que algumas pessoas, mais animosas, entenderam de conquistar, a todo custo, aos índios.

Duas foram as bandeiras então lançadas nessa audaz tentativa.

1839. *Joaquim Ferreira dos Santos*, morador em Guarapuava, organizou uma bandeira de exploração e posse dos Campos de Palmas, a essa empresa associando diversos sítiantes e povoadores locais.

Bem informado sôbre os rumos através do estreito sertão marginal do Iguassú, por picada mal aberta que achou, até ao lugar denominado Alagoa, que já era campo que fazia parte do de Palmas. Voltou, então, a Guarapuava afim de transportar animais para os campos descobertos, o que fez a custo de sacrifícios sem conta, não prevendo, ainda assim, que outras dificuldades aguardavam o seu regresso e o dos seus companheiros nos campos a esse tempo tão ambicionados, como se vai ver.

1839. *Pedro de Siqueira Côrtes*, homem empreendedor, propoz-se fazer parte da expedição precedente, chefiada por Joaquim Ferreira dos Santos, e, como não fosse admitido, organizou por sua vez uma bandeira e com o mesmo objetivo lançou-a ao sertão, abriu uma vereda abaixo do "passo" descoberto por Ferreira dos Santos e saiu nos Campos de Palmas na sua maior extensão, queimou-o e retirou-se, seguindo pela picada que os primeiros exploradores abriram, que era a direção mais curta.

Encontraram-se, nesse trilho, as duas bandeiras e disputaram os seus direitos.

— Uns e outros dos posseiros dos Campos de Palmas, em número de sessenta, empregaram-se durante todo o ano de 1839 na introdução de gado, trazido de Guarapuava e na precipitada fundação das suas fazendas, mas cada vez era mais viva a desharmonia entre todos. "Os que chegavam depois, escreve o cronista do descobrimento, não respeitavam precedência e lançavam seus animais aonde julgavam próprio, estivesse ou não o lugar ocupado, deixando a decisão do negócio ao arbitrio das armas", derrubando casas e arrazando currais. (J. J. Pinto Bandeira, obr. cit. 388).

Enquanto a dissensão lavrava entre os posseiros, o genio rondava ameaçador, os seus periclitantes estabelecimentos. A anarquia reinante e o receio de um ataque dos índios, foi, entretanto, que determinaram um entendimento preliminar entre os chefes e a gente das duas bandeiras povoadoras, segundo o qual as questões da posse seriam confiadas à solução de dois arbitros buscados entre cidadãos estranhos a tais competições e de alto conceito na Comarca. A escolha recaiu no Capitão Domingos Inácio de Araujo e Alferes José Caetano de Oliveira, que apresentaram razões de excusa, sendo substituídos pelo Dr. João da Silva Carrão e José Joaquim Pinto Bandeira, dois notáveis curitibanos, que saídos de Curitiba a 4 de Abril de 1840 chegaram ao lugar da contenda a 28 de Maio.

De passagem por Guarapuava ali encontraram o famoso índio Condá, cacique de uma horda Caigang domiciliada em Palmas e conseguiram que este índio os acompanhasse e promettesse acomodar sua gente permitindo aos novos ocupantes dos campos o seu labor pacífico, com o qual todos lucrariam. Condá mias tarde cumpriu o prometido, reunindo sua gente aos conquistadores.

Conta o arbitro Rafael Bandeira (obr. cit.) que "à chegada dos dois comissários achavam-se os sócios reunidos em um só ponto, receiosos de alguma tentativa dos índios, cuja suspeita minorou com a presença, ali, do principal".

As duas sociedades foram separadas pelo lageado denominado Caldeiras, ficando a de Pedro de Siqueira para o ponente e a de José Ferreira para o nascente. Mas ambas ficavam isoladas de qualquer via de comunicação com Curitiba, centro de recursos de que necessitavam, e assim propoz-se um dos sócios, Francisco de Paula e Silva Gomes, que mais tarde seria o grande propugnador da elevação da Comarca a Província, — a entrar no sertão, com alguns companheiros, afim de explorar em qualquer ponto sua extensão navegável "para por esta via terem segura e mais pronta comunicação com a cidade de Curitiba", o que conseguiu o intrépido sertanista. Mas, ainda assim, como atingir, a partir dos campos, a travessia até ao rio, varando os sertões marginaes, quando as circunstâncias obrigavam os posseiros a se não dispersarem, por serem poucos e ainda assim baldos de recursos?

Conseguiram, então, que fosse executada lei paulista de 16 de Março de 1837, que havia criado uma Companhia de Municipais Permanentes justamente "para com ela fazer-se, por parte do govêrno, a descoberta destes campos" — e assim os Campos de Palmas, antes homizio de feroz gentio, desde logo passaram a servir ao progresso e à civilização.

CAPÍTULO VIII

ORIGENS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA

- 1 — S. Vicente e Santo Amaro
- 2 — Os Donatários e suas Jurisdições
- 3 — Os Prepostos dos Donatários e as Sesmarias
- 4 — A Capitania de Paranaguá (1660-1710)
- 5 — Os Capitães-Mores
- 6 — Ouvidoria de Paranaguá (1723-1812)
- 7 — Os Ouvidores.

1 — S. Vicente e Santo Amaro

É ponto geralmente sabido da história do Brasil, que o sistema de colonização adotado por Portugal nos seus domínios americanos foi o da divisão da costa do país em capitânicas hereditárias, doadas a fidalgos que as pudessem fazer prosperar e defender, como com bom resultado já havia sido feito nas ilhas da Madeira e dos Açores.

Foram duas as porções territoriais dessa ordem, que interessam ao presente estudo: — a de São Vicente, doada a Martim Afonso de Souza, desde a barra de São Vicente ou de Santos até 12 léguas ao sul da ilha de Cananéa, isto é, até à barra setentrional da enseada de Paranaguá; e a de Santo Amaro, doada a Pero Lopes de Souza, que se estendia da barra de Paranaguá até ao sul da Laguna.

A denominação de Capitania de Santo Amaro dada à porção mais meridional da doação feita a Pero Lopes de Souza, não teve razão de ser senão em virtude de pertencer ao donatário da porção de 10 léguas de costa compreendida entre Curupacê e a Bertioga, onde Gonçalo Afonso, na qualidade de Ouvidor nomeado pela viuva do donatário, erigiu Vila a povoação da Ilha do Guaíbe, com a denominação de Santo Amaro de Guaíbe. Tanto assim é que muito tempo depois da doação foi que se passou a chamar Ilha de Santo Amaro àquela ilha e às 50 léguas das duas porções meridionais daquele donatário; mas ainda assim, ao herdar Lopes de Souza a Capitania assim denominada, sucedendo à Isabel de Lima de Souza Miranda, neta de Pero Lopes, “ninguém sabia qual era, onde tinha a sua verdadeira posição e de quantas léguas se compunha essa capitania”. (Fr. Gaspar de Madre de Deus, *Memória para a História da Capitania de S. Vicente*, pág. 187).

O direito à sucessão das capitânicas de S. Vicente e de Santo Amaro, terminou em 1711, quando, essas Capitânicas foram incorporadas à Coroa, mediante indenização. (Alvará

de 22 de Outubro de 1709, escritura pública de 19 de Setembro de 1711).

2 — Os Donatários e suas Jurisdições

Foram donatários dessas capitanias:

- 1.º — Martim Afonso de Souza, de 1534 a 1571. (São Vicente).
- 2.º — Pero Lopes de Souza, filho de Martim Afonso de Souza, de 1572 a 1586. (Santo Amaro).
- 3.º — Lopes de Souza, de 1587 a 1610.
- 4.º — Condessa de Vimieiro (Mariana de Souza Guerra) por cessão feita por Lopo de Souza, filho bastardo de Lopo de Souza e confirmação Régia de 22 de Outubro de 1621.
- 5.º — Conde de Monsato, D. Alvaro Pires de Castro e Souza, bisneto de Pero Lopes de Souza, que em 1623 expulsou de S. Vicente a Condessa de Vimieiro.
- 6.º — Martim Afonso de Souza, filho de Pero Lopes de Souza, da Capitania de Santo Amaro. A este sucedeu sua irmã.
- 7.º — D. Jeronima de Albuquerque Souza. A esta sucedeu sua filha.
- 8.º — D. Isabel de Lima de Souza Miranda.
- 9.º — Lopo de Souza, Donatário da Capitania de São Vicente e também da de Santo Amaro por doação por sua prima D. Isabel Miranda.
- 10.º — D. Sancho de Faro de Souza, 1646.
- 11.º — Diogo de Faro de Souza, filho de D. Sancho, em 1648.
- 12.º — 1.º Conde da Ilha do Príncipe, D. Luiz Carneiro, em 1678.
- 13.º — 2.º Conde da Ilha do Príncipe, D. Francisco Luiz Carneiro, filho do precedente, em 1691.
- 14.º — Marquez de Cascais, D. Luiz Alvaro de Castro e Souza até 1711.

*** As duas capitanias (de São Vicente e de Santo Amaro) vieram a pertencer a Lopo de Souza, a primeira por sucessão hereditária e a segunda por nomeação da 8.ª Donatária; mas o Conde de Monsato, D. Alvaro Pires de Castro e Souza, bisneto do primeiro Donatário (Pero Lopes de Souza) reclamou em demanda judicial a de Santo Amaro. Essa demanda foi prolongada, manteve-se durante a vida de Lopo de Souza e prosseguiu com sua irmã D. Mariana de Souza da

Guerra, Condessa de Vimieiro, perdendo-a o Conde em 1678, à favor de Francisco Luiz Carneiro de Souza, Conde da Ilha do Príncipe, por interferência de El-Rei.

Continuaram assim as duas Capitânicas na posse de um só Donatário, mas as consequências deste longo e agitado pleito deram lugar a uma longa série de complicações na administração de ambas, até que D. João V as adquiriu para a sua Coroa (1709-1711). Restaurada a Capitania de São Paulo, (Carta Régia de 6 de Janeiro de 1765) e tornada independente da do Rio de Janeiro, "daí avante a autoridade toda inteira achou-se concentrada na pessoa do Governador da Capitania; as incertezas e hesitações deixaram de aparecer na gerência da administração pública e esta começou a seguir uma marcha regular". (Machado de Oliveira, *Quadro Histórico da Província de São Paulo*).

3 — Os Prepostos dos Donatários e as Sesmarias

Os donatários ou seus procuradores em seus nomes, por sua vez concediam grandes glebas sesmeiras a pessoas com posses para movimentar sua exploração e essas sesmarias foram muito ambicionadas, pois acenavam à vaidade e à ambição. Dessas grandes propriedades territoriais resultaram a possibilidade do apossamento do sertão onde surgiam, em várias zonas propícias, as fazendas no sul e os engenhos no norte, índices de abastança e de dignidades.

O domínio sesmeiro ia de duas léguas em quadra a dez léguas e mais, regulando-o as Ordenações do Reino, os Forais, os Alvarás, as Provisões. A Provisão Régia de 19 de Maio de 1729 reduziu a primitiva amplitude das sesmarias limitando-a ao máximo de três léguas. De 1780 em diante as sesmarias passaram a registrar a cláusula de fôro anual por légua, assim passando os sesmeiros à condição de simples fôreiros.

Esta perda da propriedade plena constituiu uma revolução no direito de propriedade territorial. O proprietário rural, até então pleno senhor da terra, transformou-se num enfiteuta do Estado, tendo de sua propriedade territorial apenas o domínio útil.

No território que é hoje o Paraná as grandes sesmarias ao tipo das do norte do país, concedidas aos senhores de engenho para a cultura da cana, do café, etc., não existiram. As mais notáveis personalidades da sociedade curitibana do segundo século do descobrimento, ao próprio Capitão Povo-

dor Mateus Leme, o mais notável e abastado da coletividade, o patriarca da grei seiscentista, senhor de numerosas "peças" de gentio da terra, não foi concedida senão uma sesmaria da extensão de uma légua de "testada" e outra de "sertão", nas duas margens do Barigui.

4 — A Capitania de Paranaguá (1660-1710)

A Capitania de Paranaguá, criada para firmar no quinhão meridional de Pero Lopes de Souza a posse de seu sucessor hereditário, o Marquês de Cascais, — não passou de uma unidade de segunda ordem entre as demais capitanias e esteve sempre subordinada ao Governo Geral do Rio de Janeiro e depois ao de São Paulo.

Em 1654 a Câmara deu posse da Vila a Diogo Vaz de Escobar, Governador da Capitania de Itanhaen, assim reconhecendo ser a localidade pertencente ao Conde da Ilha do Príncipe, — mas em 1656 empossou a Simão Dias de Moura, igualmente Governador da dita Capitania, porém representante do Marquês de Cascais, que mantinha, com o Conde, acirrada demanda pela sucessão nos direitos do primitivo donatário da parte meridional da Capitania de Santo Amaro.

Valendo-se de sua vitória sobre o Conde da Ilha do Príncipe, o Marquês de Cascais, representado por seu Procurador, nomeou a Gabriel de Lara Capitão-Mor, Ouvidor e Alcaide Mor da Vila, garantindo-se ainda mais, dessa maneira, na influência social desse personagem.

A Câmara local, porém, relutou em dar posse a Lara nesses postos, somente o fazendo em 1660. Neste ano se achava em Paranaguá o Governador da Capitania de Itanhaen, Antonio Barbosa Soto Maior, com o intento de tomar posse da Vila para a sua jurisdição, e em tais condições pareceu oportuno à Câmara completar a organização do governo local com a investidura de Lara nos cargos para os quais o nomeára o Marquês de Cascais, o que fez a 15 de Março do ano acima referido.

Os poderes conferidos a Gabriel de Lara pelo herdeiro da Capitania de Pero Lopes de Souza fizeram-no administrador de todos os interesses do donatário na porção meridional do feudo: seu Lugar Tenente e Procurador, Capitão Mor, Ouvidor e Alcaide Mor.

A secção meridional da Capitania de Santo Amaro que principiava na altura da barra de Paranaguá e corria 40 lé-

guas para o Sul, como dizia Lara, passou, pois, a constituir, em 1660, com a posse deste, a Capitania de Paranaguá.

Em Novembro do mesmo ano chegou a Paranaguá, em inspeção às minas de ouro, o Governador do Rio de Janeiro General Salvador Corrêa de Sá e Benevides, que desde logo verificou ser uma das causas do escasso rendimento da mineração a contenda entre os herdeiros de Pero Lopes, que periodicamente perturbavam a vida da pequena povoação da costa por meio dos seus prepostos em Itanhaên.

Nessas condições o Governador determinou — “que a Vila se conservasse em nome de Sua Magestade como se tinha criado”; — que não se reconhecesse “nenhum dos donatários pleiteantes à sua posse, visto êles próprios duvidarem dos seus direitos”.

Nos seus editais, Gabriel de Lara, daí em diante, se dizia “*Povoador da Vila de N. S. do Rosário da Capitania de Paranaguá em nome de Sua Alteza e com os mesmos poderes Lugar Tenente e Procurador do Marquês de Cascais nas Vilas de 40 léguas da parte do Sul*”, que era a extensão da costa que se pretendia fosse correspondente à doação feita a Pero Lopes de Souza.

A Vila e a Capitania de Paranaguá ficaram assim constituídas de todos os órgãos políticos: o legislativo representado pela Câmara, o judiciário pela justiça ordinária na investitura do Ouvidor e o executivo na do Capitão Mor e Alcaide Mor. Desde então a alçada dos governadores de Itanhaen não as atingiu e as deixou viverem por si mesmas, apenas obedecendo à jurisdição, nos casos gerais, dos Governadores Gerais do Rio de Janeiro.

5 — Os Capitães-Mores

Gabriel de Lara ocupou os seus cargos de 1660 a 1682, quando faleceu.

Seguiram-se-lhe como Capitães Mores:

Tomaz Fernandes de Oliveira, de 1683 a 1688.

Gaspar Teixeira de Azevedo, de 1689 a 1692.

Francisco da Silva Magalhães, de 1692 a 1698.

João Rodrigues França, de 1701 a 1710.

Em 1709, por Provisão de 9 de Novembro, decidiu o governo do Reino incorporar à Coroa os feudos doados em 1532 no extremo Sul da Colonia, comprando-os aos herdeiros dos primitivos donatários, e em 1710 se constituiu a Capitania Geral de São Paulo, à qual ficou pertencendo o nosso atual território.

6 — Ouvidoria de Paranaguá (1723-1812)

Não se conhece o ato régio que criou a Comarca de Paranaguá, mas tão somente a Carta Régia de “participação de sua criação e provimento”, que data de 17 de Junho de 1723.

Somente, porém, em 1724, por Provisão de 21 de Agosto, foi nomeado seu primeiro Ouvidor, o Dr. Antonio Alves Lanhas Peixoto. Em Novembro de 1725 ainda não tinha o ouvidor Lanhas Peixoto tomado posse de sua Comarca, pois em instruções que então lhe deu o Capitão General da Capitania de S. Paulo, Rodrigo Cezar de Menezes, “ordenou diversas diligências que Peixoto devia levar a efeito *logo que passasse para a sua comarca*”. (Alfredo de Toledo, *Ouvidoria de Paranaguá*, Rev. Inst. Hist. de S. Paulo, vol. XII, 264).

Ainda em 1725 foi feita a divisão das ouvidorias de S. Paulo e Paranaguá. Uma da outra se separava por uma linha imaginária, balisada na costa de Iguape e lançada para o poente “até ao lugar das Furnas, exclusive”. (*Livro de Provimientos*, 93, do Arquivo Municipal de Paranaguá).

O Ouvidor Lanhas Peixoto representou a Rodrigo Cezar contra a exclusão das Furnas da sua Ouvidoria, o que arrebatava de sua jurisdição a povoação de Itararé que era pertencente à vila de Curitiba. O Governador paulista, despachando essa representação, determinou ao Ouvidor de S. Paulo (ordem de 28 de Junho de 1726) que convocasse o Ouvidor de Paranaguá e os oficiais do Senado da Câmara paulista e opinassem sobre o assunto. (*Doc. Interessantes para a Hist. de S. Paulo*, vol. XX, 237).

Ao que parece a reclamação do Ouvidor Lanhas Peixoto foi atendida, porque, transcrevendo o Termo de Divisão das duas Ouvidorias limitrofes, Vieira dos Santos, em suas *Memórias de Paranaguá*, escreve: . . . “correndo (a linha imaginária partida da costa de Iguape) até o lugar das Furnas, *inclusive*, que é sertão povoado” etc. (Aut. e obr. cit., 116).

A Ouvidoria de Paranaguá compreendia todo o sul do Brasil, “até ao Rio da Prata. A oeste ia até as Furnas”, no sertão povoado, e no “que estava por descobrir e povoar” a linha que em Iguape tinha a sua balisa, prolongada para oeste dividiria “as inovadas povoações. (*Termo de Divisão da Capitania de São Paulo em duas Ouvidorias*, de 10 de Fevereiro de 1725).

Ao tempo de sua criação pertenciam-lhe as vilas marítimas de Iguape, Cananéa, S. Francisco, N. S. do Desterro (atual Florianópolis) a Laguna, e, em Serra Acima, a de N. S. da Luz dos Pinhais de Curitiba, que eram as únicas exis-

tentes, tendo sido a de N. S. do Desterro elevada a essa categoria pelo primeiro ouvidor de Paranaguá, a 26 de Março de 1726.

Em 1747, Carta Régia de 17 de Julho determinou a Gomes Freire “que o Ouvidor de Paranaguá passasse ao Rio Grande e que ali criasse uma vila, dividida da de Curitiba pelo sertão e Serra Acima”. (*Arquivo do Conselho Ultramarino*, Lisboa).

Em 1749 começou a se desagregar o imenso território da Ouvidoria de Paranaguá, que ia de Iguape ao Rio da Prata, e que, por conseguinte, observado em mapa atual do sul do nosso continente, abrangia parte do Estado de S. Paulo, os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e os territórios até o Rio da Prata, incluindo a República do Uruguai. Assim foi que a Carta Régia de 20 de Novembro desse ano, expedida em virtude da Resolução do Conselho Ultramarino de 20 de Junho, criou Ouvidoria na Ilha de Santa Catarina, dando-lhe por divisa com a de Paranaguá “a barra austral do rio S. Francisco, o Cubatão do mesmo rio e o rio Negro que se mete no grande de Curitiba” (Iguassú); e ao sul “os montes que desaguam para a lagoa Imeri”. “Lagoa Mirim”).

Em 1812, por Alvará de 16 de Dezembro, foi criada a Comarca de S. Pedro do Rio Grande e Santa Catarina, tendo por sede Porto Alegre; e por Alvará de 12 de Fevereiro de 1821 a Comarca daquela denominação foi dividida, criando-se a Comarca da Ilha de Santa Catarina e a Comarca do Rio Grande do Sul. Por este Alvará a Ouvidoria de Paranaguá que em 1749 havia perdido os territórios ao sul do rio S. Francisco e do Rio Negro, perdeu mais a vila de Lages, cujo termo a oeste era assinalado pelos rios Canoinhas e Marombas e avaliado em 200 léguas quadradas.

Por Alvará de 19 de Fevereiro de 1812 foi transferida a sede da Ouvidoria de Paranaguá para Curitiba.

A partir de 29 de Novembro de 1832 deixaram de existir ouvidorias, extintas, nessa data, pelo artigo 8.º do Código do Processo Criminal.

7 — Os Ouvidores

Foram Ouvidores com sede em Paranaguá até 1812 e desse ano até 1832 com sede em Curitiba, os seguintes magistrados:

1) — *Dr. Antonio Alves Lanhas Peixoto*. Erigiu vila a povoação de Desterro (atual Florianópolis) a 26 de Março de

1725; por determinação do Govêrno da metrópole (*Carta Régia de 6 de Agosto de 1725*) deixou sua Comarca e acompanhou Rodrigo Cezar de Menezes a Cuiabá “para o auxiliar no estabelecimento do regime administrativo das minas e no que fosse necessário” e em Maio de 1730 foi morto pelos índios paiaguás na embocadura do rio Jaguarí, em Mato Grosso. Mas já então não era considerado Ouvidor de Paranaguá, visto ter aceito igual investidura em Cuiabá, que lhe foi dada pelo arbitrário Governador paulista.

2) — *Dr. Antonio dos Santos Soares*. Nomeado em Resolução de 20 de Maio de 1730, confirmada por Carta de Provisão de 6 de Julho do mesmo ano. Este ouvidor deu ampla liberdade aos mineradores, permitindo, até, que qualquer pessoa pudesse explorar catas e faisqueiras que estivessem em abandono, sem obrigação de as comprar. Seu estado de saúde foi precário durante todo o tempo que permaneceu em Paranaguá, “pelo que não pode fazer correição nem ministrar com melhor justiça às partes”, como escrevia o Conde de Sarzedas a El-Rei a 23 de Março de 1734.

3) — *Dr. Manoel dos Santos Lobato*. Nomeado pela Resolução de 19 de Outubro de 1733 confirmada por Carta de Provisão de 4 de Maio de 1734. Durante sua jurisdição foram criadas quatro Intendências de Minas na Capitania de S. Paulo: em Goiaz, Cuiabá, Paranapanema e Paranaguá. O Decreto de 28 de Janeiro de 1736, que criou essas Intedências, autorizou o Governador paulista a nomear para a de Paranaguá o Ouvidor da Comarca. Seu primeiro ato nesse cargo foi proibir que a cata *Santa Fé*, conhecida pelo nome de *D. Jaime*, fosse explorada por particulares visto ter sido aberta à custa da fazenda real. Lobato perdeu o cargo de Ouvidor por se haver casado, em Paranaguá, (com D. Antonia da Cruz França) pois pelo Regimento dado ao Ouvidor Geral do Brasil a 14 de Abril de 1628, art. 22 e Carta Régia de 27 de Março de 1734, o Ouvidor não podia casar nem mesmo ajustar casamento no distrito de sua jurisdição, enquanto esta durasse, sob pena de ficar vago o seu officio, sem necessidade de processo algum.

4) — *Dr. Gaspar da Rocha Pereira*. Foi o sucessor do Ouvidor Lobato. Nada mais se sabe dele além disso.

5) — *Dr. Manoel Tavares de Siqueira e Sá*, ex-Juiz de Fora da vila de Redondo, na provincia do Alemtejo, em Portu-

gal. Era um nome literário em evidencia, tendo sido Secretário da *Academia dos Selétos*, fundada no Rio de Janeiro em 1752.

6) — *Dr. Antonio Pires da Silva e Melo Porto Carreiro*. Da Comarca, no seu tempo, foi desanexada Santa Catarina, a 1.º de Junho de 1750, quando o Dr. Manoel José de Faria tomou posse da nova Comarca ali criada pela Carta Régia de 20 de Novembro de 1749. Até 1755 há vestígios seus na Ouvidoria de Paranaguá, mas já não era Ouvidor em 1757.

7) — *Dr. Jeronimo Ribeiro de Magalhães*. Não se sabe quando deixou a Ouvidoria, mas, depois dele, muitos anos levou a Comarca sem Ouvidor efetivo, sendo o cargo exercido, na forma da lei, pelo vereador mais velho da sede. Em 1767 escrevia o Governador da Capitania de S. Paulo ao Vice-Rei estar a Comarca de Paranaguá, “há muitos anos sem Ouvidor letrado”, o que já havia feito presente a S. M.

8) — *Dr. Antonio Barbosa de Matos Coutinho*. Em 1777 era Ouvidor de Paranaguá, pois o elogiava pelos seus esforços, nesse ano, o Governador paulista Martim Lopes Lobo de Saldanha em ofício de 21 de Abril de 1778 a Martinho de Melo e Castro. Em 1779 fez correição na Vila de Iguape.

9) — *Dr. Francisco Leandro de Toledo Rendon*. Nomeado a 2 de Abril de 1783. Era “irmão do Tenente General José Arouche de Toledo Rendon, primeiro diretor do Curso Jurídico de S. Paulo e de Diogo de Toledo Lara Ordonhes, Desembargador do Paço, Conselheiro de Fazenda, sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa e Alcaide-Mor da Vila de Paranaguá por despacho de 22 de Janeiro de 1820”. (Alfredo de Toledo, obr. cit.). A 20 de Janeiro de 1789 erigiu vila a freguezia de Iapó, com a denominação de Vila Nova de Castro, em honra de Martinho de Melo e Castro, então Secretário d’Estado dos Negócios Ultramarinos.

10) — *Dr. Manoel Lopes Branco e Silva*. Nomeado a 12 de Outubro de 1789, tomou posse a 9 de Outubro do ano seguinte. Erigiu vila a freguezia de N. S. do Pilar da Graciosa, com a denominação de Antonina “em memória do nome de Sua Alteza Real o Príncipe Don Antonio”, a 6 de Novembro de 1797.

11) — *Dr. João Batista dos Guimarães Peixoto*. Em 1802 foi suspenso do cargo pelo Governador paulista, Antonio Ma-

noel de Melo Castro e Mendonça. Fugiu para Pernambuco, de onde era natural, afim de evitar ser recolhido a S. Paulo conforme lhe ordenara aquele Governador.

12) — *Dr. Antonio de Carvalho Fontes Henrique Pereira.* Tomou posse do cargo de Ouvidor a 9 de Fevereiro de 1804. Tomou parte na vereança de Iguape em que se tratou do refazimento da igreja matriz. O Governador França e Horta em informação de 6 de Maio de 1805, prestada em obediência a Aviso de 1.º de Dezembro de 1803, diz: — “O Ouvidor de Paranaguá (Fontes Henrique) me tem dado decisivas provas de sua ignorância e insuficiência para o importante cargo que exerce”. E acrescenta depois de longa justificação desse conceito: — “Finalmente não se nega a aceitação de ofertas avultadas, e pelos fatos que me têm sido presentes a este respeito devo justamente concluir e asseverar a V. A. que é nenhum o seu desinteresse e limpeza de mãos”.

13) — *Dr. João de Medeiros Gomes.* Nomeado por Decreto de 6 de Fevereiro de 1810, tomando posse a 19 de Março de 1812. Foi o último Ouvidor com residência em Paranaguá, pois o Alvará de 19 de Fevereiro de 1812 transferiu a sede da Comarca para Curitiba, o que foi cumprido por este Ouvidor. *O citado Alvará deu a denominação de Comarca de Paranaguá e Curitiba à antiga Comarca de Paranaguá e criou na Vila desta denominação um lugar de Juiz de Fora, ficando daí em diante a Vila de Curitiba sendo a cabeça de Comarca e residência dos Ouvidores.*

14) — *Dr. José Carlos Pereira de Almeida Torres.* Contra este Ouvidor o Governo Provisório de S. Paulo representou ao Príncipe Regente. Durante sua gestão deu-se a desanexação da vila de Lages e seu termo da Província de S. Paulo e sua união à de Santa Catarina (Alvará de 9 de Setembro de 1820) e da Comarca de Paranaguá e Curitiba a Comarca de Santa Catarina. (Alvará de 1.º de Fevereiro de 1821). O Ouvidor Almeida Torres ocupou, depois, o lugar de Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, com sede em S. João d'El-Rei, em 1824; foi agraciado com o título de Visconde de Macahé; eleito Deputado pela Província de S. Paulo e Senador pela da Baía, em 1843; duas vezes Presidente de S. Paulo, em 1829 e 1842 e do Rio Grande do Sul em 1830; Ministro do Império em 1844; e Presidente do Conselho de Ministros em 1848.

15) — *Dr. José de Azevedo Cabral.*

16) — *Dr. José Verneque Ribeiro de Aguiar*. Empossou-se a 26 de Julho de 1824. Foi, depois, Desembargador da Relação da Baía e a seguir da Casa de Suplicação do Rio de Janeiro. Casou-se em Curitiba com D. Ana de Sá Sottomaior, filha do Coronel Inácio de Sá Sottomaior. *Foi o último Ouvidor da Comarca de Paranaguá e Curitiba.*

CAPÍTULO IX

CÍCLO DA MINERACÃO DE OURO

- 1 — A Legislação e os Descobrimentos (1603)**
- 2 — As Primeiras Minas de Paranaguá (1646)**
- 3 — As Minas do Planalto**
- 4 — A Administração das Minas dos Distritos do Sul (1645-1652).**

1 — A Legislação e os Descobrimentos (1603)

Os esforços do governo português pelo descobrimento de ouro no Brasil foram contemporâneos dos primeiros dias de nossa história.

Já em 1531, ao aportar a S. Vicente a esquadra de Martim Afonso de Souza, este grande capitão luzitano lançava ao interior desconhecido do país uma bandeira em busca de ouro, fiado nas notícias de Francisco de Chaves, português que se lhe apresentou em Cananéa. (Vide capítulo *Bandeiras e Bandeirantes*).

Anchieta, em 1554, em carta de S. Paulo anunciava, como que indo ao encontro do desejo lusitano: . . . “agora, finalmente descobriu-se uma grande cópia de ouro, prata, ferro e outros metais até aqui inteiramente desconhecidos, como afirmam todos”.

Todos viam ou supunham ver ouro, no século XVI. Monsenhor Pizarro sonhou com a exploração dele em Paranaguá em 1578. Pedro de Almeida Peres Leme é de opinião que foi Afonso Sardinha o primeiro descobridor de ouro no Brasil, em 1590, na serra de Jaguambaba (Mantiqueira), na de Jaraguá (termo da vila de S. Paulo), na Ventura (termo da de Parnaíba) e na de Ibiragoaba (termo da de Sorocaba). Mas em vez de ouro, o que se sabe é que Pedro Sardinha explorou e fundiu ferro.

Madrugava ainda o século de 1600 e já o governo da metrópole, a 15 de Agosto de 1603, expedia o primeiro Regimento das Terras Mineraias do Brasil e fazia concessões a descobridores de minas.

Por alvará de 2 de Janeiro de 1608 foi D. Francisco de Souza nomeado Governador e Capitão General do Distrito do Sul do Brasil (capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente) com especiais atribuições com relação às minas, para o que “lhe foram consignados, diz Antonio Olin- to, os seguintes auxiliares: — um procurador, um tesourei-

ro, dois mineiros de prata, um mineiro de ouro de beta, um ensaiador, um mineiro de pérola, um mineiro de esmeralda, um mineiro de salitre e dois mineiros de ferro”.

Mas as minas não correspondiam às visões e aos desejos da metrópole.

Segundo Regimento de Terras Mineraias foi expedido em 1618, a 8 de Agosto, ampliador das disposições do de 1603. Por ele se vê que até então a mineração não havia dado resultado algum positivo. O govêrno, com o fim de estimular descobrimentos, abriu mão de todas as minas, concedendo-as aos seus respectivos descobridores e assim desistindo do intento de as monopolizar.

“Em virtude dessas novas concessões, diz Euzebio de Oliveira, as entradas se sucederam, contando-se, porém, os insucessos pelas tentativas feitas”. É que não estava encerrado ainda o ciclo da caça ao índio, de resultados certos, atividade onde assentavam os interesses mais generalizados do Brasil seiscentista.

2 — As Primeiras Minas de Paranaguá (1646)

Dentre as regiões onde primeiro apareceram notícias de minas de ouro e que mais esperanças despertaram de grandes êxitos, figurou Paranaguá.

Em 1646 Gabriel de Lara manifestava em S. Paulo o descobrimento das minas de ouro de Peruna e simultaneamente eram divulgados descobrimentos semelhantes em Iguape, Cananéa e nos sertões da Ribeira (compreendendo o Apiaí) e do Assunguí (compreendendo o sertão das Furnas e os campos de Curitiba).

As duas zonas principais de penetração de mineradores e pesquisadores de minas, ao mesmo tempo ou com pequena diferença, foram as do vale do Ribeira de Iguape, compreendidos o Ribeirinha e o Assunguí, suas principais nascentes; — e no Cubatão, atual Nhundiaquara, onde em 1653 já estavam assinaladas onze jazidas auríferas.

Ambos esses rumos eram tradicionalmente conhecidos. Pelo Ribeira-Assunguí, penetravam os bandeirantes as regiões de Tibagí, Piquirí, Iguassú e mais tarde Uruguai, desde os primeiros tempos de suas incursões caçadoras de índios.

Em todo o litoral de Iguape a São Francisco, foram descobertas e exploradas jazidas auríferas, até a Serra do Mar, inclusive.

“O processo de extração de ouro com a “bateia” era o geralmente seguido; mas por vezes desviavam temporaria-

mente o curso dos ribeiros e atacavam o leito descoberto retirando do fundo tanto minério quanto podiam". (Euzebio de Oliveira, *Geologia e Recursos Minerais do Paraná*, 113).

*** Com as minas manifestadas por Lara, em 1646, ia eficientemente começar o ciclo da mineração no Paraná e até mesmo na Colonia. Antes que a exploração se iniciasse regularmente, porém, já o governo da metrópole, pelo seu delegado, o Governador Geral do Rio de Janeiro, nomeava Administrador e Provedor para o seu desenvolvimento, pesquisas de novas jazidas e defesa fiscal dos quintos reais.

Foi para esse fim que em 1645-1647 o Governador Geral do Sul do Brasil Duarte Corrêa Vasqueannes, expediu a Eleodoro Eban Pereira como Entabulador e Administrador nos Distritos do Sul e o Provedor da Fazenda Real, Pedro de Souza Pereira, a Mateus de Leão para seu delegado em Paranaguá, onde mal se tinham descoberto as primeiras minas e nem se sabia ainda se seriam produtivas.

Mas o próprio fato da presença de autoridades oficiais nas regiões das minas então descobertas, contribuiu para despertar o interesse por esse novo gênero da atividade econômica sertanista e em breve Iguape e Paranaguá se tornaram "as povoações mais florescentes da costa, enquanto não foram descobertos os ricos aluviões de Minas Gerais". (Euzebio de Oliveira, *Geologia e Recursos Mineirais do Paraná*, 113).

No litoral foram notáveis, pelo menos pela esperança que despertaram, as minas de *Peruna (Santa Fé)* de *Don Jaime*, as da serranias da baía dos Pinheiros e as marginais do rio Cubatão (Nhundiaquara).

3 — As Minas do Planalto

No interior a área da exploração proveitosa do aluvião aurífero atingiu principalmente a vasta região do Assunguí, de Jaguariaíva e Tibagi e do Planalto de Curitiba.

Há notícias de longas explorações das famosas lavras do *Itaimbé* (Assunguí) por ventura início da caça ao ouro no Brasil, ao mesmo tempo que nas minas da Ribeira de Iguape à cuja região hidrográfica pertencia. As três principais investigações oficiais sobre o *Itaimbé* foram das primeiras realizadas nos distritos auríferos do Sul: — por Eban Pereira entre 1645 e 1647, por Agostinho de Figueiredo em 1670 e por Don Rodrigo de Castelo Branco em 1679.

Ainda na região do Assunguí foram notáveis as minas de *N. S. da Conceição*, da *Cachoeira* e do *Ribeirão*, exploradas

durante mais de 20 anos por Salvador Jorge Velho e seu genro Antonio Pires de Campos a partir de 1678 até 1699 e deste ano em diante também por seu irmão Simão Jorge Velho.

Em S. José dos Pinhais há vestígios de grandes trabalhos de mineração nas lavras de *Saraiva*, nas da serra que forma os vales dos rios Guaratubinha e da Prata. Em *Lavrinhas*, no sítio denominado *Fazendinha* em Campo Largo, há indícios de exploração de ouro em veiro de quartzo; e em lugar incerto, ainda em 1712, o Capitão-Mor João Rodrigues de França garimpava com sucesso.

As minas do *Arraial Grande* (S. José dos Pinhais) formadoras de um dos núcleos de origem do povoamento efetivo de Curitiba pelo grupo de Balthazar Carrasco dos Reis poucos anos antes de 1661, ainda em 1741 eram satisfatoriamente exploradas pelos descendentes desse poliada seiscentista, Gaspar Carrasco dos Reis e Baltazar Veloso da Silva e por Salvador de Albuquerque.

De vez em quando no século XVIII, os governadores da Capitania de S. Paulo ordenavam aos oficiais da Câmara de Curitiba que intimassem perante o Juiz Ordinário os desencaminhadores dos quintos reais "a declararem por suas consciências" as importâncias sonegadas aos quintos reais.

Por uma dessas declarações, feita em 1725, sabe-se alguma coisa do movimento da mineração nesse ano, no Distrito de Curitiba e dos nomes de diversos mineradores.

Em 1725 declararam "por suas consciências": João Veloso da Costa, haver extraído 200 oitavas; Zacarias Dias Cortes, 200 oitavas; Manoel Soares da Silva, dever 12 oitavas; Manoel Duarte de Camargo, dever 5 oitavas; Francisco Xavier dos Reis, dever 10 oitavas; Bento Soares de Oliveira (minas de *Catanduvas*), dever 17 oitavas. Marcelino Rodrigues, Angelo Pedroso e outros, descobridores e exploradores de doze ribeiros auríferos no Tibagi, sem ordem legal, foram, então, processados.

De um outro documento, o "Registro da Entrega de Ouro, em Curitiba ao Juiz Ordinário, com destino à Casa de Fundação de Paranaguá, a 12 de Setembro de 1731". — se verifica o declínio das extrações de ouro em pó no terrço curitibano, no *Arraial Grande*, *Canguiri*, *Uvaporanga* e *Purunã*.

Quintos remetidos, em oitavas:

João da Costa Borges (*Arraial Grande*), 120; Miguel Rodrigues Ribas (*Arraial Grande*), (½ libra); Frei Lauriano da Silva, 78 oitavas; Manoel Gonçalves Corrêa, 20; Manoel Rodrigues da Mota, 105; Agostinho Lopes (negociante), 15; Mi-

guel Rodrigues Ribas (mercador no *Arraial Grande*) 81½; Manoel Pinto do Rego, 20; Pedro Gouveia (ourives em Curitiba), 42; Padre Francisco Tomaz de Assunção Braga (mercador de "fazendas secas" no *Arraial Grande*), 117; Miguel Rodrigues Ribas (mercador de fazendas no *Arraial Grande*), 42; Manoel Rodrigues da Mota, 25; Joan da Cruz Borges, 83; Frei Lauriano da Silva, 1½; Alferes Manoel Moreira (pagamento dos mineiros das *Minas Velhas do Arraial Grande*), 20; Antonio de Aguiar (viajante), 18; Miguel Rodrigues Ribas (mercador de fazendas nas *Minas Velhas do Arraial Grande*), 30; Joseph Dias Cortes (mineiro nas *Minas Velhas do Purunã*), 31; Miguel Rodrigues Ribas (mercador nas *Minas Velhas do Arraial Grande*), 232; Padre Francisco Tomaz de Assunção (mercador de fazendas no *Arraial Grande*), 116. Vários mineiros fizeram mais de uma remessa, na mesma data.

De 1.º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1731, foi a seguinte a remessa de ouro dos quintos à Casa de Fundição de Paranaguá, em oitavas:

Joan da Cruz Borges (mercador no *Arraial Grande*), 47; Capitão Braz Domingues Veloso (viajante, morador em Paranaguá) 32; João Pereira Braga (morador nos Campos Gerais), 30; Miguel Rodrigues Ribas (negociante na vila), 336½; Frei Lauriano da Silva, 40; Antonio de Aguiar, 44; Joan da Cruz Borges (morador em Paranaguá), 19; Juan Dias Cortes (minerador nas lavras do *Canguiri* e *Uvaporangá*), 112½; Agostinho Lopes (negociante na vila), 77½; Manoel Rodrigues Ribas (*Arraial Grande*), 73; Capitão Antonio Luiz Tigre, 50; Frei Lauriano da Silva, 80; Zacarias Dias Cortes (mineiro nas *Lavras Velhas do Purunã*), 25; Juan da Cruz Borges (morador em Paranaguá), 280; Guilherme Paulo, 200; Manoel da Costa Filgueira, 50; Miguel Rodrigues Ribas, 54; Agostinho Lopes, 47½; Manoel Alves Fontes, 60; Sebastião dos Santos, 14; Manoel Rodrigues da Mota, 100; Manoel Martinez de Faria, 78; Antonio de Aguiar, 16; Pedro de Gouveia (ourives na vila), 24; Capitão Antonio Luiz Tigre, 40; Sebastião dos Santos Pereira, por Juan Cruz Borges, 85; Sebastião dos Santos Pereira, 33; Francisco Diniz Pinheiro, 90; Miguel Rodrigues Ribas, 481; Agostinho Lopes, 92½; Miguel Gonçalves Lima, 23; Sebastião dos Santos Pereira, 74; Miguel Gonçalves Lima (por conta de Juan da Cruz Borges), 20; Manoel Gonçalves Lima, 23; Miguel Gonçalves Lima, 60; Francisco dos Reis, 20½.

Como é sabido, a mineração que tanto movimentou as ambições nos tempos coloniais era feita com o braço escravo

e por isso mesmo gratuito. Nestas condições não somente foi economicamente possível, como, também, trouxe como seu melhor resultado prático a conquista e o povoamento do sertão.

Hoje, pelos processos adotados nesses tempos, a mineração do aluvião aurífero seria anti-econômica.

Demais, mesmo nesses tempos, já se verificava que os mercadores de gêneros alimentícios e de fazendas e armariño, em dados casos ganhavam mais que os garimpeiros. Da lista supra, de pagamentos de quintos reais, pode-se vêr isso, — pois enquanto audazes sertanistas, homens célebres na história do bandeirismo, como os irmãos Jorge Velho, os Cortes, os Tigres, pagavam insignificantes quotas de quintos reais, os mercadores como o Padre Francisco Tomaz com suas “fazendas secas”, trocadas por ouro em pó, os Rodrigues Ribas, os Juan da Cruz Borges, os excediam de muito, nos pagamentos desses direitos fiscais.

A mineração, ainda assim, a quasi toda a gente seduzia, porque qualquer que fosse o capital acumulado, representava, então, uma fortuna.

A oitava de ouro, em 1703, valia, na Casa de Fundição do Rio de Janeiro, 1\$200. Nestas condições 1.000 oitavas, que se acumularia com sacrifícios faceis de imaginar, não passavam de 1:200\$000. Mas esta quantia era “in ilo tempore”, uma riqueza. Da do porte, talvez, da de Salvador Jorge Velho, que Avevedo Marques diz ter levado de Curitiba para São Paulo, e que mereceu ao historiador paulista o qualificativo de “considerável”.

4 — A Administração das Minas dos Distritos do Sul (1645-1652)

A primeira expedição oficial coordenadora dos serviços de exploração de minas de ouro nos Distritos do Sul do Rio de Janeiro, foi chefiada por Eleodoro d’Ebano Pereira e dela fizeram parte seu filho Gibaldo Ebano Pereira, Sebastião Teixeira de Azevedo e outros.

Os Distritos do Sul onde a exploração do ouro se iniciava então e onde se deveria exercer a missão técnica, administrativa e fiscal de Eleodoro d’Ebano, compunham-se dos distritos de Iguape, Cananéa e Paranaguá e dos distritos auríferos que lhe eram correspondentes, das minas da Ribeira e das do Assunguí na região de Curitiba.

De que êle se desempenhou das funções do seu cargo movimentando os serviços de exploração das minas descobertas e promovendo o descobrimento de outras; organizando o trabalho e arraiando os garimpenros, de maneira a garantir a boa ordem dos serviços de exploração, assegurando a cada grupo de mineradores o direito regimental às minas que descobrisse; dado, enfim, diretrizes sociais e economicas a um serviço que se ia iniciando desordenadamente, como é natural, em distritos até então fora das vistas de qualquer autoridade pública; — atestam as crônicas e os documentos, raros embora, do início do ciclo da exploração do ouro.

De tal relevo foi a atuação do primeiro Administrador das Minas do Sul, que Ebano Pereira passa por ter sido fundador de Iguape e Cananéa, que aliás já eram vilas no seu tempo; de Curitiba, cujo início de povoamento êle realmente presidiu e cujo advento social preparou conjugando os seus arraiais e entre êles estabelecendo a coesão e a ordem; e de Paranaguá que já era, por ocasião de sua chegada, uma povoação em véspera de ser elevada à Vila, mas onde, como primeira autoridade representativa do Governo Geral do Rio de Janeiro e pelas suas funções sôbre a generalidade da atividade economica dos moradores, gozou de formidável prestígio.

Uma atuação deste porte, na alvorada dos dias históricos de tais localidades, realmente conferem ao Administrador das Minas dos Distritos do Sul a qualidade de fundador como aos demais pioneiros de sua organização social, mas com relação a Curitiba, melhor do que às demais se ajusta, em Eleodoro d'Ebano Pereira, a primarcialidade desse título.

A expedição ou bandeira oficial movimentadora e coordenadora dos serviços de exploração das minas do sul, foi conduzida por Eleodoro d'Ebano Pereira, por ordem do Governador Geral do Rio de Janeiro, Duarte Corrêa Vasqueanes, entre os anos de 1645 e 1647, visto como foi quando Vasqueanes governou pela segunda vez o sul do país.

Os distritos auríferos a cargo da administração de Eleodoro d'Ebano Pereira e nos quais exerceu a sua missão oficial, compunham-se de Iguape, Cananéa e Paranaguá, na costa; e nos sertões correspondentes as regiões das minas da Ribeira, do Assunguí de Cima no então chamado sertão dos Pinhais.

A seguir ou concomitantemente com a expedição chefiada por Ebano e lançada aos Distritos do Sul, o Governador da Fazenda Real já providenciava para a boa arrecadação

dos quintos do ouro, criando, para esse fim, postos fiscais em Iguape, Cananéa e Paranaguá, sendo para o desta última localidade nomeado provedor Mateus de Leão, por provisão de 2 de Abril de 1647.

Não se pode afirmar se Mateus de Leão exerceu ou não a Provedoria Fiscal dos Quintos do Ouro em Paranaguá. Mas de qualquer modo sua nomeação, em 1647, demonstra as esperanças do Governo Geral do Rio de Janeiro na missão trazida por Eleodoro d'Ebano aos Distritos do Sul.

Parece até que o Provedor nomeado pelo Provedor Geral não ocupou o seu cargo, porque o Provedor paulista Pascoal Afonso, a 27 de Novembro de 1649 requeria à Câmara da Vila de S. Paulo que lhe ajudasse com seu apoio para, acompanhado de índios, ir "à vila de Paranaguá, impedir e atalhar que Eleodoro d'Ebano fundisse, barretasse e quintasse o ouro daquelas minas, *por oficiais que para isso lá tem feito, sendo que não tem ordem para o poder fazer*". (Ata da Câmara da Vila de S. Paulo, vol. V, 389).

Que Eleodoro d'Ebano tinha poderes do Governo Geral do Brasil para administrar as minas da Capitania de Paranaguá e para cobrar "o ouro dos quintos", por meio de seus exatores, Provedor e Tesoureiro, vê-se da ordem que salvador Corrêa de Sá lhe dirigiu a 5 de Novembro de 1652. (Arquivo Municipal de Paranaguá; Vieira dos Santos, *História de Paranaguá*).

Era êle, ainda então, a mais alta autoridade, o poder sem contraste, "na Capitania de Paranaguá" (sic), no que se referia à Administração das Minas. (Aut. cit.).

*** Além do Administrador das Minas dos Distritos do Sul, dois outros personagens históricos, do mesmo nome, aparecem, um em S. Vicente, outro no Rio de Janeiro — e ssa homonomia estabeleceu certa confusão de tais personagens entre os crônistas setecentistas, confusão que chegou até aos nossos dias. Cumpre, pois, aos que tratarem de assunto em que figura o Administrador das Minas, a pesquisa da identidade dos Eleodoros Ebanos, para a elucidação desse emaranhado caso de nossa história colonial. É o que pretendemos fazer, trazendo para este argumento a maior soma de informações até agora reunidas pelos observadores dessas três interessantes personalidades.

*** O primeiro Eleodoro era alemão e já em 1552 residia em S. Vicente; o segundo era português, minhoto e veio para o Brasil em 1565 com os reforços militares mandados por

Portugal para a defesa do porto do Rio de Janeiro; e o terceiro, filho do Eleodoro português, Administrador das Minas, foi investido nas funções deste cargo no século seguinte, entre os anos de 1645-1647, pois foi nomeado pelo Governador Geral do Rio de Janeiro, Duarte Corrêa Vasques.

O fato de Hans Staden, viajante alemão, dizer em seu livro de viagem ao Brasil, em 1552, haver encontrado em S. Vicente um seu campatrióta de nome "Heliodorus Hesus, filho de Helius Eobanos", estabeleceu confusões entre esse indivíduo e outro, seu homônimo vindo para o Rio de Janeiro em 1565, natural de Portugal, porque ambos tiveram ação de relevo na guerra contra os franceses de Vilegaignon e os tamoios seus aliados.

Helidorus Hesus, em 1552 era feitor de usina de açúcar do genovês, José Adorno, em S. Vicente. Era filho de Helius Eobanos, de quem diz Dryader, prefaciador do livro de Staden, (*Viagens e Cativo entre os Índios do Brasil*, Malburg, 1554) que era "o sábio mui famoso Euban de Essen" que Martinho Lutero denominára o "rex-poetarum" alemão, mas de quem Mutiano disse que era "o rei dos beberrões".

Sabe-se que "Helidorus Hesus, filho de Eobanos" esteve na defesa do porto de Rio de Janeiro, porque o padre Simão de Vasconcelos (*Crônica da Companhia de Jesus*, vol. 3.º, 43) diz que José Adorno para lá levou "a sua gente de S. Vicente" — e porque Azevedo Marques, (*Apontamentos da História de S. Paulo*, 180), Teixeira de Melo, *Efemerides Nacionais*, vol. 1.º, 367, além de outros cronistas, — dizem que "Heliodoro Euban foi tido por morto em Cabo Frio, numa sortida contra os franceses".

*** Mas desde essa época começaram as confusões dos cronistas com relação às duas personagens de nome semelhante. Teixeira de Melo, obr. cit., dando notícia da morte de "Heliodoro Euban em Cabo Frio, bate o record dessas confusões quando se refere ao alemão "residente em S. Vicente", "onde administrava uma fábrica de açúcar"; e quando acrescenta, no mesmo período, que "era natural de Portugal, primo-irmão de Estacio de Sá";.

Já são numerosos os estudiosos da história quinhentista e seiscentista do Brasil que têm tentado revestir cada um dos Eleodoros da sua correspondente identidade. Os resultados não foram até agora satisfatórios, porque os autores se têm deixado emaranhar na teia de contradições que os séculos teceram em torno dessas personagens.

*** Neste estudo se procura simplificar a questão. O "Heliodoro" tedesco aparece em S. Vicente gerindo a usina de açúcar de José Adorno, onde o encontraram Hans Staden em 1552 e em 1559 Jean le Cointe, Senhor de Boulés, o famigerado João de Bolés da tradição popular, preso por herezia e remetido pela inquisição para Portugal, onde declarou ter sido hóspede, em S. Vicente, de "Liadoro alemão". Acompanhou seu patrão na defesa do porto do Rio de Janeiro onde prestou bons serviços comandando trezentos guerreiros índios e mamelucos, aí morrendo, em 1569, numa sortida dada aos remanescentes de franceses e tamoios entrincheirados em Cabo Frio.

Nenhuma confusão deve ser tolerada, daí em diante, com o seu homônimo lusitano. Este veio para o Brasil com as forças portuguesas trazidas por Estacio de Sá, seu primo irmão, com quem pelejou na defesa do Rio de Janeiro, "comandando uma esquadra de canoas de guerra".

Frei Gaspar da Madre de Deus, na sua *História da Capitania de S. Vicente*, escreve: . . . "tendo chegado as canoas desta Vila, das quais foi general Eleodoro Ebano Pereira"; e Pedro Taques, *Nobiliarquia Paulistana*, diz . . . "de cuja armada foi general Eleodoro Ebano Pereira". Após a vitória militar contra os franceses e a pacificação dos tamoios por Anchieta, casou-se Eleodoro Ebano Pereira, no Rio de Janeiro, com Maria de Souza Brito, filha de João de Souza Pereira, natural de Elvas, senhor do sítio de Botafogo. Até 1697 pode ser documentada sua presença no Rio de Janeiro, onde foi um dos primeiros moradores, e no citado ano aí exerceu o cargo de Escrivão da Fazenda Real.

*** Desse casal é que provêm o Eleodoro Ebano Pereira da história paranaense, por sua vez pai de Gibaldo Ebano Pereira que fez parte da bandeira administradora das minas dos Distritos do Sul, de 1645, cuja presença em Paranaguá é documentada a partir de 1649. (Ofício de Eleodoro d'Ebano à Câmara de Paranaguá, de 4 de Março de 1649; ofício do Governador do Rio de Janeiro Salvador Corrêa de Sá e Benevides, dirigido a Ebano, de 5 de Maio de 1652; notas sobre Gibaldo Ebano Pereira *Nobiliarquia Paulistana*, de Pedro Taques, vol. 5, 507).

*** O ponto gerador de confusões entre os dois Eleodoros quinhentistas, — o alemão de 1555 e o português de 1565, está, pois, na presença de ambos, como guerreiros, na defesa do porto do Rio de Janeiro. A dualidade dessas duas personagens, porém, parece que fica bem elucidada pelas infor-

mações que pesquisamos na história, na crônica e nos arquivos do Brasil quinhentista.

Resta esclarecer a personalidade do Eleodoro que interessa à história paranaense, a do Administrador das Minas dos Distritos do Sul, que por sua vez anda confundida com a do "General das Canoas de Guerra", guerreiro de Estacio de Sá, título que modificado para o de "General da Armada das Canoas de Guerra da Costa e Mar do Sul", vamos encontrar com o último Eleodoro.

Este segundo aspecto da questão não pode ser elucidado pela maneira como se tem procurado fazê-lo — isto é — atribuindo ao Eleodoro português de 1565 e até mesmo ao alemão de 1555, a investidura nas funções de Administrador das Minas (1645-1653). Com as idades que tinham quando vieram para o Brasil, seriam mais que centenários em 1653, ano mais moderno no qual podemos documentar a presença do administrador em Paranaguá.

Há, pois, que admitir-se a existência de um terceiro Eleodoro Ebano "filho ou neto" do português casado no Rio de Janeiro com uma filha de José de Souza Pereira, como sugere Vieira Fazenda e concorda Rocha Pombo.

*** Algumas considerações a respeito dos dois Eleodoros português, — pai e filho, segundo as razões deste argumento:

Alguns cronistas e historiadores antigos e modernos remontam ao fim do século XVI as primeiras notícias de descobrimentos de ouro no litoral de S. Vicente, por uma bandeira chefiada por "Heliodoro Eobanos" e da qual faziam parte seu filho Gibaldo e Sebastião Teixeira e outros. A alta autoridade de Taunay registra essa asserção, dizendo: — "A esta bandeira, organizada no Rio de Janeiro e daí partida, é que se atribue o descobrimento de ouro de lavagem de Iguaçu, Paranaguá e Curitiba. (Afonso E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, vol. I, 170).

O primeiro caso, porém, não aconteceu, pelo menos até 1577, pois se sabe que Eleodoro Ebano, até esse ano, residiu no Rio de Janeiro comerciando com "Pau Brasil" como se vê de vales seus que figuraram no inventário de Mem de Sá (1572) e em 1577 ocupava o cargo de Escrivão da Fazenda Real e da Administração das Minas das Capitânicas do Sul na provedoria de Pedro de Souza Pereira, seu cunhado, irmão de João de Souza Pereira, o "Botafogo", seu sogro.

Em 1653 o Provedor Pedro de Souza visitou as minas de Paranaguá administradas por Eleodoro Ebano Pereira, seu so-

brinho (filho do primeiro Eleodoro português e de Maria de Souza Brito) "em busca da amostras de pedras auríferas". Pedro Taques Paes Leme, *informações sôbre as Minas de S. Paulo*, 88).

*** Também não seria esse Eleodoro, escrivão da Provedoria da Fazenda Real e da Administração das Minas das Capitânicas do Sul, o pai mas o avô de Gilberto Ebano Pereira. Mesmo que se tivesse êle casado no ano em que chegou ao Brasil (1565), Gilberto, se fosse o seu primogênito, estaria em 1570 com 5 anos de idade, no máximo. Se a bandeira tivesse ocorrido em 1584, ainda assim Gilberto teria somente 19 anos, e, naturalmente, com essa idade não seria citado entre os chefes principais da importante missão, com Sebastião Teixeira de Azevedo e outros velhos sertanistas.

Temos, pois, que admitir equívocos e confusões de data e de pessoa, por parte dos nossos antigos cronistas. Pedro Taques Paes Leme (*História da Capitania de S. Vicente*, in *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, vol. IX, 2.^a edição, 326) elucida o assunto datando de "meados do século XVII" a vinda da bandeira mineradora e assim grafa os nomes dos seus principais componentes: — "Leodoro Ebano Pereira, Tibaldo Pereira, Sebastião de Azevedo".

As datas já citadas, dadas como as do início dessa bandeira (1645) e da sua presença oficial em Paranaguá (1649-1653), correspondem, essas sim, aos "meados do século XVII" dos quais fala Pedro Taques.

*** O Eleodoro Ebano Pereira dos velhos cronistas — português, minhoto, vindo para o Brasil em 1565 com seu primo Estacio de Sá, "General das Canoas de Guerra" na defesa do Rio de Janeiro, onde casou-se, que negociou com "Pau Brasil", que foi escrivão da Fazenda Real em 1577 — assinava-se, uniformemente, "*Ladoro e Obanos*".

O Eleodoro Ebano Pereira da história paranaense, pai de Gilberto Ebano Pereira, Administrador das Minas do Distrito Sul Paulista, "General da Armada das Canoas de Guerra da Costa e Mar do Sul", — assinava-se, invariavelmente, "*Eleodoro d'Ebano*".

Este argumento é novo para a identificação dessas personagens homônimas. Os três documentos que o instruem, devemos-os ao ilustre engenheiro e historiador paulista Snr. Dr. Gentil de Moura, que a nosso pedido nos forneceu fac-similis da assinatura do Eleodoro minhoto vindo para o Brasil em 1565.

No inventário de Mem de Sá (folha 22 do *Arquivo de Capristano de Abreu*), conhecimento de dívida de 125 quintais de "Pau Brasil, de 1.º de Julho de 1572, — assinou "Ladoro e Obanos; — no mesmo inventário, — conhecimento de dívida de 103 quintais de "Pau Brasil" — assinou "Ladoro e Obanos"; como Escrivão da Fazenda, dando posse, no Rio de Janeiro, à marqueza Ferreira, a 8 de Janeiro de 1577, das terras do Iguassú, sesmaria de Cristovam Monteiro, avô da marqueza, a mandado do Juiz Antonio de Mario (traslado existente no *Arquivo do Mosteiro de S. Bento*, — assinou "Ladoro e Obanos".

Note-se, além da uniformidade das assinaturas, que sendo "Ladoro e Obanos" Escrivão da Fazenda, devia saber escrever com acerto — pelo menos o seu próprio nome.

São diversas as variantes de Eleodoro e de Ebano. Ao que se vê em antigas crônicas, Ladoro, Liadoro e Liodoro eram formas usuais e populares do nome Eleodoro. Exemplo: — Pedro Taques escreveu "*Liadoro Ebano Pereira*" e Frei Gaspar da Madre de Deus escreveu "*Eleodoro Ebano Pereira*" — ambos se referindo ao português; — Hans Staden escreveu "*Heliodoro*" e João de Bolés escreveu "*Liadoro*". ambos se referindo ao alemão.

*** O confronto a fazer-se, porém, não é somente quanto às várias formas gráficas do nome das duas personagens mais confundidas pela história, mas também quanto ao modo abreviadamente se assinavam: — o minhoto, vindo para o Rio de Janeiro em 1565 e o Administrador das Minas dos Distritos do Sul em 1645-1653, segundo se pode documentar.

Nesses dois casos, como vimos, o primeiro se assinava "*Leadoro e Obanos*" (documentos citados) e o segundo "*Eleodoro d'Ebano*" (seu edital de 4 de Novembro de 1649).

*** O ponto de referência para a elucidação deste caso tantas vezes debatido sem resultado definitivo, deve ser a documentação provante da presença de Eleodoro d'Ebano Pereira nos Distritos do Sul, quando, por designação do Governador Geral do Rio de Janeiro, Duarte Corrêa Vasqueanes (1645-1647) administrou as minas que a esse tempo estavam descobertas e as que depois se descobriram em vários trechos da costa ao sul de S. Vicente e nas regiões da Ribeira e do Assunguí. Pelo elevado número de anos que distanciam o Eleodoro, guerreiro luzitano de 1565, do Eleodoro administrador das Minas dos Distritos do Sul, de 1653, — vê-se bem que um seu homônimo, muito presumivelmente seu filho, pai de

Gibaldo Ebano Pereira, foi o Eleodoro d'Ebano Pereira da história paranaense.

Influem no conhecimento da presença e da ação desta importante personagem dos primeiros dias do povoamento de Paranaguá e de Curitiba, os seguintes documentos e informações principais:

a) — Quadro do Registro das Sesmarias (*Cartório da Provedoria de S. Paulo*, Título 1643, n.º 10) onde se fizeram, a partir do citado ano, as concessões de terras auríferas;

b) — Nomeação de Mateus Leão, em 1647 para Provedor dos Quintos Reais do Ouro em Paranaguá, de cujo distrito aurífero como dos demais do sul, era Ebano Pereira o administrador. (Vieira dos Santos, *História de Paranaguá*);

c) — Comunicação de Eleodoro d'Ebano aos oficiais da Câmara de Paranaguá e ao Capitão-Mor da Vila (logo após a criação dessas autoridades), de que ali se achava por ordem e nomeação do Governador Geral do Rio de Janeiro, como entabulador (administrador) e examinador (perito) das Minas descobertas e por descobrir (1649, *Arquivo Municipal de Paranaguá*).

d) — Carta Régia de 28 de Novembro de 1651, a Pedro de Souza Pereira, Provedor da Fazenda, referindo que Antonio Galvão, quando Governador da Capitania, havia mandado a El-Rei amostras de ouro que Ebano retirára das Minas de Paranaguá. (Pedro Taques, *Informações sobre as Minas de S. Paulo*, 86);

e) — Ofício do Governador Geral do Rio de Janeiro, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, determinando a Ebano a remessa dos quintos do ouro existente na sua administração, para serem enviados à rainha, a quem haviam sido concedidos. (1652, *Arquivo Municipal de Paranaguá*).

f) — Protestos apresentados à Câmara de S. Paulo contra as atividades de Ebano na fundição e quintagem de ouro em Paranaguá. (1649, *Atas da Câmara da Vila de S. Paulo*, vol. 5, 389).

g) — Mapa das Minas de Paranaguá, de 1653, atribuído a Eleodoro d'Ebano Pereira, onde figuram as partes povoadas da costa, as situações das minas, e, no planalto, Curiti-

ba, constituída de dois arraiais. (Moisés Marcondes, *Apostamentos para a História do Paraná*).

*** Quando Eleodoro d'Ebano Pereira esteve administrando as Minas dos Distritos do Sul, em Iguape, Curitiba, Cananéa e Paranaguá, — somente Iguape e Cananéa eram vilas.

Paranaguá já contava com um pequeno núcleo de povoadores efetivos e aspirava sua elevação a Vila, conduzida por indivíduos de "boa nota" e dentre os quais sobressaia Gabriél de Lara. Curitiba, porém, ainda era uma nebulosa social que se ia formando às margens dos rios auríferos, nos arraiais mais ou menos estaveis de garimpeiros vindos do planalto e da costa paulista pelos caminhos tradicionais que iam ter ao porto da Ribeira, donde subiam os afluentes deste rio dominando as regiões de Ibiaguí (sertão do Assunguí), os campos de Curitiba, a planície de Campo Largo e a Serriinha, em suas excursões de caça ao ouro.

Ebano Pereira foi a primeira autoridade pública constituída em nome do governo português, que apareceu nesses arraiais. E pelas funções de sua missão de movimentador, coordenador e administrador oficial das minas, — é bem de ver a extensão de sua influência entre gente que na exploração aurífera exercia a única atividade economica possível, em tais lugares e nesse tempo.

Daí provém darem-no os cronistas como o fundador das vilas de Iguape, Paranaguá e Curitiba, — *dada ao termo "vila" a significação da época, que era a de povoação efetiva, tivesse ou não aquele predicamento oficial.*

Vieira dos Santos, seguindo a literatura histórica do seu tempo, escreveu: — "A origem desta Vila (de Paranaguá) também foi devida a Leodoro de Ebano Pereira, Capitão das Canoas de Guerra, que então teria na dita povoação grande influência sobre os povos pela ingerência na administração das descobertas das minas" — (*História de Paranaguá*, cap. II, 17).

E assim Eleodoro Ebano Pereira agindo, em virtude da importante função do seu cargo, em Iguape e Paranaguá, como em Curitiba, nos dias fundamentais dessas povoações, foi, realmente, um dos fundadores delas, e, no seu tempo, o principal pela autoridade oficial que ali revestia a sua personalidade.

Tanto mais notável quanto, como diz Vieira dos Santos, a sua influência se exercia sobre a única atividade economi-

ca desses povos — que era o descobrimento e a extração de ouro.

Ebano já estava em Paranaguá antes de 4 de Março de 1649, data em que comunicou à Câmara, instituída nesse ano, e ao Capitão-Mor da Vila, sua qualidade oficial de Administrador das Minas. Não há elementos para se precisar o ano em que chegou a essa localidade, pois anteriormente àquela data ali não existia nenhum serviço de administração pública. *A única autoridade derivante do Governo Geral do Rio de Janeiro com jurisdição nesse Distrito do Sul, — era a dele próprio.*

Antes, porém, de 1649, Ebano já se encontrava em Paranaguá, porque nesse ano sua atividade no serviço da quintagem, barretamento e marcação do ouro, já motivava conflito de jurisdição com a Provedoria das Minas de S. Paulo.

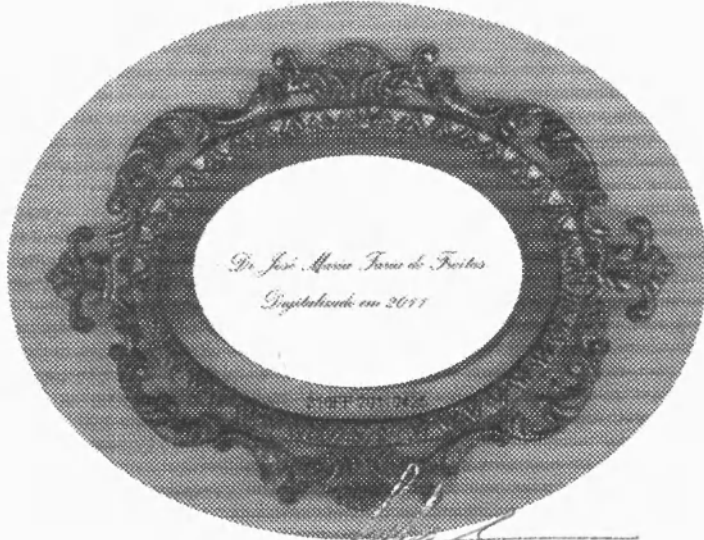
A situação do Administrador das Minas no planalto, isto é, no chamado Sertão de Curitiba, foi semelhante à da sua presença em Paranaguá, antes de 1649. Também aí foi êle cronologicamente a primeira autoridade do Governo Geral do Rio de Janeiro. A esse tempo o povoamento da zona de Curitiba, como ficou dito, existia em forma de acampamentos de garimpeiros ponteando, principalmente, às margens dos rios que descem das encostas orientais das serranias do Assunguí e ocidentais da Serra do Mar.

Essa região foi a do berço de Curitiba, berço embalado pela ilusão do ouro durante mais de um século, — região onde a primeira autoridade régia, coordenadora do trabalho, e, por conseguinte, fundadora da sociedade, foi, sem dúvida, Eleodoro d'Ebano Pereira, — *o vulto mais antigo e a ação mais distante do povoamento do planalto.*

Essa região aurífera, conhecida desde o século XVI porém somente explorada no século seguinte, — a princípio fez parte do termo de S. João de Cananéa que *“compreendia as minas da Ribeira existentes nas terras dos Tupís e também as do Assunguí e Paranaguá, descobertas no país dos Carijós”*. (Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memoriais para a História da Capitania de S. Vicente*, 93).

Tão ricos distritos auríferos e de fácil acesso por vias tradicionais de comunicação partidas de Iguape e de Cananéa e constantemente percorridas, naturalmente mereceram da bandeira que Ebano conduzia do norte, a partir do Rio de Janeiro, a precedência do seu exame sobre as minas do distrito de Paranaguá. De 1645 (data citada como a do início da bandeira mineradora) a pouco antes de 1649, (data de

sua presença em Paranaguá), Eleodoro Ebanó Pereira esteve em Iguape e em Cananéia, dos quais era um dos distritos o Assunguí, onde, a esse tempo, já o ouro de lavagem atraía o primeiro grupo de povoadores anônimos do planalto curitibano — os pioneiros, os desbravadores, os criadores, nos seus arraiais, do primeiro esboço de vida social organizada, que os grupos posteriormente vindos, a terminar no dirigido por Mateus Leme em 1662 ou pouco antes, haviam de conduzir para a eclosão política resultante da fundação da Vila em 1693.



Dr. José Maria Ferraz de Freitas
Instalado em 2011

[Handwritten signature]

CAPÍTULO X

POVOAMENTO DO LITORAL
E DO PLANALTO

- 1 — Vicentistas do Superaguí (1549)
- 2 — A Primeira Sesmaria
- 3 — Início do Povoamento do Litoral (1646)
- 4 — Origens do Povoamento de Curitiba
- 5 — Os Arraiais de Garimpeiros do Assunguí
- 6 — Os Primeiros “sítios” Efetivos (1648)
- 7 — A Elite Seiscentista do Sertão Curitibano
- 8 — A Ereção da Vila em 1693
- 9 — Curitiba vista em 1720 pelo Ouvidor Pardinho
- 10 — Curitiba vista em 1820 por Saint'Hilaire



1 — Vicentistas no Superaguí (1549)

A primeira notícia do litoral paranaense nos é dada por Hans Staden, aventureiro alemão, de Homberg, em Hessen, que em 1549 veio ao Brasil como tripulante de um navio espanhol que se destinava ao Rio da Prata. Devido a um temporal o navio de Staden foi forçado a procurar abrigo e inesperadamente aportou em Superaguí. Incontinenti “uma grande embarcação com selvagens” se acercou do navio, mas ninguém lhe entendeu a língua. Presenteados com facas e anzóis, regressaram à terra os nativos, mas à noite outra embarcação visitou o navio castelhano, e nela vieram, com os índios, dois portugueses. Demos a palavra a Staden: — “Estes nos perguntaram donde vínhamos. Respondemos que vínhamos de Espanha. A isto replicaram que devíamos ter um bom piloto, que pudesse nos levar ao porto, porque apesar de êles bem o conhecerem, com uma tempestade destas não poderiam ter entrado. Contamos-lhes, então, tudo, e como o vento e as ondas quasi nos fizeram naufragar; e quando estávamos certos de estar perdidos, enxergamos de repente o porto. Foi, pois, Deus que nos guiou inesperadamente e nos salvou do naufrágio; e nem sabíamos onde estávamos.

“Quando ouviram isso admiraram-se muito e agradeceram a Deus e disseram que o porto onde estávamos era Suprawray (Superaguí) e que estávamos a 18 léguas de uma ilha chamada S. Vicente, que pertencia a El-Rei de Portugal e lá moravam êles e aqueles que tínhamos visto com o navio pequeno, que fugiram porque pensaram que eramos francêses.

“Perguntamos também a que distância estava a ilha de Santa Catarina, para onde queríamos ir. Responderam que podiam ser umas trinta milhas para o sul e que lá havia uma tribu de selvagens chamados Carios (Carijós) e que devíamos nos acautelar contra êles. Os selvagens do porto onde estávamos chamavam-se Tupini Kins e eram seus amigos, de

modo que não corriamos perigo". (Hans Staden, *Viagens e Cativo entre os Selvagens do Brasil*, 27).

Desta notícia se infere que a parte norte da costa de Paranaguá, em 1549, já era visitada por portugueses de S. Vicente; que estes se entendiam muito bem com os índios locais, com os quais certamente traficavam escravos; que os nativos de Superaguí eram Tupinikins, residindo os Carijós mais ao sul; e que aquele porto não era estranho aos navios piratas francêss, visto assim o supôr a gente do navio arribado, uma pequena embarcação de índios e portugueses que evitou encontrar-se com o navio de Staden.

2 — A Primeira Sesmaria

A preação de índios Carijós, iniciada em 1585 (vide bandeira de Jeronimo Leitão) levou ao litoral paranaguense moradores de Santos e de São Vicente em grande número, que aí não ficaram, mas que foram sem dúvida propagadores das possibilidades que aí se ofereciam à aventura. Um desses bandeirantes, Diogo de Unhatte, chegou mesmo a requerer e a conseguir (1614) por sesmaria o istmo de Superaguí, 29 anos depois de o haver conhecido.

3 — Início do Povoamento do Litoral (1646)

Precedendo e a seguir a esses primeiros contactos com a região da baixada paranaense, castelhanos e portugueses, degredados ou egressos da civilização, foram se homiziando entre os índios de toda a costa do sul, vivendo a vida dos nativos e se asselvajando quanto êles. A tal gente não se pode atribuir outra atividade a não ser a do próprio selvícola a cujos costumes esteve de tal maneira afeita, que alhures chegou a perder a lembrança da própria língua de sua origem nacional.

Atribue-se-lhe a prática ou incitamento de várias tragédias ocorridas com os primeiros penetradores do sertão do sul; ataques a indefesos centros iniciais de povoamento; o extermínio da expedição de 80 portugueses na região do Iguassu, em 1531 (vide histórico da bandeira ao mando de Francisco de Chaves); o assassinio dos jesuítas Francisco de Souza e Pedro Correia, missionários dos Carijós de Paranaguá e de Santa Catarina; o assalto dado pelo castelhano Rui Peschera, em 1535, à povoação de S. Vicente, etc.

Não foram, contudo, nem os traficantes com os Tupinikins, nem os preadores de Carijós nem os europeus alçados que adotaram os seus costumes e se confundiram com êles, gentes escassas e erradias — que iniciaram o povoamento de Paranaguá, do que resultou seus primeiros núcleos de moradores efetivos dos quais surgiu a primeira vila.

Foram os caçadores de ouro que a partir do século XVII ali apareceram nas suas canoas, lanchas e almadias, vindos das primitivas vilas paulistas, pelo canal do Varadouro, penetrados de audacia e de ambição, seguidos de índios mansos, seus aproximadores de relações com os nativos locais.

Não é verídica a versão de cronistas de que antes de 1578 já se minerava ouro em Paranaguá sendo dessa data e procedência as primeiras amostras remetidas a El-Rei, como dizem Pizarro, Vieira dos Santos e outros cronistas brasileiros. Essa versão, examinada à luz de documentos, vem mostrar que o fato ocorreu, não antes de 1578, porém no século seguinte, quando em virtude dessa ocorrência o Governador do Rio de Janeiro expediu a bandeira chefiada por Eleodoro Ebano para controlar (organizar, administrar) os serviços de exploração de minas nos distritos do Sul.

Esses fatos condizem, exceção da data, que, aliás, só no segundo é documentada. A história da mineração aurífera em Paranaguá, porém, e em consequência a do povoamento desse distrito, começaram em pleno século XVII e não no século XVI pois nada consta que justifique alguém houvesse precedido ao grupo de Gabriel de Lara, que ali aparece em 1646, quando Lara foi a São Paulo fazer comunicação de descobrimento de minas de ouro na terra que estava explorando. Chegamos, pois, por dedução, a estabelecer que *antes de 1646* e não *antes de 1578*, começou o ouro paranaguense a motivar o povoamento do nosso litoral.

Não se quer com isso dizer que essa região, até então, não tivesse atraído aventureiros moradores ou egressos das vilas paulistas, nem que Gabriel de Lara tivesse sido o primeiro a se estabelecer nessa região. Quando êle ali aportou, por ventura já encontrou pioneiros. Lara, em Maio de 1632, era morador da vila de Iguape, conforme declaração constante do inventário dos bens deixados por sua mãe (Arquivo Público de S. Paulo, *Inventários e Testamentos*) e antes de 1646 residia em Paranaguá, onde descobria minas. Anterior a 1646 e posterior a 1632, é, por conseguinte, o ano da sua vinda.

Sabe-se que os bandeirantes de Jeronimo Leitão (vide o histórico desta bandeira) que de 1585 a 1591 andaram pre-

ando índios na nossa baixada litorânea, não esqueceram a região onde tiveram recontros com os Carijós, pois é conhecida a concessão da sesmaria dada em 1614, pelo Capitão e Ouvidor de Santos, a Diogo de Unhatte, entre os rios Ararapira e Superaguí. Tivesse ou não vindo habitar essas suas terras, infere-se que alguém por ele o fez, talvez parentes seus, pois o seu nome ficou assinalando, até hoje, um dos rios de Guaraquessaba.

A região de Paranaguá, pelo menos as terras mais próximas de Cananéa e ocupadas pelos Tupinikins, amigos dos portugueses, já em 1614 possivelmente estavam em início de povoamento por gente aventureira das povoações paulistas.

As terras mais ao sul, povoadas pelos Carijós ressentidos das pelejas com os portugueses, essas é de supor que só mais tarde pudessem ser habitadas pelos brancos. E tanto é assim que seguindo um costume lusitano — os primeiros advenas prudentemente se domiciliaram na ilha da Cotinga e somente se transferiram para o continente quando se venceram de que aí podiam viver a coberto de qualquer hostilidade da parte dos índios.

Enquanto isso não se deu é bem de ver que os descobrimentos de jazidas auríferas e suas explorações, estiveram vedados aos adventícios da Cotinga, aliás o centro inicial de regular povoamento do nosso litoral. Isto teria ocorrido poucos anos antes de 1646, ano em que Gabriel de Lara foi a S. Paulo manifestar descobrimentos de ouro no distrito que estava povoando. É visível que a divulgação da existência de ouro em Paranaguá tivesse motivado novas entradas de aventureiros, reforçando-se, assim, o núcleo de moradores presididos por Lara, pois que em 1648 era esse Capitão Povoador autorizado pelo Ouvidor Geral do Brasil, Manoel Pereira Franco, e mnome d'El-Rei (*Carta Régia de 29 de Julho de 1648*) a praticar os atos legais precisos para a elevação da localidade à categoria de Vila, elegendo eleitores, vereadores, juizes, procurador do conselho e escrivão, — o que se realizou a 26 de Dezembro do citado ano, instalando-se a Vila a 9 de Janeiro de 1649.

Do termo de juramento dos oficiais eleitos consta que a última formalidade não foi cumprida a 1.º de Janeiro, "*por estarem no dia de ano bom todos aqui para que bem e fielmente servissem seus cargos*". Esta explicação revela que os primeiros povoadores de Paranaguá, após sua precavida concentração na Cotinga, se disseminaram em sítios, no continente. Já havia passado o receio de que os hostilizassem os nativos, dos quais uns se teriam retirado para o interior ou

ando índios na nossa baixada litoranea, não esqueceram a região onde tiveram recontros com os Carijós, pois é conhecida a concessão da sesmaria dada em 1614, pelo Capitão e Ouvidor de Santos, a Diogo de Unhatte, entre os rios Ararapira e Superaguí. Tivesse ou não vindo habitar essas suas terras, infere-se que alguém por êle o fez, talvez parentes seus, pois o seu nome ficou assinalando, até hoje, um dos rios de Guaraquessaba.

A região de Paranaguá, pelo menos as terras mais próximas de Cananéa e ocupadas pelos Tupinikins, amigos dos portugueses, já em 1614 possivelmente estavam em início de povoamento por gente aventureira das povoações paulistas.

As terras mais ao sul, povoadas pelos Carijós ressentidos das pelejas com os portugueses, essas é de supor que só mais tarde pudessem ser habitadas pelos brancos. E tanto é assim que seguindo um costume lusitano — os primeiros advenas prudentemente se domiciliaram na ilha da Cottinga e somente se transferiram para o continente quando se convenceram de que aí podiam viver a coberto de qualquer hostilidade da parte dos índios.

Enquanto isso não se deu é bem de ver que os descobrimentos de jazidas auríferas e suas explorações, estiveram vedados aos adventícios da Cottinga, aliás o centro inicial de regular povoamento do nosso litoral. Isto teria ocorrido poucos anos antes de 1646, ano em que Gabriél de Lara foi a S. Paulo manifestar descobrimentos de ouro no distrito que estava povoando. É visível que a divulgação da existência de ouro em Paranaguá tivesse motivado novas entradas de aventureiros, reforçando-se, assim, o núcleo de moradores presididos por Lara, pois que em 1648 era esse Capitão Povoador autorizado pelo Ouvidor Geral do Brasil, Manoel Pereira Franco, e mnome d'El-Rei (*Carta Régia de 29 de Julho de 1648*) a praticar os atos legais precisos para a elevação da localidade à categoria de Vila, elegendo eleitores, vereadores, juizes, procurador do conselho e escrivão, — o que se realizou a 26 de Dezembro do citado ano, instalando-se a Vila a 9 de Janeiro de 1649.

Do termo de juramento dos oficiais eleitos consta que a última formalidade não foi cumprida a 1.º de Janeiro, "*por estarem no dia de ano bom todos aqui para que bem e fielmente servissem seus cargos*". Esta explicação revela que os primeiros povoadores de Paranaguá, após sua precavida concentração na Cottinga, se disseminaram em sítios, no continente. Já havia passado o receio de que os hostilizassem os nativos, dos quais uns se teriam retirado para o interior ou

mais para o sul, outros teriam se incorporado aos invasores, outros, enfim, desistido da defesa da terra, quebrada que fôra sua resistência.

Os povoadores procuravam as glebas que lhes facilitassem a vida e aí habitavam com suas famílias e escravos índios, fazendo roças e pequenas criações, fundamentos indispensáveis à permanência na terra conquistada. Esses sítios, uns a outros se ligavam pela relativa proximidade possibilitadora de mútuos auxílios, nas contingências e insídias da vida sertaneja em terra mal domada ainda pela ordem e em desproporção imensurável com a exiguidade dos grupos recém-vindos.

Primeiramente esses sítios ponteavam zonas não distantes da costa onde se ia erigindo a povoação central, onde morava o Capitão Povoador, onde logo depois se construiu e se levantou o pelourinho (1648), simbolo da autoridade. A seguir se animaram a subir os rios que descem da serra — o Guaraguassú, o Almeidas, o Correias, onde descobriram ouro, até que os bons êxitos e a crescente ambição os levou à Serra Negra, Tagassaba, Faisqueira, rios do Pinto, Guarumbí, Cubatão, etc.

Novas levas de aventureiros acorreram, sem dúvida, a reforçar o incipiente grupo de povoadores pelos resultados felizes conseguidos pelos primeiros vindos. E o núcleo branco cresceu, em fama e número, e chegou a constituir, na costa do sul, sede de Capitania (1660) e metrópole, por muitos anos sem rival, chegando sua influência e jurisdição de sua Ouvidoria a se exercer por “40 léguas da parte do sul”.

*** Os primeiros povoadores de Paranaguá formavam um núcleo de certa significação social, no qual alguns se elevavam, com grande distinção, pelas suas origens e pelo seu próprio passado.

Não eram numerosos os povoadores do nosso primeiro núcleo social litoraneo, pois apenas 15 nomes figuram no primeiro “termo de ajuntamento” da população, atendendo a chamado de Lara e de 95 era o número dos que elegeram os administradores da Vila no dia de sua fundação, em 1649.

Esses primeiros nomes que aparecem na nossa história social e política, são, quasi todos, de gente de boa nota, com antepassados e com antecedentes muitas vezes ilustres e respeitáveis: — fidalgos de boa linhagem castelhana como Gabriél de Lara, filho de Don Diogo Ordonez de Lara, morador em S. Paulo; Diogo de Lara, seu irmão; Antonio e Manoel de Lara, seus filhos; João Gonçalves Peneda, íntimo amigo e

Essas veredas pré-cabralinas precederam as que do litoral de Paranaguá vinham ter ao planalto através da Serra do Mar. As do sul da Ribeira foram, sem dúvida, as únicas percorridas pelos bandeirantes dos dois ciclos de penetração do interior do continente: o da caça ao índio e o da primeira fase da mineração aurífera.

Conhecidas, pois, já eram diversas zonas da região do planalto paranaense, muitos anos antes que aqui se concentrasse o primeiro núcleo de moradores efetivos.

As bandeiras que por aqui transitavam, quer em demanda das aldeias índio-cristãs de Guaíra, quer das missões orientais do Uruguai, não deixaram, provavelmente, povoadores. Um ou outro aventureiro que acaso fosse atraído pelas condições do meio, bem ousado precisaria ser para trocar o objetivo e apoio de sua bandeira pela sorte indecisa de um isolamento no sertão, mesmo ao longo da traça de vez em vez percorrida por bandeirantes.

É o caso de Balthazar Carrasco dos Reis, que tendo feito parte da bandeira por Antonio Domingues levada ao rio Uruguai em 1648, quando conheceu os Campos de Curitiba, somente alguns anos antes de 1661 neles veio residir, acompanhado de parentes, amigos e índios seus agregados, grupo que em 1668 Gabriel de Lara, ao tomar posse da localidade, em nome do donatário da Capitania, encontrou estabelecido em redor de uma capela de palha e em sítios a pequenas distâncias da sede da povoação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.

*** Mas não foi esse o primeiro grupo povoador do planalto curitibano. Antes dele houve os que fundaram arraiais de mineradores mais ou menos estáveis na região aurífera atravessada pelos caminhos do Assunguí e do Arraial Queimado (Bocaiuva) e a seguir na Borda do Campo (Atuba, Vila, Vila dos Cortes) e no Arraial Grande (S. José dos Pinhais) próximo ao flanco ocidental da Serra do Mar.

Antes que surgisse o núcleo escasso e valoroso dos dezesseis homens representativos da sociedade que Lara, em 1668, encontrou na povoação de N. S. da Luz dos Pinhais, elevada a Vila em 1693, Curitiba andou pairando naqueles arraiais de garimpeiros, — ora no divisor das águas auríferas do Capivari e do Assunguí, ora à beira do campo que desce para a chapada do Cubatão e finalmente à fralda da Serra por onde os homens de aventura do Arraial Grande romperam cami-

nho para o litoral, melhorando as asperrimas veredas das antas e dos índios.

5 — Os Arraiais de Garimpeiros do Assunguí

Tudo faz crer que a primeira entrada e acampamento de gente branca ao ocidente da Serra do Mar, isto é, no Sertão de Paranaguá, origem da povoação de Curitiba, tivesse ocorrido na região meridional da Ribeira (Assunguí) por onde passava o caminho pré-cabralino que ia ter ao Tibagi e ao Piquiri, — “o clássico caminho do Guaíra”, como diz Alfredo Ellis Junior (*O Bandeirismo Paulista*, 91) e que tinha um ramal para o sul até o Campo dos Biturunas (Palmas) e para o Tape no Rio Grande do Sul.

Não seriam, contudo, pelo que se sabe desses dias iniciais de Curitiba, Eleodoro d’Ebano e os do seu grupo de mineradores e entaboladores do serviço das minas, os primeiros que irromperam no planalto curitibano. Outros investigadores e exploradores das riquezas minerais da terra os teriam precedido, em tempos sem memória, nessa época de aventura em que o sertão era o grande fornecedor de possibilidades e de ilusões e o de Paranaguá era então de mais fácil acesso para os paulistas, por trilhos conhecidos de multiplas bandeiras que os percorreram para o éste e para o sul.

A história, porém, é exigente de nomes e de datas, e é assim que na de Curitiba deixam de aparecer os esforços anônimos e as datas iniciais das origens do povoamento em nosso território, de quando os primeiros sertanistas vadearam a Ribeira de Iguape, subiram os vales do Assunguí e do Ribeirinha, inflertiram sôbre as nascentes do Capivarí e fundaram o primeiro pouso de suas fadigas com as primeiras pepitas retiradas do eserinio das águas que descem das serras de Itaiacóca, do Brumado e de Santa Ana.

O ouro nas bolsas de couro dos seus caçadores não tem mais valia do que no fundo dos rios ou de suas matrizes. Quando começou a chegar aos lugares onde se fez valor e o fisco de El-Rei surgiu lhe reclamando os dizimos e a notícia correu e despertou ambições, então sim, ao sertão aurífero afluiram os primeiros grupos históricos de povoadores: — o de Eleodoro d’Ebano, em 1647 com a administração das minas; o de Balthazar Carrasco dos Reis e Mateus Martins Leme que em 1661 encontramos já fora dos arraiais de mineradores, com morada habitual no Barigui; estes ainda e mais o grupo dos dezessete povoadores que assistiram a elevação

do pelourinho em 1668; o de Salvador Jorge Velho, que entre 1678 e 1680 movimentava as lavras do Ribeirão e de N. S. da Cachoeira na região do Assunguí; o dos “três povos” que erigiram a Vila em 1693.

6 — Os Primeiros “Sítios” Efetivos

Todos os cronistas e historiadores da Capitania de S. Paulo que trataram da origem da fundação de Curitiba, atribuem a Ebano esse acontecimento. O administrador oficial dos serviços das minas dos Distritos do Sul, foi, sem dúvida, magna parte na alvorada dos dias históricos dos curitibanos. Não foi, porém, um povoador, no sentido social do termo. Exercendo uma função pública, a de coordenador dos serviços de mineração, — sua atuação sobre os elementos dispersos que aqui por ventura encontrou e os que possivelmente trouxe, foi transitória, mas, ainda assim, contribuinte da formação de arraiais que, mesmo provisórios, foram como que a nebulosa dos povoadores estáveis que os sucederam, concentrados por fim na Vila planaltina que por longos anos foi o mais meridional dos redutos portugueses na sua colônia americana, — a estrela solitária erguida no planalto, guiadora dos ramos de futuras conquistas ao ocidente e ao sul da grande pátria em formação.

*** A história oficial de Curitiba se inicia, porém, ininterrompidamente, em 1668, quando Gabriel de Lara, Capitão-Mor de Paranaguá e Procurador do Donatário da Capitania, tomou posse da povoação que estava surgindo nos Campos de Curitiba, “em terras e limites da demarcação do Snr. Marquez de Cascais”, nela encontrando dezessete moradores representativos da sociedade que aí se estava constituindo e que lhe requereram a instituição da Vila.

Quando começou a se congregar esse pequeno grupo nos nossos campos e pinhais do planalto e de que elementos sociais se constituía ?

O primeiro elemento de pesquisa nos é fornecido pela passagem de Balthazar Carrasco dos Reis por esses campos e pinhais, em 1648, quando fez parte da bandeira por Antonio Domingues levada aos Campos dos Biturunas, no vale do Uruguai, — e, depois disso, a carta da Sesmaria que lhe foi dada de sua posse no Barigui, em 1661, onde, segundo diz

em sua petição, já residia "há alguns anos" e era confrontante com Mateus Martins Leme.

São estes os dois nomes que primeiro figuram entre os dos povoadores efetivos dos Campos de Curitiba.

Balthazar Carrasco dos Reis em 1645 residia na vila de Parnaí (Capitania de S. Paulo); em 1648 passou por Curitiba, rumo do sul, na bandeira de Antonio Domingues; em 1661 já morava "há alguns anos" no Barigui, onde tinha roça e currais de gado bovino, cavalariagem e lanigero.

Mateus Martins Leme em 1637 morava em S. Paulo e somente veio habitar o Barigui entre 1648 e 1661 (vide notícia sobre Balthazar Carrasco dos Reis). Em 1691 era Capitão Povoador e Dizimeiro da povoação, pois é desse ano sua primeira concessão de terras, feita a José Pereira y Quevedo. Foi a êle que os povoadores requereram a criação da Vila, em 1693. Faleceu em Curitiba, a 6 de Outubro de 1697.

7 — A Elite Seiscentista do Sertão Curitibano

Os grupos de Mateus e de Balthazar eram aparentados e constituíram a maioria representativa dos povoadores. Balthazar era neto afim de Mateus e Antonio, Mateus, Miguel e Salvador Martins Leme eram filhos do Capitão Povoador. André Fernandes, Gaspar e Belquior Carrasco dos Reis eram filhos de Balthazar e Manoel Soares, Antonio Rodrigues Seixas e José Teixeira de Azevedo eram seus genros.

Balthazar tinha cinco filhas e é de supor que casadas com povoadores da localidade.

O patriarcado do Capitão Povoador Mateus Martins Leme foi indiscutível e indisputável em quasi meio século de sua residência no planalto curitibano.

A grei curitibana morava em sítios dispersos desse planalto, às vezes distantes da praça onde erigira a modesta capela para os santos do seu padroado.

Mateus Leme e Carrasco dos Reis moravam no Barigui, sendo que este tinha também outro sítio no Botiatuva; o Capitão Antonio Rodrigues Seixas, escrivão da Vila em 1693, em Campo Magro; Manoel Soares e Aleixo Mendes Cabral, no Passauna, "no caminho das minas do Itambé"; João Rodrigues Cid, no Cajurú; Antonio Rodrigues Cid, no Uberaba; etc.

Tinham, porém, vários deles, casas na praça, para as quais vinham de vez em quando e principalmente por ocasião de práticas e solenidades religiosas.

8 — A Ereção da Vila em 1693

Além do núcleo principal de povoadores, dos elementos da elite seiscentista do sertão curitibano, havia os grupos de aventureiros errantes arraiados nas regiões auríferas, ao sabor dos descobrimentos e das explorações, provindos dos primeiros dias da história da mineração; os gaúchos nômades, índios e seus mestiços, gente egressa de bandeiras e de outros centros da população paulista; e os índios “administrados”, peças do gentio da terra” como diziam os povoadores.

A falta de repressão desses elementos perturbadores da vida do grupo ordeiro e patriarcal que o Capitão Povoador, já velho e decrépito em 1693 já não podia conter dentro das conveniências da sociedade pacífica que até então conduzia, foi que motivou a elevação do povoado a Vila, para que, com a criação da justiça, houvesse “paz, quietação e bem do povo”.

O pelourinho era, pois, o símbolo da autoridade regional a constituir ou efetivamente constituída. Mas não tendo Lara em 1668, dado seguimento para completar o seu ato instituidor da Vila, as cousas políticas ficaram como si não tivessem tido início.

Envelhecido o patriarca de Curitiba, desmandados os povos, ameaçada a localidade de dissolução, Mateus consultou em 1693 ao então Capitão-Mor de Paranaguá, Francisco da Silva Magalhães, (1692-1707) sôbre a legalidade de um ato que promovesse, à vista das requisições populares, a constituição da Vila. E tendo Magalhães lhe respondido que Lara havia, em 1668, autorizado esse ato, tomou a deliberação de aquiecer à vontade e às necessidades locais.

Pelos motivos alegados na petição do povo ao seu venerando patriarca, bem se pode ver que o estado da povoação era de decadência e insegurança e que um impulso forte se fazia preciso em prol da comunidade.

Nessas condições o venerável poliada fundador saiu, por fim, de sua indecisão, e realizou a alta e justa aspiração de toda a sua existência, o sonho que por tanto tempo lhe encantara a vida.

*** Foi-lhe feita uma petição nesse sentido, (*) à qual Mateus Leme despachou assim: — “*Junte-se o povo. Deferi-rei o que pedem*. Pinhais, 24 de Março de 1693”. (a) *Leme*.

Cinco dias depois desta data reuniram-se os povoadores na igreja do povoado e aclamaram “seis homens de sã consciência” para que estes nomeassem as autoridades da Administração e da Justiça. Sob juramento prestado perante o padre Antonio de Alvarenga assim o juraram os seis eleitores aclamados, que foram Agostinho de Figueiredo, Luiz de Góes, Garcia Rodrigues Velho, João Leme da Silva, Gaspar Carrasco dos Reis e Paulo da Costa Leme.

Foram nomeados:

Juizes: — Antonio da Costa Veloso e Manoel Soares.

Vereadores: — Garcia Rodrigues Velho, Capitão Joseph Pereira y Quevedo e Antonio dos Reis Cavaleiro.

Procurador do Conselho: — Capitão Aleixo Leme Cabral.

Escrivão da Câmara: — João Rodrigues Seixas.

10 — Curitiba em 1720, Vista Pelo Ouvidor Pardiniho

Em carta do Ouvidor Geral Rafaél Pires Pardiniho à El-Rei, datada de Paranaguá aos 30 de Agosto de 1721, dá conta este magistrado da correição que fez “à vila de Curitiba”

(*) Snr. Capitão Povoador. Os moradores todos assistentes nesta povoação de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais e attendendo ao serviço de Deos e de Sua Magestade, que Deos Guarde, paz, quietação e bem deste povo, e por ser já oje mui crecido por pasarem de noventa homes, e quanto mais crese a gente se vão fazendo móres desaforos, e bem se vio esta festa andarmos todos com as armas na mão, apeloirou-se dos outros mais e outros ensultos de roubos, como he notorio e constante pelos casos que tem susedido e daqui em diante será pior, o que tudo causa o estar este dito povo tão desemparado de governo e desiplina da justiça. E attendendo nós que aodyante será pior por não aver a dita justisa na dita povoação, nos occorremos a Vmc. como Cpp.am e cabesa dela, e por ser já decrepito e não lhe obedeserem, seja servido promittir a que aja justisa nesta dita vila, pois nela a gente bastante para exerser os cargos da dita justisa que faz numero de tres povos. E pela ordensão ordena Sua Magestade que avendo 30 homes se eleja justisa e demais de que consta que Vom, por duas veses percurou aos Capitães Móres das capitánias debayxo lhe viessem criar justisa na dita povoação, sendo que não era necesario por ter avido já aqui justisa em algum tempo criada pelo defunto Capp.am Gabriel de Lara, que levanto pelourinho em nome do donatario o Snr. Marquez de Cascaes: — Pello que requeremos a Vmc. da parte de Deos e d’el Rei que visto o que alegamos e o nosso pedir ser justo ebem comum de todo este povo, o mande ajuntar e fazer eleysão e crear justisa e camara formada, para que assim aja temor de Deos e d’el Rei e por as coisas em caminho. E Receberá Mercê.

e diz que esta fica nos campos por detraz da Serra de Parana-
piacaba, distante 15 léguas da localidade onde escrevia: —
as primeiras 6 navegadas por uma destas baías e por um rio
(Cubatão ou Nhundiaquara) que vai quasi ao pé da serra e
em que há várias itaipavas e cachoeiras que se passam com
risco. As outras 5 em se subir a Serra é de matos que nela
há; e as últimas 4 de campos até chegar a vila que fica em
bastante assento ao pé de um ribeiro, com casas de pau a pi-
que cobertas de telha e Igreja de pedra e barro, que os fre-
guezes reedificaram há poucos anos”.

Assim nos dá o Ouvidor Pardinho notícias das dificulda-
des de acesso de beira-mar à última vila nesse tempo locali-
zada no planalto ao sul do país. Rememorando sua criação,
diz que ela se originara em povoação fundada haveria 80 anos
daquela data (1721) e por alguns moradores subidos de Pa-
ranaguá com algumas cabeças de gado *vacum* e algumas
égua, que se multiplicaram em suficientes currais àquele
tempo, disse vivendo os moradores de arredor da Vila, em
distância até 7 léguas e pelo caminho que vai para São Paulo,
a partir de 1704 quando se “fabricaram” outros currais que
muito multiplicavam suas produções.

Para Sorocaba e para as minas de Cataguazes (Minas
Gerais) levavam à mercância os curitibanos, uns por outros
anos, de 800 a 1.000 cabeças de bois e cavalos.

Curitiba, São José e Senhor Bom Jesus do Perdão cons-
tituíam duas freguezias de um só Termo, com 200 casais e
mais 1.400 pessoas de confissão. Ainda a esse tempo, pelos
“matos da Serra de Parana-
piacaba” se trabalhava nas catas
auríferas com algum proveito, embora a descoberta das mi-
nas de Cataguazes e depois das de Cuiabá, tivessem desvia-
do muitos dos antigos mineradores paulistas.

É esta em resumo, a descrição que o citado Ouvidor Ge-
ral dá, em 1721, das condições naturais e da atividade da Vi-
la de Curitiba, “remota terra” aonde êle permanecera de Se-
ntembro de 1720 a Fevereiro do ano seguinte, que todo esse
tempo lhe fôra necessário para atrair a êle “aqueles homens
ainda um tanto fora da lei e dos bons costumes”.

11 — Curitiba em 1820, Vista por Saint'Hilaire

Curitiba vista em 1820 por Adolf de Saint'Hilaire:

“Curitiba está situada a mais de 110 léguas de S. Paulo,
mais ou menos a 25° 51' 42” de latitude sul (indicação de Pi-
zarro) e deve o seu nome à prodigiosa quantidade de arau-

cária brasiliensis que cresce nos seus arredores. Em guaraní *curii* significa pinho e *tiba* reunião, — reunião de pinheiros.

“Na época de minha viagem todo o mundo contava nessa cidade que os primeiros habitantes da região se estabeleceram primeiro num lugar chamado Vila Velha, que é mais próximo da Serra de Paranaguá e onde construíram somente palhoças. Não sei se sua estadia nesse lugar tinha inconveniente para eles, mas aí não ficaram muito tempo. Segundo antiga lenda a imagem de Nossa Senhora da Luz, padroeira, tinha todas as manhãs os olhos voltados para o lugar que hoje Curitiba ocupa e foi por essa razão, segundo a lenda que os colonos para ali se transportaram. Por si mesmos eles proclamaram cidade (aliás vila), seu novo centro, inquietando-se pouco com direitos e autoridade de seu soberano.

“Curitiba foi construída numa das partes mais baixas dum vasto plano ondulado que apresenta agradável alternativa de campos e bosques e que do sul ao nordeste se limita pela Serra do Mar.

“Essa cidade tem a fôrma quasi circular e se compõe de 220 casas pequenas e cobertas de telhas, quasi todas só ao res do chão, porém em grande número construídas de pedra. Cada casa, como em Minas e Goiaz, tem o seu quintal, mas aqui não se vê, nessas espécies de jardins, nem bananeiras, nem mamoeiros, nem cafeeiros: são macieiras, pecegueiros e outras árvores frutíferas da Europa que se costuma plantar.

“As ruas são largas e quasi regulares. Algumas foram inteiramente calçadas, outras o são unicamente na frente das casas. A praça pública é quadrada, muito grande e coberta de grama.

“As igrejas são em número de três, todas construídas de pedra. A que mais merece ser citada é a igreja paroquial, dedicada a Nossa Senhora da Luz. Foi construída isoladamente na praça pública, porém mais próxima de um que dos outros lados, prejudicando a sua regularidade. Não tem torres nem campanário. A capela-mor e os dois altares laterais são bonitos e bem ornamentados, a nave é elevada e tem trinta passos de comprimento, mas não tem abóboda e é sem teto e desnuda.

“Curitiba não é menos deserta durante a semana, que a maioria das cidades do interior do Brasil. Quasi todos os habitantes são aqui agricultores que não ocupam suas ca-

sas senão aos domingos e nos dias de festa, quando se desobrigam dos seus deveres religiosos.

“Não se conta em Curitiba e nos arredores senão poucos homens ricos. Vi o interior das principais casas da cidade e posso dizer que nas outras sedes de comarca ou mesmo de Termo, não havia nenhuma pertencente a homens honoráveis, que fosse menos ornamentada. As paredes eram simplesmente caiadas e o mobiliário das salas de visita compunha-se apenas de uma mesa e alguns bancos.

“Em nenhuma outra parte do Brasil eu havia visto tantos homens verdadeiramente brancos, como no distrito de Curitiba. Os habitantes daqui pronunciam o português sem a alteração que revela mistura da raça caucásica com a vermelha. São grandes e bonitos, têm os cabelos castanhos e a tez rosada, maneiras agradáveis, fisionomia aberta e nada têm do sarcástico humor (bazófia) que frequentemente torna insuportáveis os empregados e os comerciantes da capital do Brasil.

“As mulheres têm traços mais delicados que as das outras partes do Império por onde viajei. Elas se escondem menos e conversam com desenvoltura.

“A hospitalidade dos curitibanos não é sobrepujada pela dos mineiros. Si não são inteligentes como estes, têm mais consistência e participam mais da natureza dos seus ascendentes europeus”.

CAPÍTULO XI

ORIGENS DA ECONOMIA RURAL

- 1 — Minas, Fazendas e Invernadas
- 2 — Arraiais do Planalto
- 3 — A Herva-Mate em Guáira
- 4 — Os Currais e o Tropeirismo
- 5 — Incremento e Decadência da Criação Pastoral
- 6 — Os Três Ciclos do Povoamento
- 7 — Entradas de Novos Povoadores

1 — Minas, Fazendas e Invernadas

Todas as atividades dos primeiros povoadores do território do nosso Estado, por mais de dois séculos, se exerceram exclusivamente à beira dos rios auríferos e no pastoreio.

As minas atraíram os primeiros vindos. Foram elas que nos trouxeram os grupos iniciais de povoadores brancos e que lhes possibilitaram a existência durante quasi um século, no litoral e em certas regiões do planalto.

A caça, a pesca, os frutos silvestres e as roças de emergência foram o primeiro apoio possibilitador da vida desses homens de aventura que aos poucos foram penetrando o sertão e lhe domando a braveza e lhe desencantando os mistérios. Onde os grupos mineradores batiam em zona rica de aluvião aurífero e nela se arraialavam demoradamente, iam se constituindo os primeiros lares índio-europeus, mais ou menos fixos e as roças iam se estabilizando e se multiplicando.

Escasseados novos descobrimentos e as produções das minas, os grupos advindos passaram a explorar o pastoreio e esse novo gênero de vida foi exigindo esforços sedentários, fixados em torno dos "currais" da criação e foram surgindo os sítios e nas zonas dêles os arraiais estáveis, nebulosas de aldeias, vilas e cidades.

Ao surto de novos descobrimentos de ouro noutras regiões do país, nas Minas Gerais, principalmente, a criação se desenvolveu, e aos Campos de Curitiba vinham os aventureiros da Vila de Santa Ana do Parnaíba, centro de compra e venda de ouro e de formação de bandeiras descobridoras, buscar o gado preciso para as suas entradas e permanência nos sertões de Sabará e de Ouro Preto.

Foi assim se desenvolvendo a criação nos campos do planalto curitibano, o que foi fazendo com que outros mineradores e bandeirantes de melhor teor social que os primeiros vindos, fossem se dedicando a esse gênero de atividade e esses

constituíram o grupo dos fundadores da Vila em 1693, mas já com influência na povoação de N. S. da Luz dos Pinhais desde 1668, quando nela se erigiu o pelourinho.

Sem se descuidarem dos trabalhos das minas, para os quais dispunham de índios "administrados" sinônimo, nesse tempo, de "escravizado", os homens do grupo de Mateus Leme foram se fazendo criadores de gado e as populações que os sucederam não tiveram, no planalto de Curitiba e nos Campos Gerais, até o século de 800, mais rendoso meio de vida.

Aos poucos as atividades dedicadas à criação pastoril foram se transferindo para os Campos Gerais, ao longo do caminho de São Paulo aos campos da Vacaria, no Rio Grande do Sul, e ao longo desse caminho foram fundando novos arraiais dos quais nasceram Jaguariaíva, Castro, Ponta Grossa, Palmeira e Lapa, e, no raio de ação dessas cidades de hoje, outros povoados de criadores.

Tão próspera foi a indústria pastoril nos campos dos dois primeiros terraços do planalto paranaense, que chegou a influir, como vimos, tão decididamente, na formação de cidades. Durante esse ciclo econômico muito mais propiciador de fortunas do que o da mineração, havia fazendeiros grandemente abastados e fazendas dentre as melhores do país.

A de Caxambú, em Castro, do Snr. Xavier da Silva, por exemplo, foi "a mais agradável e melhor tratada" vista por Saint'Hilaire no Brasil, depois da de Ubá, a 25 léguas do Rio de Janeiro. A de Jaguariaíva, do Snr. Cél. Luciano Carneiro, era, na opinião do mesmo eminente viajante, "a mais considerável de todas, a partir de Sorocaba". Seu proprietário projetava, nesse tempo, presentear o soberano com "quinhetas de suas vacas mais bonitas". O proprietário de outra fazenda, a da Fortaleza, Snr. José Felix da Silva, Tenente-Coronel de milícias "passava por um dos mais ricos proprietários da Província de São Paulo".

Em 1820, ano em que o célebre naturalista francês percorreu os Campos Gerais de Curitiba, esses campos estavam ponteados de fazendas e de invernadas desde as de grande vulto até as dos sitiantes ou pequenos criadores. De Itararé ao Registro de Curitiba, em 359 quilômetros de percurso, havia outras fazendas, além das citadas, no Morungava, no Iiapó, Quartelá, Castro Carambeí, Pitanguí, Santa Cruz, Caiacanga, nascentes do Tibagi, etc. e já nos Campos de Curitiba, até o rio Negro, numa extensão de 449 quilômetros do mesmo ponto de partida às proximidades da sede da Comarca, em Itaquí, Piedade, Ferraria, Bacacherí e Borda do Campo.

2 — Arraiais do Planalto

Seduzidos pela justa ambição de algum conforto, os audezes sertanistas desse tempo devassaram todo o primeiro planalto paranaense. Como tais serviços obrigassem ao “arraialamento”, como se dizia então, isto é, à morada relativamente longa nos sítios auríferos em exploração, daí resultava a formação de aldeiólas ou arraiais que duravam largos anos, às vezes, e para os quais de continuo se encaminhavam novas levas de aventureiros, mineradores, agricultores, comerciantes, especuladores de toda ordem: caraíbas (brancos), negros, caipiras (mestiços de índio e branco) e mulatos (mestiços de branco e negro).

Com a exploração das minas em lugares dispersos, a necessidade de comunicação entre os arraiais iam formando novos caminhos na brusquidez dos sertões.

A excelência dos capos encontrados no planalto curitibano, que foram denominados “gerais” pela sua enormidade, e que eram imemorialmente servidos por um longo caminho que ia ter a S. Paulo ao norte e ao sul penetrava nas savanas do Rio da Prata, — despertou desde logo a atenção dos criadores e se pontilhou de “currais”. Diz o Ouvidor Rafael Pires Pardini em carta a El-Rei que a povoação de Curitiba se originou na subida de alguns moradores de Paranguá para os campos daquela denominação, mais ou menos no ano de 1640, conduzindo algumas cabeças de gado vacum e cavalari “que se multiplicaram em forma que tem hoje (1720) suficientes currais e é o de que comumente vivem aqueles moradores que ainda estão situados nos redores da vila em distância até 7 léguas”.

Todo o serviço desses currais ou pequenas estâncias, era feito por índios mansos que nessa ocupação se mostraram sempre superiores aos negros e aos próprios brancos.

Esses currais foram se alongando na diretriz do caminho de tropas de São Paulo ao Rio Grande, a partir de 1711, sob o influxo de novas levas de criadores irradiados dos núcleos portugueses de Taubaté, Itú e Sorocaba, deste principalmente. Desses três centros partiram, diz Afonso E. Taunay, as migrações que senhorearam todo o Brasil central e meridional. (*História Geral das Bandeiras Paulistas*, pág. 142).

3 — A Herva-Mate em Guaira

Pelo lado de oeste, em Guaira, a economia dos “pueblos” espanhóis se restringia à Herva-Mate, conforme se vê do re-

latório de d. Luis de Céspedes Xeria, Governador do Paraguaí, a Filipe IV de Espanha, em 1628.

Chegado à Vila Rica, onde tomou posse do governo paraguaio, impressionou-o a "pouca abundância de viveres", exceção de mandioca, milho e laranja. "No tiene bacas ni obejas ni outro ganado".

Já não era assim nas reduções dos jesuitas, onde reinava a abundância.

Preciso e documentado é o fato de haver em 1613 entrado o primeiro gado vacum, ovino e caprino, para as reduções dos jesuitas, de Loreto e de Santo Inácio, introduzido ali pelos padres Antonio Ruiz de Montoya e José Cataldmo, de cujos plantéis 44 vacas lhes foram presenteadas pelo padre Marcelo de Lorenzana, reitor do Colégio dos Jesuitas de Assução.

Sabe-se que os rebanhos eram prósperos nas reduções jesuíticas de Guaira, mas daí não resultou proveito para a pecuária paranaense porque com a destruição dessas reduções o gado aí existente serviu para o exodo das populações, nada restando ao território abandonado.

4 — Os Currais e o Tropeirismo

Alguns dos primeiros povoadores de Curitiba (de 1668 em diante) possuíam pequenos rebanhos. O mesmo, por ventura, teria acontecido com os pioneiros do povoamento de Paranaguá, embora em menor escala ainda, devido às impróprias condições do meio e às atividades a que de preferência se dedicavam.

Esta região era a que oferecia condições favoráveis à criação de animais domésticos. Mas para que criá-los em grande escala si até fins do século XVIII Curitiba, seu unico centro de população, era insignificante e isolado das demais vilas paulistas por imensuráveis distâncias e ainda assim por falta de via de comunicação a não ser o trilho dos indios, inçado de perigos ?

Cerca de quasi um século depois (1730) foi que a Vila de Curitiba se ligou a S. Paulo ao N. e ao Viamão ao S. por um caminho até então mal esboçado no sertão e esse caminho chegou a ser notável pelo comércio de gado que estabeleceu e que fez com que surgissem as povoações dos Campos Gerais, que tiveram suas origens nos "pousos" e nos "currais" de descanso e refazimento ou invernada das tropas.

O comércio e a criação de gado tiveram, pois, uma influência decisiva no povoamento do território paranaense, muito maior certamente que a mineração do ouro, que não fixava populações senão muito excepcionalmente como são os casos de Paranaguá no litoral e Curitiba e São José dos Pinhais no planalto.

A ligação de Curitiba com a pampa da Vacaria no Rio Grande do Sul foi alvitrada aos curitibanos pelo Governador da Capitania Antonio Caldeira Pimentel (1728-1730), que lhes fez ver as possibilidades que dela adviriam, menos aleatórias do que as provenientes do árduo labor do descobrimento e da exploração das minas.

Uma nova fase para a vida de Curitiba exsurgiu com a mudança de atividade de grande número dos seus habitantes. Alguns mineradores se fizeram tropeiros, mvernadores e criadores de gado e retiraram das minas o pessoal necessário a esses misteres.

A esse novo meio de vida se afeiçoaram desde logo os curitibanos. "Os mais ageis dos antigos mineradores" no dizer do Capitão-Mor Lourenço Ribeiro de Andrade, se fizeram comerciantes de gado, "comprando-os no Rio Grande e vendendo-os em Sorocaba e em São Paulo e criando-os por sua própria conta em fazendas que estabeleceram nos Campos Gerais e nos de Curitiba".

Nos primeiros tempos os lucros foram os mais animadores, valendo um cavalo 25\$000 e um boi 8\$000. A grande produção levada aos mercados compradores, porém, no fim do século XVIII havia determinado sensível baixa de preços, vendendo-se então um cavalo por 4\$000 e um boi por 2\$000!

Assim mesmo, porém, a indústria do transporte e da criação de gado se manteve com resultados satisfatórios para as poucas necessidades da vida rural desse tempo, visto ter penetrado profundamente nos costumes e nos hábitos da população. Por sua vez os índios e mamelucos aos quais o trabalho da mineração não seduzia, encontraram na vida agitada dos campos de criação e na condução de tropas a longas distâncias, ocupações à feição de suas índoles. a esse mister se afeiçoando de tal maneira que o Governador da Capitania, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, os preferiu para a realização das entradas que lançou a todas as partes do sertão do Sul, recomendando aos seus auxiliares "essa gente cavaleira de Curitiba como a mais própria para enfrentar índios e castelhanos com os quais se confundia".

5 — Incremento e Decadência da Criação Pastoril

Há documentos da agitação que a mudança de atividade prática dos curitibanos promoveu.

A 4 de Maio de 1734, por exemplo, o Conselho Municipal de Curitiba atestou “que João Alvares de Castro em sua vida descobriu uns campos agrestes entre o Guarauna e Imbetuba e assim que os descobriu logo começou a queimar e botar neles gado e cavalgadas e começou a fabricar sítios e fazer aterrados, passagem das ditas criações, e haverá 15 anos pouco mais ou menos e sempre os conservou em sua vida”, sucedendo-o sua viuva e o segundo marido desta Francisco da Silva Xavier, “pagando sempre dizimos aos reдеiros dizimeiros”.

Em 1735 o comércio de tropas entre Curitiba, Itú e Sorocaba estava estabelecido com certa intensidade e ao que parece um tanto hostil ao pagamento dos direitos reais, como se depreende de um “bando” mandado publicar nessas três vilas pelo Governador da Capitania de S. Paulo, exigindo fiança para os comboios de tropas que as percorressem. Nesse tempo um dos maiores criadores e tropeiros curitibanos devia ter sido Cristovam Pereira de Abreu, citado no “bando”, que em 1731 conduziu de uma só vez, de Curitiba a Sorocaba, 800 cabeças de gado vacum e cavalalar.

Essa nova ocupação dada aos curitibanos e a constituição, no Termo de Curitiba, de Companhias de Auxiliares que obrigavam a revistas mensais da população moça, incompatibilizou grande parte do povo com os trabalhos da mineração ainda remanescente e com a criação e o transporte de gado que se iam fazendo promissores.

As duas indústrias entraram então (1768) em tal decadência, que o Governador da Capitania, Francisco da Cunha Menezes, suspendeu o recrutamento daqueles que se ocupassem da agricultura, mister que conciliava os interesses da defesa militar com os relativos aos meios de subsistência da população local.

Desse estado de cousas resultou proveito. O Capitão-Mor Lourenço Ribeiro de Andrade informa, em 1797: “Não posso afirmar que o povo, no tempo presente, com a lavoura esteja mais rico do que no tempo da mineração. Porém mais luzido é manifesto”.

As principais fazendas eram de pessoas moradoras em Paranaguá, Santos e São Paulo, sendo dos habitantes de Curitiba as pequenas propriedades do rocio da Vila.

A lavoura e a criação produziavam excessos de trigo, feijão, milho, fumo e toucinho, que com a Herva Mate (então chamada Congonha), eram exportados para a Marinha e ali re-exportados para os demais mercados de S. Paulo, Rio e capitânicas do norte do país.

6 — Os Três Ciclos do Povoamento

A mineração, a criação e o comércio de gado e finalmente a roça, formaram sucessivamente os três ciclos do povoamento do nosso território.

Enquanto nossos antepassados andaram catando ouro pelas vertentes das serras, não constituíram senão acampamentos provisórios que se deslocavam ao sabor de novos descobrimentos de grupiarias. Foi o ciclo da caça ao índio para o trabalho das minas, em que o acampamento era o concentrador de arraiais provisórios.

Quando o ouro escasseou, deixando menos fortunas que desilusões, os arraiais dos nossos imensos sertões servidos apenas de trilhos selváticos para as comunicações com as vilas mais próximas e que ainda assim jaziam a centenas de léguas de Curitiba, ficaram em grande parte agremiados na região do planalto, entre a Serra do Mar e o sertão próximo e preságo. Foi então que procuraram salvar-se das contingências do próprio meio social que haviam criado, fundando os órgãos mais precisos à justiça e à administração pública, investigando as veredas mais acessíveis a outros centros de populações e se dedicando à criação e ao comércio do gado. Foi o ciclo pastoril e tropeiro, mais criador de êxitos felizes que os que dera origem às entradas de preadores de índios e de caçadores de pepitas auríferas.

Foi o ciclo da criação pastoril que iniciou a vida doméstica, a atividade prática, o estabelecimento da ordem nos nossos turbulentos e instáveis "arraiais" de mineradores. Foi a criação "o quasi único aspecto tranquilo da nossa cultura; por ela abriram-se as comunicações terrestres iniciadas pela conquista e conservou-se, como ainda hoje se conserva, nas estâncias sertanejas, o verdadeiro ou único tradicionalismo da vida nacional". (João Ribeiro, *História do Brasil*, 184).

7 — Entradas de Novos Povoadores

Ao mesmo passo que a criação e o transporte de gado influíram para que as populações se agremiassem em deter-

minados locais de "pouso" e de "currais", a formação de "roças" com intentos industriais, isto é, com excessos comerciais, foi fixando essas e outras populações em lugares certos e estáveis e dando origem às fazendas, às freguezias, às vilas e às cidades, como aconteceu com Jaguariaíva, Pirai, (Furnas), Castrc, Ponta Grossa, Palmeira, Campo Largo, Rio Negro, etc.

A criação de gado, a lavoura do milho, feijão, trigo, etc., a industrialização e comércio do Mate de 1722 em diante (data da Resolução Régia que permitiu que o comércio de Congonha fosse feito com o Rio da Prata), obrigaram à vida sedentária os antigos homens de aventura, os nômades do ciclo da mineração; e as comunicações mais fáceis e seguras, pelo caminho das tropas ponteados de povoados, animaram as entradas de outros povoadores.

Os vários climas do planalto, as pastagens abundantes e fartamente irrigadas, a terra fértil, o caminho mais curto, a meio termo do mercado de gado de Sorocaba com a região grandemente produtora dos campos da Vacaria (Rio Grande do Sul) a floresta repleta de materiais de fácil comércio (Herva Mate) e de construção econômica (o Pinho), — eram outras tantas condições especialíssimas para as preferências dos que, no século XVIII, buscavam a vida estável, as atividades pacíficas, a segurança, as expectativas da fortuna, no sul paulista, onde os sucessos dos primeiros povoadores acenavam às esperanças como estrelas guiadoras no firmamento verde dos pinheirais.

CAPÍTULO XII

MILITÁRIA

- 1 — Fortaleza da Barra de Paranaguá. 1769
- 2 — Defesa Militar de Paranaguá. 1777
- 3 — Campanha contra Artigas. 1816
- 4 — Pronunciamento dos Milicianos. 1821
- 5 — Revolução dos Farrapos. 1835-1842
- 6 — Combate do Cormorant. 1850
- 7 — Guerra do Paraguai. 1864-1870
- 8 — Revolução Federalista. 1894
- 9 — Campanha do Contestado. 1912-1915

1 — Fortaleza da Barra de Paranaguá

A anulação do Tratado de Madrid (1750) por ocasião da guerra entre a Espanha e Portugal (1761-1777) determinou a restauração da Capitania de S. Paulo e as providências à cargo do seu Governador e Capitão General Don Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, tendentes à segurança das fronteiras, de modo a possibilitar, finda a guerra, ser novo tratado negociado com as mesmas ou melhores vantagens para Portugal.

Foram criadas as vilas de Guaratuba, de Lages e o posto militar de Iguatemi; tentou-se a ressurreição de Vila Rica, realizaram-se o descobrimento, a exploração e o povoamento de Guarapuava, etc.

Entre tais providências figurou a construção de uma fortaleza na barra de Paranaguá e foi essa obra confiada ao Tenente Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, Ajudante de Ordens do Governador Don Luiz Antonio. A 19 de Janeiro de 1767 tiveram início as obras, e foram concluídas a 23 de Abril de 1789.

No sentido de diminuir as despesas da Real Fazenda, por Portaria de 28 de Janeiro de 1766 o Governador da Capitania pediu que as auxiliasse a Vila de Paranaguá da maneira que lhe fosse possível. Da vereança convocada para tomar conhecimento dessa Portaria, vê-se que Paranaguá atravessava então uma fase de extrema decadência, economica e social. pois deliberou a Câmara que "atendendo ao miserável estado da terra, a seus moradores lhes não convinha contribuir com cousa alguma para a mesma obra, pois que por limitada que fosse (a contribuição) a julgavam violenta". Que essa Vila realmente era a mais numerosa de povo que tinha a marinha, porém que "distinguindo a qualidade dos seus moradores, se achariam só sessenta ou setenta com algum tratamento, sendo tudo o mais gente de pé descalço". Que o ouro que então produzia toda a Comarca, compreendidas as

vilas de Iguape, Paranaguá, Rio de S. Francisco e Curitiba “não excedia, um ano por outro, pelo manifesto da Intendência, a cem libras pouco mais ou menos”. (Vereança de 28 de Janeiro de 1766).

O povo chegou a exprimir seu desapoio às obras da fortaleza, em comício que realizou a 2 de Fevereiro de 1766, ao qual compareceram 76 pessoas. Parece, entretanto, que essa relutância amparada na “pobreza da terra”, acabou por ceder à força de vontade do Capitão General, pois Portaria do Marquez de Pombal (então Conde de Oeiras) Ministro dos Negócios do Reino, de 22 de Julho de 1766, dirigida ao Governador paulista, refere “o bom agazalho” dado pelos paranaguenses às obras das fortificações da barra, “dispostos, com todo o gosto, para as referidas obras e prontos para concorrerem para elas com suas pessoas e com seus escravos”.

A conclusão da Portaria revela os fins visados pela ação desenvolvida pelo governo português através do seu representante na Capitania de São Paulo:

“É o mesmo Senhor (S. M.) servido louvar a V. S. o zelo com que tem promovido este útil estabelecimento e ordena a V. S., no real nome de Sua Magestade, agradeça a esses bons vassallos o amor e a fidelidade com que têm concorrido para o mesmo útil estabelecimento e para com êle conhecerem os Castelhanos, nossos inimigos dessas fronteiras, a diferença que lhes fazem os portugueses no amor e fidelidade ao seu Rei e ao bem comum de sua Pátria”.

A 23 de Abril de 1769 estava a fortaleza concluída e artilhada com duas peças de calibre 24, duas de 18 e duas de 12, segundo Azevedo Marques. Todos esses canhões, nesse dia, salvaram em honra do grande êxito desse esforço do Capitão General e da maior obra de defesa da costa do Sul da Capitania.

2 — Defesa Militar de Paranaguá

A guerra que em 1761 resultou do chamado “pacto de família” (dos Bourbons, de França e Espanha contra Inglaterra e Portugal), trouxe desastrosas consequências para a segurança das fronteiras pactuadas na América entre os dois governos ibéricos.

Foi anulado o Tratado de Limites de 1750, realizado sob a base do *uti-possidetis* das conquistas territoriais dos bandeirantes paulistas, e as antigas lutas recomeçaram, com mais intensidade, tendo a dirigi-las Don Pedro Cebalos, que

com um poderoso exército se apossou da Colonia do Sacramento e invadiu o Rio Grande do Sul.

Com uma ostentosa armada e um exército que chegou a somar 20.000 homens, Cebalos arrasou as fortificações do Sacramento e se apossou da ilha de Santa Catarina e em 1777 quasi todo o sul reconhecido português pelo tratado de Madrid (1750) estava "em poder dos espanhóis de Buenos Aires, mas logo, nesse mesmo ano restituído pelo tratado de S. Ildefonso, (1777), perdendo-se, contudo, a Colonia do Sacramento, as Missões (orientais do Uruguai) e algumas terras da fronteira meridional concedidas no Tratado anterior". (João Ribeiro, *História do Brasil*, 326).

A Capitania de S. Paulo esteve, pois, ameaçada em seus vários pontos indefesos da costa, especialmente Paranaguá que era a localidade a esse tempo mais importante imediatamente ao norte da região já ocupada pelas forças de Cebalos.

Esse porto mereceu, por isso, especial atenção da defesa. Desde a ribanceira do Estaleiro os possíveis locais de desembarque até ao Campo Grande, foram cobertos por trincheiras de grossos madeiros entrelaçados, acompanhados de largos fossos, com acesso apenas por dois portões guarnecidos. "No lugar da ribanceira, próximo à barranca do Estaleiro e fronteiro à ilha da Cotinha e à entrada do rio, levantou-se um fortim de pedra e cal, com vários lances de muros artilhados com doze peças". Fronteiro ao porto do Estaleiro se encruzaram grossas amarras, sôbre o rio Taguaré, impedidoras da entrada de embarcações. No morro da Fortaleza e no Cubatão colocaram-se outras peças de artilharia e na barra do Sul algumas ronqueiras de alarme, com vigias em toda a praia de Guaratuba. Durante mais de dois anos estas fortificações foram constantemente melhoradas, nelas trabalhando numerosas turmas de Ordenanças e de Auxiliares. Um depósito de gêneros alimentícios foi estabelecido no edificio do Colégio dos Jesuitas e continuamente acumulava mantimentos. (Vieira dos Santos, *Memória Histórica de Paranaguá*, 149).

A prolongada ameaça de invasão e conquista da Vila pelos espanhóis, foi útil a Paranaguá. Os aprestos bélicos para a sua defesa movimentaram sua população e a dos povoados próximos, colocando-as sob um regime de disciplina e trabalho. Por determinação das autoridades, quem não era soldado devia se ocupar decididamente da lavoura, produzindo, principalmente, farinha de mandioca, que durante o período colonial foi a boia de guerra, quasi exclusiva; e pelo Governo

da Capitania a localidade foi olhada com muito mais interesse, nessa iminência de sua perda.

Nas demais vilas próximas, de Morretes a Curitiba, a mocidade foi mobilizada para fornecer reforços e para a produção de alimentos.

Tudo isso fez Paranaguá viver alguns anos de animação, operosidade e abundância, que não gozava desde que entraram em declínio os aureos tempos da mineração.

3 — Campanha contra Artigas

Em 1816 recrudesceram as periódicas perturbações no Rio da Prata, com a irrupção dos caudilhos Artigas e Frutuoso Rivera nas savanas da Banda Oriental, com intuits militares sobre o Rio Grande.

O concurso da Comarca de Curitiba à "campanha de Montevidéu" foi verdadeiramente notável, relativamente à sua população. Os batalhões de Milicianos foram mobilizados para a defesa dos sertões do sul, além de 400 guerrilheiros de Curitiba, que, finda a guerra, ficaram residindo em Montevidéu e no Rio Grande do Sul por semelhança de hábitos com os espanhóis e os gaúchos da fronteira riograndense.

Tanto se abusou em pedir reforços ao viveiro militar da Comarca para a campanha do sul e depois para Guarapuava, que por fim já os curitibanos preferiam "alargar a terra" como se dizia então, homiziando-se no sertão. A presença do Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, incumbido do recrutamento num dado distrito, para a construção da estrada para Guarapuava, motivava verdadeiro pavor. E era tal a pressão exercida no povo que, "quando os maridos não apareciam, tornavam as mulheres responsáveis". (Saint'Hilaire, *Viagem no Interior do Brasil em 1820*, pág. 100). Esta violenta e odiosa medida não era invenção do Coronel Diogo. Era então de uso geral no país.

A campanha contra Artigas e depois as bandeiras ao sertão da Comarca desfalcaram grande e rudemente as povoações curitibanas e aumentaram as riograndenses e da Banda Oriental do Uruguai.

4 — Pronunciamento dos Milicianos de Paranaguá

Em 1821, a 15 de Julho, a Câmara Municipal de Paranaguá prestou juramento de obediência às bases da Constitui-

ção decretada pelas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes de Lisboa e de vassalagem a Don João VI, como Rei Constitucional do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, ao Príncipe Regente do Brasil e à dinastia da Casa de Bragança.

Na véspera desse dia, o Capitão Floriano Bento Viana, que devia formar no ato com a sua quarta Companhia do Regimento de Milícias, foi procurado pelo Sargento Mor de Ordenanças Francisco Gonçalves Rocha e pelo Capitão Inácio Lustosa de Andrade e por êles convidado para iniciar uma revolta tendente a separar a Comarca do govêrno de S. Paulo, por ocasião da formatura dos milicianos. Ficou combinado entre os conjurados que quando o Juiz de Fora, Dr. Antonio de Azevedo Mélo e Carvalho, proferisse a fórmula do juramento, o Capitão Floriano Bento Viana desse o grito separatista, que êles, das janelas do Paço, o secundaria e apoiariam, bem como os membros da Câmara e o povo.

Isso, porém, não aconteceu. Somente o Capitão miliciano cumpriu a combinação. Prestado o juramento, disse: — “Ilustríssimo Senhor. Temos concluído com o nosso juramento de fidelidade. Agora queremos que se nomeie um govêrno provisório que nos governe em separado da Província”.

O Juiz de Fora respondeu “que ainda não era tempo e que com vagar se havia de representar a Sua Magestade”. Ninguém lhe retrucou. Apenas, ainda, o Capitão Floriano, que disse: — “O remédio logo se aplica ao mal quando aparece. Portanto não há ocasião melhor nem mais oportuna”.

Diz Vieira dos Santos, (*Mem. História de Paranaguá*, 372) “que todo o povo ficou mudo e em grande quietude e que aqueles mesmos cidadãos que influíram a esse herói, emudeceram”. Outros o denunciaram como rebelde e ao Desembargador José de Azevedo Cabral foi determinada a abertura de um inquérito. Mas os tempos passaram e Floriano Bento Viana foi justamente considerado pela sua atitude. Fizeram-se seus admiradores o Ouvidor José Carlos Pereira de Almeida Torres, depois Presidente de São Paulo (vide o capítulo *Ouvidoria de Paranaguá*) e José Inácio Alves Alvim, espíritos liberais da época e ainda em 1848 Francisco de Paula e Silva Gomes, máxima figura da separação da Comarca, lhe escrevia do Rio de Janeiro, dizendo-lhe que ali “estava trabalhando a favor da obra tão heroicamente por V. S. iniciada no ano de 1821, cujo feito patriótico será sempre lembrado nos anais do nosso país”.

Paula Gomes apelava para a sua valiosa influência, “em tudo quanto se necessite para o beneficio de nossa futura

Província, desinteressando-se até, se necessário fôr, de qualquer ressentimento particular para conseguir o nosso desejado fim, por que o amigo é bastante generoso para fazer qualquer sacrificio a beneficio da nossa pátria”.

Essa carta, escrita 27 anos depois do pronunciamento dos Milicianos comandados por Floriano Bento Viana, mostra que esse acontecimento teve uma alta significação.

Além disso, carta datada de 16 de Julho de 1821, dia seguinte ao do pronunciamento, relata as circunstâncias em que o fato ocorreu e a sua extensão política. Essa carta, dirigida de Paranaguá por D. Córdula Rodrigues França a seu filho Capitão José Martins de Araujo, tem a firma de D. Córdula reconhecida pelo Tabelião de Notas da cidade de São Paulo.

Narra a missivista certas circunstâncias que o cronista Vieira dos Santos omite, para não comprometer, talvez, pessoas nelas envolvidas nos acontecimentos. E cita Francisco, Bento e José Ricardo, o Capitão Mor e Paulinha, o Padre Vicente e Antonio e José da Costa como exaltados adeptos do movimento. Ofício de Oynhausen, Presidente da Província, de 4 de Janeiro de 1822, ao Cél. Inácio de Sá Soto-Maior, citado por Ermelino de Leão, determinou a prisão e remessa para São Paulo, de outros conjurados: Joaquim Firmino, os Bandeiras, João Gonçalves, Tenente João Martins.

A composição do govêrno provisório resultante da sublevação, já havia sido combinada, segundo a carta de D. Córdula. O Governador paulista seria o Presidente e o Ouvidor da Comarca o Vice-Presidente. Nestas condições o Presidente seria o mesmo da Província de São Paulo, José Carlos Augusto de Oynhausen, para lhe captar as simpatias, assumindo a presidência o Dr. José Carlos Pereira de Almeida Torres, então Ouvidor da Comarca de Paranaguá e Curitiba, francamente favorável ao movimento.

Os demais membros do govêrno seriam:

Secretário da Guerra. — Cél. Inácio de Sá Soto-Maior, Comandante do Regimento de Cavalaria de Curitiba.

Secretário do Interior. — Capitão José Luiz Pereira.

Deputados pela Agricultura. — Bento Gonçalves Cordeiro do Nascimento e José Gonçalves do Nascimento.

Deputados pelo Comércio. — Capitão Mor Manoel Antonio Pereira e Capitão Bento Antonio da Costa.

Deputado pela Marinha. — Capitão Amaral, de Antonina.

Deputado pela Tropa. — Capitão Jacinto Xavier das Neves e Sargento-Mor Bastos.

Deputados pelo Cléro. — Padre Antonio Rodrigues de Carvalho, de Morretes, e Padre Manoel Antonio da Costa Nogueira.

5 — Revolução Farroupilha

A revolta que a 20 de Setembro de 1835 explodiu no Rio Grande do Sul, de 1838 a 1840 obrigou à defesa do Sul da Província de S. Paulo pelo incremento que teve nesses anos e pelas tentativas feitas pelos *Farrapos* de invadirem a fronteira, o que realizaram em diversos trechos do território catarinense.

As primeiras fôrças de linha que o govêrno imperial remeteu para essa defesa passaram a constituir a Divisão do Rio Negro. Em 1838 aí se acantonaram 150 praças do 6.^o Batalhão de Caçadores, procedentes de Santos e 80. também de primeira linha, respectivamente comandadas pelo Major João Feliciano da Costa Ferreira e Capitão Jose Marcelino do Amaral.

Em 1839 a Divisão do Rio Negro foi reforçada com 200 praças vindas do Rio de Janeiro comandadas pelo Major Francisco de Paula Macedo Rangel e com 307, da mesma procedência, sob o comando do Major Antonio Alves Cruz.

Ao todo, 737 praças do exército.

Para o comando superior das Legiões do Sul (Guarda Nacional) foi em 1840 nomeado o Cél. Manoel Francisco Correia Junior no impedimento do Cél. João da Silva Machado, tendo, também, a seu cargo todo o movimento de tropas, armas e munições. O desempenho que este notável paranaense deu a todos esses encargos, foi várias vezes elogiado pelo presidente da Província.

A 7 de Fevereiro de 1840 chegou a Paranaguá o General Pedro Labatut, comandante em chefe da defesa militar da Província, que requisitou a incorporação de voluntários e de guardas nacionais à divisão do seu comando.

A Comarca lhe forneceu os contingentes pedidos sendo 200 guardas e 77 voluntários de Paranaguá e Antonina, 200 guardas de Curitiba e 200 cavalarianos de Curitiba e Castro, num total de 677 praças e oficiais, não contando as fôrças que já ocupavam, então, o setor do Campo do Tenente e que depois se incorporaram à Divisão do Rio Negro.

Nos Campos Gerais e em Curitiba parece que tinham os *Farrapos* muitos adeptos. A notícia da derrota das forças do brigadeiro Francisco Xavier da Cunha no Passo da Vitória (R. G. do Sul) comunicada pelo Cél. Correia Junior ao Capitão Manoel Antonio da Cunha, Comandante da Guarnição da Vila do Príncipe (Lapa) acrescenta a possibilidade dos rebeldes invadirem a Província “pela estrada do sertão (antiga estrada da Mata), mormente com o grande partido que supõem ter a seu favor, nos Campos Gerais e em Curitiba)”. (Ofício de 26 de Dezembro de 1839, transcrito por Vieira dos Santos, *História de Paranaguá*, 298).

A revolução dos *Farrapos*, pela independência do Rio Grande do Sul e sua constituição em República, terminou em 1842 com a pacificação promovida pelo barão de Caxias, então presidente do Rio Grande e Comandante das Armas.

6 — Combate do Cormorant

O tráfico de africanos foi proibido no Brasil por lei de 1831. A proibição, porém, somente começou a se tornar viável em 1850 com o auxílio da Inglaterra. Desse ano em diante a costa brasileira foi percorrida por cruzadores nacionais e ingleses, por acordo entre os dois países — mas essa mesma vigilância não impediu que tão hediondo comércio se fizesse, com riscos, embora, da maior gravidade.

Parece até, que foi depois da proibição de 1831, que em Paranaguá tomou incremento o comércio de escravos.

Esta desobediência à humana lei trouxe como consequência, em 1850, a perseguição de uma galéra e três bergantins negreiros, até ao porto da cidade, pelo cruzador inglês “*Cormorant*”. No porto já se encontravam outras barcas, quando entrou o cruzador. Foram aprisionados os bergantins *D. Ana* e *Sereia* e a galera *Campeadora*. Para não se deixar prender com sua negra carga, o comandante do brigue *Astro*, José Francisco do Nascimento, teve uma resolução trágica, brande de deshumanidade, — afundou seu navio.

O comandante do *Cormorant*, Capitão Hubert Schumberg recebeu a visita do Guarda Mor da Alfandega, a quem entregou um ofício subscrito ao “Ilmo. Snr. Comandante da Fôrça da Cidade de Paranaguá”, naturalmente referente aos acontecimentos. O Guarda-Mor Francisco Pinheiro apresentou o ofício ao Coronel Manoel Antonio Guimarães (depois Visconde de Nacar) Comandante da Guarda Nacional, que se recusou recebê-lo. Igual procedimento tiveram o Delega-

do de Polícia José Francisco Barroso e o Juiz Municipal Dr. Filastro Nunes Pires, pelo que o portador o colocou na Agência Postal.

Todos estes acontecimentos ocorreram no dia 29 de Junho de 1850. À noite a mocidade paranaguense resolveu tomar um desforço do capitão inglês, pelo que combinou ir à Fortaleza da Barra e dar combate ao *Cormorant*. Entre essa destemida juventude figuraram Manoel Ricardo Carneiro, Caetano José de Souza, Bento Antonio de Menezes, José Cardenes do Amaral, Joaquim Caetano de Souza Ferreira, Antonio José de Medeiros, Custodio Borges, Antonio José da Costa Junior, Francisco Pires, Paulo José Dias Cardoso, Vitor da Silva Freire, Manoel José de Oliveira, Antonio Gonçalves Pindaí, Salvador do Prado, José da Cruz, João Feliciano dos Santos, Manoel Luiz Fernandes e outros, inclusive as tripulações dos navios arestados. Pela manhã do dia seguinte esses improvisados guerreiros desembarcavam na Ilha do Mel. Um entendimento com o comandante da Fortaleza, Capitão Joaquim Ferreira Barbosa, se impunha, antes de tudo. Para orador foi escolhido Manoel Ricardo Carneiro. Falou a linguagem cívica da mocidade do seu tempo e daquela hora de vindicta pariótica. Um navio de guerra estrangeiro havia arestado embarcações nacionais dentro do porto e isso era suficiente para explicar e determinar uma reação pelas armas. Ali estavam para ajudar a fortaleza a cumprir o seu dever.

Ao aparecer o *Cormorant*, rumo da barra, conduzindo os brigues *D. Ana* e *Sereia* e a galera *Campeadora*, o Comandante da Fortaleza fez seguir ao seu encontro um escaler conduzindo o sargento da Guarda Nacional Tomaz José de Oliveira com a incumbência de entregar ao capitão do cruzador inglês um ofício nestes termos: — “Ilmo. Snr. Tenho ordem do meu govêrno para V. S. não levar as barcas nacionais, que não estão despachadas pelas autoridades da cidade e nem por mim como comandante desta fortaleza, pois do contrário me verei obrigado a fazer fogo e só assim poderá sair o vapor”.

Este ofício não foi entregue. O escaler foi recebido com um tiro de pólvora seca e regressou. Ao mesmo tempo a fortaleza foi alvejada por bombas de calibre 80 e balas 36.

Travou-se a luta.

Funcionaram todos os canhões do forte e os do cruzador inglês, durante trinta minutos, pois nesse tempo o *Cormorant* já estava fora do alcance das balas da fortaleza e ancorava na enseada das Conchas. Aí os ingleses repararam danos por ventura ocasionados no cruzador, tripularam a ga-

lera *Campeadora*, incendiaram os brigues *D. Ana* e *Sereia* e prosseguiram viagem conduzindo a galera, rumo do norte.

Nem assim arrefeceu o tráfico de africanos para Parana-guá, pois ainda em 1861 o governo do Império, por denúncias levadas ao seu conhecimento, agia no sentido de extinguir o contrabando humano feito então pela barra do rio Supera-guá, onde podiam entrar, até o Guaraquessaba, embarcações até 200 toneladas.

7 — Guerra do Paraguai

Sob a presidência de Carlos Antonio Lopes, na República do Paraguai, seu filho Francisco Solano Lopes, em 1855, foi mandado à Europa numa missão de estudos e observações militares. De França onde realizou estes estudos, voltou Solano Lopes penetrado do espírito guerreiro que lá, como também na sua pátria quinze anos depois, havia de levar esses dois países aos desastres de 70.

Nomeado Ministro da Guerra do Governo do seu pai, criou no Paraguai um exército numeroso e aguerrido. Mor-to seu pai em 1862, sucedeu-lhe na presidência e deu largo desenvolvimento aos seus formidáveis propósitos de aventura guerreira. Fez construir as fortalezas de Humaitá, Curuzú e Corupaití, contratou técnicos estrangeiros para missões de instrução e construções militares; organizou uma frota de guerra de oito vapores, montou arsenais para a fundição de canhões e fabricação de toda a sorte de armamentos.

Quando em 1864 o Paraguai se sentiu fortemente preparado para uma guerra, deu-se entre o Brasil e o Uruguai então em guerra civil, um incidente que motivou a ocupação de Montevideu por forças brasileiras, prestigiadoras de Flores contra os bandos de Aguirre, declarado inimigo do nosso país.

Esse foi o pretexto para Solano Lopes apresar em águas do rio Paraguai o vapor brasileiro "Marquez de Olinda" e mobilizar um corpo de exército de mais de 3.000 homens para a invasão da Província de Mato Grosso. Após esses atos da mais evidente hostilidade, declarou guerra ao Brasil. Mato Grosso foi invadido e uma divisão de 11.000 homens foi lan-cada, através de Corrientes, contra o Rio Grande do Sul.

O governo brasileiro apelou para todos os seus recursos militares. Convocou a Guarda Nacional, organizou batalhões de Voluntários da Pátria.

A força de linha da guarnição da Comarca, composta de 153 praças e 9 oficiais, logo à primeira hora da guerra seguiu para São Paulo, à incorporar-se às forças expedicionárias do Coronel Manoel Pedro Drago.

Foi mobilizada a Guarda Nacional. Aviso de 4 de Agosto de 1865 determinou que essa Guarda dêsse 800 homens para guarnição e defesa da fronteira, tendo sido na mesma ocasião nomeado para a organizar, instruir e comandar, o Tenente Coronel José Maria Barreto Falcão. Esses guardas nacionais constituíram um Batalhão de Infantaria, um Esquadrão de Cavalaria e uma Companhia de Artilharia. Tais corpos "atingiram a um alto estado de disciplina e eficiência" segundo referem os relatos oficiais. O Batalhão de Infantaria, com 8 companhias, composto de 402 praças e 35 oficiais foi mandado para Montevidéu, onde se reuniu às forças brasileiras.

Ainda em 1865 seguiram para o Rio de Janeiro os primeiros Voluntários da Pátria, que em número de 78 praças e 3 oficiais foram incluídos no 4.º Batalhão de Infantaria, que dali seguiu para a guerra; e um batalhão de 4 companhias, da Guarda Nacional, com 318 praças e 7 oficiais, que a 24 de Maio seguiu para Santa Catarina, em transito para Montevidéu, sob o Comando do Major em comissão José Artur de Murinelly.

Até ao fim de 1865 a Província havia contribuído para a guerra com 1239 soldados, sendo: — Guardas Nacionais 517, Voluntários da Pátria 416, Fôrça de primeira linha 221, Recrutas 85. (*Relatório do Presidente Fleury, de 1866*).

No primeiro ano da guerra já havia o Paraná contribuído com 1,41 da sua população livre, que era calculada então em 87.491 almas.

Além desse total havia mobilizado nas imediações da fronteira Argentina 174 praças da Guarda Nacional do Major Manoel Marcondes de Sá, empregados na construção da estrada dos Campos de Palmas aos das Missões, em Corrientes.

A Província do Paraná, então com onze anos apenas de existência, correspondeu brilhantemente a esse chamamento às armas nacionais, mandando para todos os campos da luta 2.022 soldados, sendo 1296 guardas nacionais, 480 voluntários, 230 recrutas, 11 substitutos libertos, 4 libertos por particulares e 1 substituto.

Para que se sinta bem de que porte foi esse esforço da mais nova província brasileira na defesa militar da nação,

damos a contribuição de todas as unidades políticas do Império, parceladamente:

Baía	15.227
Corte	11.467
Rio de Janeiro	7.851
Pernambucc	7.136
São Paulo	6.504
Ceará	5.648
Maranhão	4.536
Rio Grande do Sul	4.483
Minas Gerais	4.070
Pará	3.877
Mato Grosso	3.298
Piauí	2.705
Alagoas	2.656
Paraíba	2.454
Sergipe	2.254
Paraná	2.022
Santa Catarina	1.537
Rio Grande do Norte	1.311
Espírito Santo	966
Amazonas	574
Goiaz	542

“O total dessas forças foi de 91.218 homens, que somados aos que já existiam no sul, em 1865, dão 111.651 homens que tomaram parte na guerra contra o Paraguai, não incluídas as forças da armada, as forças que diretamente seguiram das províncias do sul e muitos paizanos que exerceram funções civis junto ao exército”. (João Nogueira Jaguaribe, *Quanto Custou a Guerra contra o Paraguai*).

8 — Revolução Federalista no Paraná

Antecedentes. Resultantes da luta de partidos provinda da eleição do primeiro Presidente da República, foram os acontecimentos políticos que motivaram a dissolução do Congresso Nacional e a renúncia do Marechal Deodoro, respectivamente a 3 e a 23 de Novembro de 1891, e a deposição dos governadores, feita por Floriano Peixoto, seu sucessor na presidência.

Principalmente no Rio Grande do Sul os acontecimentos tiveram larga repercussão e motivaram da parte dos “Fe-

deralistas" (partidários de Gaspar da Silveira Martins) profunda exacerbação de ódios contra os "Castilhistas" (partidários do Governador Julio de Castilhos). Em Fevereiro de 1893, essas facções políticas estavam em armas, com a invasão do Estado pelas forças de Gumercindo Saraiva e de Vasco Martins, que iniciadas com 600 homens, recebiam concursos de vários chefes prestigiosos da campanha, entre os quais sobressaia Jóca Tavares.

Parecia, contudo, possível evitar-se a propagação da guerra, quando o episódio Wandenkólck, em Junho, reacendeu os ânimos. Esse almirante, ministro da marinha no primeiro govêrno da República, declarou-se contra os "Castilhistas" e lançou contra a barra do Rio Grande uma esquadilha de navios mercantes armados em guerra, que foram, afinal, apreizados pelo cruzador "República".

Em Agosto o Coronél Salgado, com 1.000 gaúchos, une-se a Gumercindo em Lavras e ambos se lançam novamente em ação. No mês seguinte a esquadra, sob a chefia do Almirante Custodio de Mélo se subleva no porto do Rio de Janeiro, dando à revolução federalista seu formidável concurso e possibilitando-lhe diretrizes nacionais.

Aumentadas as forças iniciais que pelejavam no Rio Grande, as do Coronél Salgado marcharam para a Laguna, em Santa Catarina, onde o Govêrno era federalista e as de Gumercindo para o Paraná, onde a revolução contava com numerosos prosélitos, embora o govêrno fosse radicalmente florianista.

A defesa do Estado. Afim de conter a marcha da revolução, o Govêrno da República designou o General Francisco de Paula Argôlo, que em Curitiba organizou uma divisão expedicionária que seguiu para Ambrósios com 300 homens com apoio na Lapa, com três brigadas com 1.400 homens. Ambrósios ficou sob o comando do Tenente-Coronél Ismaél Lago, e, a seguir, do Coronél honorário Adriano Pimentel.

Ao serem atacadas pelas forças de Gumercindo, as legais se retiraram para Tijucas, onde se fortificaram, mas onde tiveram de capitular, a 19 de Janeiro (1894) "atentas as condições extremas a que havia chegado a praça", como diz a ata da honrosa capitulação. As presas de guerra foram abundantes em armas, porém excassas em munições.

*** Paranaguá foi tomada pela esquadra do almirante Custodio de Mélo, no dia 15 (Janeiro de 1894) e esse foi um dos motivos da praça de Tijuca capitular, quatro dias depois,

a 19. A 20 as forças revolucionárias entraram em Curitiba. A 22 começou o cerco da Lapa.

Ataque e tomada de Paranaguá. Os navios da esquadra do Almirante Custodio de Mélo, que forçaram a barra de Paranaguá na manhã de 15 de Janeiro de 1894, foram o cruzador "República" e os navios mercantes, armados em guerra, "Esperança", "Pálas", "Urano" e "Iris".

Em terra reinava a agitação e quasi que a desordem. Entre os elementos de sua defesa havia federalistas, do que é exemplo a parte da Guarda Nacional, à qual se reuniram civis, que levou a efeito um sério levante, a 11 de Janeiro, sob o comando de Narcizo França.

Começaram as prisões. Ao desembarque das forças da esquadra, existiam na cadeia pública 110 presos, sendo 42 presos políticos e 68 Guardas Nacionais revoltosos.

A mais notável prisão de político foi a do prestigioso federalista paranaense Coronel Teófilo Soares, residente em Antonina, mas chefe espiritual da revolta dos guardas nacionais de Paranaguá, onde então se achava.

A conquista de Paranaguá deu-se assim:

A 13 de (Janeiro de 1894) apareceu à vista da fortaleza da barra o vapor "Esperança", que sendo recebido com tiros da bateria do forte, retrocedeu. No dia seguinte reapareceu o "Esperança", acompanhado dos vapores "Urano" e outros, que avançaram pelo canal da baía protegidos pelos canhões do cruzador "República". Demais, a resistência da fortaleza foi uma mera formalidade, de nenhuma eficiência.

Logo flutuou no forte a bandeira branca da rendição. Os navios passaram e foram ancorar em frente à ilha das Cobras. Nessa posição ficavam ocultos das vistas da cidade, o que, aliás, foi providência dispensável, pois a defesa de terra nada podia fazer contra a artilharia pesada dos navios atacantes.

A defesa de Paranaguá apenas contava com seis canhões de campanha e 400 homens sem adestramento militar: — contingentes do "Batalhão Patriótico 23 de Novembro" e da Guarda Nacional local. Afóra essa gente, apenas meia dúzia de artilheiros do exército.

Depois de quatro horas de bombardeio, calaram-se as baterias da esquadra. Nessa altura do combate chegaram a Paranaguá reforços de infantaria: — o General Pêgo Junior, Comandante do Distrito Militar com cerca de 100 homens da Guarda Nacional de S. Paulo.

Com a cessação do fogo parecia que os atacantes desistiam de Paranaguá e iam atacar Antonina onde julgavam mais fraca a defesa e donde fariam seguir para Curitiba suas tropas de desembarque.

O General Pêgo assim o entendeu, ao que parece, pois retirou-se para Morretes com 60 homens da guarnição. A esquadra, entretanto, cessára fogo afim de receber o vapor "Iris" armado em guerra, que lhe trazia 250 homens de desembarque.

O "Urano" aproxima-se então do Porto d'Água, sem receio da artilharia da costa, e arria escaleres cheios de tropa. A fôrça de artilharia comandada nesse local por Domingos Nascimento e composta de 20 praças apenas, embalde tenta repelir os adversários já em terra, protegidos pelas granadas de bordo.

Sucedem-se os desembarques e o bombardeio continua. Granadas explodem em todos os setores da defesa, que silenciam.

Só um setor resiste: — o da cadeia, na cidade, defendido pelo Capitão Julio Garcia, Guarda Nacional paulista, e pelo Cabo Pedro Machado, do 3.º Regimento de Curitiba. A tudo resistia a guarnição da cadeia, sitiada e violentamente tiroteada pelos revoltosos: — aos parlamentários do almirante e às balas dos fuzileiros navais.

Venceu-a, porém, a exortação de um prisioneiro, o Coronel Teófilo Soares Gomes, que assim salvou soldados e presos de um sacrifício inútil.

*** Há nomes que merecem citação na defesa de Paranaguá; além dos dois heróis da guarnição da cadeia. Entre oficiais do exército, capitães Manoel José de Faria e Albuquerque e Servando Loiola; tenentes Domingos Nascimento e João Pires de Albuquerque; Alferes João Negrão. Entre civis, guardas nacionais e patriotas, majores João Carvalho de Oliveira e Alfredo Paes de Barros; capitães Leon Sounis, Paulo Assunção, Francisco Negrão, Jesé Ferreira da Luz, Benjamin Cesar Correia; tenentes Teófilo Marques, Anibal Carneiro, Alvaro Natividade; alferes Pedro Viriato de Souza, Clarimundo José Correia, Julio Pernetá; sargentos Ismaél Martins, João Natividade, João do Vale e Balduino Munhoz. E mais um pugilo de bravos com Carmelo Rangel à frente. Duas mortes atingiram as fileiras da defesa: — as dos patriotas Francisco dos Santos Lima (Chico Padre) sargento ajudante do "Batalhão 23 de Novembro" e Gabriél Biten-

court. do mesmo Batalhão. Este falecido depois, em consequência de ferimentos recebidos em combate.

*** O "Batalhão 23 de Novembro" que forneceu um contingente à defesa de Paranaguá, era assim constituído, segundo relata Pedro Viriato no "O Dia" de 18 de Junho de 1936:

Comandante, Domingos Nascimento.

Major, João Carvalho de Oliveira.

Capitães, Paulo Assunção, João de Tapitanga, José Ferreira da Luz, Gastão Sengês e Vicente Machado, que deixou de exercer seu posto por estar no exercício de Governador do Estado.

Tenentes, Ulisses Braga e Josino Tito da Costa Lobo.

Alferes, Amadeu Munhoz, Alvaro Pereira, João Natividade, João do Vale e João Batista da Costa Carvalho.

Outros oficiais foram designados para outras unidades:

— Otávio do Amaral, Artur Martins Lopes, Lassala Freire e Francisco Guimarães, para o 6.º Batalhão da Guarda Nacional e Augusto Espinola para o comando de um Esquadrão de Cavalaria Civil.

O Setor de Tijucas. A invasão do Paraná pelos federalistas, obedeceu a um plano concertado no porto de S. Francisco entre chefes militares. Foi aceite o plano traçado pelo engenheiro reformado Coronel Jaques Ourique, aliás conhecedor de todo o sul do Estado desde quando o percorreu a serviço das explorações da comissão de limites entre o Paraná e Santa Catarina.

Da execução desse plano foi que resultaram os ataques simultaneos a Paranaguá, Tijucas e Lapa. É informação do General J. B. Borman, no I volume de *Dias Fratricidas*.

Já vimos como se desenvolveu o ataque a Paranaguá. Vejamos agora o que ao mesmo tempo se passava no setor de Tijucas.

*** O primeiro choque contra a praça de Tijucas, se deu a 11 de Janeiro (1894).

Ao contrário do que ocorreu em Paranaguá, em Tijucas as forças legais puderam infligir graves perdas aos atacantes, embora com número inferior de combatentes. As forças

legais segundo o autor citado acima orçavam, ao primeiro encontro, (dia 11) por 200 combatentes apenas, reforçadas depois, com a segunda ala do batalhão dos Franco Atiradores, sob o comando do Tenente-Coronel José Bevilaqua e com outros contingentes.

As forças que pudemos relacionar foram, no setor de Tijucas, constituídas pelas seguintes unidades:

— Contingentes do 5.º e do 6.º batalhões de Guarda Nacional de Curitiba;

— Ala esquerda do Batalhão de Franco-Atiradores, comandada pelo Dr. Xandó;

— Ala direita do mesmo batalhão comandada pelo Tenente-Coronel José Bevilaqua;

— Baterias de Artilharia, comandadas pelos Tenentes José Candido Murici e Antonio Catão Maza, este ferido em combate e falecido dias depois;

— Contingente do 17.º Batalhão de Infantaria do exército;

— Contingente da Guarda Nacional da Lapa;

— Contingente da Guarda Nacional de São José dos Pinhais, do comando do Major José Craveiro de Sá.

Do lado dos atacantes formavam forças numerosas, do comando geral de Gumercindo Saraiva e compostas de unidades sob as ordens de Aparicio Saraiva, Coronel Sebastião Bandeira, Tenente-Coronel Jaques Ourique, Folião e Coronel Norberto de Amorim Bezerra, comandante da artilharia.

Nos primeiros recontros os atacantes sofreram muitas baixas e o próprio Gumercindo Saraiva estranhou encontrar tão forte resistência, pois lhe haviam dito que entraria no Paraná em passo de parada.

Nos dias seguintes a peleja foi árdua e prolongada. Comandavam, então, as duas facções, Gumercindo a federalista e o Coronel Dr. Adriano Pimentel, veterano do Paraguai, a legalista.

Todos os ataques dos revoltosos repelidos, com grandes vantagens para os legalistas, até que se feriu, a 16, o maior dos combates, com o inimigo postado à cavaleiro do adversário. Várias foram as baixas nas forças legais, entre elas, feridos, o Comandante Ismaél Lago, o Capitão Orozimbo Mar-

condes, os Tenentes Jesuino Dias de Camargo e Felix Seixas de Araujo e nove praças, entre os quais três mortos.

O Comandante Pimentel determinou que fosse tomada, à baioneta, a posição favorável do inimigo. Dessa difícil empresa foram incumbidos o Capitão Teodorico Guimarães e o Alferes Jocelim de Alencar Oliveira, com um contingente do 17.º Batalhão reforçado por praças escolhidos de outras unidades.

A posição foi tomada. E o Capitão Teodorico bravamente a manteve, repelindo a todos os contra-ataques, até que o comandante geral resolveu o contrário, visto o inimigo estar contornando todo o acampamento legalista.

Os ataques punham, agora, em situação difícil os defensores da legalidade que já resistiam com deficiência de munição e com consecutivas baixas. A 17 foram feridos (veio a falecer) o bravo Tenente Pedro Bueno, da Guarda Nacional de S. José dos Pinhais e mais três praças, e mortos cinco soldados.

O hospital da "Cruz Vermelha" à cargo do médico militar Dr. Brasílio Luz e do Dr. Jorge Meier, estava lotado de feridos e era alvejado pelo inimigo. Aí, no exercício de sua função humanitária, foram atingidos por bala dois enfermeiros, morrendo um deles.

A situação ia se tornando insustentável e uma retirada era impossível devido a falta de cavalaria e desse elemento dispunha profusamente o inimigo. A água, que só existia fora do raio de trincheiras, era disputada à bala. Gêneros alimentícios escassejavam, pois o inimigo se apropriara dos últimos comboios de reabastecimento.

Pela manhã de 17 surgiu diante do setor um homem agitando uma bandeira branca. Era o negociante Roberto Hauer, aprisionado com um dos comboios, que trazia uma mensagem em que o chefe inimigo intimava a praça a render-se, o que foi recusado, a despeito da precariedade de sua defesa.

A 19 apareceu o mesmo emissário, com carta do Dr. Anibal Cardoso, do acampamento de Gumercindo, insistindo com o Comandante Adriano Pimentel na aceitação da proposta de rendição, à vista da inutilidade de uma resistência quando Paranaguá e Curitiba estavam dominadas pelos revolucionários e a Lapa fechada por apertado sítio.

Desse convite resultou um encontro, na praça legalista, do Dr. Anibal Cardoso que se fez acompanhar do Major Vitorino Ordini, da Guarda Nacional de São José dos Pinhais, com o Coronel Adriano Pimentel Comandante da guarnição de Tijucas, — e desse encontro resultou a capitulação.

*** Os capitulados foram em número de 750 e dentre eles 1 coronel, 12 capitães, 16 tenentes, 27 alferes e 2 médicos militares.

As suas baixas totais foram, de 11 a 19 de Janeiro, 17 mortos e 41 feridos.

Sítio e Tomada da Lapa. O General Argôlo, que havia estabelecido o plano de defesa do Estado pela linha do Rio Negro, em fins de novembro substituiu esse plano pelo de concentração de todas as forças na cidade da Lapa. O General Borman (*Dias Fratricidas*, vol. I, 156) diz que outra teria sido a sorte da defesa legalista se este segundo alvitre de Argôlo tivesse sido tomado um mês antes e com uma força mais numerosa, bastando que tivesse sido possível a ocupação da Serra de S. Bento antes do inimigo, para lhe impossibilitar a invasão do Paraná pelo lado do Rio Negro.

Em fins de novembro, a expedição Argôlo havia se recolhido à cidade da Lapa, onde a 2 de Dezembro passou o Comando de Distrito ao Coronel Ernesto Gomes Carneiro, retirando-se para a Capital Federal a chamado de Floriano.

Nos últimos dias do mês (27 de Dezembro) vários piquetes do inimigo mostraram-se nas proximidades da cidade da Lapa, que então contava com uma guarnição de pouco mais de 700 homens apenas, devido a destacamentos dela retirados para reforço de Ambrósios e Paranaguá e diligências em localidades do Rio Iguassú, onde se formavam núcleos revolucionários, — um total de cerca de 500 praças.

O Capitão Teodorico Guimarães com 100 praças do 17.º de Infantaria, fôra mandado reforçar Tijucas; o Capitão Rozendo Marcondes também com 100 praças do 18.º de Infantaria da Guarda Nacional da Lapa, seguira com o mesmo destino, bem assim toda a ala direita do Batalhão Franco-Atiradores, sob o comando do Tenente-Coronel Dr. José Bevilaqua; o Capitão Custódio Gonçalves Rolemberg, do Regimento de Segurança do Paraná, com uma centena de guerreiros fôra mandado bater, nos rios Negro e Iguassú, piquetes inimigos

e rebeliões federalistas; e o Capitão Julio Garcia, da Guarda Nacional de S. Paulo, com 180 praças do 108 e 11, destacava para Paranaguá como reforço da defesa.

Outros pequenos contingentes do 18.º Batalhão de Guardas Nacionais da Lapa e dos batalhões patrióticos "Quinze de Novembro" e "Floriano Peixoto", também da Lapa, comandados pelo Tenente Francisco Bacelar, andavam em diligências distantes da cidade.

Com o seu efetivo assim reduzido, a guarnição da Lapa, a 15 de Janeiro (1894) viu o inimigo aparecer entre os quilômetros 3 e 4 da estrada que vai para o Rio Negro, e em número calculado (calculado oficial) em 1.200 homens.

Nesse dia romperam as hostilidades das duas frentes de combate.

Foi a seguinte a posição das forças de defesa, segundo o relatório do então Major Felipe Schmidt, ao Ministro da Guerra, de 5 de Julho de 1895:

"As nossas forças conservaram as suas posições. Na frente, a artilharia em linha de batalha, tendo à esquerda acampado o 17.º de Infantaria e um pouco à retaguarda o piquete do 8.º de Cavalaria de Linha; à direita, o Regimento de Segurança e 50 praças do 111 da Guarda Nacional de S. Paulo; à retaguarda, cerca de 400 metros, no largo da Municipalidade o 18.º de Infantaria e o 13.º de Cavalaria da Guarda Nacional da Lapa. comandados, o primeiro pelo Alferes do exército, comissionado em Tenente-Coronel, Aristides Vilas-Bôas, e o segundo pelo Coronel João Pacheco; mais à retaguarda ainda, vigiando o extremo oposto da cidade, os batalhões patrióticos "Floriano Peixoto" e "Quinze de Novembro", que guardavam no flanco direito a estação da estrada de ferro, no centro o cemitério e na esquerda o engenho Lacerda.

"Dispostas assim as forças dentro da cidade e colocadas duas guardas a um quilômetro e pouco para cada flanco, uma à direita no alto da Cruz, e outra à esquerda no alto do Monge, duas coxilhas que dominam toda a cidade, aguardava o Coronel Carneiro as hostilidades do inimigo".

O primeiro combate de infantaria ocorreu a 17. A cavalaria inimiga, sem ser presentida, contornara a cidade, na noite anterior, tiroteando a retaguarda das posições legalistas.

As forças atacadas foram as dos batalhões patrióticos da Lapa, da Brigada do Coronel Joaquim Lacerda.

Esses batalhões foram logo reforçados com contingentes do Regimento de Segurança e do 18.º de Infantaria da Guarda Nacional da Lapa, com os Sapadores de S. Paulo e uma metralhadora. No alto do cemitério foram colocados um canhão Krup e um Withworth e em sua proteção destacamentos do 17.º de Infantaria de linha e do 111 de S. Paulo, sob o comando do Coronel Serra Martins. O comando geral da ação foi feito pessoalmente pelo Coronel Gomes Carneiro, auxiliado pelo Coronel Lacerda, comandante da Brigada atacada.

Após quatro horas de combate o inimigo retirou-se deixando vários mortos, animais e armas e os defensores cinco baixas por morte e outras por ferimento.

O Comandante da Divisão elogiou calorosamente as forças lapeanas de patriotas e guardas nacionais, pela "coragem e galhardia" demonstradas nesse batismo de fogo.

"Estavamos porém cercados" escreve o Major Schmidt em seu relatório. "O inimigo, dividido em duas colunas, acampou na nossa frente e retaguarda, à distância aproximada de cinco quilômetros de um e de outro lado, nas margens das estradas de ferro e de rodagem, e cortando a linha telegráfica interceptou de todo as nossas comunicações com Curitiba".

Tudo dependia, então, da prometida vinda dos batalhões Frei Caneca e Campineiros, para o rompimento do cerco e retirada sobre Curitiba afim de se operar junção com as forças do General Pêgo. Até que isso ocorresse, porém, era mister resistir. E o General Gomes Carneiro, enquanto esperava esse auxílio, "fez levantar trincheiras em diversas ruas, fechando com elas cerca de dois terços da área da cidade, parte que podia eficazmente ser defendida pela nossa pequena força" escreve Schmidt em seu citado relatório. A rua das Tropas, a estação da estrada de ferro, o cemitério e o engenho Lacerda, ficaram fora da área entrincheirada.

Os dias 18 a 21 foram "quasi de armistício". A 22 três cavaleiros, um deles agitando uma bandeira branca, procuraram parlamentar. O Coronel gritou-lhes que retrocedem. Não recebia parlamentários. Mandaria fazer fogo se insistissem.

O 17.º de Infantaria fez uma descarga. Do lado do inimigo cornetas e clarins tocaram "Avançar" e "Fogo". Diz o Major Schmidt: — "De três pontos do Monge (morro do)

outras tantas bocas de fogo dispararam sôbre a cidade e uma fuzilaria cerrrada rompeu do mato e casas próximas às nossas forças de retaguarda”.

Em dado momento cessou a fuzilaria atacante e apareceram no setor onde se achavam os coronéis Joaquim Lacerda, comandante da 2.^a Brigada e Ducidio Pereira, comandante do Regimento de Segurança, os negociantes de Curitiba srs. José Fernandes Loureiro e Artur Balster, que queriam parlamentar em nome do comércio da capital.

Avisado o Coronel Gomes Carneiro, dirigiu-se em pessoa aos parlamentários, negando-lhes o direito de intervirem e recusando-se a receber um ofício que traziam.

O regresso desses mensageiros determinou da parte do inimigo um ataque violentíssimo na retaguarda e no flanco esquerdo, ao mesmo tempo. Os setores da defesa recuaram em vários pontos, após várias horas de combate, porém foram mais tarde impetuosamente retomados.

O Major Inácio Costa, comandando forças do Regimento de Segurança, dos guardas nacionais e patriotas da Lapa e do 17.^o de Linha, bateu e desalojou o inimigo das matas da direita. E Clementino Paraná, Capitão do Regimento de Segurança, com forças da sua unidade e das demais citadas, expulsou em renhido combate à couce de armas, os inimigos que se haviam fortificado na estação da estrada de ferro.

Foram os heróis do dia esses dois denodados guerreiros do Paraná.

De 23 a 26 foi diário e de sol a sol o bombardeio da Lapa pelos quatro canhões Krup dos sitiantes. A defesa foi reduzida em seu raio e limitada às zonas de trincheiras. O inimigo ocupou a rua das Tropas e o Alto da Lapa.

De 28 de janeiro a 1.^o de fevereiro, a cidade, exposta aos tiros dos sitiantes, foi inclementemente batida. Em qualquer das ruas o transito se tornou perigoso. “Não raro via-se caírem feridos ou mortos aqueles que por necessidade do serviço ou por atos comuns de imprudência, transitavam por elas”.

De 2 a 6 de Fevereiro, os atacantes consolidaram suas posições e mantiveram seguido tiroteio. A 7 já o inimigo tiroteava dos quintais da rua da Boa Vista e a 7 forças muito numerosas atacavam todos os flancos da cidade.

Diz o relatório já tantas vezes citado: — “Trava-se então renhido e mortífero combate, no qual os combatentes, se não

chegaram ao uso da arma branca, fuzilavam-se, entretanto, apenas separados por cercas de tábuas que dividiam os quintais ou fechavam os lances de rua onde não existiam casas”.

Serra Martins dirigia os setores de um lado da cidade e Joaquim Lacerda os de outro. Gomes Carneiro a cavalo, estava em toda a parte, dando o exemplo e animando a resistência.

Foi assim que apareceu na trincheira erguida no cruzamento da rua das Tropas com a da Boa Vista entre as casas do Sr. Francisco de Paula e do Coronel João Pacheco, onde a fuzilaria estava dizimando a guarnição.

Apenas chegára, uma bala de fuzil inimigo o prostrou gravemente ferido. Foi recolhido à casa próxima, do Professor Pedro Fortunato de Souza Magalhães, onde ficou em tratamento, ao cuidado do Dr. João Cândido Ferreira, médico da 2.^a Brigada.

O duelo entre a trincheira e os atacantes recrudesciu. Os patriotas lapeanos, do Batalhão Floriano Peixoto, Henrique José dos Santos e Alferes José Fidencio Guimarães, comandante e sub-comandante desse setor, quasi que ao mesmo tempo cairam mortos e sob as suas armas. O Alferes-Aluno Gustavo Lebon Régis, que manobrava com eficiência um canhão Krup, era posto fora de combate, gravemente ferido.

Mortos ou feridos, cairam todos os defensores da heróica e fatídica trincheira. Calou-se o canhão, emudeceram as carabinas. Pela trincheira defendida agora pelos mortos, ia passar, triunfante, o inimigo. Mas num supremo instante apareceram para combater ao lado deles, o Coronel Lacerda, o Major Menandro Barreto e o Capitão Sisson, com reforços de patriotas lapeanos e do 17.^o de Infantaria de Linha.

E o canhão ribombou de novo. E as carabinas estalaram novamente, no ritmo agônico dos tiroteios.

*** O dia era aziago por toda a parte. As casas da rua Boa Vista eram invadidas pelo inimigo e de continuo retomadas. Nesse empenho caíam, de parte a parte, dezenas de combatentes.

No fragor de um desses assaltos, em que demonstraram indomável valentia os lapeanos do Batalhão Floriano Peixoto, caiu morto por bala o Tenente-Coronel comandante desses patriotas, Dr. José Amintas de Barros, àquele posto elevado na véspera.

Noutro setor é mortalmente ferido o Coronel Cândido Ducidio Pereira, ídolo dos seus soldados do Regimento de Segurança.

A luta foi, por toda a parte, árdua e mortífera; mas, ao cair da tarde, três tiros de canhão do inimigo comandaram, do alto do Boqueirão, a retirada das tropas assaltantes.

*** Todos os prisioneiros confirmaram estar o Estado inteiro, exceção da Lapa, em poder dos revolucionários. Não houve meio de tornar essa desesperadora verdade só sabida dos comandos e dos seus estados maiores. O seu conhecimento, até com detalhes, era público na cidade sitiada.

Daí resultaram desânimo e deserções. A causa da defesa perdia entusiasmo e esperanças. Reinava o fatalismo quasi em desalento.

No dia 8 ao se saber da morte de Ducidio Pereira, os seus soldados abandonaram as trincheiras e foram vêr, ainda uma vez, o seu querido e bravo comandante. Foi preciso antecipar o enterramento para que as praças fossem de novo para seus postos.

Findára, também, quasi à mesma hora, a vida do Comandante Geral, Coronel Gomes Carneiro. A sua morte não foi divulgada nesse dia. Os comandantes de unidades, que haviam se reunido pouco antes, no depósito de munições, para trocarem idéias sobre a situação, acharam-na extremamente grave. Havia, contudo, munição de guerra e alimentos para mais alguns dias; — e diante disso o Coronel Lacerda propoz que assumissem todos compromisso de honra de defender a cidade até que se esgotassem os últimos recursos.

“De pé, braços estendidos e mãos sobrepostas, — foi essa promessa solenemente feita”.

No dia 10 a notícia da morte do Coronel Carneiro era conhecida de todos. A desolação era geral. Foi sepultado na sacristia da Matriz, envolto na bandeira do 17.º Batalhão de Infantaria.

*** Na manhã de 11 um emissário dos sitiados trouxe um ofício do General Laurentino Pinto Filho, comandante do 2.º Corpo do Exército Revolucionário, dirigido ao Coronel Joaquim Lacerda, propondo a capitulação.

Já então a impressão geral era de que a resistência se tornára impossível e a derrota rondava as fortificações da cidade.

E a Lapa capitulou. (*)

(*) ATA DA CAPITULAÇÃO

“Aos onze dias do mês de Fevereiro de mil oitocentos e noventa e quatro, na cidade da Lapa, no Quartel General da segunda brigada, presentes os generais Gumerindo Saraiva, comandante do exército revolucionário do Rio Grande do Sul, e em chefe das forças em operações neste Estado; Antonio Carlos da Silva Piragibe, comandante do primeiro corpo do exercito nacional provisório; Laurentino Pinto Filho, comandante do segundo corpo do mesmo exercito; Coronel Julião Serra Martins, comandante da primeira brigada; Coronel Joaquim Lacerda, comandante da segunda brigada; os oficiais abaixo assinados, pertencentes ás referidas brigadas, por eles foi convencionada a capitulação da Praça da Lapa, sob as seguintes condições:

Os três generais, como representantes do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, aceitam a capitulação, concedendo aos comandantes e mais oficiais da guarnição, todas as honras da guerra, atendendo a fórma heróica por que defenderam a praça, rendendo-se apenas por circunstancias especiais supervenientes, sendo-lhes entregue todas as armas, munições e tropas. Aos oficiais é concedida plena liberdade e meios de transporte dentro do Estado, para com seus bagageiros tomarem o destino que lhes convenha, sob condição de não mais tomarem armas contra a revolução, que tem por fim a defesa da Constituição e das Leis da Republica. E do mesmo modo garantida a liberdade, vida e propriedade de todos os civis, que se acharem em armas e que não queiram aderir á nossa causa, devendo tambem fazer entrega de armas e munições.

E por acharem todos conforme lavrou-se a presente ata, que assinaram: Gumerindo Saraiva, Antonio Carlos da Silva Piragibe, Laurentino Pinto Filho Coronel Julião Augusto de Serra Martins, Coronel Joaquim Lacerda. Capitão Augusto Maria Sisson, Major Inácio Gomes da Costa, Alferes Secundino Eustaquio da Cunha, Capitão José Olinto da Silva Castro, 2.º Tenente Mario Alves Monteiro Tourinho, Capitão Praxedes A. Morocines Borba, Tenente José Lourenço C. Chaves, Alferes Alvaro Cezar da Cunha Lima, Capitão Clementino Paraná, Major Frederico Koch Angelo, Tenente José Mansbergert, Tenente José Meinl, Alferes Amalio Cecilio de Oliveira. Alferes Domingos José dos Santos, Tenente Coronel Libero Guimarães, Capitão Torquato Pinto Ribas, Alferes Pedro Hoffmann, Alferes Ascendino Ferreira do Nascimento, Tenente Oscar Candido Capeli, Capitão Dr. José Sentari, comandante do pelotão de Sapadores, Alferes Candido Gomes Coelho, (dos Sapadores), Alferes Junkwalder, Tenente Ricardo Wiegler, Alferes Quintino Jaguaribe de Oliveira, Alferes Candido José Pamplona, Alferes Max Scheuer, Alferes Antonio Gomes Ferreira, Alferes Manoel A. Botelho Ataíde, Major engenheiro Joaquim Gonçalves Junior, Tenente Coronel Emilio Blum, Americo Vidal, Alferes Teodoro F. de Melo, Tenente Raimundo de Abreu, Major Felipe Schmidt, Dr. Tenente-médico Felipe Maria Wolf, Capitão José Maria Sarmiento de Lima, Tenente Adalberto de Menezes”.

9 — Campanha do Contestado

O vocábulo “sertão” designa lugar de floresta distante de povoação civilizada, habitado ou não. Quando habitado,

sua população é em regra representativa dos primitivos aborígenes do país e em parte mestiça, de cruzamento com branco, e, em pequeno número, com preto.

Há muitos anos atrás entre esses povos apareciam bandos de fanáticos, guiados à malandragem e à desobediência legal por indivíduos que lhes exploravam a rude credence e a ignorância das vantagens sociais.

Assim guiados se tornavam capazes de todas as audacias, e a última grande manifestação de um tal estado psicológico da alma coletiva do habitante do sertão, foi motivada pela ascendência de um aventureiro, o falso monge José Maria, sobre populações fanáticas dos campos e sertões do território então contestado entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, principalmente na parte catarinense.

*** José Maria apareceu no sertão de Campos Novos após ter sido soldado do exército e de desertar da polícia paranaense. Era indivíduo ignorante mas relativamente inteligente e seu verdadeiro nome era Miguel Lucena.

De pronto percebeu o falso monge que o meio em que se homiziara era favorável ao seu domínio e lhe poderia facilitar as mais audazes iniciativas exploradoras da ignorância geral.

Adotando o nome e a suposta qualidade de "monge" do célebre fanático que anos antes tanto movimentara os sertões do Tibagi, o novo José Maria passou a fazer curas, a maravilhar os caboclos e em seguida a se fazer obedecer como chefe supremo, com grosseiras idéias monarquicas. Mais de 2.000 fanáticos se prontificaram a lhe seguir o comando e com a continuação das suas predicas esse número se tornou muito mais avultado e se disseminou pelo sertão, principalmente de Santa Catarina. Seu primeiro centro de ação fôra o sertão de Campos Novos, naquele Estado, onde chegou a dominar.

Os seus homens de luta estavam armados de longos sabres e espadas curvas. As melhores dessas armas foram distribuídas pelos caboclos mais robustos e valentes, cujo conjunto denominou "Doze Pares de França".

Resolveu (1912) José Maria ocupar a vila catarinense de Curitiba, onde foi repellido. Passou-se então para o Estado do Paraná, e nos campos do Itaipó acampou com o seu improvisado exército.

*** As intenções perturbadoras da vida sertaneja e ameaçadoras das populações dos centros próximos, determi-

naram providências militares do Estado do Paraná e do próprio governo federal, no sentido do restabelecimento da ordem nas zonas de incursão dos fanáticos amotinados.

Um destacamento composto de 85 praças do 14.º Regimento de Cavalaria e duas secções de metralhadoras, com 51 praças, sob o comando do Tenente Coronel Alvaro Pedreira Franco, em Setembro de 1912 foi mandado guarnecer a linha da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, da estação do Herval à do rio Caçador. Um destacamento de 400 praças do Regimento de Segurança do Paraná sob o comando do Capitão do exército dr. João Gualberto Gomes de Sá Filho, em Outubro do mesmo ano acampou a 8 léguas da cidade de Palmas, de onde, no dia 20, à frente de 58 praças de infantaria, algumas de cavalaria e uma metralhadora "Maxim", partiu ao encontro dos rebeldes, entrando nos campos do Iraní às 6 horas da manhã do dia 22.

Pressentidos pelos bandos de José Maria, estes, em número aproximado a 300 indivíduos, parte a pé e parte montados, avançaram sôbre a pequena fôrça, atacando-a à arma de fogo e depois à arma branca. Dado o ímpeto e o imprevisto do ataque assim organizado, o bravo comandante João Gualberto procurou, êle próprio, fazer funcionar a metralhadora, o que não conseguiu.

Logo ao primeiro embate a polícia perdia 12 homens e outros tantos os fanáticos. Dado o entrevero, o "monge" atacou, armado de facão, o Capitão Gualberto, que com dois tiros de revólver o prostrou sem vida. Mas por sua vez caía o intrépido comandante da polícia paranaense, ferido de morte pelo golpe de facão que seu agressor lhe desfechára sôbre a cabeça.

O destacamento teve 13 mortos e 16 feridos. Perdeu 40 fuzís, a metralhadora e 3.250 cartuchos, e em retirada precipitada reuniu-se ao grosso do seu regimento que acampára próximo a cidade de Palmas, para onde também teve ordem de marchar o destacamento Pedreira Franco que guarnecia a região do Caçador.

*** Essas forças foram então aumentadas com 200 praças do Regimento de Segurança do Paraná, sob o comando do 2.º Tenente Fabriciano do Rego Barros, e sertanistas civis sob a chefia do Snr. Fabricio Vieira. As forças da polícia e bem assim as civis, em fins de Outubro foram desagregadas da expedição, visto ter o govêrno federal resolvido providenciar, com uma organização militar decisiva, sôbre o restabelecimento da paz e da ordem no Contestado, onde a presen-

ça de forças estaduais poderia motivar desavenças devidas a questão de limites Paraná-Santa Catarina, então incandescente.

A expedição federal, sob o comando do Coronel Antonio Sebastião Bazilio Pyrrho, compoz-se do 5.º Regimento de Infantaria, do 14.º Regimento de Cavalaria, Segunda Companhia de Metralhadoras e dois canhões do 2.º Regimento de Artilharia.

De 23 de Outubro a 29 de Novembro (1912) esta expedição explorou todo o sertão nas regiões de Porto União, Palmas e Iraní, nada encontrando de anormal. Os fanáticos já haviam transposto a fronteira catarinense, regressando aos municípios de Campos Novos e Curitibanos.

*** Os fanáticos entravam então numa segunda fase de movimento, entrincheirando-se em redutos.

A zona das estações do Caçador e do Herval, mereceu, por isso, toda a atenção das autoridades militares. Em Dezembro de 1913 uma companhia de guerra do 6.º Regimento sob o comando do Capitão Adalberto Gonçalves de Menezes, partiu de Curitiba para Porto da União e daí para o rio Caçador e outra companhia do 5.º Regimento sob a direção do Capitão Espiridião José de Almeida para a estação do Herval.

Ambas visavam observar os rebeldes do reduto de Taquarussú.

Ordenado o ataque a esse reduto, o que devia ser feito pelos dois destacamentos postados em pontos diferentes e distantes de invios caminhos e matagais imensos, a expedição do Capitão Adalberto aí chegou com antecedência da do Capitão Espiridião e teve de sustentar três horas de fogo com os rebeldes e em situação a mais crítica possível. A companhia Espiridião, por sua vez, fracassou, porque chegára quando a outra já se havia retirado. E por sua vez retirou-se para Campos Novos.

As dificuldades de uma ação combinada entre duas forças distantes uma da outra e em zona de florestas que desorientam aos próprios "vaqueanos", foram as causas do insucesso do ataque ao reduto do Taquarussú. E esse insucesso concorreu para estimular o banditismo, que então já estava sendo explorado pela politicalha do município catarinense de Curitibanos.

Nova expedição foi mandada contra o Taquarussú, composta do 54.º Batalhão de Caçadores, duas secções de metralhadoras, um esquadrão do 14.º de Cavalaria, uma secção de

Artilharia de Montanha e dos dois destacamentos anteriores, — sob o comando geral do Tenente Coronel Duarte de Aleluia Pires, concentrando-se nos Campos do Espinilho.

O efetivo dessa tropa era de 754 homens, servidos por 140 animais cargueiros. Dividida em três colunas marchou para o reduto visado e a 7 de Fevereiro (1914) estacionou no Campo dos Vicentes, a uma légua de Taquarussú.

Vencendo as dificuldades do terreno, que só permitia a marcha a um de fundo, a vanguarda da tropa conseguiu tomar posição, no dia seguinte, na coxilha circundante do reduto.

Várias foram as tentativas infrutíferas feitas para evitar o bombardeio do reduto do Taquarussú. Não faltaram pessoas generosas que com risco da própria vida procuraram evitar esse combate, com a deposição das armas pelos rebeldes.

Nesse sentido são conhecidos e louvados os esforços do então deputado federal paranaense Manoel Correia de Freitas, de um frade missionário e até de um feiticheiro de Campos Novos. Estes dois últimos foram mal recebidos e até variados pelos fanáticos exaltados.

Diante dessa atitude e recebida por forte tiroteio ao aparecer na coxilha, a expedição federal iniciou o ataque com tenacidade e bombardeou o reduto com eficiência. Na manhã do dia 9 as forças federais ocupavam Taquarussú, reduzido a um montão de cinzas.

*** Os foragidos deste reduto e outros bandoleiros acotaram-se no Caragoatá, a 5 quilômetros de Perdizes Grandes, domínio do fazendeiro catarinense Manoel Alves de Assunção Rocha, que tinha imenso prestígio sobre os bandoleiros que em 1914 o proclamaram seu "imperador".

As mesmas forças que atacaram e destruíram Taquarussú, foram mandadas a Caraguatá com fins idênticos. Apenas o comandante, por doente, foi substituído pelo Tenente Coronel José Capitulino Freire Gameiro. Novas tentativas de deposição das armas pelos rebeldes foram feitas, igualmente sem resultado.

Divididas as forças em duas colunas e a 1½ légua do reduto, foi a retaguarda atacada por uma patrulha cabocla de 300 homens, que a cavalaria ao mando do 1.º Tenente Sardenberg dispersou e perseguiu. As forças atacantes prosseguiram sua marcha e a 1 quilômetro do reduto foram vivamente hostilizadas. Toda a marcha foi feita sob tenaz tiroteio e continuas emboscadas, dentro da mata bruta, que as

metralhadoras do Tenente Leonidas Marques e do aspirante Isaltino varejavam de balas.

Houve um momento em que parecia que o inimigo ia dominar a situação, pois irrompia de todos os lados e a natureza do terreno era favorável às astúcias de um combate caboclo. Diante dessa triste previsão, com 26 homens mortos e 21 feridos, o comandante Gameiro decidiu a retirada para Perdizes.

*** Por sua vez os bandoleiros abandonaram Caragoatá onde era precário o estado sanitário. Seus chefes transferiram o acampamento para Pedras Brancas (margem esquerda do Timbózinho) onde surgiu o reduto de Tamanduá. A população desse acampamento era numerosa, consumindo diariamente 40 rezes para sua alimentação. Foi por eles fortemente guarnecida a serra de Santa Maria e a zona do Caçador.

Esta nova arregimentação das populações rebeladas, exigiu novas providências do governo federal. Na fazenda dos Pardos a 3 quilômetros de Calmon, foi feita a concentração das forças que agiam no Contestado, acrescidas das do 7.º Regimento de Infantaria com um efetivo de 700 praças.

Em Março (1915) essas forças se achavam sob o comando em chefe do General Frederico de Mesquita, e em Abril eram divididas em três colunas, a cargo do Tenente-Coronel Aleluia Pires e Major José da Costa Vilar Filho.

Movimentadas essas forças, às quais um pelotão de vaqueanos do Snr. Fabricio Vieira prestava o inestimável concurso de seus conhecimentos da região, — o contacto com o inimigo se deu em plena serra, onde se sucediam as emboscadas. Mas o reduto de Santo Antonio foi tomado, embora à custa dos maiores sacrifícios.

Dissolveu-se então a expedição Mesquita, ficando no Contestado apenas o 16.º Batalhão de Infantaria sob o comando do Capitão João Teixeira de Matos Costa, com base em Porto União e guarnições no Timbó e em Canoinhas.

O Capitão Matos Costa empregou todos os seus esforços para conseguir a paz sem praticar violências, mas os fanáticos lhe recusaram todas as sugestões e propostas e acabou sendo vítima do seu nobre idealismo pacifista.

Nos primeiros dias de Setembro (1914) nova irrupção de desordeiros, sob a chefia de Venuto Baiano (aliás Francisco Paes de Farias) se manifestou com ferocidade nas fazendas do Campo de São Roque e em seguida em Calmon, onde incendiaram casas e mataram pacíficos moradores. Esta esta-

cão foi depredada, bem como a de S. João e a serraria "Lumber Company" que foi incendiada.

O Capitão Matos Costa, mais confiante na força moral dos seus sentimentos, se achava então no Timbó e daí partiu, em trem militar, com 60 homens apenas, desembarcando a 3 quilômetros da estação de S. João, com 40 praças e dois sangentos, determinando que o trem com 22 praças e a maior parte da munição, avançasse em seu socorro no caso de necessidade de uma retirada. Os bandidos ocultos em espesso vassoural, abriram fogo cerrado sôbre a pequena força desabrigada no leito da estrada.

O trem não se movia. E quando a luta desigual chegou ao auge, o maquinista apavorado e sob os protestos de várias pessoas, retornou a composição à toda velocidade, até a estação de Porto União.

Dez soldados e o seu abnegado comandante, foram trucidados e os demais se extraviaram. Os civis assassinados em Calmon e São João foram em número superior a 80.

*** A zona conflagrada pelos caboclos atingia, então, a serra do Espigão, a léste, até muito acima de Campo Alto, seguindo para o norte até aquém da estrada de ferro, a começar na serra do Caçador e a oeste na de Santa Maria; subia o vale do Canoinhas até parte do Rio Negro e pelo Timbó até ao rio Iguassú, especialmente na parte compreendida entre os rios Timbó e Paciência.

Nesta fase da anarquia sertaneja resolveu o governo federal organizar uma forte expedição militar, superior a 6.000 homens, confiando-a ao comando do General de Brigada Dr. Fernando Setembrino de Carvalho. Em Setembro de 1914, essa expedição estava dividida em três colunas que agiam de maneira a cercar os revoltosos em seus redutos e a evitar depredações nas localidades pacíficas. Então a zona conflagrada era de mais ou menos 160.000 Kms.2 (Setembro de 1914); mas as providências militares na última fase da campanha, circunscreveram os movimentos rebeldes a 60 Kms.2 e finalmente a 30 Kms.2.

O reduto de maior concentração do banditismo era situado na Serra do Caçador e se ramificava, para o sul, até a Serra de Santa Maria. Os demais, entre o Paciência e o Timbó, e, alhures, eram "redutinhos", guarnições de defesa, cada um sob o mando de um chefe bandoleiro.

Dos combates havidos, o mais importante foi o dado ao reduto de Santa Maria, iniciado a 8 de Fevereiro de 1915. A

3 de Abril o destacamento do Capitão Potiguara conseguia acantonar nas imediações da igreja do aldeamento.

Esta sortida audaz, conseguida a custo de inarráveis sacrifícios, excitou a combatividade dos caboclos, que atacavam desesperadamente, ocultos nas matas.

A 4 de Abril (1915) a coluna do Coronel Estilac Leal comunicava ao Comando Geral que ela se encontrava dentro do reduto de Santa Maria. Mas enquanto o aldeamento se consumia nas chamas de um incêndio generalizado, o inimigo continuava a hostilizar as forças de ocupação e as que ainda se achavam em marcha pelas serranias batendo os pequenos redutos e impossibilitando as emboscadas.

*** Assim terminou uma luta que durou três anos e que compungiu, de norte a sul, a alma nacional, pelas suas tristes peripécias e consequências.

Todos os esforços foram sem resultado em todas as fases da alucinação das nossas populações sertanejas, afim de as conter na sua agressividade e de as fazer reingressar na paz, na ordem e no trabalho.

Só o extermínio dos seus redutos deu resultado. Mas quantas vidas simples que poderiam ser úteis ao desbravamento dos sertões e quantas outras, preciosas, das nossas organizações militares, afundaram para sempre nos campos, nas matas e nas serranias do Contestado?

*** Hoje a situação da zona sertaneja, em grande parte incorporada na vida de municípios prósperos, garante a estabilidade da ordem e a evolução sistemática do seu desenvolvimento. A autoridade política e a escola, disseminadas pelos bairros mais distantes, no interior dos dois Estados limítrofes, asseguram e incitam a civilização, onde naquela época surtia uma população ignorante e fanática e por isso mesmo capaz dos mais absurdos desatinos.

ELEVAÇÃO DA COMARCA E PROVINCIA

CAPÍTULO XIII

- 1 — Os Pioneiros
- 2 — Pedro Joaquim de Castro Correia e Sá
- 3 — Floriano Bento Viana
- 4 — Francisco de Paula e Silva Gomes
- 5 — Manoel Francisco Correia Junior
- 6 — João da Silva Machado
- 7 — Histórico dos Projetos
- 8 — A Revolução Liberal de Sorocaba
- 9 — O Barão de Monte Alegre
- 10 — O Primeiro Projeto (1843)
- 11 — Emendas e Requerimentos
- 12 — Proposição no Senado (1850)
- 13 — O Projeto na Câmara (1853).

1 — Os Pioneiros

Os esforços pela elevação do território meridional paulista em uma nova Capitania e depois em uma nova Província, duraram cerca de meio século. Tiveram início em 1811, numa representação feita a D. João VI pela Câmara Municipal de Paranaguá por intermédio do Conde de Aguiar, — findaram em 1853 com a sanção do projeto do Senador Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná, a 29 de Agosto.

A ambição pessoal foi, no começo e no fim da longa jornada, o móvel desses esforços.

2 — Pedro Joaquim de Castro Correia e Sá

Em 1811, Pedro Joaquim de Castro Correia e Sá, que foi o ajudante de ordem de Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Camara no governo da Capitania do Rio Grande do Sul e cuja aspiração era ser Capitão General, viu na Comarca de Paranaguá, dilatada, pobre e distante da sede do governo paulista a que estava sujeita, o campo propício aos seus desejos.

Terceiro neto de Salvador Correia de Sá e Benevides, Governador do Rio de Janeiro (1659-1661) que em 1660 facilitara a efêmera fundação da Capitania de Paranaguá determinando que a Vila não reconhecesse a jurisdição dos que pleiteavam a sucessão dos direitos dos primitivos donatários, tinha Pedro de Sá, assim, na nossa história, uma credencial de valia para sua ambição. O certo é que a Câmara de Paranaguá tudo fez para lhe realizar o desejo, subscrevendo, em vereança de 6 de Julho (1811) a representação dirigida à Sua Alteza Real, em que pediu a elevação da Comarca à Capitania e para a governar “um sujeito sabio e prudente”, qualidades que encontrava, “na pessoa do Ilustrissimo Pedro Joaquim de Castro Correia e Sá”.

Essa representação não teve solução, mas o candidato não se desesperançou. Deu-lhe a Câmara, no ano seguinte (1812) em vereança de 25 de Abril, uma formal procuração para agir em seu nome, no Rio de Janeiro, com um longo arrazoado sobre a necessidade de govêrno próprio numa terra que depois de haver abastecido o exército de ocupação do Rio Grande com 10.000 alqueires anuais de farinha e socorrido "a última fome que grassou em Pernambuco com 20.000, ao tempo sua decadência via entrar pela barra dentro, em cada um dos anos antecedentes, para cima de 2.000 alqueires". Um govêrno próprio tudo faria prosperar de novo, bem como outras cousas: — evitaria despesas, desinteligências, despovoamento e dificuldades nas remessas das rendas dos impostos, — pois que todas às vezes que o produto dos reais créditos era remetido das vilas da Comarca para São Paulo, num percurso, pela costa, de mais de 90 léguas, a escolta composta de oficial, sargento e soldados milicianos obrigava a uma despesa nunca inferior a 40\$000.

Pedro de Sá, armado dos poderes que lhe foram conferidos agiu com desassombro, como se verifica de longa argumentação por êle levada ao govêrno e da qual nos dá notícia Moisés Marcondes. (*Documentos para a História do Paraná*, págs. 177-184).

Foi, pois, o gorado candidato a Capitão General, um ambicioso. Mas é verdade, como diz o autor citado, que ao seu empenho egoista devemos a origem, a expressão e o estímulo das primeiras manifestações do movimento que havia de triunfar em 1853.

A prevalecer o desejo parnaguara de 1811, a Capitania ideada por Pedro Joaquim de Castro Correia e Sá se constituiria das seguintes vilas que a Comarca então abrangia:

- 1 — Paranaguá (cabeça da Comarca)
- 2 — Iguape
- 3 — Cananéa
- 4 — Antonina
- 5 — Guaratuba
- 6 — Curitiba
- 7 — Castro
- 8 — Vila Nova do Príncipe (Lapa)
- 9 — Lages.

Nos anos de 1832, 1834, 1843 e 1853, se repetiram as solicitações da Comarca pela sua elevação à Província e algumas vezes a Secretaria dos Negócios do Império, em atenção

a elas, pediu informações sôbre as condições economicas principalmente, das Vilas do sul paulista, autoras dessas solicitações.

3 — Floriano Bento Viana

Por ocasião do juramento das bases da Constituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a 15 de Julho de 1821, o Capitão Bento Viana, que nessa solenidade comandava uma guarda de honra do Regimento de Milicianos postada em frente ao Paço da Câmara Municipal de Paranaguá, pregou a separação da Comarca para que se constituísse em uma nova Província separada da de São Paulo.

Embora de acordo com os que faziam a política da Comarca, Floriano Bento Viana, no momento da ação se viu só, pois os que lhe estimularam o intento falharam no momento decisivo, receiosos das responsabilidades que naturalmente desse ato decorriam.

Procurando, ainda, vencer essa defecção dos políticos que à última hora procuravam comprometer somente o bravo militar parnaguara num movimento de êxito incerto, Floriano Bento Viana aclamou um govêrno provisório para a nova Província. (Vide capítulo *Militaria*).

A conjura, limitada aos milicianos, nada mais pôde fazer senão assinalar uma data nas páginas da história do idealismo paranista e nessa história registrar um nome de ação cívica: Floriano Bento Viana.

4 — Francisco de Paula e Silva Gomes

Em ninguém foi maior nem mais desinteressada do que nele, a dedicação pela causa da elevação do extremo sul paulista à categoria de Província. Ele excedeu a todos os pregadores da aspiração separatista, pela constante vibração do seu patriótico idealismo realizador.

Em todas as oportunidades, — nas suas relações políticas e sociais, no Rio Grande, em São Paulo, no Rio de Janeiro sobretudo, êle trazia à baila os seus argumentos sôbre as necessidades da criação de uma nova Província em Curitiba, necessidades nacionais de ordem política, economica e militar.

Era conhecido em todo o sul e na capital do Império, e em toda a parte conceituadas a integridade do seu caráter, a elevação do seu patriotismo e a inteligência com que sabia se-

duzir simpatias para a causa de que se fizera o movimentador magnífico, sem par do seu porte, em nenhum tempo, entre os curitibanos.

Anos e anos a fio êle fez o comércio de gado entre as campanhas do Rio Grande e as feiras de Sorocaba, varando, vezes sem conta, campos e sertões gaúchos e paulistas em imensuráveis distâncias.

Vendido o gado, transformada a indumentária de tropeiro na de homem de sociedade, afeiçoava a longa cabeleira (que diziam ser postiça) sob as abas largas do chapéu do Chile e ia ter com os políticos da Córte, de suas relações pessoais.

A esse tempo nenhuma tipografia havia na Comarca. Paula Gomes fazia imprimir em avulsos os seus argumentos em prol do seu absorvente ideal, no Rio de Janeiro, na "Tip. Franc. rua de S. José, 64" e os distribuía profusamente por toda a Comarca, por toda a Província, no Rio, em Minas e no Rio Grande do Sul.

*** O ardoroso propagandista da elevação da 5.^a Comarca de São Paulo à categoria de Província, nasceu em Curitiba a 4 de Fevereiro de 1802 e faleceu em Cruz Alta, R. G. S., a 9 de Abril de 1857, assassinado por um tapuio de 16 anos que êle criara como filho e que era o piá das suas tropas.

Viu, porém, realizado o seu sonho. Mas enquanto, na nova Província, surgiam nomes sem nenhuma expressão galgando as posições políticas, êle prosseguia na sua vida de tropeiro, sem ambições, sereno com a sua consciência de patriota, — somente pretendendo refazer pelo rude trabalho a que estava afeito, sua fortuna gasta na propaganda da causa vitoriosa.

Não o conseguiu. Seu mais próximo parente o Snr. João de Paula Gomes, pai do Snr. Major Antonio França Gomes, dêle herdou os seus bens avaliados em 36:000\$000, dos quais o mais valioso era uma tropa de muares.

O violino de Paula Gomes foi entregue ao seu filho natural, "mestre" Generoso, pai do Snr. Benedito dos Santos Dinis, ambos herdeiros do talento musical do patriarca da constituição da Província.

A história, porém lhe inscreve o nome em letras refulgentes, nele resumindo todos quantos, de 1811 a 1853, tiveram parte na transformação política da Comarca meridional paulista, na auspiciosa Província do Paraná e na esplendida realidade do Estado de hoje.

5 — Manoel Francisco Correia Junior

Manoel Francisco Correia Junior foi um parnaguara dos ilustres do seu tempo e na causa da criação da Província um dos poucos batalhadores sinceros. Fez parte da "Sociedade Patriótica dos Defensores da Independência e da Liberdade Constitucional", criada em Paranaguá no ano de 1826, e quando, consolidada a conquista da independência do Brasil, foi sua a iniciativa de se transformar, em 1853, essa corporação cívica em Irmandade de Misericórdia, da qual resultou a fundação do hospital local, até hoje de benemérita existência. Em 1837 fundou a loja maçônica "União Paranaguense" ao que parece a primeira criada no Paraná.

Em 1842, por ocasião da revolução paulista, Correia Junior armou, fardou e manteve à sua custa um batalhão legalista, entusiasmado pela promessa de Caxias e Monte Alegre, de que, finda a luta, a Comarca seria elevada à Província.

Após a pacificação foi ao Rio, ainda a serviço da causa da Comarca. Diz êle nas suas memórias: — "No Rio tive o desejo tolo de ser útil ao meu país. Interessei-me pela separação da Comarca de Curitiba da Província de S. Paulo, separação que supunha faria a felicidade do meu país. (Esta convicção ainda a tenho hoje, 24 de Janeiro de 1848). Parecerá aos que lerem alguns anos depois, estas memórias, que isto me trazia consideração entre os meus concidadãos. É totalmente o contrário. Invejosos me desacreditaram, parentes me perseguiram e eu me vi na dura necessidade, para salvar o meu credito, de me pôr em lugar ermo, à face dos meus engenheiros e aqui (Porto de Cima) estou trabalhando a ver se posso deixar minha família sofrivelmente educada e desembaraçada, esperando que aprenda de mim que, neste mundo, as melhores ações só trazem desgosto, e, portanto, vivendo com honra deve fazer por ser independente. visto que só o real serve e a maldade triunfa sempre das melhores, mais generosas e desinteressadas ações".

Moreira de Azevedo referindo-se a Correia Junior diz... "viu os seus haveres abalados pelos sacrifícios que fez na qualidade de Coronel da Guarda Nacional, encarregado da defesa da Comarca, ameaçada em 1842 pelos revoltosos de São Paulo".

João da Silva Machado, encarregado das providências militares da Comarca, de cuja elevação à Província tirou o maior e melhor partido, procurou obscurecer o valor da contribuição de Correia Junior, a êle não se referindo em suas

numerosas cartas ao Presidente de São Paulo sôbre a defesa da Comarca, e mesmo depois, finda a rebelião, quando remeteu duas listas de curitibanos que deviam ser condecorados por serviços prestados à defesa da ordem, naquela emergência, injustamente omitiu o nome de Correia Junior que tudo havia sacrificado naquele sentido.

E foi assim que, enquanto o advena interesseiro conquistou todas as posições que ambicionou, o parnaguara ilustre e ardoroso idealista viu perdida toda a fortuna e dêle se afastarem alguns dos seus próprios parentes.

6 — João da Silva Machado

Como em sua origem, o remate do pleito separatista também teve por ardoroso patrono um aventureiro ousado e dessa vez feliz: o Tenente Coronel da Guarda Nacional João da Silva Machado.

Sua presença em Curitiba por ocasião da revolta de Sorocaba (1842) lhe inspirou duas resoluções que êle levou à cabo com completo sucesso: a de apossar-se de latifúndios por todas as partes da Comarca e a de conseguir a elevação dela à categoria de Província e fruir os proventos políticos que daí adviriam.

Não houve região alguma da Comarca vastíssima, onde êle não registrasse uma posse de terras escolhidas entre as melhores. Não houve, também, é justo que se diga, esforço que não despendesse no sentido de congregar prosélitos para a causa da separação e constituição da Província.

Todas as honras e proventos lhe couberam no dia da vitória.

A Comarca fê-lo Barão de Antonina. A Província fê-lo Senador. Uma vez no Parlamento e no Paço, cresceu em outras honrarias: Grande do Império, Fidalgo da Casa Imperial, Grande Dignatário da Imperial Ordem da Rosa, Oficial da do Cruzeiro, Vereador Honorário de S. M. a Imperatriz.

*** Em todo o curso do movimento separatista da Comarca e da sua autonomia administrativa, somente aparecem, como vimos, três personalidades de realce, naturais dessa extensa circunscrição judiciária: FLORIANO BENTO VIANA, em 1821, MANOEL FRANCISCO CORREIA JUNIOR e FRANCISCO DE PAULA E SILVA GOMES, ambos pouco antes de 1842. Os demais, PEDRO JOAQUIM DE CASTRO CORREIA e SÁ em 1811 e JOÃO DA SIVA MACHADO em 1842, foram oportunistas que visaram proventos, o primeiro acenando aos parnaguaras com a elevação da Ouvidoria de

Paranaguá à Capitania Geral e o segundo seduzindo os curitibanos com a elevação da 5.^a Comarca à categoria de Província.

No momento da vitória da causa pela qual trabalharam, só existiam PAULA GOMES, CORREIA JUNIOR e SILVA MACHADO. Os dois primeiros morreram em 1857, quatro anos depois da realização dos seus sonhos. Na política da nova Província não houve lugar para eles. Nem posições nem honrarias, mas simplesmente o esquecimento. Ambos haviam sacrificado pela causa suas fortunas. Correia Junior foi viver num velho sítio em Porto de Cima, desiludido de ideais, de amigos e de parentes. Paula Gomes fez-se novamente tropeiro vadeando os campos e sertões da Vacaria a Sorocaba, morrendo numa dessas travessias.

7 — Histórico dos Projetos

As razões visíveis, motivadoras do projeto legislativo desmembrando da Província de São Paulo a sua Comarca mais meridional e a elevando à categoria de Província, foram de ordem geral e supremo interesse político: — a conveniência da defesa das fronteiras com as repúblicas Argentina e do Paraguai e das instituições ameaçadas pelo movimento republicano no Rio Grande do Sul.

Os debates parlamentares, longos e numerosos, de 1843 a 1853, se fizeram em torno dessas graves questões nacionais e se nitidizaram nessas ordens de considerações — a vizinhança com as duas citadas repúblicas de origem espanhola e por conseguinte herdeiras de dúvidas e pretensões territoriais que os tratados de Madrid, de 1750, e de Santo Ildefonso, de 1777, não expurgaram de todo de possíveis revivências, e o movimento republicano riograndense, de 1835 a 1845, que de Piratininga ameaçara estender-se às outras províncias meridionais do Império.

A revolução liberal paulista irrompida em 1842 e com o seu foco principal em Sorocaba, foi, entretanto, o motivo principal, único talvez, da situação conservadora tomar a peito o enfraquecimento político de S. Paulo com o desmembramento de sua extensa comarca mais meridional.

A origem dessa revolução, à qual Minas Gerais em princípio se aliara, proveio, como se sabe, de atos pelo Governo Imperial praticados logo a seguir à forçada maioria de D. Pedro II (1840), contra os quais os liberais paulistas e mineiros protestaram por julgá-los contrários à índole democrática do regime. Tudo fizeram os paulistas no sentido de

que tais leis não fossem executadas: — intensa propaganda na imprensa, representações de várias Câmaras Municipais, envio de uma delegação da Assembléia Provincial com a missão de conseguir a suspensão dessas leis. À vista dessa atitude a situação conservadora conseguiu do imperador decisões ainda mais racionárias, que culminaram na dissolução da Câmara dos Deputados, antes mesmo de se instalar a legislatura de 1842.

Decidiram-se então os paulistas pelo apêlo às armas e um exército liberal, confiado à direção do Brigadeiro Rafaél Tobias de Aguiar e reunido pela influência política do padre estadista Diogo Antonio Feijó, visou sua marcha contra a capital da Província. Ao seu encontro foi, então, mandado o exército imperial sob o comando do General pacificador Barão (depois Duque) de Caxias e foi assim sufocado o movimento, mas suas consequências políticas perduraram.

Adiante se verá de que modo essa revolução influiu decisivamente para a elevação da Comarca de Curitiba à categoria de Província.

8 — A Revolução Liberal de Sorocaba

Um episódio partidário, a oposição liberal de Feijó à situação conservadora de 1842, deu mais impulso aos propósitos de autonomia política atribuídos à 5.^a Comarca de S. Paulo, do que todas as considerações de ordem geográfica, economica e administrativa que os parnaguaras e curitibanos, pelas suas respectivas câmaras municipais, periodicamente dirigiam aos poderes políticos da Colonia e do Império.

Essa oposição chegou, como se sabe, a sublevar Sorocaba e outras localidades da Província e era certo que arrastaria à mesma atitude a Comarca de Curitiba, em sua maioria liberal. Diante dessas circunstâncias, foi mandado organizar a defesa do governo nas vilas do sul paulista, o Tte. Cél. da Guarda Nacional João da Silva Machado, tropeiro gaúcho, conhecedor da região e relacionado entre os curitibanos.

Político hábil e ambicioso, mais ou menos ignorante mas inteligentíssimo, viu João da Silva Machado que poderia realizar eficientemente a sua missão e ao mesmo tempo as suas ambições, conseguindo que a 5.^a Comarca ficasse neutra no conflito paulista em troca de sua elevação à Província. Os chefes conservadores estavam, por injunções partidárias, contra a revolução; e os liberais, seduzidos pelas vantagens

que a elevação da Comarca à Província lhes proporcionaria, não tiveram dúvidas em se manter em neutralidade diante da agitação revolucionária irrompida na Província.

Aplainando convênio em Curitiba, Silva Machado conseguiu do Barão de Monte Alegre, político baiano Presidente de S. Paulo e do Duque de Caxias, Comandante em Chefe da Expedição Militar mandada contra os rebeldes paulistas, que em troca da neutralidade dos curitibanos favorecessem com seus prestígios oficiais a causa da fundação da nova Província.

Finda a revolução de Sorocaba com a fácil vitória do governo, Silva Machado tratou de cobrar os compromissos assumidos com a Comarca pelos dois chefes legalistas e ao mesmo passo de pedir para os principais curitibanos condecorações honoríficas como "incentivo para os ligar mais ao soberano". (Carta ao Barão de Monte Alegre, *Arquivo do Barão de Antonina*).

9 — O Barão de Monte Alegre

O Presidente de S. Paulo não teve dúvidas em se dirigir nesse sentido ao Ministro do Império, em longo ofício datado de 30 de Junho de 1842, documento que o Snr. Eudoro Ramos Costa tornou conhecido no seu artigo QUANDO O PARANÁ ERA PAULISTA, inserto no "Correio da Manhã".

É interessante essa atitude do Presidente de S. Paulo em se esforçar, com decidido empenho, em desmembrar da província que administrava como preposto do governo, a extrema Comarca meridional paulista, lembrando até que ela, ao se elevar à Província, poderia mesmo incluir as vilas de Iguape e Cananéa e seus termos se isso não se opuzesse a vontade dos seus habitantes.

Registramos aqui esse documento, como mostra do que eram, desde o Império, os trucs da politicagem e o alheamento da maioria dos presidentes aos interesses íntimos das províncias onde iniciavam suas carreiras políticas:

"N.º 28. Ilmo. e Exmo. Sr. Julgo do meu dever levar a presença de V. Exa. como negócio importantíssimo e urgente, a desligação da Comarca de Curitiba desta Província, e a criação ali de uma nova Província. Não me fundarei para reclamá-la na ansiedade que mostram os povos daquela Comarca por esta medida, em suas repetidas representações a este respeito, no perigo que há de por mais tempo se continuar

ã desatender a essas representações; nos perpetuos receios que tem o govêrno à cada pequena comoção que aparece no Império, de que a Comarca se agite e acompanhe o movimento por desgostosa de não merecerem atenção seus votos há tão longo tempo manifestados; nas proporções, enfim, que este estado de coisas oferece a todo o revolucioinário ou demagogo para envolver em seus planos de desorganização um país muitíssimo interessante em todos os tempos, que atualmente ainda o é, muito mais pela proximidade em que fica da Província do Rio Grande do Sul. Todos estes argumentos resumem-se em que os povos daquela Comarca desejam ter ao pé de si todas as autoridades e todos os recursos: mas como esses desejos apezar de muito naturais, nem sempre são discretos, e muito menos compatíveis com os comodos e direitos dos outros membros da associação política, cumpre deixar tais argumentos aos demagogos, separatistas, bairristas, e outros semelhantes para que na deficiência do mérito pessoal procurem promover a própria elevação com esses meios já gastos de captar a popularidade, e eu me pejaría de produzi-los se êles fossem únicos, e se aliás a Comarca não estivesse realmente nas circunstâncias de ser elevada à Província. Essas circunstâncias porém é que me parece que já se dão atualmente. A Comarca de Curitiba contém já muito mais de 40 mil habitantes, disseminados em um terreno vasto, que cada vez mais se alarga com a descoberta de campos riquíssimos, que logo são ocupados por homens ativos e industriosos ou conquistados para a Civilização sôbre os indígenas selvagens, que pela maior parte são mansos e docéis, e não precisam de serem perseguidos e exterminados a ferro e a fogo. As rendas gerais que nela se arrecadam serão de sobra para pagar aos novos empregados e o crescimento rápido e progressivo delas não precisa de outra prova, mais do que a que se colhe da alfândega de Paranaguá nos primeiros anos de sua criação com o atual. A receita provincial também chegará para as despezas, porque o imposto sôbre os animais vindos do sul,, que se paga no Rio Negro para os cofres desta província deve de justiça ser dividido entre esta e a nova que se vai criar. Todas estas razões porém não seriam talvez bastantes, se a Comarca apezar de formar um dos limites da Província ficasse toda ela ou maior parte ao menos a pequena distância do centro da administração. Isso, porém, é o que não acontece, porque a vila de Castro, a 1.^a povoação considerável que se encontra partindo daqui da Capital, por terra, dista dela mais de 70 léguas, e todas as outras distam mais de cem. Nem as comunicações se facilitam por mar,

porque o comércio todo de Paranaguá faz-se com o Sul, ou com essa Côrte, de maneira que o governo de nada é informado, se não por via oficial, e tarde. Daqui nascem os mais graves inconvenientes para os povos, e os maiores trabalhos e aflições para o governo do que tenho experiência própria, além de ouvir as lamentações de muitos dos meus antecessores, que reputavam como a causa mais onerosa o encargo de administrar esses lugares remotos, até onde não se podia estender fiscalização alguma. Quanto aos limites que se poderiam assinar à Província, bem que muitos queriam que fossem os da antiga Comarca ou Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba que compreendia no litoral Iguape e Cananéa e seus Termos que hoje contém algumas povoações florescentes; não me animo contudo a pronunciar-me em favor dessa opinião, sem estar bem convencido da vontade dos povos desses Termos, pois é este um dos casos que essa vontade bem averiguada pode ser um argumento decisivo, pois não se trata de emancipá-los duma jurisdição a que estavam sujeitos, mas sim de dar-lhes a opção entre duas. Aliás, essa agremiação é indiferente para a criação da Província, porque independe dela a Comarca com o seu território e população forma uma Província não insignificante. Sobre a sede do governo, pode-se asseverar com menos receio de errar que essa prerrogativa compete à cidade de Curitiba, já importante, situada no centro da Comarca e por isso mais ao alcance dos outros pontos dela. Tais são as reflexões que me pareceu levar ao conhecimento de V. Ex. em abono da pretensão dos povos de Curitiba, que tendo ficado imunes da rebelião que rebentou na Província, e resistindo a todas as insinuações, convites, ameaças de chefes dos rebeldes, fazem-se credores de toda a consideração de S. M. o Imperador, e mereceriam talvez o benefício que há tantos anos imploram, ainda que êle custasse algum sacrifício aos outros membros da família brasileira, o que, felizmente, não acontece. Deus guarde a V. Exa. Palácio do Governo de S. Paulo, 30 de Julho de 1842. Ilmo. e Exmo. Snr. Candido José de Araujo Viana — *Barão de Monte Alegre*". — (Registro dos officios dirigidos ao Ministro do Império", vol. 8.º pág. 100 verso e seguintes, do Arquivo do Estado de São Paulo).

O sucessor do Barão de Monte Alegre, como êle baiano e conservador, o Visconde de Macaé, secundou essa sugestão, baseada numa representação da Câmara de Paranaguá através da qual se vê a ação pertinaz de Correia Junior, Paula Gomes e Sliva Machado, e no ano seguinte (1843), em sessão de 29 de Abril, o deputado paulista Carneiro de Campos apre-

sentou à Assembléia Geral o projeto da elevação da Comarca à Província.

Foi, pois, o próprio govêrno paulista, por dois dos seus presidentes em transitio e por um dos seus representantes no Parlamento, o Deputado Carlos Carneiro de Campos, depois Visconde de Caravélas, todos os três baianos, quem lançou praticamente o projeto do desmembramento do sul de S. Paulo e de sua elevação a uma Província nova, aliás, a última que se criou no Império. Artes da política de ambições habilmente dissimuladas pelos seus profissionais, sob a capa de aspirações e de interesses públicos.

10 — O Primeiro Projeto Criador da Província

Carneiro de Campos justificou esse projeto dizendo que a elevação da Comarca de Curitiba à Província se fundava na necessidade do Império criar baluartes contra as idéias anarquizadoras que se manifestavam nas repúblicas vizinhas e que tentavam invadir o Rio Grande do Sul e na de subdividir o território em maior número de centros administrativos para se obter uma defesa mais eficaz das fronteiras do Brasil. E prosseguindo:

“O território da Comarca vai confinar com as repúblicas vizinhas. Toca não só com o Rio Grande do Sul onde têm penetrado essas idéias anarquizadoras, como com essas repúblicas. Portanto a invasão se poderá dar também ali, se não agora, em alguns anos.

“Eu julgo, Snr. Presidente, que é tempo e mais que tempo de cuidar daquela parte da fronteira do Império. Muitos, repito, olhando para a desordem do Rio Grande, julgarão que, abafada ela, tudo está conseguido. Eu não considero assim. Qualquer que seja o êxito da luta entre Uribe e Francia, o govêrno que ficar há de procurar influir no Rio Grande e dar que fazer constantemente às autoridades do Império.

“E porque acontece isto ?

“Porque o Rio Grande é fronteira, limitrofe desse país. E pergunto: — O território da Comarca de Curitiba não é limitrofe com esse país ? não é limitrofe com o Rio Grande?”

O govêrno Imperial, representado pelo Ministro da Marinha, Rodrigues Torres, depois Visconde de Itaboraí, em sessão de 1.º de Julho, declarou-se favorável ao projeto pela razão de ser a Comarca meridional paulista que se pretendia elevar à Província, “limitrofe da República do Paraguai e da

Província argentina de Entre-Rios” pelo que julgava ser “conveniente aos interesses nacionais criar uma administração que se ocupasse muito especialmente de tratar dos melhoramentos dessa parte do território, de povoá-lo, de colonizá-lo”.

Na sessão seguinte o deputado por São Paulo, Joaquim José Pacheco, manifestou-se a favor do projeto.

Trecho do seu discurso:

“Demais, nós sabemos a extensão dessa Comarca. Os novos campos chamados de Palmas, campos fertilíssimos há pouco descobertos, que talvez distem mesmo da cidade de Curitiba cento e tantas léguas, vão confinar com outros Estados.

“É portanto muito conveniente que na Curitiba exista um governo, para que, com novo impulso, esses campos possam ir sendo povoados. Nós ganharemos muito nisso porque os limites entre esses Estados e a Comarca de Curitiba não são conhecidos, (aludia à questão das Missões com a República Argentina) e esses lugares há de pertencer àquelles que primeiro dêles se forem apossando e os forem cultivando”.

O representante paulista baseou sua opinião na circunstância da Comarca de Curitiba ter fronteiras internacionais e se referindo aos Campos de Palmas aludiu ao seu apossamento por fazendeiros de Guarapuava, dizendo-o “há pouco descobertos”, quando esses campos estavam descobertos desde o século XVII. Ele quiz significar ser urgente a posse, pelo povoamento generalizado, desses campos, “porque esses lugares haviam de pertencer aos que primeiro os ocupassem”.

O deputado mineiro Bernardo Jacinto da Veiga, em sessão de 19 de Junho, declarou-se favorável ao projeto, pelas mesmas razões.

11 — Emendas e Requerimentos

A 9 de Agosto Carneiro de Campos, autor do projeto, teve de impugnar uma emenda do deputado Saião Lobato elevando a Província a Comarca de Sapucaí em Minas Gerais, e então disse:

“Eu creio que por mais de uma vez fiz ver à Câmara que a posição daquela Comarca (a de Curitiba), a sua proximidade ao Rio Grande do Sul e a circunstância de ser limitrofe com país estrangeiro, olhando para a conveniência de fortificar de mais em mais a fronteira do Império, — tudo isso

era consideração muito atendível e que justificava o projeto”.

Opunha-se à emenda que pedia a elevação de Sapucaí à categoria de Província, porque essa Comarca não confinava com uma Província devastada pela guerra civil, que era a do Rio Grande do Sul e com o estrangeiro.

Essa inoportuna emenda de Saião Lobato interrompeu o andamento do projeto criador da Província de Curitiba.

Aprovado seu artigo 1.^o (Sessão de 17 de Agosto de 1843), por 35 votos contra 30, no dia seguinte o deputado mineiro autor da emenda, requereu e foi atendido, adiamento da discussão do artigo 2.^o e informações ao governo sobre a população da Província de S. Paulo, especialmente da Comarca de Curitiba e da de Sapucaí, da Província de Minas.

Aprovado o artigo 3.^o (Sessão de 21 de Agosto de 1843) o Presidente da Câmara, Barão de Bitapama, declarou que o artigo 4.^o revogando as disposições em contrário estava fora de discussão e que o artigo 2.^o adiado a requerimento do deputado Saião, ficava aguardando as informações pedidas ao Governo.

Essas informações não apareceram e o projeto não teve andamento.

12 — Nova Proposição no Senado

*** Na legislatura de 1850, foi presente ao Senado a resolução da Câmara elevando a Província a Comarca do Alto Amazonas.

Por essa ocasião, na sessão de 24 de Julho, o Senador Batista de Oliveira, justificou, sendo apoiada, a seguinte proposição: — “FAÇA-SE EXTENSIVO A COMARCA DE CURITIBA, O QUE SE VENCER PARA A DO ALTO AMAZONAS, SENDO CAPITAL DA PROVÍNCIA A CIDADE DE CURITIBA”.

Pronunciou-se favoravelmente à proposição o Senador Carneiro Leão (representante mineiro), contra o Senador Vergueiro, (representante paulista) que opinára pela fusão da Comarca de Curitiba com a Província de Santa Catarina, hipotecando, nesse sentido, o seu voto, pois sabia que essa solução não entrava absolutamente nas cogitações de ninguém. Entrou no debate o senador paulista, apenas para criar embaraços à idéia da criação da nova Província, que tudo fazia crer vitoriosa naquele momento.

E não satisfeito com abrir uma variante na discussão da emenda do Senador Batista de Oliveira, na sessão de 5 de Agosto (1850) requereu o adiamento da discussão dessa emenda "até que sobre ela informasse o Governo Imperial, ouvida a Assembléa Provincial de S. Paulo".

O Senador Paula e Souza fez requerimento semelhante.

Mas o grande patrono da Comarca de Curitiba, no Senado do Império, Senador Carneiro Leão, com a sua grande autoridade, habilmente desviou o golpe premeditado pelos seus dois colegas contra a proposição do Senador Batista de Oliveira, apresentando o seguinte substitutivo ao art. 1.º do projeto que elevava a Província a Comarca do Alto Amazonas:

"ART. 1.º — AS COMARCAS DO ALTO AMAZONAS, NA PROVÍNCIA DO GRÃO PARÁ, E DE CURITIBA, NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, FICARÃO ELEVADAS À CATEGORIA DE PROVÍNCIAS. A PRIMEIRA COM A DENOMINAÇÃO DE PROVÍNCIA DO AMAZONAS E A SEGUNDA COM A DENOMINAÇÃO DE PROVÍNCIA DO PARANÁ. A EXTENSÃO E LIMITES DAS REFERIDAS PROVÍNCIAS SERÃO OS MESMOS DAS COMARCAS DO RIO NEGRO E CURITIBA".

O Senador Batista de Oliveira retirou a sua emenda e o Senador Paula e Souza o seu requerimento obstrutor.

Uma nova e autorizada palavra surgiu, então, a favor do substitutivo de Carneiro Leão, combatendo as razões do Senador Vergueiro: a do representante baiano Senador Visconde de Abrantes, depois Marquez, que opinou pela criação da nova Província em vista da grande distância existente entre Curitiba e São Paulo.

E acrescentou:

... "e quando em alguma ocasião seja necessário fazer sacrifícios, que o tesouro nacional alimente as novas províncias, pois é minha convicção que vale mais a pena alimentar, como se tem feito, algumas do litoral, à respeito das quais não milita uma só das razões políticas que aconselham o estabelecimento das novas presidências".

Tendo em vista a forte discussão do projeto e do substitutivo, o Visconde de Abrantes propoz, em 3.ª discussão, que do substitutivo ao art. 1.º do projeto que criava as duas províncias se constituíssem dois projetos: UM CRIANDO A PROVÍNCIA DO AMAZONAS E OUTRO A PROVÍNCIA DO PARANÁ.

Foi aprovado. O projeto criando o Amazonas, aprovado em sessão de 28 de Agosto de 1850, subiu à sanção por ter procedido da Câmara, e o criador da Província do Paraná,

aprovado na sessão seguinte, foi remetido à Câmara dos Deputados, onde somente entrou em discussão na legislatura de 1853.

13 — O Projeto na Câmara

Nessa última fase do projeto surgiu a eminente personalidade do deputado mineiro Cruz Machado, mais tarde Visconde de Cerro Frio, que poz a sua palavra e o seu prestígio ao serviço da criação da Província do Paraná.

Em sessão de 17 de Agosto de 1853 pronunciou esse ilustre deputado um discurso memorável, decisivo da vitória, no qual se mostrou perfeito conhecedor das condições geográficas da 5.^a Comarca Paulista.

Eis um trecho de sua oração:

“Sr. Presidente, a extensão do território que é também exigida para a criação de uma província, é favorável à criação proposta, porque a Comarca de Curitiba tem um grau geográfico de costa; divide, ao Sul, pelo rio Saí entre os municípios de Guaratuba e São Francisco, da Província de Santa Catarina; ao Norte pelo Varadouro e Ararapira, entre os municípios de Cananéa e Paranaguá; em serra acima serve de limite o rio Itararé, ao norte, que divide os municípios de Castro e da Faxina, a 10 léguas de Curitiba. Pelo lado do sul a Comarca se divide pelos rios Canoinhas entre os municípios da Vila do Príncipe (Lapa) e de Lages, da Província de Santa Catarina, a 50 léguas de Curitiba; e a oeste se estende por essas campinas que vão dar no Paraná, que nos separam do Paraguai”.

Nesta última fase do curso do projeto, (1853) debateram-no os deputados Livramento, representante de Santa Catarina, Joaquim Antonio Nebias e Martim Francisco Ribeiro de Andrade, representantes de S. Paulo.

O deputado Livramento apenas discutiu os limites da Comarca com a sua Província. O deputado Nebias encarou a questão das fronteiras internacionais entendendo que a sua segurança não dependia da criação da nova província e que quanto aos interesses internos do país nada resultaria alterando o “statu-quo” das cousas, naquele momento, a não ser o aumento de mais um senador.

São suas estas palavras:

“Sr. Presidente. Eu não vejo razão para que se peça uma medida desta ordem que em nada pode concorrer com rela-

ção e a bem de nossa segurança por aquela parte do Império, defendida e separada por uma grande extensão de território, por desertos incultos e despovoados, se por fatalidade deixássemos os nossos vizinhos de cultivar conosco as belas e pacíficas relações que hoje entretêm. Não vejo, pois, que nos devamos ocupar (nós os que impugnamos o projeto) muito tempo e seriamente com esse lado da questão. Quais são, pois, os grandes motivos e o grande fim que se tem em vista criando a Província do Paraná?

“Eu, Sr. Presidente, parece-me que posso dizer com franqueza que depois de criada essa província não haverá nada de novo para o império, não haverá nada de novo para Curitiba. Haverá somente um Senador a mais”...

Mas, já então, não havia argumentos que desviassem o projeto do seu curso vitorioso, pois as bancadas comprometidas com o governo recebiam-nos com indiferença ou com risotas, notadamente a mineira.

Foi quando o deputado paulista Martim Francisco, compreendendo a situação, pronunciou um discurso de protesto contra a mutilação da sua província, dizendo:

“Como o sacerdote acompanha o condenado ao patíbulo, ou a vítima ao martírio para cumprir sua sagrada missão, quero neste momento solene da mutilação da Província de S. Paulo proferir algumas palavras sentidas, para lastimar o retalhamento da Província que represento. Quero protestar contra a ingratidão dos homens, e contra o esquecimento do passado; quero fazer este protesto não porque me persuade que êle possa ter o resultado satisfatório que desejo contra os decretos ministeriais que já determinaram o aniquilamento da Província de S. Paulo, contra a adesão prestada pela maioria a esta vontade, que lhe não permite atacar de frente uma decisão já de há muito forjada; mas pretendo que pelo menos me seja licito nesta hora tão solene trazer para aqui algumas recordações do passado. Quero também, senhores, tornar aos operários da destruição, mais dura, mais dificultosa, a tarefa inglória que tomaram de mutilar a primogênita da independência; quero, senhores, fazer arrepender os nossos Sansões políticos de haverem levado até tão longe as portas de Gaza do seu ministerialismo. Se os filhos de S. Paulo que provocaram o brado heróico — independência — nos campos imortais do Ipiranga, e auxiliando o magnânimo fundador do Império na sua obra prima, arriscaram as fortunas e as vidas, se não tivessem extinto na noite dos tempos, asseguro que os nobres deputados não se atreveriam a lançar mão sacrílega sobre nossas tradições. Julgo que se

ainda entre nós existissem os Andradas, os Paula e Souza e os Feijós, essa medida não podia passar nesta casa. Infelizmente, esses homens que tanto trabalharam pela nossa emancipação política já não existem, e não sei porque fatalidade os nobres deputados tão depressa se esqueceram os serviços por eles prestados". (*Anais da Assembléia Geral*, 1853, pág. 217).

CAPÍTULO XIV

NOVOS FATORES ÉTNICOS

- 1 — Os Curitibanos de 1820**
- 2 — Novos Povoadores Europeus**
- 3 — Seus descendentes**
- 4 — Colonias Agrícolas por Municípios.**

1 — Os Curitibanos de 1820

A população da Comarca de Curitiba quando pertencente à Capitania e depois à Província de S. Paulo, até 1853 — era constituída de reinóis portugueses e castelhanos, índios guaranis administrados, negros africanos escravizados e de descendentes e mestiços dessas três raças elaboradoras da nossa história.

A elite representativa era, porém, isenta de mestiçagem. Diz Saint'Hilaire, que em 1820 visitou Curitiba, que essa maioria “pertencia à raça caucásica pura”, isto é, à famílias europeias da península ibérica.

E acrescenta: — “Em nenhuma parte do Brasil eu havia visto tantos homens verdadeiramente brancos, como no distrito de Curitiba. Os habitantes daqui pronunciam o português sem alterações de que falei alhures e que são um sinal de mistura da raça caucásica com a vermelha. São grandes e bonitos. Têm os cabelos castanhos e a tez rosada. Suas maneiras são agradáveis, sua fisionomia aberta e nada tem desse sarcástico humor (bazófia) que frequentemente torna insuportáveis os empregados e os comerciantes da capital do Brasil.

“As mulheres têm traços mais delicados que as das outras partes do império onde viajei; escondem-se menos e conversam com desenvoltura”.

2 — Novos povoadores europeus

Apenas três pequenos núcleos de outras etnias se formaram no nosso território anteriormente à fundação da Província do Paraná: — No Rio Negro, em 1829, com povoadores alemães, da Bavaria e Bukovina em maior número; no Ivaí (Terezina), em 1847, com franceses; e em Guaraquessaba (Superaguí), em 1852, com suíços e alguns alemães e franceses.

Ao todo apenas 407 colonos agricultores, de origens diversas das que constituíram as nossas populações fundamentais.

Instalada a Província, porém, foram encaminhadas para o Paraná relativamente numerosas levas de colonos de várias etnias da Europa central e oriental. De 1853 a 1866, em 33 anos, foram localizadas 20.170 imigrantes, no litoral, no planalto de Curitiba e no dos Campos Gerais, principalmente italianos e slavos.

Não há dados sobre o número de imigrantes entrados e localizados no Paraná em 1887 e 1888. Mas de 1889 a 1906, quando se fundaram novas colônias em Campo Largo, Curitiba, S. José dos Pinhais, Bocaiuva, Rio Negro, Palmeira, margem direita do Iguassú e Porto de União, entraram 42.993.

De 1897 a 1906 esteve suspenso o serviço de imigração subvencionada. Os imigrantes espontâneos, localizados por conta própria, com ciência do serviço oficial de colonização, somaram 4.239.

De 1907 a 1913, quando se fundaram colônias em Guapuvava, Ipiranga, Prudentópolis, Iratí, São Mateus, Porto da União, Castro e S. José dos Pinhais, foram localizados 31.244.

De 1914 a 1918 a guerra européia fez cessar completamente a imigração. Mas em 1919 e 1920, entraram 685 imigrantes espontâneos.

De 1921 a 1925 entraram 5.881 e de 1926 a 1929 entraram 29.116.

Total, com possíveis falhas, de imigrantes europeus entrados no Paraná de 1829 a 1929, em um século, por conseguinte, 128.953.

3 — Seus descendentes

A quasi unanimidade destes imigrantes se dedicou inicialmente às indústrias rurais, constituindo colônias e núcleos agrícolas. Seus descendentes em regra seguiram a mesma profissão e outros exploraram os produtos nativos como as madeiras e a herba-mate, e a pecuária, a apicultura, a viticultura, o comércio rural e urbano, etc.

São numerosas as fábricas e oficinas paranaenses, algumas das mais importantes do país, quasi todas de propriedade e direção de nacionais de origens alemã e italiana. O comércio importador, tradicionalmente de portugueses e

seus descendentes, passou aos alemães e destes aos teuto-brasileiros. O comércio de fazendas e armarinhos está vastamente dominado pelos sírios e o de comestíveis pelos poloneses.

Nas profissões liberais, nas artes e ciências especializadas, já se salientam paranaenses descendentes de alemães, italianos, poloneses, sírios e judeus.

Nas sociedades e centros culturais, beneficentes, educativos, economicos, esportivos, etc., colaboram profusamente, para o surto de nossa civilização, valiosos elementos dessas mesmas origens.

Diversas são as antigas colonias que se transformaram em vilas e cidades, de origem alemã, italiana, polonesa e ucraina.

Em todas as zonas povoadas do Estado, os elementos étnicos da segunda fase do nosso povoamento estão representados por imigrantes ou por seus descendentes de origem alemã, austríaca, italiana, polonesa, russa, ucraina, holandesa, síria-libanês, — em grande número, e por várias outras etnias em menor vulto. Conjuntamente com os descendentes dos povoadores fundamentais, essa população por toda a parte aí está construindo a Babel de todas as raças, irmanadas na mesma obra civilizadora, integrada no espírito novo, de cooperação e de fraternidade, com que marchamos para o futuro.

4 — Colonias agrícolas por municípios

MUNICÍPIO DE RIO NEGRO: — A Mata do Sertão e também Sertão da Mata era antigo pouso e Registro Fiscal do caminho de tropas de S. Paulo ao Sertão da Vacaria, no Rio Grande do Sul. A localidade era constantemente ameaçada pelos índios Botucudos, povoadores desse sertão, e, para a defender, o governo paulista se interessou pelo seu povoamento com mamelucos até que em 1816 ali estabeleceu 50 casais de portugueses açorianos que do Porto de Cima viajaram pelo trilho da Serra até ao local do seu destino. (Vieira dos Santos, *Memória Histórica do Povoado de Porto de Cima*). Em 1829, segundo a mesma Memória, transitou pelo mesmo caminho “uma porção de famílias de colonos alemães que foram povoar a “Mata do Sertão”, onde em 1828, sob a invocação do Senhor Bom Jesus da Coluna, fôra erigida a “Capela da Mata do Caminho do Sul” na localidade que então já contava 108 moradores e com 160 fogos em 1829, to-

dos descendentes de portugueses e de índios. A chegada em 1829, de imigrantes alemães, deu desde logo novo estímulo a esses povoadores do invio sertão do sul. De 1853 a 1860 para ali espontaneamente se mudaram colonos alemães do Rio Grande, de Joinville, de São Bento e de Blumenau (Santa Catarina) e em 1886 a população da colônia aumentou com 15 famílias vindas diretamente de Bukovina, descendentes de bávaros. As duas primeiras turmas de imigrantes alemães para ali encaminhadas foram de 20 famílias com 100 pessoas a primeira e de 27 famílias com 138 pessoas a segunda. Uma outra veio em 1833, composta de 10 alemães. Com a denominação de *Rio Negro*, foi a colônia elevada a Freguezia em 1838, a Vila em 1870 e a Cidade em 1896. Colônias atuais: — *Antonio Olinto*, fundada em 1896, com 648 lotes e 1.160 imigrantes ucranios e polacos e com 55 nacionais. *João Alfredo*, núcleo de pequeno desenvolvimento. *Poço Frio*, grande produtora de trigo e outros cereais. A população do Município, em 1920, era de 17.358 habitantes.

MUNICÍPIO DE RESERVA: — *Candido de Abreu*, situada entre os rios Ivaí, Ubazinho, Jacaré e do Baile, em terras fertilíssimas. *Apucarana*, à direita do rio Ivaí, a suéste da colônia *Candido de Abreu*, constituída de 3.132 polacos, ucranios, alemães e nacionais. *Tereza*, fundada em 1847 pelo médico francês Dr. João Mauricio Faivre, sob os auspícios da Imperatriz Tereza Cristina Maria, com 87 franceses, dos quais a maioria não se fixou demoradamente na localidade, espalhando-se por outras regiões da Província. Em 1859 ali havia 236 brasileiros, 11 franceses e 1 português. Em 1864 a população era de 342 habitantes e em 1866 de 444. Em 1871 foi a colônia elevada a Freguezia, com a denominação de *Terezina*. É um dos 4 distritos do Município.

MUNICÍPIO DE GUARAQUESSABA: — *Serra Negra*, agricultores alemães e *Afonso Camargo*, contigua, dividida daquela pelo rio Assunguí. Fracassaram em 1832. *Superaguí*, fundada em 1852, na península de Superaguí, por Carlos Perret Gentil e à sua própria custa, com 10 famílias suizas, 5 francesas e 2 alemãs, num total de 85 pessoas.

MUNICÍPIO DE JATAÍ: — A colonização de Jataí teve origem na abertura de uma picada mandada fazer pelo Barão de Antonina para facilitação de transportes para Mato Grosso pelas vias fluviais Tibagi-Paranapanema-Ivinheima e Brilhante. Essa picada se desenvolveu pelos fundos do Cam-

po da Lagoa, foi ter à margem direita do Tibagi no lugar denominado Jataí. Ainda por influência do Barão de Antonina o govêrno imperial tendo em vista os fins estratégicos dessa via de comunicação, por Decreto n.º 751, de 2 de Janeiro de 1851 determinou o estabelecimento de uma colonia militar no Jataí, que foi inaugurada a 10 de Agosto de 1855. Os primeiros a se estabelecerem nessa localidade foram o notável sertanista Joaquim Francisco Lopes, sob cuja direção fôra aberta a referida picada, e seus camaradas auxiliares desse empreendimento. Pela lei n.º 333, de 12 de Abril de 1872 foi a colonia do Jataí elevada a Freguezia, sob a invocação de N. S. da Conceição. Em 1875 a população da colonia era de 296 nacionais dos quais 10 descendentes de africanos, e em 1881 de 400 habitantes. Distrito de S. Jeronimo, sede do Município foi elevado a Cidade e sede do citado Município, em 1932 pelo Decreto n.º de Maio, à vista do incremento largamente ali iniciado com a colonização das terras da Companhia de Terras Norte Paraná, e a chegada, a essa localidade, da estrada de ferro que de Ourinhos se destina ao Rio Paraná, atualmente com 184 quilômetros em trafego. *Hiemtal*, colonia iniciada com 100 famílias alemãs, situada entre os ribeirões Jacutinga e Três Bocas, em terras de excepcional fertilidade; *Nova Dantzig*, com colonos alemães; *Cambé*, às margens do ribeirão Cambé povoada com japoneses; *Ribeirão dos Caçadores*, em início com colonos portugueses, italianos e nacionais; e *Colonia Mixta*, às margens dos ribeirões Cambé e Cafezal, povoada por nacionais, italianos e russos.

MUNICÍPIO DO ASSUNGUÍ: — Teve origem na formação da colonia do *Assunguí*, iniciada em 1860 em terras férteis mas sem estrada, a 106 quilômetros ao norte de Curitiba. Os primeiros colonos ingleses localizados nessa colonia, devido a dificuldade das comunicações com a capital retiraram-se com excepção de 30 famílias, e se fixaram noutras localidades da Província. Em 1875 tinha a Colonia *Assunguí* 1824 habitantes sendo: — 375 brasileiros, 338 francêses, 221 ingleses, 202 italianos, 171 alemães, 16 espanóis, 1 suéco.

Em fins de 1876 essa população era de 2.397 habitantes, sendo: — 1.277 brasileiros, 259 alemães, 255 ingleses, 248 francêses, 118 italianos, 74 suissos, e 166 de outras origens nacionais.

Foi elevada à categoria de Vila em 1890.

Em 1920 por ocasião do recenseamento de 1.º de Setembro, a população do *Assunguí* era de 9.339 habitantes.

A colonia tinha a área de 13.939.200.000 metros, divididos em 3 territórios e 5 perímetros com 134.240.000 metros cada um.

MUNICÍPIO DE CURITIBA: — *Argelina*, fundada em 1869, a 4 quilômetros da Capital, com 115 lotes, 117 imigrantes, sendo 39 franceses da Argélia, 36 alemães, 24 suíços, 10 suecos e 8 ingleses. Posteriormente foram aí também estabelecidos imigrantes italianos. *Abranches*, fundada em 1873, a 5 quilômetros de Curitiba, em 94 lotes cedidos pelo Município, onde se localizaram 323 polacos, islandeses e alemães. *Pilarzinho*, fundada em 1870 com 50 lotes ocupados por polacos. *D. Augusto*, fundada em 1876, em 36 lotes e 168 imigrantes polacos originários do território de domínio prussiano. *D. Pedro*, fundada em 1876, à margem do Rio Poça-Una, com 104 suíços, franceses e polacos em 25 lotes. *Riviéra*, fundada em 1877 à margem da estrada de Mato Grosso, com 435 imigrantes polacos, silesianos, franceses e alemães. *Orleans*, fundada em 1875, a 11 quilômetros da Capital, nas proximidades da estrada de Mato Grosso, com 290 imigrantes polacos silesianos, suíços, franceses, ingleses e italianos em 65 lotes. *Santo Inácio*, fundada em 1876, nos arredores de Curitiba, à margem do rio Barigui, com 352 imigrantes polacos silesianos e galicianos em 70 lotes. *Santa Candida*, fundada em 1875, a 9 quilômetros de Curitiba, ao lado da estrada da Graciosa, entre os rios Bacacheri e Atuba, com 300 imigrantes polacos e 40 suíços franceses, em 64 lotes. *Santa Gabriela*, fundada em 1886, a 12 quilômetros ao norte da Capital, junto ao rio Barigui. *Dantas*, fundada com 48 lotes e 250 italianos vicentinos, em terras aforadas à municipalidade, no lugar Água Verde. Hoje as ruas da cidade atravessam o antigo núcleo camponês. *Santa Felicidade*, situada entre os rios Uvú, afluente do Barigui, e o Poça-Una, a 6 quilômetros da capital, fundada com 40 lotes, com 190 italianos venetas retirantes da colonia *Nova Italia*, de Morretes. *S. João Batista*, com 30 lotes ocupados por 105 polacos silesianos e por alemães. (Relat. Presidente Carlos de Carvalho, 1882). *Alves de Araujo*, com 33 lotes ocupados por 103 polacos silesianos e por ingleses. (Relat. cit.).

MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ: — *Lamenha*, fundada em 1876 e originariamente povoada por 718 imigrantes polacos silesianos e alguns alemães, em 139 lotes. Localizada em boas terras, cortada pelos rios Barigui, Tinguá e Poça-Una, a 9 quilômetros de Curitiba, prosperou facilmente e se desenvolveu pela zona adjacente onde formou dois núcleos, —

Lamenha Grande e Lamenha Pequena. Outras colonias: *Antonio Prado*, fundada em 1886 com 24 famílias italianas e 13 polacas. *São Venancio*, fundada em 1871, a 12 quilômetros de Curitiba, com 133 imigrantes alemães e 27 suécos. A população do Município, em 1920, era de 5.749 habitantes.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ: — *Alexandra*, iniciada em 1875, na presidência Abranches e dada por fundada em 22 de Abril de 1877, com 60 famílias de Abruzzo (Teramo) e Basilicata e 7 pessoas isoladas, de Porto Recanate, todas introduzidas por via de contrato entre Sabino Tripoli e o Governo do Império para o encaminhamento de 2.500 imigrantes italianos para o sul do Brasil. Foram os primeiros imigrantes italianos localizados no Paraná. Aquela primeira leva, dias após à sua localização se sublevou, alegando não poder vencer as dificuldades opostas pela mata virgem afim de se dedicar com sucesso à agricultura. Espalhou-se por Morretes, Paranaguá e Curitiba. Nova tentativa foi feita no ano seguinte (1878), com 20 famílias da província de Matova e de Teramo e em 1877 quatro grandes levadas de famílias venetas, num total de 2.300 imigrantes, foram igualmente localizadas em *Alexandra* e também se revoltaram sendo transferidos para Morretes onde o Governo Imperial os localizou na colônia *Nova Italia*, que não progrediu. *Maria Luiza*, entre as colonias *Alexandra* e *Pereira*, fundada em 1879 à margem do rio Itiberê, com imigrantes alemães, italianos e russos. Estes em número de 99 abandonaram a colônia, sendo substituídos por italianos. *Eufrasina*, colônia fundada pela Empresa Pereira Alves, Bendazeski & Cia., subvencionada pelo Ministério de Agricultura, com 64 lotes rústicos e 54 urbanos. Em 1877 só havia 4 famílias estrangeiras e algumas nacionais localizadas. *Pereira*, da mesma empresa e com os mesmos auxílios, situada à margem do Rio Branco, em terras férteis, tendo se iniciado com 115 colonos, componentes de famílias italianas e 1 espanhola. Outras colonias: *Santa Cruz*, *Visconde de Nacar*, *Santa Rita* e *Taunay*, todas de pouco sucesso.

MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA: — *Tomaz Coelho*, fundada em 1876, a 17 quilômetros da Capital, com 1.274 polacos silesianos e galicianos. Hoje é um vasto celeiro de produção agrícola. Originariamente constituída de 270 lotes numa área de 1.665, 4 hectares, essa colônia se distendeu, ao longo da E. F. Paraná até as proximidades da Serra de S. Luiz no Município de Campo Largo. *São Miguel* e *Tacuaróva* são for-

mações da expansão deste próspero centro de camponeses. Embora no município de Araucária, a influência de *Tomaz Coelho* se estende até *Ferraria*, no de *Campo Largo*. A população do Município em 1920, era de 11.280 habitantes.

MUNICÍPIO DE MORRETES: — *Nova Italia*, colonia iniciada com imigrantes vênetas retirantes da colonia *Alexandra*, Paranaguá, e desenvolvida com fortes correntes de italianos, declarada fundada a 22 de Abril de 1877, com 12 núcleos num total de 610 lotes demarcados mas com poucas casas construídas. Em janeiro de 1878, época em que o governo da Província designou o engenheiro André Braz Chalréo Junior para assumir a direção dessa Colonia, a situação dos imigrantes recém-chegados era lastimável. Em barracões e em casas alugadas, mais de 800 famílias aguardavam seu estabelecimento, completamente inativas, vivendo dos alimentos que lhes fornecia o governo. Em Março de 1879 e por mais três vezes depois, o Presidente da Província foi pessoalmente verificar a situação dos colonos e estimular a formação de lotes e respectivas casas que então eram apenas 150, restando assim, sem destino, cerca de 3.000 colonos, número que posteriormente aumentou. Sendo grande parte dos imigrantes natural de províncias do norte da Italia, estranharam o clima de Morretes, sendo por isso transferidos para as colonias *Alfredo Chaves*, *Antonio Rebouças*, *Novo Tiról*, *Murici* e *Inspetor Carvalho*, no planalto de Curitiba.

Em *Nova Italia* foram localizadas 543 famílias com ... 2.296 pessoas. Em Fevereiro de 1881 (Relatório do Presidente João José Pedrosa) era a seguinte a situação dos seus diversos núcleos:

- 1 — *Rio do Pinto*, com 242 habitantes italianos e 14 nacionais;
- 2 — *Sesmaria*, com 620 habitantes;
- 3 — *Sítio Grande e Cari*, com 248 habitantes;
- 4 — *América*, reconstituída em 1877, sob a denominação de *N. S. do Porto*, com 115 habitantes (36 suíços, 32 franceses, 23 alemães, 20 brasileiros e 4 italianos) instalados em casas provisórias situadas em 66 lotes de 9 hectares cada um;
- 5 — *Marques*, com 245 habitantes, constituindo 59 famílias italianas e 2 brasileiras;
- 6 — *Entre Rios e Prainha*, com 189 habitantes italianos;
- 7 — *Cabrestante* (não chegou a ser colonizada devido a serem suas terras demasiadamente acidentadas);
- 8 — *Rio Sagrado*, com 180 habitantes;
- 9 — *Ipiranga*, com 145 habitantes;

10 — *Graciosa*, núcleo menos importante da colônia *Nova Italia* com apenas 9 famílias ou 28 pessoas;

11 — *Zulmira*, com 33 lotes dos quais somente 9 ocupados por igual número de famílias ou 45 pessoas. Os demais lotes foram regeitados por serem muito acidentados e pedregosos;

12 — *Turvo*, último núcleo demarcado e colonizado em *Nova Italia*, ficava à esquerda do rio Cachoeira, e, por conseguinte, no município de Antonina.

Centro deste vasto plano de colonização de Morretes e Porto de Cima, a colônia *Nova Italia*, foi fundada em terras doadas pela Municipalidade pelo Coronel Antonio Ricardo dos Santos e possuía, em 1881, ano de sua maior prosperidade, 72 lotes ocupados por outras tantas famílias italianas compostas de 319 pessoas.

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS: — *Murici*, a 6 quilômetros da sede do Município, foi criada em 1878 e já no ano seguinte emancipada, com uma população de 357 polacos galicianos e silesianos e italianos do norte da Italia, localizados em 73 lotes. Prosperou rapidamente e hoje é um dos fortes e populosos centros de agricultores do Estado. *Inspetor Carvalho*, com 165 polacos galicianos e italianos em 72 lotes, junto à Colônia *Murici* e fundada e emancipada nos mesmos anos. Ambas grandemente aumentaram e prosperaram depois de um período inicial de profunda crise derivante de sua emancipação. *Zacarias*, fundada com 132 imigrantes polacos e italianos, em 26 lotes. Outras colônias: *Silveira da Mota*, *Zaira e Acioli*, *Santo Antonio*, *Padre Paulo*, *Rio Abaixo*, *Afonso Pena*, *Marcelino*, *Ifigênia*, *São Francisco Xavier*.

MUNICÍPIO DE COLOMBO: — *Alfredo Chaves*, fundada em 1878 e emancipada no ano seguinte com 160 imigrantes italianos vicentinos e tirolezes em 40 lotes de terras do primeiro planalto, a 1.010 metros acima do nível do mar e a 30 quilômetros de Curitiba. A 8 de Janeiro de 1890 foi esta próspera colônia elevada à categoria de Vila e Município com a denominação de *Colombo*, incluindo outras duas colônias de italianos: *Presidente Faria* e *Maria José* à margem da estrada da *Graciosa*. A população do Município, em 1920, era de 5.806 habitantes.

MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO: — *Antonio Rebouças*, fundada em 1878, no lugar Timbutuva à margem da estrada de Mato Grosso e a 19 quilômetros da capital com 156 italianos vicentinos e alguns polacos, em 34 lotes. *Santa Cristina*,

D. Mariana, Mariano Torres, Guajuvira de Cima, Alice, Balbino Cunha, Mem de Sá. Em todas estas colonias predominavam imigrantes polacos e seus descendentes.

MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA: — A colonização de Ponta Grossa com imigrantes europeus foi iniciada em 1878 com a colonia *Otávio* e seus 17 núcleos, para onde foram encaminhados 2.442 russos-alemães procedentes do Volga. (Vide Município de Palmeira).

A situação dos núcleos era a seguinte, no citado ano:

<i>Tavares Bastos</i> , com	50	famílias	com	192	peessoas
<i>Taquari</i>	73	"	"	314	"
<i>Tibagi</i>	32	"	"	100	"
<i>D. Luiza</i>	27	"	"	110	"
<i>Moema</i>	35	"	"	160	"
<i>Santa Matilde</i>	33	"	"	96	"
<i>Euridice</i>	15	"	"	62	"
<i>Botuquara</i>	26	"	"	108	"
<i>Itaiacóca</i>	23	"	"	192	"
<i>Guarauna</i>	51	"	"	133	"
<i>Guarauninha</i>	26	"	"	133	"
<i>Uvaranas</i>	76	"	"	281	"
<i>Rio Verde</i>	30	"	"	96	"
<i>Santa Rita</i>	28	"	"	118	"
<i>D. Adelaide</i>	36	"	"	173	"
<i>Trindade</i>	30	"	"	107	"
<i>Floresta</i>	23	"	"	65	"

A maior parte destes colonos abandonou os seus lotes, regressou para a Europa ou se dedicou a transporte de cargas do planalto para o litoral. Os retirantes foram em número de 382 famílias, restando, por conseguinte, 233. Outras pequenas colonias: *Neves*, a 3 quilômetros da cidade, povoada por italianos e russos; *Capivari* e *Pelado*.

MUNICÍPIO DA LAPA: — A colonização da Lapa com imigrantes europeus teve origem em 1878, quando ali foram fundadas as colonias *Wirmond*, *Marienthal* e *Joanisdorf* com elementos russos-alemães procedentes do Volga. (Vide Município da Palmeira).

Para essas colonias foram encaminhados 327 imigrantes e localizados 291, nas seguintes proporções:

<i>Wirmond</i> ,	com	26	famílias	com	115	peessoas
<i>Marienthal</i>		22	"	"	88	"
<i>Joanisdorf</i>		20	"	"	88	"

Com outros colonos espontaneos e descendentes de polacos, de outras colonias, bem assim com agricultores nacionais, surgiram na Lapa outros núcleos agrícolas que prosperaram, tais como *Serrinha de Santa Ana, Catanduvas, Ribeirão Vermelho, Passa-Passa, São Miguel, Campestre, Tagassaba, Lagoão, Mato Branco, Pouso* e principalmente *Contenda*, grande empório da lavoura do Município.

Esta última colonia espontanea, formada a léste da cidade da Lapa, nas proximidades do Iguassú, aspira constituir-se em Município autonomo. Possui cerca de 15.000 habitantes, todos prósperos e ufanos da sua gleba dadivosa e da comunidade social ordeira, adiantada e operosa, que constituiram. Há na Lapa, ainda, um esforço local digno de nota: — a colonia *João Candido*, levada avante com os recursos do Município.

MUNICÍPIO DA PALMEIRA: — *Sinimbu*, iniciada em 1878 com imigrantes russos-alemães, procedentes do Volga, com os seguintes núcleos e suas respectivas populações nesse ano:

<i>Marcondes,</i>	com 30 famílias	com 101 pessoas
<i>N. S. do Lago</i>	35 " "	181 "
<i>S. Quitéria</i>	33 " "	125 "
<i>Alegrete</i>	20 " "	100 "
<i>Hartmann</i>	70 " "	218 "
<i>Papagaios Novos</i>	25 " "	73 "
	213	798

*** Eram em número de 20.000 os imigrantes russos-alemães introduzidos no Paraná. A primeira leva, de 3.809, que aqui chegou, foi assim distribuida:

Colonias de Ponta Grossa	2.381
" da Palmeira	1.101
" da Lapa	327

A colonização russo-alemã, esperada com a melhor expectativa, resultou numa verdadeira decepção. Estes colonos, diz o Presidente Rodrigo Otávio de Menezes em seu relatório de 1878, — descendiam de alemães imigrados de sua pátria, há mais de um século, para as regiões do Volga onde fundaram povoações de misera aparência e viveram, devido aos rigores do clima, a maior parte do ano em completa ociosidade, recolhidos às suas habitações. Habitaram-se a esse miserável existência mas guardaram intacta a língua materna e não falavam outra.

Embora recebidos com a maior simpatia no Paraná, concedendo-lhes o govêrno vantagens excepcionais e os particulares gado, dinheiro e objetos de uso doméstico, esses colonos se mostraram cada vez mais exigentes de benefícios.

Acrescenta em seu relatório o Presidente Rodrigo Otávio: . . . "muito ignorantes, teimosos, indolentes, invejosos e apesar de muito religiosos, faltos do sentimento de verdadeira caridade".

Conheciam a cultura do trigo. Mas tendo de plantar milho e feijão, semeiavam os grãos e após passavam sôbre o terreno arados primitivos, trazidos da Rússia, que exigiam a tração de 3 juntas de bois. Diante do insucesso da produção desesperavam-se e culpavam as terras. Colhiam laranjas derrubando as laranjeiras. Queimavam as cercas dos lotes e aterravam as valas divisórias, acostumados com a comunidade das terras, mas reclamavam contra a invasão dos animais dos vizinhos nas suas lavouras. Pediam e obtinham que êles mesmos fizessem as suas casas definitivas dando-lhes o govêrno o material preciso e o dinheiro que pagaria aos construtores, mas queimavam o taboado que lhes era fornecido e construíam grandes caixões para suas moradas, alegando que na Rússia eram assim suas habitações. Queixavam-se de que as terras não produziam sem estrume e empregavam este para fazer fogo, quando o mato em que podiam lenhar ficava a poucos passos mas exigia mais trabalho.

Em regra, quando adoeciam, preferiam o padre ao médico da colonia, dizendo que "*quem cura e mata é Deus*". Quando em viagem morria um dêles (como aconteceu na povoação de S. Luiz e na Graciosa) abandonavam o cadáver na estrada.

É farta a messe de fatos semelhantes aos acima citados, contida no Relatório do Presidente Rodrigo Otávio. Citamos mais, apenas, — a inopinada debandada da maioria desses colonos, que se repatriaram. Esse movimento foi, no dizer de um dêles, homem inteligente, — "*instantaneo como uma bomba e só explicável pela estupidez*".

Assim fracassou em grande parte a célebre colonização russo-alemã nos três municípios em que foi localizada. Da parte restante muitos se fizeram carroceiros e até hoje seus descendentes se ocupam no transporte de cargas nos seus carroções característicos puxados por três e mais parelhas de cavalos. *Outras colonias.* Posteriormente foram fundadas no Município as colonias *Santa Bárbara* e *Canta Galo* com os núcleos *Puga*, *Quero-Quero* e *Capão d'Anta*, mais ou menos prósperos. *Kittolandia*, iniciativa da empresa formada na Inglaterra, em 1873, por Charles William Kitto. Efetivamen-

te em 1876 chegaram às terras que lhe foram concedidas, medidas e demarcadas em lotes, próximas ao Salto Caiacanga onde começa a navegação do Iguassú, 16 ingleses, sendo sustadas novas remessas porque a empresa nada havia providenciado para recebê-las. Os primeiros vindos, entretanto, se mantiveram nos seus lotes, dedicando-se a conservação de carnes, que exportavam para a Inglaterra. *Colônia Socialista*. Em 1891 um grupo de imigrantes italianos, socialistas avançados, guiados pelo Dr. João Rossi, obteve do governo a mesma ajuda que era dada aos imigrantes e autorização para constituir uma colônia de acordo com suas idéias, para fins políticos de demonstração. Foi-lhes concedida uma parte da colônia Santa Bárbara, a 3 léguas da Palmeira, onde estabeleceram a colônia Cecília, com completa liberdade de organização. A experiência falhou completamente, a despeito do entusiasmo dos seus propulsores. *Maciel*, colônia particular.

MUNICÍPIO DE CERRO AZUL: — Teve origem nas vastas realizações do plano colonizador do *Assunguí*, de cuja colônia foi Cerro Azul o núcleo principal. A ausência de via de comunicação carroçável para a Capital, impediu o sucesso desse plano e fez com que, após enormes despesas, se retirasse dessa colônia a maior parte dos seus elementos povoadores, em sua maioria ingleses, franceses e alemães.

Em 1872 foi a colônia *Assunguí* elevada a Freguesia e em 1897 a Cidade, com a denominação *Cerro Azul*, seu mais importante centro povoado desde essa época.

O Município do *Cerro Azul* tinha 16.589 habitantes em 1920, por ocasião do último recenseamento.

MUNICÍPIO DE PALMAS: — As primeiras organizações coloniais do Município foram as colônias militares do Chopim e do Chapecó, criadas pelo Decreto n.º 2502 de 16 de Novembro de 1859, com os objetivos de defesa da fronteira e de proteção dos habitantes próximos contra as correrias dos índios e de os atrair à domesticidade. *Chopim*, fundada a 27 de Dezembro de 1882 à margem esquerda do Iguassú e à direita do rio Chopim, a 5 léguas equidistante de ambas e distante 17 léguas da então Vila Bela Vista (hoje Clevelândia), 22 da cidade de Palmas e 24 da de Guarapuava. Essa população ao tempo da fundação era de 60 nacionais, caboclos e índios mansos. *Chapecó*, também denominada Xanxerê, fundada a 14 de Março de 1882, à margem do Uruguai e à esquerda do rio Chapecó. Chegou a ter 102 casas de madeira, ocupadas por nacionais e índios mansos e mestiços, capela sob a invo-

cação de S. B. Jesus do Xanxerê, hospital, farmácia, teatro, tipografia (onde se imprimia o semanário "O Chapecó" sob a direção do Diretor da Colonia, então capitão, depois Marechal J. B. Bormann), estação telegráfica, depósito de material bélico, cadeia, etc. Devido ao esquecimento a que o governo imperial relegou esta Colonia, não lhe dando recursos para a construção de vias de comunicação com povoações mais prósperas, sua população foi se transferindo para essas povoações e ficou reduzida a 60 famílias apenas. Graças, porém, a tenacidade do Marechal Bormann, que a dirigiu durante 17 anos e a excelência das terras e do clima, a colonia do Xanxerê elevou sua população a 800 habitantes em 1898.

Santa Bárbara, vasta colonia de iniciativa da Empresa Colonizadora Ltda., compõe-se de 5.500 lotes de 10 alqueires de terra cada um, que estão sendo rapidamente ocupados por elementos descendentes de italianos procedentes do Rio Grande do Sul. Nos últimos dois anos (1929-30) tem a colonia colhido 2.000 sacos de trigo cada ano, produção essa que tende a aumentar e que ali mesmo é transformada em farinha em aperfeiçoado moinho "Schule" doado pelo governo do Estado. *General Carneiro* (parte desta colonia fica em território catarinense) povoado por ucranios. *Covó*, iniciada com 12 lotes, de lavradores nacionais. *Mato Branco*, com 55 lotes, *Barro Preto*, com 110 lotes, ambas constituídas por lavradores nacionais. *Santo Antonio do Itatí*.

MUNICÍPIO DA FOZ DO IGUASSÚ: — O povoamento, por nacionais, da região entre o Iguassú e o Paraná, a 5 quilômetros acima da foz, foi regular e definitivamente iniciado, com o estabelecimento de uma Colonia Militar, em 1888, sob a direção do engenheiro militar José Joaquim Firmino. A região era por essa ocasião habitada por 324 pessoas, sendo, 188 paraguaios, 93 brasileiros, 33 argentinos, 5 franceses, 2 uruguaios, 2 espanhóis e 1 inglês, desde o rio Ocuí, afluente do Paraná até à margem direita do Iguassú nas proximidades da sua foz, que se ocupavam na exploração da Herva-Mate e das madeiras de lei, ali abundantes. Em *Sol de Maio* e *Porto Santa Helena* encontram-se 500 descendentes de italianos venezianos meridionais e em *Colonia Inglesa*, descendentes de ingleses, italianos e alemães. Todas à margem do rio Paraná. A *Colonia da Foz do Iguassú* foi elevada a Município em 1914 e assim entregue à jurisdição civil.

MUNICÍPIO DE BOCAIUVA: — *Eufrásio Correia*, fundada em 1889, com imigrantes italianos. *Marquez de Abran-*

tes, em formação, servida pela estrada de rodagem São Paulo-Curitiba, iniciada com polacos, alemães e nacionais.

MUNICÍPIO DE ANTONINA: — *Conselheiro de Araújo*, de iniciativa do engenheiro Fanor Cumplido, que em data de 28 de Junho de 1889 contratou com o Governo Imperial a introdução de imigrantes e sua localização no vale do Rio Cachoeira, em terras de admirável uberdade, e próximas de mercados consumidores. O grandioso plano do saudoso paranista não chegou a se transformar em realidade devido às ocorrências derivantes da proclamação da República, que se deu 5 meses após a assinatura do seu contrato. O vale do Rio Cachoeira continuou sendo essa reserva que é de inestimável valor para iniciativas que o futuro há de ali levar a efeito, com sucesso para o progresso do Paraná. *Turvo* núcleo da colônia *Nova Italia*, com 27 lotes, dos quais 13, apenas, ocupados por igual número de famílias italianas. Este núcleo ficou pertencendo ao Município de Antonina, pois foi localizada à margem esquerda do Rio Cachoeira. Sua denominação vem do ribeirão do Turvo, que atravessa o núcleo, confluente do Cachoeira. *Zulmira*, situado no lugar denominado "Morro do Bicho", a 3 quilômetros da povoação de São João da Graciosa. Liga-o ao quilômetro 16 da estrada da Graciosa, uma estrada carroçável de 7.300 metros que atravessa o núcleo *Zulmira* pelas frentes dos seus lotes. *Ipiranga*, situado nas proximidades do povoado de São João da Graciosa, corta-o o ribeirão Ipiranga. É servido por uma estrada de 5.800 metros, que parte do citado povoado e por outra, de 1.359 metros, que se prolonga do núcleo, ambas tendo em suas margens os lotes coloniais. *Savá*, pequena concentração colonial nas imediações da cidade de Antonina. *Cacatú*, pequena colônia de agricultores japoneses. Outras pequenas colônias: *Quatinga* e *Cachoeira*.

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS: — A povoação de São Mateus surgiu como pouso e setor de apoio das bandeiras militares lançadas pelo Governador da Capitania de São Paulo, Don Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, do ocidente meridional paulista. (Conquista de Guarapuava, preparatória do tratado de limites entre Portugal e Espanha, que veio a realizar-se em 1777).

Em 1890 foi aí iniciada a fundação de uma colônia, conservando-se o nome tradicional da localidade. O primeiro lastro humano dessa sociedade sertaneja foi constituído de nacionais, espanhóis e alemães, e a seguir, de avultados ele-

mentos slavos. Em 1908, pela lei n.º 763, de 2 de Abril foi a colônia de São Mateus elevada à categoria de Município e dividida entre este e o Município de Mallet. Pertence-lhe a colônia *Vera-Guaraní*, iniciada com 3.903 ucranios, polacos, russos e nacionais. Possui outras colônias espontaneas, tais como *Canoas*, *Iguassu* e *Taquaral*, compreendendo *Fluviopolis*.

São Mateus tem uma área superficial de 1680 quilômetros quadrados e uma população de 14.235 habitantes pelo recenseamento de 1920, sendo estrangeiros 2.752.

O recenseamento pecuário (1920) acusou a existência de 6.784 bovinos, 4.643 equinos, 296 asinos, 125 ovinos, 155 caprinos e 8.935 suínos.

A atividade rural de São Mateus, não é, porém, a pecuária, mas a extração e o benefício da Herva Mate e a produção de cereais, entre os quais sobreleva o Trigo. A progressão dos hectares cultivados com este cereal é prometedora. Durante a Cruzada do Trigo cultivou em 1928, 150 hectares que em 1929 elevou a 550 e em 1930 a 680. A produção em quilos foi: — em 1928 de 198.200, em 1929 de 660.000 e em 1930 de 931.000. O rendimento por hectare foi em 1928 de 1.320 quilos, em 1929 de 1.200 e em 1930 de 1.370. Em 1930 possuía 12 moinhos, com capacidade de 6.000 quilos. A produção do Trigo, por hectare, é em São Mateus (1.370 quilos), superior a do Canadá (1.260), do Chile (1.230), do Uruguai (900) dos Estados Unidos (860) e da Argentina (670).

MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS: — A antiga localidade denominada Rio dos Patos e depois São João do Capanema, foi, em 1896, na presidência Prudente de Moraes, aproveitada para sede de uma grande colônia de camponeses ucranios e polacos. Constituiu-se dos seguintes núcleos: *Ivaí*, *Rio dos Patos*, *Canindéu*, *Nova Galicia*, *Paraná*, *Pirai*, *Mauricio Faivre*, *Inspetor Carvalho*, *Esperança*, *Santos Andrade*, *Sete de Setembro*, *Tiradentes*, *Vicente Machado*, *Rio Preto*, *Quinze de Novembro*, *Barra Vermelha*, *São João*, *Consul Pohl*, *Vinte e Cinco de Outubro*, *União*, *Olinto*, *Eduardo Chaves*, *Capanema*, *Paula Gomes*, *Oliveira*, *Sertorio*, *Claudio Guimarães*, *Vinte e Três de Abril*, *Iguassu*, *Ronda* e *Mirim*, onde foram localizados cerca de 9.000 imigrantes ucranios e polacos.

As terras onde foi fundada a colônia de *Prudentópolis*, ficavam no vasto Município de Guarapuava. Pela lei n.º 615 de 5 de Março de 1906 foi essa colônia elevada à categoria de Vila, sede do Município da mesma denominação da importante colônia, com uma laboriosa população de 25.000 habitantes em 1922. *Jesuino Marcondes*, fundada em 1907, a 18

quilômetros da sede do Município, povoada por austríacos e russos.

MUNICÍPIO DE MALLET: — *Vera Guarani* (parte pertencente ao Município de São Mateus) fundada em 1909 em terras contiguas às da colônia *Rio Claro*. Povoada com 825 famílias polacas, ucrainas, russas e nacionais. *Rio Claro*, grande colônia ucraina. *Santa Ana*, à margem do Iguassu. *Eufrosina*, também à margem do Iguassú e servida pelo movimentado porto de *Fluviópolis*. A população do Município era, em 1920, de 14.294 habitantes.

MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA: — *Senador Correia*, no distrito de Marrecas, com 3.132 ucrainos e alguns alemães nacionais. *Algodoeiro*, distrito de Candói povoado com ucrainos e polacos. *Amola Faca*, colonizada com alemães, ucrainos e polacos. *Jordão*, Colônia Municipal, com ucrainos, polacos e nacionais. *Werneck*, à margem do Iguassú, com alemães. *Herval*, no Distrito do mesmo nome, com ucrainos e alemães.

MUNICÍPIO DE PALMIRA: — (Anexado ao Município de São João do Triunfo) *Palmira*, com dois núcleos: *Rio dos Patos* e *Brumado*. Está situada à direita do Iguassú e povoada com agricultores polacos. A lei n.º 874 de 10 de Abril de 1909 elevou o antigo povoado de *Palmira* a Município, compreendida a Colônia. Sua população em 1920 era de 2.423 habitantes.

MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA: — *Bom Retiro*, povoado com lavradores nacionais. *Pato Branco*, constituída de lavradores nacionais. Ambas estas colônias somam 400 lotes. *São Francisco*, colônia particular.

MUNICÍPIO DE CONCHAS: — *Adelaide*, *Floresta* e *Trindade*.

MUNICÍPIO DE PIRAQUARA: — *Novo Tirol*, formada com 350 imigrantes italianos tirolezes e vicentinos, em 66 lotes.

MUNICÍPIO DE IPIRANGA: — *Taió*, a 5 quilômetros da vila, povoada com 519 imigrantes polacos, alemães e holandeses. *Ivaí*, nas proximidades do povoado *Bom Jardim*, prolongando-se até às margens do rio que lhe dá o nome.

Povoada com 3.132 imigrantes polacos, ucranios, alguns alemães e nacionais. *Bom Jardim*, antigo povoado de nacionais, tem aumentado com a localização de famílias italianas e polonêsas. *São Roque*, núcleo originado da colonia *Ivaí*.

MUNICÍPIO DE IRATÍ: — Foi a colonia *Irati* fundada 3 léguas distantes da vila do mesmo nome, com 286 lotes rurais 119 urbanos, com uma população de 1.449 pessoas, em sua maioria alemães, holandêses, russos, polacos galicianos e nacionais. Em seguimento à colonia existe o núcleo *Potinga*. Na estrada para Prudentópolis, fica a colonia *Serra dos Nogueiras* a 2 quilômetros da sede do Município. *Itapará*, com 1.343 ucranios, polacos galicianos e polonêses do antigo domínio russo.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA: — Originou-se em 1770, quando base das explorações do território ocidental, sendo por essa ocasião fundado, pela bandeira militar dirigida pelo Capitão Antonio da Silveira Peixoto, — o Porto de N. S. da Vitória. A 10 léguas da sede do Município está a ex-colonia *Cruz Machado*, hoje Distrito, fundada com 9.681 povoadores polacos, alemães, russos e nacionais. Outras colonias de menor vulto: *Concordia*, *Amazonas*, *Vitória* e *Carazinho*, esta constituindo o Distrito do mesmo nome.

Seu território pertencia ao Município de Palmas, passou a constituir Município autonomo pela lei n.º 415 de 1.º de Abril de 1901, com a denominação de Porto da União da Vitória. Elevou-se à categoria de cidade pela lei n.º 744 de 11 de Março de 1908. Com o acôrdo de limites entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, a cidade ficou dividida, passando a parte que tocou ao Paraná a se denominar União da Vitória e a de Santa Catarina Porto da União.

O Município tem a superfície de 2.080 quilômetros quadrados, com uma população que pelo recenseamento de 1920 era de 10.522 almas, sendo estrangeiros 2.649, compreendidos os distritos de União da Vitória, Cruz Machado e Carazinho.

Seu maior distrito, a ex-colonia Cruz Machado, foi iniciada com 9.681 povoadores polacos, alemães, russos e nacionais, que se dedicam a extração da Herva Mate e a produção de cereais. Dentre este sobleva a do Trigo, cuja progressão de hectares cultivados durante a Cruzada do Trigo, foi, em 1928 de 880, em 1929, de 1.090 e em 1930 de 1.210. O rendimento por hectare tem sido de 1.309 quilos em 1928, de 1.400 em 1929 e de 1.480 em 1930. A produção em quilos foi: — em 1928 de 1.152.000, em 1929 de 1.526.000 e em 1930 de 1.953.000.

MUNICÍPIO DE CASTRO: — *Brasílio Machado*, com dois núcleos: *Santa Candida*, povoada por polacos e *Santa Leopoldina*, por italianos; *Santa Clara*, fundada com imigrantes russos; *Carambeí*, *Iapó*, *Agostinhos* e *Russos*.

A colônia de *Carambeí* possui hoje um ativo e inteligente grupo de criadores alemães e holandeses que se dedicam às indústrias laticínias com grande sucesso.

Em 1933 começou a localização de imigrantes alemães em terras próximas à cidade de Castro, adquiridas para esse fim por empresa colonizadora alemã, sob as vistas do consulado alemão em Curitiba. A nova colônia, que está sendo constituída de elementos escolhidos e sistematicamente organizada, denomina-se *Terra Nova*.

MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS: — *Guarauna*, sede de Distrito, colonizada por polacos; *São Mateus* e *Caminho Grande*, também colonizadas por polacos.

MUNICÍPIO DE RIO AZUL: — O Município (primeiramente de Roxo-Ruiz, depois Marumbí e agora Rio Azul) é constituído da colônia *Rio Azul*, situada na confluência do rio deste nome com o Potinga. Seus habitantes são antigos imigrantes polacos e ucranios e seus descendentes nacionais.

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS: — *Sertanópolis* é um dos milagres do sertão do norte do Estado. De frondosas matas virgens, no vale do Paranapanema, em três anos já era Distrito do Município de São Jerônimo e logo depois, por sua vez, alevada à Vila. Sua população procede dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e é em sua maioria de portugueses, em número de 6.000.

CAPÍTULO XV

A CAMPANHA ABOLICIONISTA

- 1 — A Abolição Gradual**
- 2 — Negros Escravizados no Paraná**
- 3 — O Movimento Abolicionista**
- 4 — O Negro na População da Província**
- 5 — Brancos, Pretos e Cruzados.**

1 — A Abolição Gradual

O Brasil foi uma das últimas nações a emancipar seus escravos. Em todos os povos a abolição de tão nefanda instituição constituiu problema de difícil solução, porque, se por um aspecto é se impunha como um dever da civilização, por outro perturbava profundamente a economia pública, visto como todas as indústrias diretamente derivadas da terra eram mantidas em condições económicas pelo braço escravo.

Não admira, pois, que o Brasil, cuja maior fonte de riqueza ainda hoje é a agricultura, houvesse libertado os seus escravos com um atraso de meio século das possessões europeias e dos Estados Unidos da América do Norte. Toda a economia do país recaía sobre o trabalho servil, e brusca desorganização desse regime ocasionaria certamente perturbação da mais intensa gravidade.

Entretanto a necessidade da emancipação do escravo sempre esteve presente no espírito e nos sentimentos de nossa raça. Sob o governo do Marquez de Pombal foram libertos os negros e mestiços no território europeu de Portugal e sob o reinado de D. João VI tiveram início as negociações anglo-lusas para a repressão do tráfico de africanos nos seus respectivos domínios.

Um dos cuidados do povo brasileiro, na sua primeira Assembléa Constituinte, foi o de impedir o comércio de escravos da costa da África, e em 1831, embora sem resultado na prática, foi proibido esse tráfico. Renovada essa lei em 1850 e então prestigiada no atântico sul pelo humanitário empenho da Inglaterra, foi a importação de escravos africanos finalmente estancada.

O Brasil muito mais cedo teria, possivelmente, ido além nos seus esforços pela libertação do elemento servil, si a guerra civil americana, em 1860, motivada pelo mesmo intento, não lhe aconselhasse a maior prudência nas suas resoluções.

A emancipação gradual foi porém, desde então, o incessante objetivo que preocupou todos os nossos estadistas, inclusive o Imperador. Nesse sentido apareceu o projeto do conselheiro Pimenta Bueno, Visconde de São Vicente, em 1866, que estabelecia a emancipação total para 31 de Dezembro de 1899, mas a guerra com o Paraguai foi considerada um impedimento para o trato de assunto tão delicado a todas as ordens de interesses.

Finda a guerra, a chamada de Pimenta Bueno para o gabinete de 29 de Setembro de 1870 parecia significar que o imperador desejava medidas atinentes à emancipação. Aconteceu o contrário. Pimenta Bueno não teve ânimo para enfrentar a perturbação económica motivada pela guerra e resignou o poder, cabendo ao Visconde do Rio Branco o suceder na glória de promover o grande passo para a abolição, com a lei denominada do "ventre livre", a 28 de Setembro de 1871, sancionada pela Princesa Isabel, lei semelhante a que em outros países, inclusive Portugal, no tempo de Pombal, havia realizado a abolição gradual dos escravos.

A nação inteira aplaudiu essa lei e a opinião abolicionista tece o seu primeiro grande incentivo para prosseguir sua cruzada humanitária e civilizadora.

Dessa data em diante ninguém mais nasceu escravo no Brasil, e essa conquista já colocava o grande problema nacional em condições favoráveis a outras providências que o solucionassem ainda mais depressa, como realmente sucedeu com a emancipação dos sexagenários.

A propaganda abolicionista, cada vez mais intensa, ganhou todos os espíritos liberais e constituiu formidável corrente na opinião, que já então era tão difícil para a monarquia prolongar a escravidão, como perigoso radicalmente a extinguir, contrariando a grande massa de interesses económicos que uma medida dessa extensão sem dúvida acarretaria às indústrias rurais do país.

Criaram-se caixas emancipadoras, que libertavam quantos escravos podiam. A munificência de muitos senhores os libertava espontaneamente. Os abolicionistas promoviam a fuga de escravizados. Em duas províncias, a do Amazonas e do Ceará, com tais iniciativas, não havia mais escravos em 1884. O exército já não se prestava a capturar os escravos fugidos, o que ocorria em grande número.

Nessa fase da questão o Partido Republicano já era uma grande força da opinião nacional e o seu radicalismo libertador se constituía o foco central das exigências da emancipação sem retrições. Por seu turno os senhores de numerosos es-

cravos, que eram os fazendeiros, desgostosos com a marcha que levavam os acontecimentos a que destacados estadistas monárquicos emprestavam o mais franco concurso, ameaçavam reforçar, por vingança, as fileiras republicanas.

Foi nessa atmosfera de exaltação libertadora, proposto o projeto de abolição imediata, o que ocorreu a 13 de Maio de 1888, com a sanção pela Princesa Reinante e quasi gerais aclamações do povo brasileiro, com cuja decisão desapareceu a grande mácula de nossa civilização, dando-se liberdade a 723.419 escravos que era o total dos ainda existentes no Brasil. (Estatística oficial de 1887).

Realizamos, assim, uma transformação social das mais graves, sem as perturbações ocorrentes nos Estados Unidos, por exemplo, onde realização semelhante "custou o sacrifício da mais cruel e monstruosa das guerras civís".

2 — Negros Escravizados no Paraná

A mais remota estatística da população do atual território paranaense data de 1780, quando acusou 17.685 habitantes, sendo 7.428 na Marinha e 10.257 em Serra Acima.

Da população total eram:

— Brancos	12.349
— Negros e Mulatos	5.336

Em 1858 (78 anos depois) a população da Província era de 69.380 habitantes, dos quais eram:

Brancos	60.380
— Negros e Mulatos escravos	8.493
— Mulatos livres	507

Em 1872, quando se realizou o primeiro recenseamento geral do Império, a população paranaense era de 126.722 habitantes, sendo:

— Brancos	116.162
— Negros e Mulatos	10.560

Em 1890, primeiro recenseamento feito sob o regime republicano e último em que se investigou a tonalidade pigmentária dos brasileiros, a população paranaense era de 249.491 habitantes, sendo 5,17% o coeficiente de negros, uma das três menores porcentagens dentre as de todos os Estados, sendo em S. Paulo de 12,97%, no Distrito Federal de 26,79% e na Baía de 29,30%.

Os mulatos em seus diversos matizes atingiram 18,66% (proporcionalidade do sul), quanto que, na Baía, por exemplo, se elevavam a 46,19%.

Até o ano de 1872 pode-se dizer que relativamente poucos eram os negros livres, tão rara seria até então a emancipação espontânea de escravos. Quanto aos mulatos, em boa parte filhos dos próprios senhores e senhoritos, a benevolência senhorial sempre foi generosa, alforriando-os por ocasião do batismo.

Por outro aspecto apreciado o início das libertações do escravo, temos que de 1872 em diante é que foi se estacando a progressão da escravidão no Brasil com a emancipação dos nascituros e com a libertação compulsória dos sexagenários. O valor dos escravos que essas leis não beneficiaram, subiu, porém, diminuindo por isso, ainda mais, as libertações espontâneas.

Anteriormente houve outra fase que se supoz iria valorizar o escravo: — a que se iniciou com a lei de 7 de Novembro de 1831, que considerou livres todos os africanos que dessa data em diante aportassem no Brasil. Essa providência, porém, não teve efeitos práticos e o tráfico negro continuou clandestinamente, atingindo, até daí em diante, grande desenvolvimento.

Diante disso a Inglaterra, que havia convencionado com o Brasil o direito reciproco de visita sôbre os seus navios com o fim de impedir o tráfico negreiro, — fez votar pelo seu parlamento, em 1845, uma medida violenta mas eficaz, com o mesmo objetivo.

Foi o *bill* de Aberdeen, que investiu os cruzadores ingleses de poderes para perseguirem dentro ou fora de águas territoriais, todos os navios brasileiros suspeitos de se empregarem no tráfico negro: — “*de aprisioná-los, vendê-los, incendia-los, metê-los a pique e entregar a tripulação ao julgamento dos tribunais de Serra Leoa*”. E o cruzeiro inglês, sempre vigilante, usou desse poder até mesmo em portos brasileiros, como aconteceu em Paranaguá, em Julho de 1850, com o aprisionamento e incêndio de brigues e bergantins negreiros pelo cruzador britânico “*Cormorant*”. Essa violência, que tanto agitou os melindres patrióticos regionais e nacionais, teve, contudo, um resultado eficaz na abolição do contrabando de africanos, com a expedição da lei de 4 de Setembro do mesmo ano, que determinou a apreensão de “*embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte e as estrangeiras encontradas nos portos, ancoradouros ou mares territoriais do Brasil*” e que considerou “*ato de pirataria a importação de escravos*”.

3 — O Movimento Abolicionista

O movimento abolicionista se intensificou no Paraná, alguns anos antes de 13 de Maio de 1888, ano em que se extinguiu a escravidão no Brasil. A esse tempo a propaganda era intensa e generalizada a todos os espíritos liberais e humanitários. O próprio interesse do governo, em certas presidências, chegou a se expressar com o maior entusiasmo, o que provocou numerosas alforrias dadas a seus escravos pelos correligionários do poder. O governo imperial distribuía graças e comendas a senhores de escravos que os libertavam. Foi por lei criado o Fundo de Emancipação para a libertação anual de escravos e a iniciativa particular se alistou, com vivo entusiasmo, nas fileiras combatentes da Confederação Abolicionista.

A lei de 28 de Setembro de 1871, libertando os nascituros, veio criar novos estímulos e mais palpitantes entusiasmos nos propugnadores da abolição. Todas as oportunidades foram aproveitadas para a libertação de escravos. Ao se inaugurar a "Escola Oliveira Belo" de Curitiba, a 28 de Setembro de 1884, o próprio presidente da Província, Dr. Brasílio Machado, fez um vibrante discurso condenando a escravidão e apelando para os senhores de escravos afim de que os emancipassem. Nessa ocasião 67 escravos foram libertados, o que mostra que o ideal generoso já então tinha penetrado fundo no espírito e no coração dos paranaenses.

Nesse ano (1884) havia na província 6.721 escravos assim distribuídos nos 24 municípios seguintes:

Antonina	733
Lapa	661
Curitiba	527
Palmeira	505
Castro	402
Guarapuava	371
S. José dos Pinhais	359
Campo Largo	309
Palmas	301
Jaguariaíva	296
Paranaguá	284
S. José da Boa Vista	279
Ponta Grossa	250
Morretes	242
Tibagi	217
Arraial Queimado	189

Votuverava	148
Conchas	142
Guaraquessaba	117
Guaratuba	94
Porto de Cima	84
Santo Antonio do Imbituva	80
Pirai	77
Rio Negro	54

Em 1887 o movimento abolicionista atingiu no Paraná à sua máxima intensidade. A negra instituição estava sendo atacada por todas as maneiras e todas as suas traves ameaçavam ruir. Os escravos fugidos eram vistos com simpatia e encontravam homizio e proteção. Os jornais se recusavam a publicar anúncios dos senhores que os procuravam. A campanha se intensificou principalmente na capital, em Paranaguá, Antonina e Porto de Cima. Em Paranaguá, reduto escravagista, Barros Junior, em 1870, dava os primeiros e formidáveis golpes de alvião na organização negreira, pelo seu jornal "Operário da Liberdade" e em 1883 Fernando Simas fundava o "Livre Paraná" seguindo-lhe os passos e indo mais longe, atacando pugnazmente as próprias instituições do país e pregando a república. O grande educador José Cleto da Silva promovia gratuitamente ações judiciárias a favor dos ilegalmente escravizados depois da lei de 7 de Novembro de 1831, que proibira o tráfico.

Um fato expressivo e concreto dos efeitos da campanha abolicionista no Paraná em Paranaguá: — em 1833 foram registrados 7.568 escravos na província e em Outubro do ano seguinte 6.721 (diferença, para menos, de 847); e em Paranaguá 412 em 1883 e 284 em Outubro de 1884. (Diferença, para menos, de 128).

Houve gestos lindos nesse tempo em que o coração brasileiro bateu, no mesmo ritmo, em todos os peitos.

A "Sociedade Redenção Paranaguense" conseguiu realizar prodígios de êxitos. Só num dia, a 28 de Setembro de 1884, entregou cartas de alforria a 40 cativos. O Dr. Lúiz Ramos Figueira, senhor de muitos escravos, emancipou-os ficando apenas com 15 para a manutenção de sua fazenda em Guaraquessaba, mas em Abril de 1886 até a esses mesmos libertou, num gesto integral de liberalidade. O Dr. Leocadio José Correia, médico ilustre e humanitário, grande, delicado e luminoso espírito ainda agora evocado pelos paranaenses, precisou dar uma ama para o seu primogênito, que é hoje Dr. Leocadio Cisneiro Correia. Comprou uma negra sadia e jovem,

mas antes de lhe confiar o filho, libertou-a, para que o seu primogênito não se alimentasse de leite escravo. (Alberico Figueira, *A Propaganda Abolicionista em Paranaguá*).

Em Curitiba os abolicionistas, em 1887, incitados talvez, pela presença na presidência da Província, de um político por eles considerado escravocrata, agiam até fora da lei, arrebatando os escravos maltratados pelos seus senhores.

Foi assim que procedeu a sociedade secreta "Ultimatum", criada a 12 de Junho de 1887 pelos denodados abolicionistas Major Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, que dois anos depois, no Rio de Janeiro, tão saliente papel representou na proclamação da república, — Capitão Gomes Pimentel, Dr. Francisco Itaciano Teixeira, José Celestino de Oliveira Junior, Antonio Ricardo do Nascimento, João Ferreira da Luz, Bernardino de Freitas Saldanha, Inácio Alves Correia Carneiro e Joaquim Belarmino de Bitencourt.

São conhecidas apenas três atas da sociedade "Ultimatum" salvas do extravio do respectivo arquivo. A sessão inaugural compareceram todos os fundadores acima nomeados e elegeram os seguintes diretores: Presidente, Antonio Ricardo do Nascimento; Secretário, José Celestino de Oliveira Junior; Orador, Francisco Itaciano Teixeira; Tesoureiro, Joaquim Belarmino de Bitencourt, em cujo escritório se reuniam os conjurados.

A ata dessa primeira reunião revela os decisivos propósitos da sociedade. Não haveria estatutos, mas uma ideologia imperativa: — "Tratarem todos os sócios de concorrer para livrar o Brasil da mancha negra da escravidão que tanto nos amesquinha, e, de qualquer fórmula se oporem aos castigos corporais indignamente aplicados aos miseros escravos, ainda que, se necessário fôr, lançando mão da força, não poupando o próprio sangue para conseguir fim tão nobre e justo".

O juramento obrigava, sob palavra de honra "*pela memória dos antepassados e pela felicidade dos entes queridos*", a "*tudo fazer em benefício dos irmãos cativos*". A fórmula do juramento foi transcrita em livro especial e por todos assinada, tendo o Sr. Joaquim Bitencourt sugerido, sendo aprovado, que ao grupo só devessem pertencer "*os resolvidos a tudo sacrificar pela nobre idéia*".

Ao Presidente foi conferido o arbitrio de "*ordenar a qualquer sócio o serviço que haja de fazer, embora dessa ordem possa advir sacrificio a quem fôr dada*".

A ata contém a seguinte indicação, que foi aprovada:

— “Tratando-se de uma sociedade secreta e como não contamos com o atual Presidente da Província por ser francamente escravocrata, — e para melhor acautelar os interesses sociais indicamos que todos os associados sempre que tiverem de se dirigir ao Presidente desta sociedade ou a qualquer outro sócio, usem de nome de guerra para tal fim”.

Cada conjurado escolheu o seu:

S. Paulo — Antonio Ricardo do Nascimento.

Trovão — José Celestino de Oliveira Jr.

Bilbau — Frederico Solon.

Washington — João Pimentel,

Patrocinio — João Luz.

Luiz Gama — Itaciano Teixeira.

Castelar — Bernardino Saldanha.

Saldanha Marinho — Joaquim Bitencourt.

Clapp — Inácio Carneiro

A segunda reunião foi a 30 de Julho. Pelos “bilhetes de comunicação” dos associados, vê-se que a sociedade “Ultimum” contava com os seguintes correspondentes:

Em Morretes, com os srs. Major Nogueira, Agostinho Loiola e Romulo Pereira. Em Paranaguá, segundo bilhete de Clapp — “foi dado embarque a escravos protegidos pela sociedade”. Inácio Carneiro levára esses escravos e carta de recomendação de Ildefonso Correia para Bento Munhoz da Rocha “que tudo facilitou, inclusive o pagamento das passagens, feitos por Ildefonso e Rochinha”. Este, acrescenta o bilhete, está “entusiasmado, tudo fará por nós”.

Ainda durante a estadia de Inácio Carneiro em Paranaguá foram vários escravos embarcados para Montevidéu, dando-lhes o emissário “duas libras a cada foragido”. Dizia contar “com a ajuda de Presciliano Correia” e contava embarcar “um escravo de Nacar e um de Antonina”.

Itaciano Teixeira declarou ter a sociedade amigos em Campo Largo, Palmeira e Ponta Grossa, faltando em Castro; mas Joaquim Bittencourt se encarregou de os conseguir “por intermédio de Olegario Macedo”.

Antonio Ricardo do Nascimento declarou que no dia seguinte iria a Cerro Azul, Votuverava e Assunguí “conseguir adeptos”. Recomendou que na sua ausência não esquecessem “a adesão dos Macedos de Campo Largo e de Manoel Vicente de Ponta Grossa, que são elementos muito necessários”.

Lembrou mais que deveriam trabalhar pela causa Eduardo Mendes Gonçalves, Ernesto de Campos Lima e Mauricio Sinke que eram republicanos, e que Solon se entendesse com êles. Itaciano e Carneiro seguiram para a Palmeira “e de lá até a fazenda (?)” para trazer os escravos que vieram reclamar contra maus tratos”.

A coleta de recursos para a caixa social rendeu nessa sessão 500\$000. Foi proposto sócio Ildefonso Correia, que por essa ocasião contribuiu com 100\$000. Duas propostas de sócios foram recusadas. Compareceu o novo sócio Benedito Candido.

Na terceira reunião, a 15 de Agosto, o Presidente declarou que da sua ida ao Assunguí, Votuverava e Cerro Azul resultaram as melhores adesões. A delegação da sociedade ali ficára à cargo de von der Osten, “que se encarrega de nos entregar os livros das coletorias” e em Votuverava “o coletor só pediu que simulassem um arrombamento na coletoria para livrá-lo de processo”.

Acrescentou o Presidente que “os escravos vindos de Campo Largo, trazidos por Bilbao, devem seguir amanhã para Paranaguá para Rochinha enviá-los aos nossos amigos de Santos”.

Deram entrada na caixa social 800\$000, produto de uma subscrição promovida por moças, a pedido de Bitencourt.

Gomes Pimentel declarou que da investigação que lhe foi cometida resultou “não ser verdade a denúncia de que o Capitão F. maltratasse seus escravos, pois os trata com piedade”. Quanto a F. “é êle um tirano que muito maltrata os escravos”. Providenciára para “que o escravo João os faça sair à noite, sem serem percebidos, para serem homiziados até se lhes dar escapula”.

O Presidente designou Celestino Junior, Bitencourt e João Luz para sindicarem denúncias de maus tratos praticados por F. em seus escravos e para pô-los em lugar seguro, até terem destino, caso fosse verdadeira a denúncia.

Solon, Bernarddino Saldanha e Inácio Carneiro foram designados para uma investigação sôbre caso denunciado pela negra Maria, escrava de F. Nascimento. Itaciano e Celestino ficaram incumbidos de esclarecer “o que há na casa de F. com relação a uma escrava que denúncia dá como muito maltratada e gravemente contusa”. Verificada a veracidade da denúncia, Itaciano deveria proceder imediatamente contra o referido senhor e promover o depósito e corpo de delito da vítima.

— Compareceu e assinou o compromisso de sócio, Ildfonso Correia, que tomou por nome de guerra o de *Cruz Machado*.

Respondendo a saudação que lhe fez Solon, disse:

— “*Espero que Deus me ajudará a cumprir o meu juramento e só peço ao Presidente que ordene*”. Ficou o novo sócio designado para proceder aos embarques de escravos em Paranaguá e autorizado o Tesoureiro a pagar as despesas. Ildfonso Correia declarou que as despesas de passagens até 1:000\$000 correriam por sua conta.

Foram propostos e aceitos sócios Presciliano Correia e Bento Munhoz da Rocha. A proposta diz que “*si eles ainda não eram efetivos, já o eram pelos importantes serviços prestados à sociedade com o maior desinteresse e abnegação*”.

Solon e Pimentel fizeram entrega de 452\$000, que angariaram entre seus companheiros militares.

4 — O Negro na População da Província

Nossa população geral era, em 1890, de cerca de 250.000 almas e de 5,17% o coeficiente negro. Em 1933 atingiu a 1.000.000 pelo crescimento vegetativo e entrada de novos elementos povoadores, nacionais e estrangeiros.

Do primeiro recenseamento, de 1872, ao último, de 1920, o crescimento médio, anual, da população paranaense, foi:

— de 1872 a 1890	0.0384
— de 1890 a 1900	0,0275
— de 1900 a 1920	0,0384

Segue-se que os elementos negros e negroides que em 1872 (quando a população paranaense era de cerca de 12.700 habitantes) não chegavam a 11.000 almas e que desde então não aumentaram senão vegetativamente, em 60 anos (de 1872 a 1933) quando a população atingiu a 1.000.000, estariam fortemente reduzidos por várias causas: — pelo seu pequeno número relativamente à população branca: — pela precoce mortalidade do mulato; — pelas cruzas com brancos; — pelas mudanças; — por outras causas.

O rápido desaparecimento do negro, da população paranaense, é visível nos recenseamentos de 1858 e de 1872, quando o primeiro acusou a existência de 9.000 negros e mulatos (escravos e livres) e o segundo de 10.560.

Em 14 anos o aumento foi, apenas, de 1.560 negros e seus mestiços, o que demonstra a pouca proliferação de ambos e a sua curta vida nas altitudes elevadas como as nossas, circunstâncias essas motivadas pela pouca resistência dos órgãos respiratórios do mulato.

5 — Brancos, Pretos e Cruzados

Procurando demonstrar que no povoamento do Paraná a raça negra não teve grande representação, não se segue que sejamos apologista dos que a consideram inferior e insusceptível de desenvolvimento.

O dogma arianista fracassou quando observações mais generalizadas testificaram incerto e fragil o assento de que os tipos humanos, física, moral e intelectualmente superiores, só poderiam ser os dos indivíduos dolicocefalos. Os estudos antropológicos feitos para a verificação desse enunciado que por muitos anos manteve foros de científico, demonstraram que *“as tribus mais atrasadas da África são dolicocefalas” como as raças que, por o serem, eram julgadas superiores*”.

Mas os impenitentes pregoeiros da superioridade e inferioridade de raças, ainda assim não se julgaram vencidos e passaram a julgar “superiores” os “dolicocefalos louros” — como se “a fisiologia e a psicologia permitissem que partindo unicamente da dimensão do crâneo e da côr dos cabelos, se estabelecesse qualquer superioridade de um tipo sobre outro”. (*Arianismo*, Darci Azambuja).

O que a observação morfológica mostra, no estado atual da ciência, é a complexidade da estrutura dos povos, mesmo dos mais presumidos de pureza e de qualidade superiores. Decomposta nos seus simples étnicos, as grandes nações modernas, como as grandes nações antigas, — mostram uma antropogenese variadíssima”. (Oliveira Viana, *Raças Nacionais e Raças Históricas*).

Todos os grupos nacionais são constituídos por cruzamentos, no mínimo de três tipos étnicos distintos. Os povos mais presumidos de “raça”, não constituem raça nenhuma.

Na nossa população fundamental, igualmente foram várias as etnias que se fundiram. O europeu foi vastamente representado pelos descendentes de *iberos-insulares* (raça indígena peninsular luso-hispanica) mas em cujos tipos as leis atávicas ainda lá operam esporádicos surtos *célticos*, *germanoides*, *semitas* e *mourísticos*, que vão de 10% (*germanoides*) a 14% (*celtas* ou *celtizados*, *H. alpinus*).

*** Quanto ao elemento ameríndio, as suas origens motivam hipóteses diversas, das quais as mais plausíveis (Mendes Correia, *As Primeiras Migrações Humanas*) são as das migrações malaio-polinesias pela costa do Pacífico (Rivet); das asiáticas pelo estreito de Behering (hipótese clássica); e da dupla-corrente, do norte e do sul, (Wageger) tendo esta por origem a bacia do Índico e por entrada a região patagônica, atingida pela rota: — Australia, Tasmania, Nova Zelândia, Antártica, Patagônia.

*** O terceiro elemento étnico entrado na formação fundamental do povoamento do Brasil foi o africano, em maior ou menor proporção, nas várias regiões do país.

Procederam da faixa litorânea da África, entre a Guiné na costa ocidental até Moçambique na oriental, onde dominava uma infinidade de tribus e entre elas os Berberes, Jalofo, Mandigas, Felupos, Congos, Angolas, Benguelas, etc., e outras da Costa da Mina.

Os localizados no Paraná procediam, pelo menos em grande parte, da Mina, Monjolo, Congo, Mossende, Cabinda, Movumbo, Umbambe, Mucum. Todos esses tipos regionais de africanos estiveram vastamente representados no aldeamento de S. Pedro de Alcantara, donde provém esta relação.

É contra o negro a maior ojeriza dos velhos povos que se presumem provir de raças superiores porque atingiram a altos degraus da civilização, quando esses degraus são acessíveis a todas as raças. As desigualdades entre elas não são de ordem biológica, mas de ordem social e mesológica. Um tiveram a facilitar sua evolução o contacto com as que mais depressa progrediram devido às condições do ambiente e do meio físico do seu habitáculo (clima, solo e sub-solo favoráveis). Outras permaneceram em estágios culturais inferiores pela ausência daquelas condições. Assim é que o negro norte-americano tem mais cultura e é mais civilizado que o nórdico inglês isolado na sua "ilha étnica" dos Brahamas.

Mesmo no Paraná tivemos um expressivo exemplo do quanto a demorada segregação da civilização e dadas condições do meio podem fazer involuir grupos mesmo numerosos de criaturas que já haviam atingido certa elevação cultural e moral. Esse exemplo está nos alemães que se estabeleceram na Rússia (região do Volga) e que durante mais de um século lá viveram miseravelmente, sitiados pelos Tartáros e Kirgises que os capturavam e vendiam como escravos. Seus descendentes transmigrados para o Paraná em 1878 vieram eivados de qualidades aparentemente negativas: indolência,

teimosia, inveja, embrutecimento intelectual, e, apesar de muito religiosos, de alarmante deshumanidade.

Entrados em contacto permanente com a civilização paranaense, numerosos desses imigrantes e seus descendentes se tornaram eficientes lavradores, industriais e comerciantes, retornando assim à posse das qualidades ativas do seu grupo nacional originário. *A própria Europa que não tem mais povos selvagens, ainda assim possui ainda povos bárbaros*: — os lapões nômades ou pastores utilizadores da rena, os montenegrinos, os albaneses, diversos grupos balcânicos, em plena barbaria sedentária. (Alfredo Ellis, Jr., *Elementos de Geografia Superior*). A raça amarela, até bem pouco tempo considerada inferior, surpreende agora o mundo com a ocidentalização cultural do nipônico, derivada de antigos cruzamentos ainos (brancos), mongóis (amarelos) e indonésios (negroides).

O negro africano integrado na sociedade branca, não é exclusivo do Brasil. *Na história do tráfico de africanos "não há quasi nação da Europa que não esteja largamente representada, — umas mais cedo, outras mais tarde"*. (Afonso E. Taunay, *História Geral das Bandeiras*).

Esse fato não deprimiu a nenhum povo europeu e o negro foi absorvido pela população branca em séculos de contacto. O mesmo se dará no Brasil.

É verdade que por várias gerações o descendente de negro ainda apresenta vestígios de inferioridade sociológica e psicológica, consequências de várias causas: — o ambiente, o gênero da vida, a incultura, etc. Alguns dos nossos dissídios e desorientações correm por conta de proximidades étnicas com a estirpe de Can, mas também é inegável que a sua mestiçagem já apresentou no Brasil altos tipos humanos quanto ao fulgor da inteligência e a transcendência da cultura.

CAPÍTULO XVI

A PROPAGANDA REPUBLICANA

- 1 — Os Propagandistas Paranaenses (1871)**
- 2 — Os Clubes Republicanos**
- 3 — A Imprensa Republicana**
- 4 — O Novo Regime no Paraná (1889).**

1 — Os Propagandistas Paranaenses (1871)

Na história da propaganda republicana que se desenvolveu no país após o manifesto de 1870 e que em menos de vinte anos fez luminosa trajetória até a gloriosa alvorada de 15 de Novembro de 1889 — o Paraná repetidamente inscreveu vários nomes de combatentes ilustres e denodados.

Pela palavra nos comícios e nas conferências, pela imprensa em três jornais, pela participação nas deliberações da política republicana — dentro e fora da Província, os paranaenses tiveram uma atuação saliente e constante, que em 1888, véspera da vitória, tinha chegado ao climax do seu entusiasmo idealista e cívico e abalado em suas convicções tradicionais os partidos monarquicos, principalmente o conservador.

A primeira palavra de paranaenses em prol da república foi a de Ubaldino do Amaral Fontoura, na reunião de 8 de Julho de 1871, do Partido Liberal de Sorocaba, onde o grande lapeano, em discurso memorável pela oportunidade, pelo desassombro e pelo brilhantismo, fez a sua sensacional adesão ao Partido Republicano.

Em 1888, foi quando a propaganda republicana promoveu no Brasil a generalização intensa de sua ação cívica e política. Nesse ano, nos salões do Clube Tiradentes, do Rio de Janeiro, reuniu-se pela primeira vez o Congresso Federal Brasileiro, sob a presidência de Saldanha Marinho.

Entre os congressistas figuraram dois paranaenses: — Ubaldino do Amaral e Eduardo Mendes Gonçalves, este como representante do Partido Republicano Paranaense.

Em Novembro de 1888 reorganizou-se o Partido Republicano do Município Neutro. Da comissão reorganizadora fez parte Ubaldino do Amaral com Candido Barata, Silva Jardim, Esteves Junior e Sampaio Ferraz. A 10 do mesmo mês reuniram-se no Clube Tiradentes os delegados republicanos de 15 municípios da Província do Rio de Janeiro para a ela-

boração da lei orgânica do partido. A comissão ficou composta de Silva Jardim, Ubaldino do Amaral, Ciro de Azevedo, Francisco Portela e Alberto Torres.

A 15 de Julho de 1888 os republicanos de Niterói se reuniram sob sua presidência, assentando-se então medidas de relevância para a ação do partido.

As suas conferências atingiram as províncias de S. Paulo, Minas, Rio de Janeiro e tiveram sempre a maior repercussão na política nacional. Ele as realizou quasi todas em 1887 e 1888. Algumas das que temos notícia: a 13 de Março de 1887 no Clube Republicano de Campinas; a 3 de Agosto . . (1888) na cidade de Leopoldina, Minas, onde sua palavra de doutrinador conseguiu reunir uma assistência composta de políticos dos partidos monarquicos e de representantes de todas as classes sociais, sendo entusiásticamente ovacionado; a 8 do mesmo mês e ano, em Cataguazes, Minas, onde recebeu formidáveis aclamações públicas, etc.

*** Outro grande propagandista com que o Paraná correu, em 1888, para formar o ambiente em que no ano seguinte se proclamou a república, foi Manoel Corrêa de Freitas, destacado para agir na Província de Santa Catarina. A 3 de Junho realizou a primeira conferência em Lençóis, a 9 em Oxford, a 17 em Campo Alegre, todas empolgantes e numerosamente assistidas.

Em Dezembro (1888) Corrêa de Freitas realizou uma conferência no Clube Republicano de Paranaguá, sob o tema: "Terceiro Reinado", conseguindo da numerosa assistência os mais vibrantes aplausos. Dessa data em diante até 15 de Novembro Corrêa de Freitas agiu no Rio de Janeiro, entrando em contacto com os mais notáveis próceres republicanos paulistas, mineiros e cariocas.

*** A 2 de Dezembro de 1888 ocorreu no Paraná um facto sensacional nos arraiais políticos, monarquicos e republicanos. Foi a adesão do deputado pelo 2.º Distrito Eleitoral da Província, Vicente Machado da Silva Lima.

Em brilhante e vibrante discurso, em plena sessão memorável por essa ocorrência, o Deputado Vicente Machado fez a sua profissão de fé republicana e passou a ser, desde então, a figura central do Partido Republicano Paranaense. Em seguida à sua adesão aos novos ideais políticos, realizou no Teatro S. Teodoro de Curitiba uma conferência popular que levou àquela casa uma enorme assistência que o aplaudiu o ovacionou com entusiasmo.

Estava assim politicamente consagrada pela opinião dos seus concidadãos, aquele que viria a ser o chefe singular de uma organização partidária sem contraste, nem antes nem depois d'ele e até hoje, em terras do Paraná.

*** A 8 de Dezembro de 1888 Otávio do Amaral realizou em Curitiba uma conferência republicana, com gerais e calorosos aplausos de numerosa assistência; e a 26 Emiliano Pernetá realizou outra, na Lapa, com extraordinário sucesso.

*** O Clube Republicano de Curitiba não deixava apagar-se o fogo sagrado do seu ideal e promovia repetidas conferências e meetings que se realizavam no Salão Tivoli, à rua de S. Francisco, onde doutrinaram e agitaram a opinião cívica da cidade, entre outros, Corrêa de Freitas, Nestor Vitor, Otávio do Amaral, Emiliano Pernetá, Sebastião Paraná, Albino Silva, Vasconcelos, etc.

2 — Os Clubes Republicanos

Os clubes republicanos fundados no Paraná foram dois, um em Curitiba fundado em 1885 e outro em Paranaguá fundado em 1887.

A 22 de Novembro de 1885 (o "Almanak Republicano Brasileiro" diz que foi em 1884) fundou-se o Clube Republicano de Curitiba, sendo aclamado Presidente Eduardo Mendes Gonçalves. Extraviaram-se as atas dessa organização política, restando, porém, como documento histórico, cópia fielmente extraída do original por José Corrêa de Freitas a 21 de Novembro de 1896.

Graças a esse fato aqui podemos reproduzir esse precioso documento, que é o seguinte:

"Clube Republicano, (Sociedade Político-Literária). Reunião geral para instalação com as pessoas abaixo assinadas:

"Curitiba, 22 de Novembro de 1885, Eduardo Mendes Gonçalves, José Corrêa de Freitas, Lourenço Martins Viana, José Misorele, Artur Borges de Macedo, José Leandro R. Costa, Urbano Carrão, Manoel Alves Magalhães, Demostenes Simas, Lucio Pereira, Luiz de Carvalho, Afonso Guilhermino Wanderley, Carlos Alberto Lopes, Paulino da Costa Guimarães, José G. Amorim Junior, Manoel Marques de Andrade, João J. L. Palmeira Capela, Antonio Duarte Cunha, Paulino Pedrosa, Manoel A. Nunes Alves, Benedito da Mota Ribeiro,

João Timoteo de Simas, Ernesto Lima, Francisco Timoteo de Simas, José E. Moura Brito, Francisco Carvalho de Oliveira, Eduardo Lobo de Moura, Manoel B. T. Ramirez, Brasilino Moura, Pacifico Guimarães”.

— “Ata da primeira reunião do Clube Republicano, servindo de presidente o Snr. Dr. Eduardo Mendes Gonçalves.

Aos 22 dias do mês de Novembro de 1885, em um dos salões do Grande Hotel, presentes os sócios constantes da folha retro, sob a presidência aclamada do Dr. Eduardo M. Gonçalves, comigo Ernesto Lima, chamado para Secretário, o mesmo Presidente declarou aberta a sessão, pronunciando um discurso análogo ao ato, expondo os fins do Clube que pretendia fundar, e convidando em seguida os sócios presentes para assinarem o livro de presenças, que verificou-se com 30 assinaturas. Em seguida procedeu-se à eleição da comissão de estatutos, obtendo votos os Snrs. seguintes: Lourenço Viana 7, Rocha 1, Corrêa 4, Capela 3, Lucio 5, Magalhães 1, Costa 1, Carrão 3, Ernesto Lima 13, Francisco Carvalho 10, Dr. Eduardo Gonçalves 17, ficando os três últimos declarados eleitos. Ato continuo encerrou-se a sessão, sendo convocada nova reunião para o seguinte domingo, 29 do corrente; e para constar, eu Ernesto Lima, servindo de Secretário, que assino junto do Presidente. Curitiba, 22 de Novembro de 1885. Eduardo Mendes Gonçalves, Ernesto Lima, Francisco Carvalho de Oliveira”.

3 — A Imprensa Republicana

A imprensa livre, francamente abolicionista, democrática e exaltadamente liberal, nasceu no Paraná com o “Operário da Liberdade”, de Barros Junior, em Paranaguá, a 2 de Julho de 1870. Não era ainda a república que esse semanário doutrinava, mas já era, sem dúvida, a próxima eclosão de sua alvorada, porque foi da propaganda pela libertação dos escravos que surgiu o ideal republicano consubstanciado no célebre manifesto paulista de 1870. O primeiro periódico paranaense franca e decididamente republicano, foi o “Livre Paraná” redigido por Fernando Simas e Guilherme Leite, surgido em Paranaguá a 7 de Julho de 1883.

A 15 de Março de 1886 iniciou-se em Curitiba a publicação semanal da “A República”, órgão do Partido Republicano Paranaense, passando a diário em Novembro de 1889 e deixando de circular desde Outubro de 1930, por motivo da revolução.

Fundaram-na os esforços cívicos de Eduardo Mendes Gonçalves e Joaquim Silva.

Redigiram esse jornal, no período da propaganda, Mendes Gonçalves e Chichorro Junior. Como o seu título indica foi a "A República" um franco e decidido combatente em prol do regime vitorioso no Brasil em 1889, tendo a sua atuação merecido o maior conceito nos centros republicanos do país.

4 — O Novo Regime no Paraná

A 17 de Novembro de 1889 realizou-se a transformação do regime no Paraná, sendo o Coronel Francisco José Cardoso Junior investido no cargo de Governador do Estado pelo Presidente da Câmara de Curitiba, Antonio Ricardo do Nascimento.

Desse ato lavrou-se a seguinte ata, documento altamente interessante desse momento histórico:

"A Câmara Municipal da Capital da Província do Paraná hoje Estado Federal do Paraná, o exército e o povo reunidos em sessão pública às onze horas da manhã do dia dezessete de Novembro de 1889 (mil oitocentos e oitenta e nove) na sala da Câmara aderiram ao Governo Republicano instalado no dia 15 do corrente na cidade do Rio de Janeiro sob a presidência do General Deodoro da Fonseca e os cidadãos Tenente Coronel Benjamin Constant e Quintino Bocaiuva, constituídos em governo provisório da República Federal Brasileira. E por assim terem resolvido e assentado foi pelo Povo, Exército e Câmara Municipal convidado o Sr. Coronel Francisco José Cardoso Junior, Comandante da Brigada, a tomar posse, provisoriamente, do cargo de Governador Geral do Estado do Paraná. Em ato continuo o Snr. Presidente da Câmara Municipal, Antonio Ricardo Nascimento, declarou em uma das janelas da Câmara: — *"Está empossada e aclamado pelo Povo, Exército e Câmara Municipal o Snr. Coronel Comandante da Brigada Francisco José Cardoso Junior, do cargo de Governador Geral do Estado do Paraná"*.

E para constar lavrei a presente proclamação em que assinam o Snr. Cél. Francisco José Cardoso Junior, Governador Geral do Estado do Paraná, Câmara Municipal, Povo e Exército. Eu Antonio Ricardo do Nascimento, Presidente da Câmara Municipal da Capital do Estado do Paraná a escrevi. — (a. a.) *Francisco José Cardoso Junior*. — *Antonio Ricardo Nascimento*, Presidente da Câmara.

(Seguem-se numerosas assinaturas).

CAPÍTULO XVII

A ORGANIZAÇÃO DA PROVINCIA

- 1 — Situação Social e Econômica da Comarca em 1853.**
- 2 — Situação Econômica e Financeira**
- 3 — A Ação do Primeiro Presidente**
- 4 — Progresso da Província até 1889**

1 — Situação Social e Econômica da Comarca em 1853

Ao se instalar a Província, a Comarca da qual ela se constituiu contava em seu território com duas cidades: Curitiba e Paranaguá; sete vilas: — Guaratuba, Antonina, Morretes, S. José dos Pinhais, Príncipe (Lapa), Castro e Guaruava; seis freguezias: — Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Tibagi e Rio Negro; e quatro capelas curadas: — Guaraquessaba, Iguassú (Araucária, antiga Tindicuéra), Votuverava e Palmas.

Curitiba, escolhida para capital da nova Província, foi vila durante quasi um século e meio — de 1693 a 1848, quando foi elevada a cidade pela lei paulista de 5 de Fevereiro.

Quando a escolheu a lei de 26 de Julho de 1854 para capital da Província do Paraná, somente possuía duas escolas de primeiras letras para meninos e uma para meninas.

Tinha 27 quarteirões, com um total de 5.819 habitantes, sendo 2.940 homens e 2.879 mulheres. Eram solteiros 4.389, casados 1.289 e viúvos 151. Eram brancos 4.102, dos quais 43 estrangeiros; mulatos e pardos 955 e pretos 762, destes 473 escravos.

Contava 308 casas e 52 em construção; 38 lojas de fazendas e armazinhos, 35 armazéns de comestíveis; 3 ourivesarias, 5 ferrarias, 2 marcenarias, 10 olarias, 1 selaria, 6 alfaiatarias, 9 sapatarias, 3 açougues, 1 padaria. Várias casas de famílias faziam e vendiam pão, biscoitos, etc. Pelas atividades verificadas pela estatística, 802 curitibanos eram lavradores e 99 comerciantes. Havia 15 engenhos de Herva-Mate e 13 fazendas de criar. A maior produção agrícola era "muito milho, feijão, aipim, batatas, algum trigo... Com relação à produção pastoril, diz o documento que estamos consultando para este resumo: — "ocupam-se os habitantes da criação de toda a espécie de gado".

*** A outra cidade existente em 1853 quando se instalou a Província, era *Paranaguá*, comercialmente mais importante, então, que Curitiba.

Sua população era de 6.533 habitantes, 3.134 homens e 3.399 mulheres, sendo solteiros 4.667, casados 1.506 e viúvos 357. Eram brancos 4.150, mulatos e pardos 1.109 e pretos . . 1.274. Os escravos eram também 1.274.

Tinha 133 casas comerciais, 2 hotéis, 6 alfaiatarias, 7 ferrarias, 2 marcenarias, 5 engenhos de serrar, 11 de socar e 8 de moer. Da sua edificação 55 casas eram de sobrado e 498 eram térreas.

Sua produção agrícola era café, mandioca, arroz, milho, feijão e cana de açúcar. Havia manufatura de cabos e bêtas de imbê, artefatos de barro e de madeira. Fabricava-se aguardente e pilava-se arroz, em quantidades exportáveis.

*** Das vilas de então, a população e a produção eram as seguintes:

Guaratuba, com 1.563 habitantes, sendo brancos 736, mulatos e pardos 630 e 198 pretos, dos quais 175 eram escravos. Seus sítios com lavoura de arroz, cana e mandioca e beneficiamento e industrialização destes produtos, eram em número de 315. A pescaria e a navegação ocupavam numerosos guaratubanos e eram famosos o peixe seco e a farinha de mandioca de sua exportação.

Antonina, com 4.160 habitantes nos seus 12 quarteirões, sendo homens 2.098 e mulheres 2.062. Eram brancos 2.664, mulatos e pardos 604 e pretos 892, dos quais 838 escravos. Possuía 454 sítios de plantação e 56 da criação; 33 engenhos de aguardente. Farinha de mandioca e arroz pilado eram seus principais produtos.

Morretes, com 3.709 habitantes, sendo 3.001 solteiros, 484 casados e 224 viúvos. Brancos 1.563, mulatos e pardos 1.233 e pretos 912, destes 755 escravos. A Vila continha 368 lavradores, 126 negociantes, 35 alfaiates, 61 sapateiros, etc. Boa produção de arroz, café, milho, feijão, fumo e cana que industrializava em famosa aguardente. Seu comércio era considerado dos melhores entre os municípios da nova Província.

S. José dos Pinhais, com 810 fogos em 20 quarteirões, com 4.600 habitantes, dos quais 3.226 solteiros, 1.208 casados

e 166 viúvos, sendo, brancos 2.636, pardos e mulatos 992 e pretos 972, dos quais 365 escravos. Possuía 89 casas urbanas e 10 chácaras; 9 fazendas de criar, 10 casas de negócio e 2 engenhos de beneficiar Herva-Mate.

Lapa (então vila do Príncipe) com 5.406 habitantes, sendo homens 2.562 e mulheres 2.844; solteiros 3.121, casados 1.829, viúvos 456. Havia 1.858 escravos.

Castro, com 16 quarteirões e 1.088 fogos, com população de 5.899 habitantes, dos quais 3.893 homens e 2.006 mulheres, sendo solteiros 3.952, casados 1.413 e viúvos 534. Brancos 3.618, mulatos e pardos 1.295, pretos 986, dos quais 796 escravos. Possuía 510 lavradores, 145 negociantes, 16 carpinteiros, 7 ourives, 7 sapateiros, 3 ferreiros, 2 alfaiates, 1 seleiro, etc. Numerosas fazendas de gado, abundante produção de milho, feijão, arroz, algodão, cana, café, frutas e legumes.

Guarapuava. População: solteiros 1.862, casados 674, viúvos 74. Brancos 1.193, mulatos e pardos 909, negros 418, inclusive 379 escravos. Havia 32 fazendas de criação, 17 casas de negócio, 1 serraria. A atividade especializada era exercida por 98 criadores, 56 lavradores, 7 oleiros, 6 ferreiros, 2 ourives, 2 pedreiros e 116 jornaleiros. Seus produtos de exportação eram gado vacum, cavalar e suíno, couros, carne seca, toucinho, chifres, crina, lã, cebo, graxa e cola; porém sua produção de consumo interno era farta em cereais, legumes e Herva-Mate.

*** A população e as atividades das seis freguezias ao tempo existentes, eram:

Campo Largo, com 3.690^o habitantes, 1.783 homens e 1.907 mulheres, sendo, brancos 2.101, mulatos e pardos 979 e pretos 610 inclusive 359 escravos. Havia 1 fazenda de criar e 14 casas comerciais. As demais ocupações assim se distribuíam: 377 lavradores, 150 jornaleiros, 5 carpinteiros, 5 alfaiates, 3 ourives, 3 ferreiros, 3 sapateiros, 1 seleiro. Da população 14 eram estrangeiros. A salubridade de Campo Largo pode ser apreciada através destes números: — no ano de 1853 nasceram 224 pessoas e faleceram apenas 20.

Palmeira, com 334 fogos e 1.818 pessoas, sendo 918 homens e 900 mulheres. Solteiros 1.323, casados 373, viúvos 119. Brancos 1.028, mulatos e pardos 427, pretos 363, dos

quais 269 escravos. Havia 195 lavradores e 18 fazendeiros, 7 sapateiros, 6 carpinteiros, 4 ourives, 4 ferreiros, 1 alfaiate, 1 seleiro, etc.

Ponta Grossa, com 650 fogos e 3.033 habitantes, 1.652 homens e 1.381 mulheres. Solteiros 1.865, casados 1.021 e viúvos 147. Brancos 1.889, mulatos e pardos 746, pretos 398. Os escravos eram em número de 1.069. Tinha 16 fazendas de criar, 543 sítios de lavoura e 3 engenhos de Herva Mate. Sua exportação de animais muares, cavalares e gado vacum, era vultosa. "As mulheres fazem xergas e baixeiros que, vendidos na feira de Sorocaba, produzem quasi tanto como a Herva-Mate" — diz o documento que estamos consultando.

Jaguariaíva, com 1.071 habitantes, 688 homens e 383 mulheres. Solteiros 683, casados 320 e viúvos 68. Brancos 590, mulatos e pardos 260 e pretos 221. Eram escravos 440. Suas fazendas de criar, qualificadas de "consideráveis" eram 16 e numerosas e vastas as invernadas. Mais de 100 sítios de plantação, em terras tidas por excelentes para o café e a cana.

Tibagi, com 1.040 habitantes, 550 homens e 490 mulheres. Solteiros 590, casados 410 e viúvos 40. Brancos 201, mulatos e pardos 492 e pretos 347. Escravos 354. Eram 640 os lavradores e 12 os fazendeiros.

Rio Negro, com 1.884 habitantes, 1.247 solteiros, 590 casados e 47 viúvos. Brancos 868, mulatos, pardos, mamelucos e caboclos 952 e 64 pretos. Eram escravos 77. As fazendas principais de criação eram 5. Produção: gado e porcos, Herva-Mate, milho, feijão, em grandes quantidades.

*** Quanto às quatro capelas curadas são os seguintes os dados de suas populações e produções:

Guaraquessaba, com 3.876 habitantes, dos quais 1.740 homens e 1.736 mulheres. Brancos 2.846, mulatos e pardos 382 e pretos 248, estes escravos. Havia 500 pequenos sítios de lavradores, 6 engenhos de beneficiar arroz, 5 de moer cana e 4 serrarias. O produto principal de abundante exportação era o arroz.

Iguassú (hoje Araucária) com 1.652 habitantes, homens 831 e 821 mulheres. Solteiros 1.143, casados 460 e viúvos 49.

Branco 952, mulatos e pardos 629 e pretos 71, todos escravos. Havia 309 sítios principais de lavoura e 10 pequenas fazendas de criar.

Votuverava, com 2.018 habitantes, 1.070 homens e 948 mulheres. Solteiros 1.390, casados 569, viúvos 59. Branco 1.060, mulatos e pardos 815 e pretos 143. Escravos 126. Havia 425 sítios de lavradores, 1 fazenda de criar e 19 engenhos de cana.

Palmas, com 734 habitantes sendo 447 homens e 287 mulheres. Solteiros 529, casados 186 e viúvos 19. Branco 354, mulatos e pardos 220 e pretos 160, dos quais 158 escravos. Havia 38 fazendas de criação, com abundante exportação de gado, principalmente bovino e 44 grandes sítios de lavoura para o abastecimento local.

*** No ano em que passou a constituir Província (1853) o território da Comarca de Curitiba, como se vê dos dados acima, contava com 62.258 habitantes, — 31.219 homens e 31.039 mulheres.

2 — Situação Econômica e Financeira

Para que se tenha uma idéia exata do valor econômico e financeiro da Comarca quando elevada a Província, damos abaixo as seguintes informações indispensáveis:

<i>Exportação</i>		<i>Importação</i>
1849 - 1850	809:351\$000	1.020:989\$724
1850 - 1851	915:188\$780	1.318:197\$638
1851 - 1852	968:068\$780	1.459:882\$498
1852 - 1853	629:442\$750	1.348:218\$515

Nos primeiros anos da Província esse movimento foi:

<i>Exportação</i>		<i>Importação</i>
1853 - 1854	965:188\$780	1.618:197\$638
1854 - 1855	954:972\$532	2.057:299\$678
1855 - 1856	1.736:351\$575	2.673:585\$832
1856 - 1857	2.319:712\$472	2.800:582\$004

Os principais produtos de nossa exportação eram:

1854 - 1855	Mate	721:884\$663;	Arroz	48:081\$186;
1855 - 1856	"	1.571:860\$690;	"	84:386\$000;
1856 - 1857	"	2.193:782\$400;	"	53:553\$950;
1857 - 1858	"	1.893:597\$393;	"	8:465\$600;
1854 - 1855	Madeira		69:241\$379
1855 - 1856	"		37:565\$925
1856 - 1857	"		36:539\$499
1857 - 1858	"		34:609\$863

A exportação de produtos diversos, no mesmo período, (1854 - 1858) foi de 279:754\$389.

Receita e despesa nos primeiros anos da nova Província:

Exercício	Receita	Despesa
1853 - 1854 (*)	40:876\$717	32:107\$292
1854 - 1855	276:294\$631	196:811\$821
1855 - 1856	246:690\$618	206:894\$718
1856 - 1857	282:524\$017	248:715\$125

O valor comercial dos produtos era:

	1853 - 1854	1856 - 1857
Aguardente, pipa	65\$000	123\$000
Arroz pilado, alqueire	4\$015	4\$424
Café, arroba	4\$500	5\$500
Farinha mandioca, alqueire	1\$547	4\$891
Feijão, alqueire	4\$000	7\$916
Goma, alqueire	2\$000	3\$500
Herva-Mate fina, arroba	1\$850	5\$276
Herva-Mate grossa, arroba	—	1\$943
Milho, alqueire	2\$000	3\$516
Lenha em achas, cento	\$600	\$600

3 — A Ação do Primeiro Presidente

Além das instruções dadas com relação à organização das diversas repartições do serviço público, o governo imperial recomendou muito especialmente que o Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, após instalar a Província, habilitasse o Ministério do Império com informações minuciosas sobre o estado em que encontrasse a instrução pública, a agri-

(*) De 19 a 31 de Dezembro.

cultura, o comércio, a mineração e a indústria em geral, “lembrando e propondo todas as medidas que parecessem mais azadas e eficazes para conseguir-se o desenvolvimento de qualquer destes ramos”.

Quanto às vias de comunicações recomendou o ministro “particular cuidado na conservação das estradas existentes, principalmente as que de Serra Acima se dirigem às vilas do litoral”. Foram recomendações especiais a este respeito: o estudo da melhor diretriz na zona da Serra do Mar para uma rodovia em condições técnicas; a melhoria da estrada que liga Curitiba com a estrada de S. Francisco, em Santa Catarina e “a animação do progresso que tem tido a estrada que de Guarapuava se dirige às margens do Rio Paraná”, propondo também “os pontos em que devam ser estabelecidas colonias militares” ao longo dessa estrada e noutros lugares.

Recomendou exploração nos rios Tibagi e Paranapanema, para adaptá-los à via de comunicação com Cuiabá e sugeriu toda a assistência com a catequese dos índios de Guarapuava e de Palmas, a conservação dos aldeamentos existentes e a criação de outros.

*** O governo do Presidente Zacarias não descuidou de nenhum item dessas sugestões e foi constante, em todo o período de sua presidência, na organização da Província de modo a promover o seu progresso.

*** Procurou cercar-se dos melhores elementos sociais que encontrou na Província, sem preocupações partidárias e com êles compoz a primeira Assembléia Legislativa Provincial.

Os primeiros deputados provinciais foram os senhores: — Comendador Manoel Gonçalves de Moraes Roseira, Dr. José Matias Gonçalves Guimarães, Manoel Antonio Ferreira, Comendador Manoel Antonio Guimarães, Manoel Gonçalves Marques, Comendador Manoel Francisco Corrêa Junior, Antonio de Sá Camargo, Dr. José Lourenço de Sá Ribas, Dr. Francisco José Corrêa, Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, Francisco de Paula Ferreira Ribas, David dos Santos Pacheco, José Joaquim Pinto Bandeira, Manoel Inácio do Canto e Silva, Modesto Gonçalves Cordeiro, Antonio José de Faria, Fernando Antonio de Miranda, Manoel de Oliveira Franco, José Joaquim Marques de Souza, Manoel Leocadio de Oliveira.

A primeira lei sancionada foi, a 28 de Julho 1854, a que fixou a capital da Província na cidade de Curitiba.

Na legislatura desse ano foram votados e sancionados 19 projetos, sendo principais o que dividiu a Província em três comarcas, — da Capital, de Paranaguá e de Castro; — o que autorizou a organização de uma Companhia Policial, origem da Fôrça Militar do Estado; — que autorizou o govêrno a mandar fazer a estrada da Graciosa, entre Antonina e a Capital; — o que criou na Capital cadeiras para o ensino de latim, francês e inglês, que passariam a fazer parte do liceu que fosse criado; — o que criou cadeiras de ensino primário em S. José dos Pinhais, Guarapuava, Palmeira e mais uma para o sexo feminino na capital; que tornou obrigatório o ensino primário “em um circulo de uma légua das escolas públicas” e que também criou o lugar de Inspetor Geral da Instrução.

Mais importantes que a produção legislativa foram, porém, as deliberações tomadas pelo Presidente por meio de portarias e regulamentos.

Por portarias criou as escolas primárias que a Assembléia apenas confirmou nas leis citadas acima; organizou a Secretaria do Govêrno; fez a Tesouraria Geral depositária das rendas da Província; criou agência postal em S. José dos Pinhais; elevou a 20 o número de Distritos de Instrução Pública; etc. Regulamentou os trabalhos da Secretaria do Govêrno; a cobrança de direitos sôbre animais no Registro de Rio Negro; a Décima Urbana, (Imposto Predial), a Companhia da Fôrça Policial; a exploração e industrialização da Herva-Mate; as casas de leilão; o imposto sôbre rezes abatidas e sôbre aguardente; os depósitos judiciais de dinheiro, metais, pedras preciosas, ações e letras mercantis; etc.

4 — Progresso da Província até 1889

O Paraná foi Província do Império durante 35 anos, — de 1854 a 1889, quando, sob o regime republicano, passou a constituir Estado Federado.

Ao tempo da Província o cargo de Presidente era occupado por políticos em transito para o parlamento nacional e para o ministério. Raro era um desses presidentes demorar-se um ano na administração da Província, e, assim, durante os 35 anos de sua existência no Império teve ela 27 presidentes e 25 vice-presidentes.

Vários grandes nomes ponteiaram a vasta relação de políticos que ocuparam a presidência da Província, a começar pelo primeiro, o *Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos*, estadista de grande relevo nacional.

Em sua sucessão interina teve o Paraná na vice-presidência a *Henrique de Beaurepaire Rohan*, engenheiro militar cujo relatório é um magnífico estudo do meio geográfico e das necessidades e possibilidades da nova Província.

Em meio das sucessões de meros burocratas, tivemos, entre outros, presidentes na altura do seu mandato, tais como, para citar alguns, *André de Padua Fleuri* (1864-1866) em cuja administração os engenheiros José e Francisco Keller foram incumbidos das explorações dos rios Ivaí, Tibagi e Paranapanema, e de estudos para comunicação fluvial com a Província de Mato Grosso; — *Venancio de Oliveira Lisboa e Frederico José de Araujo Abranches* (1870-1873) fundadores das primeiras colônias agrícolas nas proximidades da Capital; *Adolfo Lamenha Lins* (1875) autor e executor do grande plano de fundação, no município de Curitiba, de colônias de lavradores europeus; *Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes* (1878) continuador do precedente na fundação de colônias de agricultores europeus; *Manoel Pinto de Souza Dantas Filho* (1879) em cujo período administrativo o Paraná recebeu a visita de SS. MM. e se iniciaram as construções da estrada de ferro de Paranaguá à Curitiba (1.^a seção), do Hospital de Caridade, da Penitenciária e se reiniciaram as obras da matriz da Capital, hoje catedral do arcebispado; *João José Pedrosa*, primeiro paranaense a quem foi confiada a presidência da Província. Mereceram-lhe atenção as indústrias extrativas, agrícolas e fabris, das quais se ocupou desenvolvidamente em seu relatório. Possibilitou comunicação à vapor entre Paranaguá, Antonina e Barreiros e por diligências da Capital à Castro, passando por Campo Largo, Palmeira e Ponta Grossa e entre a Capital e a Lapa passando pelo Iguassú (Araucária); interessou-se pela imigração de europeus, porém foi um crente nas reservas de aptidão, de resistência e de caráter do sertanejo brasileiro; interessou-se pelo desenvolvimento das culturas do trigo, do café, do algodão, do chá e da amoreira. Seu governo construiu o Teatro S. Teodoro (depois Guaíra); cogitou do abastecimento d'água à Capital deixando concluídos os estudos, feitos pelo engenheiro Eduardo Mendes Gonçalves, e abriu concorrência para a iluminação pública a gaz carbônico e para o serviço "de carris de ferro no quadro urbano". Suas idéias sobre instrução pública revelaram larga observação e conhecimento especializado,

raro, no seu tempo, no nosso país. Nasceu em 1845, em Curitiba, então Província de S. Paulo. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais em 1865. Deputado à Assembléa Legislativa do Paraná (1867-1868). Presidente das províncias de Mato Grosso, Paraná e Pará, onde faleceu em 1882. Espírito brilhante e culto, advogado notável, jornalista político. Convidado para ministro no gabinete Martinho Campos, dias após a fatalidade lhe cortou a vida tão prometedora de altíssima carreira política. *Carlos Augusto de Carvalho* (1882). Preocupou-se sèriamente com as finanças provinciais, estudando e sugerindo ao poder legislativo novas diretrizes nesse sentido. Traçou um plano economico para a Província; foi o primeiro a pedir à assembléa coadjuvação para o resgate da dívida consolidada, por meio de empréstimo a longo prazo, lançado fora da Província, “embora sob as mesmas condições de juros e de preço da emissão” do existente desde 1876, para promover a criação de um banco em Curitiba” aproveitando o capital a receber pelos possuidores de apólices provinciais e oferecendo-lhe pronta e fecunda colocação”, e para criar Caixas Economicas nos municípios como instituições de previdência constituídas como simples agências do tesouro provincial. O seu estudo sôbre os impostos existentes na Província, é outro trabalho que realça a sua administração. Suas observações sôbre as nossas atividades agrícolas e pastorís, ainda hoje seriam verdades dignas de seguimento. Foi o introdutor do ensino da ginástica nas nossas escolas e o iniciador de escolas noturnas municipais para adultos. *Luiz Alves Leite de Oliveira Belo* (1883) devotado à solução do problema do ensino na Província. Ao tempo da sua presidência a população escolar era de 25.500 e a matrícula de alunos de 3.127 apenas. Oliveira Belo esforçou-se por fazer compreender aos nossos legisladores provinciais o que de doloroso havia nesses números, que colocavam mal a Província mesmo entre as outras do Brasil. E fez mais, — sua administração distinguiu-se pelas realizações que conseguiu para aparelhamento, a eficiência e o desenvolvimento do ensino no Paraná. *Brasilio Machado de Oliveira* (1884). Foi um decidido continuador do rumo do seu antecessor no dotar a Província de condições de progresso para a instrução pública. Decretou a obrigatoriedade do ensino nos locais das escolas. Forneceu livros e roupas à infância pobre, construiu os primeiros prédios escolares, reformou em todas as escolas o arcaico mobiliário. A libertação dos escravos lhe mereceu franco e entusiástico patrocínio. Sob esse patrocínio numerosos escravos deveram a liberdade. *Alfredo d'Escragnole Tau-*

ney (1885). Foi, sem dúvida, dos nossos presidentes que mais interesse demonstraram pela elevação cultural e econômica da Província e pela urbanização da capital. Fez do charco marginal do rio Belém, o esplendido parque do Passeio Público. Transformou o “imundo potreiro de animais” que era a Praça D. Pedro II (atual Tiradentes) em um largo modesto mais limpo, vedado a pastagem de animais, de linhas regulares com relação às ruas laterais; fez projetar e contratar a ponte de cobertura do rio Ivo em toda a extensão desse rio no seu percurso pela Praça Zacarias; fez projetar e deu começo à abertura da Avenida da Imperatriz (atual rua 15 de Novembro) prolongando-a ao alto dos dois outeiros a N. E. e a S. O.; reencetou as obras da Catedral, fez revêr os projetos e confiou sua execução ao notável engenheiro arquiteto João Lazarini; reorganizou e regulamentou a Biblioteca Pública, então reduzida a existência de 564 volumes, tornando-a a mais importante coleção de livros de toda a Província com 2.671 volumes e com saldo de cerca de um conto de reis para novas aquisições. Seu interesse pela cidade excedeu ao de qualquer outro Presidente no tempo do Império. Foram quasi diários os seus ofícios à Câmara Municipal, de animação, de conselho, de elogio ou de censura. Restaurou a Sociedade Paranaense de Aclimação, fundada em 1875 e desaparecida em 1879, dando-lhe apoio e animando-lhe os esforços. Criou em todas as cidades Sociedades de Imigração, que se tornaram eficientes auxiliares do poder público. Fundou os núcleos Santa Gabriela, Barão de Taunay e Alice, este em terras de sua propriedade, que doou à Província. *Joaquim de Almeida Faria Sobrinho* (1886) segundo paranaense nomeado Presidente de sua Província. Foi na sua presidência que terminaram as obras do Passeio Público para as quais concorreu, num belo gesto de continuidade administrativa. Adquiriu terras no Canguirí, onde fundou o núcleo que veio a ter seu nome, composto de italianos e polacos. Teve por norma de govêrno, exposta nos seus relatórios, que a produção deve ser o quanto possível libertada de imposto. “Se somos os primeiros a sobrecarregar de impostos a nossa própria produção (referia-se à da Herva-Mate) como poderemos esperar o desenvolvimento dela”? — disse em seu relatório de 1887. E a seguir: “Entre nós já se deu o fato de decretar-se imposto sôbre indústrias que ainda estavam por nascer”. As suas idéias em economia política eram avançadas, para o seu tempo e para o seu meio. Seu govêrno não foi de grandes realizações, pois a esse tempo a situação financeira da Província era considerada “aflitiva”. Mas nas suas opiniões sô-

bre diversos setores da administração pública, vê-se um espírito claro e alto, que tocou nos problemas vitais da sua terra com capacidade para os resolver, se outros fossem os imperativos da hora que lhe coube na direção da Província. *Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá* (1889). Com a organização do gabinete de 7 de Junho, presidido pelo Visconde de Ouro Preto, foi lançado ao país um programa de reformas quase revolucionárias, oriundas do célebre Congresso do Partido Liberal que se propuzera a salvar o trono por meio de medidas que, em parte, constituíam ideologia do Partido Republicano. Por telegrama do novo ministro do Império de 16 do citado mês, foi investido no cargo de Presidente da Província o Sr. Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, que, havia então quarenta anos, era o chefe sem contraste do Partido Liberal no Paraná. Seu primeiro ato no governo foi exigir do Tesouro explicação sobre a dívida fundada da Província. A situação era esta: — “Para o pagamento de 71:000\$ a providência dada era a remessa de 16:000\$, feita ao Banco do Brasil a 27 de maio. Em cofre não havia dinheiro disponível, nem bilhetes a emitir dentro da autorização legal”. O Presidente, cioso do crédito da Província, reuniu em Palácio os principais comerciantes da capital e fez “um apêlo ao seu patriotismo, nessa apertada conjectura, assegurando-lhes o pagamento integral e juros da quantia que lhes pedia, dentro de 60 dias”. O comércio correspondeu a esse apêlo, emprestando, sem juro, a quantia pedida pelo governo. Resultado: — “A dívida foi paga pontualmente no dia do vencimento” e o crédito da Província permaneceu intacto. O Presidente Marcondes diz com ufania em seu relatório de 15 de Julho, 27 dias decorridos de sua administração: — “Os títulos de nossa dívida fundada, bem colocados e pontualmente pagos, raras vezes aparecem no mercado do Rio e conservam honrosa e alta cotação acima do par”. O estado financeiro da Província, a esse tempo, era este: — a dívida fundada e o serviço de juros até Dezembro, montava a 732:996\$; os bilhetes do Tesouro, em circulação, montavam a 306:620\$ e os demais encargos a 987:620\$. Ao todo, um passivo de ... 2.027:164\$. Para fazer face a esse encargo havia 500:000\$, mais ou menos, de impostos votados.

*** Vimos na descrição das situações criadas na Província, de 1853 a 1889, que o Paraná, ao findar o regime monárquico, havia realizado, sem dúvida, alguma coisa no sentido do seu progresso, mas se achava com as suas finanças combatidas e a sua economia comprometida por constantes en-

cargos criados à produção, — o que levou o Presidente Jesuino Marcondes a dizer à Assembléia Legislativa: — “*A atualidade não pode continuar*”.

Contudo, com a ajuda do govêrno geral, o Paraná chegou às portas da República tendo realizado condições de vulto para o seu futuro desenvolvimento, tais como a ligação do planalto com o mar por estrada de rodagem (1873) e de ferro (1886), a formação de núcleos agrícolas de imigrantes europeus, o desenvolvimento do ensino primário, posto de acôrdo com os seus melhores padrões nacionais; vias de rodagem da Capital até Castro, ao norte, Guarapuava a oeste e Rio Negro ao sul; navegação à vapor do Iguassú e dos portos da costa marítima; a exploração geográfica do interland, etc.; e noutra ordem de conquistas conseguira ver vários dos seus filhos influindo nos mais altos postos do Império, na política e na administração do país. Terminando o último relatório presidencial da Província, escreveu o Presidente Jesuino Marcondes: — “Comparem os homens do meu tempo o Paraná de 1853 com o de 1889, e, pelo imenso progresso realizado nesse período, prelibem comigo o grandioso futuro que nossa bela Província reserva a nossos filhos. Trabalhem por êles, como por nós trabalharam nossos pais”.

CAPÍTULO XVIII

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

- 1 — O Novo Regime no Paraná**
- 2 — Os Governos Provisórios**
- 3 — O Primeiro Governo Legal e sua Destituição**
- 4 — A Reorganização do Estado**
- 5 — Xavier da Silva e Vicente Machado**

1 — O Novo Regime no Paraná

A fundação da República, a 15 de Novembro de 1889, veio encontrar o Paraná sob o governo do Partido Liberal. Presidia a Província o Sr. Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, chefe supremo desse partido, que contava com enorme maioria de deputados à Assembléa Provincial, pois a minoria era composta apenas de 3 conservadores, 2 dissidentes e 1 republicano. Ninguém lhe fazia, contudo, opposição. O orçamento e também autorização para realizar um empréstimo “para pagar a dívida flutuante e converter a fundada em outra, de tipo menos oneroso”, foram-lhe concedidos da melhor vontade. Em Outubro estava o presidente Jesuino Marcondes com todos os elementos que solicitara para bem governar.

A 15 de Novembro, porém, soube-se em Curitiba que um movimento militar, de caráter político, irrompera na côrte; e mais tarde, desse mesmo dia, que a officialidade da Brigada aqui comandada pelo Coronél Francisco José Cardoso Junior, havia telegrafado sua adesão àquele movimento.

No dia seguinte quatro officiaes foram comunicar ao presidente um telegrama do Marechal Deodoroda Fonseca, em que se encarregava ao Coronél Cardoso Junior a manutenção da ordem, o que valia por uma destituição do Presidente da Província. Assim o compreendendo, o Conselheiro Marcondes officiou ao citado Coronél Comandante da Brigada “declarando finda a sua missão presidencial e oferecendo todo o seu concurso para que a ordem pública não fosse alterada”.

A esse officio o Comandante Cardoso Junior respondeu em seguida:

“Quartel General do Comando da Terceira Brigada do Exército. N.º 1.413. Curitiba, 16 de Novembro de 1889.

“Ilmo. Sr.

“Tenho a honra de acusar o officio em que V. Ex. me comunica que tendo tido ciência por um telegrama ter me encarregado o Exm. Sr. General Manoel Deodoro da Fonseca de manter a ordem pública nesta Província até que pelo

governo provisório nomeado o do Paraná, julga V. Ex. finda sua missão e está resolvido a entregar-me o governo que lhe foi confiado. Em resposta, cabe-me a honra de declarar a V. Ex. que devendo cumprir as ordens daquele general e em face dos acontecimentos que determinam essa medida, como de salvação publica, como tive a honra de hoje o dizer á V. Ex., que estou pronto a assumir a responsabilidade do cargo que V. Ex. me passa, até que o governo provisório definitivamente designe o governador deste Estado. Por esta ocasião tenho a honra de declarar á V. Ex. que aceito como brasileiro a manifestação de V. Ex. de auxiliar-me quanto em si caiba para que a ordem publica não seja perturbada, como tanto convem ao progresso e honra do Estado. Deus guarde á V. Ex. Ilmo. e Exm. Sr. Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá. (a.) Coronel *Francisco José Cardozo Junior*, Comandante da Brigada”.

Deixando o poder, o Conselheiro Jesuino Marcondes reuniu o Partido Liberal e aconselhou seus correligionários “a atitude imposta pelo patriotismo, de calma, prudência e leal cooperação na obra construtora do novo regime”.

O Partido Conservador fez o mesmo, porém com mais vivacidade, conseguindo substituir-se, no novo regime, ao partido caído com a monarquia, desde logo engrossando as raras fileiras republicanas da Província.

2 — Os Governos Provisórios

Antes que o Estado se organizasse à feição do novo regime, teve vários governadores provisórios nomeados pelo governo federal.

Assim foi que, sucedendo ao Coronel Cardozo Junior, teve por Governador o Contra-Almirante José Marques Guimarães e por Vice-Governador o Dr. Uladislau Herculano de Freitas. Durante o ano de 1890 viu o Paraná se sucederem no seu governo nada menos de 4 Governadores e 3 Vice-Governadores. A Vice-Presidência foi por duas vezes ocupada pelo Sr. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, paulista, residente no Paraná onde movimentou várias indústrias, cidadão probo, republicano de convicções, grandemente relacionado com os republicanos históricos de S. Paulo.

Os demais Governadores provisórios foram o Dr. Americo Lobo Leite Pereira, Tte. Cél Inocencio Serzedelo Correia e General José Cerqueira de Aguiar Lima. A este último coube realizar as eleições para o primeiro governo legal do Paraná.

Imprevistamente posto à frente da administração pública de Estado trabalhando por competições partidárias, em breve se encontrou envolvido nas tramas da política; e desarte a situação que encontrou dominando foi sendo minada pela oposição, graças à habilidade de um dos seus mais des-

tacados parédros, o Desembargador Emilio Vestefalen, que soube se fazer o guia do General-Governador.

De um lado se encontravam no Paraná os poucos elementos republicanos e os conservadores, e de outro os liberais recém-caídos do govêrno, chefiados, respectivamente, pelo Dr. Vicente Machado da Silva Lima, republicano histórico, e Dr. Generoso Marques dos Santos, herdeiro do comando supremo dos liberais, desde quando o Conselheiro Jesuino Marcondes abdicou da chefia partidária, na alvorada do novo regime.

Nenhuma das duas arregimentações tinha, porém, forças capazes de vencer sem ajuda do govêrno. Os partidos políticos formados com a República, não foram nisso diferentes dos partidos tradicionais do Império.

As eleições que se iam processar no Estado eram para deputados ao Congresso Constituinte e Legislativo, que, por sua vez, elegeria Presidente e Vices-Presidentes, e, sendo assim é bem de ver que, para os dois partidos, a questão era de vida ou morte.

Estimulado nos seus propósitos por uma violenta campanha de imprensa, o General Aguiar Lima praticou todas as inconseqüências e realizou eleições que foram modelo de todas as fórmulas de pressão da opinião pública.

E como era de prevêr,, venceu o govêrno. Foram eleitos deputados todos os componentes da chapa liberal, que por sua vez elegeram Presidente o Dr. Generoso Marques dos Santos e Vice-Presidente o Desembargador Joaquim Inácio Silveira da Mota.

Embora essa nova situação política tivesse surgido de uma luta desigual, a eleição do Dr. Generoso Marques para Presidente do Estado foi gesto hábil do Congresso, bem acolhido pelo público, pois o eleito já era, a esse tempo, um dos mais altos e legítimos padrões do valor moral e intelectual entre os paranaenses. Da mesma fórmula o Vice-Presidente, nome de bom timbre na história política do Estado.

O Congresso Constituinte, porém, era fraco para levar a efeito a construção que lhe era imposta, de organizar o Estado sob os princípios do novo regime, pois em grande maioria o constituíram elementos meramente eleitorais.

3 — O Primeiro Govêrno Legal e sua Destituição

Esta situação foi efêmera. Eleita a 10 de Abril de 1891, a 29 de Novembro do mesmo ano, tendo apoiado o golpe de

Estado de Deodoro, foi deposta pela guarnição militar de Curitiba, que se poz ao lado dos elementos partidários chefiados pelo Dr. Vicente Machado.

Constituiu-se, então, uma Junta Governativa, da qual participaram o Coronel Roberto Ferreira, Comandante da Guarnição Federal, Dr. Bento José Lamenha Lins e Coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva. Esse govêrno realizou novas eleições e instalou, a 25 de Fevereiro de 1892, a Assembléa Legislativa, com amplos poderes para rever ou substituir a Constituição promulgada a 14 de Julho (1891). Para esses fins baixára a Junta Governativa o Regulamento Eleitoral de 16 de Dezembro (1891) e determinára o dia 25 de Janeiro para as eleições.

Desta vez prevaleceram, na composição do govêrno que se ia construir, certos princípios republicanos. Ficaram garantidas as representações das minorias pelo terço, a composição mixta das mesas eleitorais e a sua fiscalização por delegados dos eleitores e a eleição direta do Chefe do Poder Executivo e dos seus substitutos.

A 25 de Fevereiro de 1892 teve lugar a solene instalação do Congresso Constituinte, que funcionou sob a presidência do Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro até 7 de Abril, quando foi promulgada a Constituição.

4 — A Reorganização do Estado

A Constituição de 7 de Abril de 1892 e o Ato Adicional de 14 de Outubro de 1893, vigoraram até 1927, quando foram revistos.

No debate do projeto de nossa lei magna, várias vezes foram defendidas idéias sociais relevantes e algumas conseguiram aceitação e inclusão no texto promulgado. Esforçou-se nesse sentido, revelando assim verdadeira orientação republicana o Deputado José Corrêa de Freitas, com a justificação de trinta proposições, umas aprovadas, outras modificadas e a maioria rejeitada pela mentalidade conservadora que formou o ambiente daquela assembléa política.

A instrução pública mereceu desse deputado a devida atenção tornando o ensino primário elementar obrigatório para todas as crianças de 6 a 13 anos de idade; o ensino superior livre e fiscalizado; o ensino técnico e profissional mantido pelo Estado e se lhe destinando especialmente um imposto equivalente à terça parte do acêrvo sôbre heranças entre colaterais; e criação de um Fundo Escolar para as despe-

sas da instrução pública com a terça parte do produto das terras devolutas e com os impostos especialmente designados no orçamento. Ainda no rumo da difusão da instrução propoz que nenhum imposto se lançasse sobre jornais e livros impressos, assim como sôbre tipografias e litografias. As obras de reconhecido valor sôbre educação e ensino seriam publicadas por conta do Estado e premiados os seus autores.

As terras do Estado não seriam vendidas, mas aforadas. A criação de montepio para o funcionalismo público, extensivo aos operários que se invalidassem no trabalho e às suas famílias. A obrigatoriedade da publicação de todos os atos das repartições do govêrno, inclusive das sentenças e dos despachos dos tribunais; etc.

Essas e outras emendas foram combatidas pelos líderes da assembléia, mas, como todas as boas idéias, ficaram assinalando a existência do alto espírito que as lançou nesse plenário .

5 — Xavier da Silva e Vicente Machado

Da situação criada em 1891 com a Junta Governativa, e, a seguir, com a eleição do govêrno legal, decorreu a continuidade política que se prolongou até a revolução de 1930. O primeiro govêrno eleito (1892) foi o do Presidente Francisco Xavier da Silva, que teve por Vice-Presidente o Dr. Vicente Machado da Silva Lima.

Esses foram os dois grandes nomes do período de nossa formação republicana.

*** *Xavier da Silva*, Presidente eleito em 1892, 1900 e 1908, realizou, em todos esses quadriênios, as obras de mais vulto, até essas datas, da administração do Estado. Excepcionalmente as estradas da Graciosa e seu prolongamento até Campo Largo, todas as demais boas estradas do Paraná até o fim do seu terceiro govêrno (1912) foram devidas à sua iniciativa e por êle próprio fiscalizadas. Foi o introdutor de pontes metálicas na viação do Estado. São até hoje notáveis as lançadas sôbre os rios Negro e Nhundiaquara.

As escolas públicas lhe mereceram cuidados especiais. Fez construir edifícios apropriados, em várias localidades, notadamente na Capital, não só para escolas isoladas e para grupos, como, também, para o Ginásio Paranaense. Fez construir o vasto edifício do Superior Tribunal e das Secretarias do Estado e o Quartel da Força Militar.

As finanças estaduais que lhe eram confiadas sempre em condições miseráveis, sob sua experiente gerência se restabeleceram sempre e deram saldos utilizados em numerosos serviços públicos. Nunca se utilizou do recurso de empréstimos, nem externos nem mesmo internos, e tudo realizou com orçamentos de menos de 2 mil contos.

A oposição, nas suas duas primeiras presidências, fê-lo a vítima das suas críticas e lhe negou, até, as altas qualidades que eram distintivas do seu caráter, da sua inteligência e da sua cultura. Dominavam, então, as paixões partidárias exageradas pelos acontecimentos políticos da revolução federalista.

*** *Vicente Machado* nasceu em Castro, em 1860. Aos 16 anos matriculou-se na Academia de Direito de São Paulo, que o bacharelou em 1881, sendo neste mesmo ano nomeado Promotor Público de Curitiba e no ano seguinte Secretário do Govêrno da Província, na presidência Carlos de Carvalho, e depois lente de filosofia do Instituto Paranaense e Juiz Municipal de Ponta Grossa (1883), cargo que por pouco tempo ocupou, regressando à Capital onde se estabeleceu como advogado e iniciou a carreira política que haveria de ser a mais sensacional entre paranaenses. Filiado ao Partido Liberal, não figurou, como esperava, na chapa para o biênio de 1886-1887 e se apresentou amparado por um grupo de liberais dissidentes, sendo eleito. No biênio seguinte (1888-1889) o Partido Liberal o indicou oficialmente ao eleitorado. Vicente Machado, na memorável sessão de 22 de Agosto de 88, fez sua profissão de fé republicana, e pregou a descentralização política e administrativa das províncias sob o regime federativo. Sua adesão à República repercutiu em todo o país e no Paraná animou e fortaleceu a ação do pequeno mas ardoroso grupo de republicanos concentrados em torno do semanário "A República" e do Clube Republicano. Em conferência pública no Teatro São Teodoro esplanou larga e vibrantemente os ideais dos novos tempos, sendo então aclamadíssimo. Os partidos monarquicos haviam perdido o seu orador parlamentar e popular de mais brilho e vibração e a oposição republicana havia ganho um condutor revolucionário que desde então foi o seu ídolo. Proclamada a República ocupou Vicente Machado o cargo de Chefe de Polícia e de Superintendente do Ensino, dando novos regulamentos a esses serviços públicos. Em 1893, ameaçado o Paraná de invasão pelos federalistas e revoltada a esquadra, a 30 de Novembro,

assumiu, como Vice-Governador o Governo do Estado. A 18 de Janeiro (1894) dada a invasão e em retirada, diante dela, as forças militares, viu-se obrigado a fazer o mesmo, — “pois seria inútil sacrifício permanecer no seu posto sem elementos para garantir a sua autoridade nem forças para fazê-la respeitar”. Regressou com as forças legais mandadas para retomar o Estado. Em Castro reassumiu o govêrno e lançou um vibrante manifesto ao povo paranaense. Em 1895 foi eleito Senador. Data daí sua influência na política geral do país. Fez oposição a certos atos da presidência Prudente de Moraes e os seus argumentos, o seu desassombro e os seus dotes de tribuno, fizeram a situação dominante reconhecer que na tribuna do Senado da República surgira um valor novo pela energia indomável, pelos processos costumeiros da política. Procuraram incompatibilizá-lo com o justo sentimentalismo da nação, então ainda horrorizada com os fuzilamentos de paranaenses por ocasião da reconquista do Estado pelas forças legais. Sua defesa arrazou a calúnia. Em discurso de 30 de Maio de 1895, conta Vicente Machado que no primeiro dia do seu comparecimento no Senado recebera o o Barão de Ladario com a pergunta se podia cumprimentar os representantes do Paraná sem receio de que lhe ficasse pendente da mão uma gota de sangue. E no período seguinte diz: — “O espírito nacional investigou ponto por ponto esse período negro da história paranaense e dias depois o orador teve a ventura incomparável de ouvir desse benemérito servidor da pátria as seguintes palavras: — “Eu me orgulho de poder cumprimentar os dignos representantes do Paraná. Eles não tiveram a mínima responsabilidade das cenas sanguinolentas que se deram na Serra”. Combateu a candidatura Campos Sales à presidência da República. Contra essa candidatura o Rio Grande do Norte e o Paraná pleitearam a de Lauro Sodré. Tal era então o valor do Senador Vicente Machado, que o presidente cuja candidatura êle combatera, pela palavra e nas urnas, lhe confiou a liderança da maioria do Senado, onde a atuação do parlamentar paranaense muito contribuiu para facilitar ao govêrno a execução dos memoráveis serviços que prestou ao reerguimento financeiro do país. Em 1903 foi eleito Presidente do Estado, cargo que assumiu a 24 de Fevereiro de 1904. Já então a insidiosa moléstia que o haveria de vitimar três anos depois, lhe tornava a atividade política um sacrifício. Cumpriu apesar disso seu dever patriótico realizando uma administração civilizadora e progressista, das mais ativas e operosas que teve o Paraná.

CAPÍTULO XIX

DEFINIÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO

- 1 — Divisão de S. Paulo e Minas (1720)
- 2 — Limite Meridional da Capitania de São Paulo
- 3 — Limites da Comarca de Curitiba (1808)
- 4 — A Questão de Limites com Santa Catarina
- 5 — O Acôrd de 20 de Outubro de 1916
- 6 — Limites Atuais do Estado
- 7 — Área Superficial

1 — Divisão de S. Paulo e Minas (1720)

A história administrativa do Sul do Brasil pode-se dizer que começa com a separação de S. Paulo e Minas da administração dos governadores do Rio de Janeiro. (*Carta Patente da nomeação de governador próprio para S. Paulo e Minas, de 23 de Novembro de 1709*).

Em 1720 a Capitania de S. Paulo e Minas foi dividida. (*Alvará Régio de 2 de Dezembro de 1720*). Por ajuste entre os dois governos assim separados, a jurisdição paulista chegava até a colônia do Sacramento, mas o sertão meridional brasileiro não compreendia então mais de seis a sete léguas, em média, e na parte que mais avançava nessa direção era nas regiões de S. Paulo e Curitiba. (*Ajuste de 30 de Julho de 1720*).

Necessidades supervenientes ligadas à defesa da marinha, fizeram com que ao governo do Rio de Janeiro se adjudicasse a jurisdição da costa do sul (*Alvará de 5 de Agosto de 1738*) e repetiu-se a mesma providência, em 1742, quanto à vila da Laguna (*Resolução de 4 de Janeiro de 1742*), até que foi extinto o governo da Capitania de S. Paulo. (*Provisão Régia de 9 de Maio de 1748*) depois de se lhe haver desanexado as partes de Goiás e Cuiabá para constituírem capitanias à parte. (*Aviso Régio de 1 de de 1748*).

O governo da metrópole não sabia o que fazer para manter sua conquista ao sul da colônia ante as possibilidades de reivindicações castelhanas e isso perdurou até que entre as duas coroas ibéricas se realizou o acordo sobre as respectivas fronteiras na América, que legalizou o afastamento da linha meridiana do Tratado de Tordesilhas. (*Tratados de 1750 e de 1777*).

A Capitania de S. Paulo, destarte ora era dada autonomia integral, ora dela se desanexavam partes. Compreendia Minas, Goiás e Cuiabá, mais tarde separadas. Dava-se-lhe e se lhe retirava a jurisdição sobre o litoral e se a conferia de-

pois ao governo do Rio de Janeiro, "para que ficasse debaixo de um so mando".

2 — Limite Meridional da Capitania de São Paulo

Em 1765 a Capitania de S. Paulo, então realmente dominadora da costa e sertão do sul à despeito das determinações regias que pretendiam enfeixar o domínio dessas regiões nas mãos dos governadores gerais do Rio de Janeiro, — foi "restabelecida ao seu antigo estado". (*Carta Régia de 1.º de Janeiro de 1765*).

Foi então nomeado Governador e Capitão General da Capitania D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, já provado noutros serviços relevantes prestados à sua pátria. As instruções que trouxe, subscritas pelo Conde de Oiras, depois Marquez de Pombal, tinham o deliberado intuito de fortalecer as conquistas territoriais feitas pelos paulistas e de recuperar aquelas que os castelhanos houvessem retomado, até à margem setentrional do Rio da Prata. (*Instruções Régias de 26 de Janeiro de 1765*).

O seu governo foi o mais movimentado da Capitania e suas realizações as que decidiram do bom êxito das negociações do Tratado de Limites de 1777, fracassadas desde 1761. (*Anulação do Tratado de Madrid*).

Entre essas realizações figuram a descoberta e posse dos campos e sertões do Tibagi e de Guarapuava (ex-território de Guaira), a fortificação de Paranaguá, as fundações das vilas de Guaratuba, de Castro e de Lages, barreiras contra possíveis invasões castelhanas.

3 — Limites da Comarca de Curitiba

Dadas a largos traços as modificações pelas quais passou o governo da Capitania de S. Paulo, vejamos como ocorreu a definição do território paranaense.

Formadas as nossas duas principais vilas, de Paranaguá e de Curitiba, de 1661 a 1711 (data da aquisição, pela Corôa, da Capitania de Santo Amaro) ficaram compreendidas na Capitania de Paranaguá, constituídas das quarenta léguas de costa do sul a começar de doze léguas ao sul de Cananéa (Ilha do Mel), na barra de Paranaguá), acabando na terra de Santa Ana (Santa Catarina) a vinte e oito graus e um terço. Esta era a secção da marinha que constituia a parte

sul da antiga Capitania de Santo Amaro, da qual Pero Lopes de Souza foi o primeiro donatário.

Da altura da barra de Paranaguá (Ilha do Mel) para o norte seguia-se o trecho da costa com seu correspondente sertão, que pertencia à donataria de Martim Afonso de Souza, isto é, à Capitania de S. Vicente. (Vide o capítulo *Capitania de Paranaguá*).

Com a desmembração do território de Minas Gerais da Capitania de S. Paulo e reconstituída esta (*Alvará de 2 de Dezembro de 1720*), ficaram pertencendo à de S. Paulo todas as vilas ao sul da de Parati, inclusive, até às indeterminadas fronteiras espanholas. "Pelo sertão, ao norte e a oeste, as suas fronteiras seriam aquelas que a ousadia dos paulistas traçasse com suas aventuras e conquistas". (Washington Luis, *Capitania de S. Paulo*).

Dentro deste quadro geográfico existiam então (1720) a cidade de São Paulo e vinte e uma vilas, além de pequenas povoações. Dentre as vilas paulistas ficavam em território subordinado à Ouvidoria de Paranaguá (de 1723 em diante) as vilas litoreaneas de Iguape, Cananéia, Paranaguá, São Francisco, Ilha de Santa Catarina e Laguna e no interior a de Curitiba, que eram as que existiam, na região, até à margem setentrional do Rio da Prata. (Vide o capítulo *Ouvidoria de Paranaguá*).

4 — A Questão de Limites com Santa Catarina

O termo da Vila de Curitiba, em 1755, confinava com o da Vila Sorocaba pelo rio Itararé; e para a parte do sul sua demarcação era o rio Pelotas. Para o este, abrangia o sertão do Tibagi até ao Rio Paranapanema, o curso do Ivaí e os campos de Guarapuava (*Livro de Vereações da Câmara Municipal de Curitiba*, fls. 7; Romário Martins, *Lages*, fls. 17).

Em 1809, quando se tratou de povoar os campos de Guarapuava, a Carta Régia de 1.º de Abril definiu como limites dessa região os rios Paraná e Uruguai, derogando todas as disposições em contrário. (*Livro de Registro Geral das Leis e Ordens da Ouvidoria de Paranaguá*, fls. 212).

Aliás a fronteira da Capitania de S. Paulo, ao sul, já havia sido objeto da Carta Régia de 5 de Novembro de 1808, assinalando que "os terrenos que desaguam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguai", estavam todos compreendidos nessa Capitania.

Várias foram as desanexações de termos ou distritos de vilas ocorridas no imenso território meridional da Capitania

de S. Paulo e que ocasionaram modificações nas fronteiras da Comarca de Paranaguá. Em 1749 ficou limitada, na costa, pelo rio S. Francisco e no interior pelo rio Negro, perdendo, pois, as vilas de N. S. do Desterro que passou a constituir a Ouvidoria da ilha de Santa Catarina e as vilas de Laguna e Rio Grande; com a criação em 1821, da Comarca da ilha de Santa Catarina, foram as vilas de S. Francisco do Sul e de Lages desmembradas da Comarca de Paranaguá e Curitiba e compreendidas na Comarca criada.

As vilas de Cananéa e de Iguape, pertenciam à Comarca de Curitiba por lei de 1832 (então terceira Comarca paulista). De conformidade com a lei n.º 11, de 17 de Abril de 1852 (então quinta Comarca) aquelas duas vilas foram desanexadas da Comarca, que desde então somente compreendia os municípios de Curitiba, Paranaguá, Príncipe (Lapa), Antonina, Morretes, Guaratuba e Castro.

A lei n.º 704 de 29 de Agosto de 1853, que elevou a Comarca de Curitiba a Província, dispoz, no seu artigo primeiro, que a Comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, ficava elevada a categoria de Província, com a denominação de Província do Paraná e que a sua extensão e limites seriam os mesmos da referida Comarca”.

Os limites da Comarca eram constituídos pelo conjunto das divisas legais e convencionais dos municípios confiantes com as províncias já então estabelecidas, como pondera Orville Derby. “A tentativa do Senado Imperial, em 1856, visando declinar em lei os limites da Província e para esse fim dirigindo consultas às câmaras interessadas, não pode significar que faltasse ao Paraná o requisito necessário de uma demarcação legal. Nem isso poderia ser o pensamento do legislador brasileiro, atendendo-se a que o expresso na lei n.º 704, mandando conservar a mesma extensão e limites da antiga Comarca, revela, muito ao contrário — que existiam e eram reconhecidas as divisas comarcais, que passaram à categoria de limites provinciais”. (Ermelino de Leão, *Limites entre os Estados de S. Paulo e Paraná*, I vol. 7-8).

Ao ser criada a Província do Paraná os limites da Comarca de Curitiba, “legais, históricas ou convencionais”, eram: *com a Província de S. Paulo* pelo rio Ararapira até ao istmo do Varadouro, daí ao espigão divisor das águas das baías do Mar Pequeno e de Paranaguá em direção às nascentes do Rio Pardo, por este, pelos rios Ribeira e Itapirapuan até às nascentes deste na serra do mesmo nome, daí em direção às cabeceiras do rio Itararé, por este até desaguar no rio Paranema e por este até sua foz no Rio Paraná; *com a*

Província de Santa Catarina da barra do Saí-Guassú às nascentes do Rio Negro, por este até sua confluência no Iguassú, pelo Rio Preto até suas nascentes na serra do Espigão, por esta até o rio Marombas, por este até sua confluência no rio Uruguai; *com a Província do Rio Grande do Sul* o rio Uruguai e por este até a foz do Pipiri-Guassú; *com as repúblicas Argentina e do Paraguai*, os limites do Império e *com Mato Grosso* pelo talvegue do Rio Paraná, a partir do salto grande das Sete Quedas, até a barra do Paranapanema.

Na linha de divisa com Santa Catarina houve diversas invasões da parte dos nossos vizinhos, principalmente na região suéste. Assim a divisa da Capitania de S. Paulo que até 1820 foi pelo rio Pelotas, em 1855 já tinha recuado para o rio Canoas e em 1865 o statu-quo da fronteira por esse lado era o Marombas e posteriormente uma invasão sem defesa da parte do govêrno paranaense, na grande extensão de S. João dos Campos Novos, jogou a linha de limites para o rio do Peixe, afluente do rio Uruguai.

5 — O Acôrdo de 20 de Outubro de 1916

Em 1901 o Estado de Santa Catarina propoz contra o do Paraná uma ação originária de reivindicação sôbre limites territoriais, tendente a demonstrar serem os do Estado autor, ao norte, os rios Saí-Guassú, Negro e Iguassú.

Tão absurda sempre pareceu essa pretensão à opinião paranaense, que os administradores, os políticos e os publicistas do nosso estado somente lhe haviam dado, até então, uma relativa importância. Discutiam-na toda a vez que Santa Catarina a agitava no parlamento ou na imprensa, como o fizeram o Senador Zacarias de Góes e Vasconcelos, o Desembargador Bento Fernandes de Barros, o Deputado Manoel Eufrásio Correia, os Senadores Vicente Machado e Generoso Marques, etc., porém até a proposição da ação ao Supremo Tribunal Federal o Estado do Paraná não havia se precavido de modo a poder produzir uma defesa dos seus direitos no terreno judiciário, mesmo porque, por sua vez, o Estado vizinho não tendo o domínio do terreno reclamado e sim São Paulo e depois de 1853, o Paraná, que nele e por três séculos sempre exerceram jurisdição ou imperium — não estava habilitada a reivindicar o que jamais possuira.

Além disso a apreciação política dos limites do Paraná com Santa Catarina já havia sido feita pelo Decreto Imperial n.º 3.378, de 16 de Janeiro de 1865 e somente poderiam ser alterados mediante o processo do artigo 4 da Constituição

Federal que prescreve fórmula política e não jurídica para alterações territoriais dos Estados da República fundados nos territórios das Províncias do Império "com os limites que então tinham". (*Constituição de 24 de Fevereiro de 1891*).

O voto vencido do Ministro Herminio do Espírito Santo, excusa comentários a este respeito: ... "sem golpear nossas instituições políticas, sem dilatar as fronteiras de sua jurisdição, não poderia este tribunal decidir a pretensão do Estado de Santa Catarina sobre parte do território do Paraná, porquanto redundaria necessariamente essa pretensão em subdivisão ou desdobramento do território de um Estado para anexá-lo a outro; competência exclusiva e absoluta dos próprios Estados, mediante aquiescência das respectivas Assembleias Legislativas, nos termos do citado art. 4.º da Constituição". E acrescentou, terminando: — "E, a não ser assim, a que ficarão reduzidas a autonomia dos Estados e a integridade de territórios, tendo o Poder Judiciário a faculdade de alterar-lhe os limites, desmembrá-los ou subdividi-los?"

Foram votos igualmente vencidos os dos Ministros Ribeiro de Almeida, Pindaíba de Matos e Macedo Soares. A maioria a favor de Santa Catarina no acórdão de 6 de Julho de 1904, foi firmada pelos votos dos juizes de secção Godofredo Cunha e Antonio Pires, chamados a proferi-lo para completar o número de dez juizes desimpedidos, necessários ao funcionamento do Tribunal.

Alcindo Guanabara, jornalista e parlamentar que pela "A Imprensa" discutiu a imprevista e arbitraria atitude do Supremo Tribunal Federal, avocando a si a decisão de uma questão política, escreveu: ... "Assim a questão suscitada por Santa Catarina traz o vício congênito da ilegitimidade. É uma ação de reivindicação de coisa que ela nunca possuiu e que, em todo o caso, não é susceptível de ser reivindicada. É uma ação que não cabe na esfera da competência constitucional do Poder Judiciário. É uma ação que depende exclusivamente do Poder Político e que por êle já estava definitivamente resolvida, pois os limites dos Estados não podem ser alterados senão pelo voto de suas assembleias, homologado pelo Congresso Nacional. Fora destes termos, só há de legal a aparência dos atos: a essência é manifestamente tumultuária".

O Estado do Paraná, defendido pelo notável jurista brasileiro Conselheiro Joaquim da Costa Barradas, que produziu uma argumentação formidável, que a lógica não pôde abalar, viu, entretanto, a sua causa vencida por argumentos como este do acórdão, bradante de insolidez e de ile-

galidade: ... “E o direito favorece as pretensões do Estado de Santa Catarina que as baseia em títulos históricos e jurídicos, *tem ainda êle o direito de possuir limites naturais como sejam os rios Negro e Iguassú ao norte, o Uruguai ao sul, ao oriente o oceano e ao poente as fronteiras argentinas*”.

Vejamos agora em que “títulos históricos e jurídicos” se basearam a ação de reivindicação proposta por Santa Catarina e o acórdão que lhe deu ganho de causa.

São os principais, citados pelo acórdão:

a) — As Cartas Régias de 1738 e de 1742 separando a ilha de Santa Catarina e a Laguna, de S. Paulo, e anexando-as à Capitania do Rio de Janeiro. Estes dois títulos, — (são palavras do próprio acórdão) — “*nada dizem quanto ao sertão entre o Iguassú e o Uruguai*”.

b) — A Carta Régia de 9 de Agosto de 1747, pela qual o governo português nenhum limite estabeleceu, mas tão somente mandou localizar açorianos “na ilha de Santa Catarina como na terra firme adjacente, desde o rio S. Francisco do Sul até ao cerro de S. Miguel e no sertão correspondente a este distrito — “com atenção porém a que se não dê razão de queixa aos espanhóis confinantes”. Concluiu o acórdão que o sertão correspondente à costa de S. Francisco até S. Miguel era considerado pertencente a Santa Catarina, porquanto, se o fosse a S. Paulo, “ao govêrno desta Capitania é que devia ser feita a recomendação, porque os espanhóis confinantes não podiam ser senão os das Missões”. Esqueceram os relatores do acórdão de que nesse ano (1747) a única limitação legal da fronteira entre Portugal e Espanha era a linha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, que no melhor dos casos para Portugal afundava justamente na altura de Laguna, não deixando para o sertão correspondente à costa, a partir de S. Francisco, senão uma estreita faixa, nalguns pontos pouco mais que litoreana. O tratado que reconheceu o sertão português foi de 1750 (três anos de pois da Carta Régia colonizadora de açorianos) e esse mesmo confirmador de conquistas paulistas, além de que, em 1761, foi anulado. O espanhol confinante era representado pelo direito de Espanha e não pelos das Missões, mesmo porque no sertão correspondente à costa de S. Francisco até ao confim de Santa Catarina, nunca existiram Missões. Estas existiram à margem esquerda do rio Uruguai, em território rio-grandense.

c) — A Carta Régia de 20 de Novembro de 1749. Dela diz o acórdão que “bem claramente estabeleceu a divisa do lado do norte (entre as ouvidorias de Paranaguá e a de Santa Catarina, criada por essa lei) — parte do sul da baía de S. Francisco dirigindo-se para o Cubatão do mesmo rio, e subindo a serra para o ocidente a ganhar o alto rio Negro, *descendo até o Iguassú*”. E acrescenta: — “*Ficou o rio Negro servindo de divisa legal e natural entre as ouvidorias de Paranaguá e de Santa Catarina*”. E entretanto estendeu a divisa de acordo com o pedido de reivindicação territorial catarinense além do rio Negro: — pelo Iguassú abaixo, até a fronteira Argentina!

Nenhum destes principais títulos do Estado autor prejudica direito paranaense. Poderiam, até, ser invocados pelo Estado réu em sua legítima defesa.

Mas acontece que são todos nulos quando direta ou indiretamente se referem a limites com S. Paulo, — pois a Carta Régia de 18 de Setembro de 1807, que criou a Capitania do Rio Grande do Sul, declarou que ela compreendia *todo o continente ao sul da Capitania de S. Paulo* e a Carta Régia de 5 de Novembro de 1808, que declarou guerra aos bugres que infestavam os Campos de Curitiba, até a Serra do Mar, ordenou ao Governador de S. Paulo que convocasse as milícias de Curitiba e desse caça aos ditos índios, visto que “*aqueles campos, assim como todos os terrenos que desaguam no Paraná e formam de outro lado as cabeceiras do Uruguai (rio Pelotas) estão (1808) compreendidos na Capitania de S. Paulo*”.

Acresce que os únicos títulos catarinenses, validos e com peso no debate, são os alvarás de 9 de Setembro de 1820 e de 12 de Setembro de 1821, que incorporaram administrativamente e judicialmente a Vila de Lages e seu termo a Santa Catarina, mas esses mesmos atestam que em 1820 e 1821 ainda essa Vila era paulista, — “*a mais meridional das da Província de São Paulo*”.

*** Por ocasião do julgamento dos embargos opostos pelo Paraná à decisão de 6 de Julho de 1904, que ocorreu a 24 de Dezembro de 1909, declarou o Ministro Pedro Lessa que o acórdão então proferido “*é todo apoiado no Alvará de 1820 e 1821*”. acrescentando “*que nem na Provisão de 1749 nem no Alvará de 1821 se depara a mais vaga referência à divisa da Ouvidoria de Santa Catarina da parte do poente*”.

Resta pois, de todos os documentos catarinenses, o Alvará de 1820, onde o Ministro Pedro Lessa baseou seu voto vencedor.

Disse assim o acórdão que “os limites do termo de Lages eram, *pelo lado do sul* o Viamão, *pelo lado do norte* o ribeirão do Campo da Estiva e *pelo lado do oeste* (ponto nevrálgico da questão) *o termo se estendia até o domínio da Espanha, isto é, onde hoje está situada a Província de Corrientes na República Argentina*”.

Vejamos se esta descrição dos limites do termo ou distrito de Lages confere com os que foram ajustados entre o seu Capitão-Mor, fundador e regente, Antonio Corrêa Pinto e as vilas de sua vizinhança na forma deixada em correição pelo Ouvidor Rafael Pires Pardiniho e confirmada na Vila de Santa Catarina pelo Desembargador Sindicante Manoel José de Faria, — única determinação das divisas desse termo ou distrito:

... “confinam *pela parte do sul* com Viamão, pelo rio das Pelotas correndo inteiramente para baixo em sertão a oeste e para cima a leste até o ribeirão das Contas onde puz marco, cujo rio faz barra em dito rio das Pelotas; com a Vila da Laguna e Santa Catarina a parte da marinha da Serra ficando esta inteiramente da parte da Vila das Lages confinantes a sua baixa, fim da dita Serra, donde correm os limites das ditas vilas, em cuja Serra fiz abrir caminhos para a utilidade do Real Serviço e comércio dos povos; *para a parte do norte* desta Capitania (de S. Paulo) com o Ribeirão do Campo da Estiva, cujo limite confina em dito ribeirão com a vila de Curitiba”. (*Certidão passada pelo Capitão Mor Antonio Corrêa Pinto, a pedido do Governador da Ilha de Santa Catarina, Francisco de Souza Menezes, a 5 de Maio de 1773*). Limitando a Vila de Lages, *ao poente, a divisa “corria inteiramente para baixo em sertão a oeste”*, separando-a de Viamão (Rio Grande do Sul), pelo curso do rio Pelotas, a partir do rio das Contas, seu afluente.

Sob o domínio da fantasia leram os julgadores, no documento citado, que “*pelo lado de oeste o termo* (de Lages) *se estendia até o domínio da Espanha, isto é, até onde está situada a Província de Corrientes, na República Argentina*”, o que somente seria possível si os limites de Lages se estendessem pelo curso do rio Uruguai, até o Pipiri-Guassú, ao Sul, e ao norte pelo Iguassú até o rio Santo Antonio. Nenhum desses quatro rios é referido, por nenhum documento, como limite de Lages, pois que ao tempo de sua fundação o domínio da Espanha era regulado pela linha meridiana do

Tratado de Tordesilhas. Não o era pelo limite da Província de Corrientes, que não existia. O sertão até a fronteira atual com a República Argentina não tinha limites com a Espanha porque legalmente era a própria Espanha, isto é, os seus domínios na América. Foram posteriores conquistas paulistas que ao poente de Lages alcançaram o triunfo resultante do Tratado de 1777; onde os paranaenses fundaram três comarcas com mais de 100.000 habitantes: Rio Negro, Porto da União e Palmas; onde a conquista e a posse paulistas possibilitaram a vitória do Brasil na questão das Missões.

*** Os embargos de declaração apresentados pelo Paraná, tiveram a mesma sorte do anterior, de 24 de Dezembro. Por acórdão de 25 de Julho de 1910, a maioria do Tribunal continuou a seguir a opinião do Ministro Pedro Lessa, para declarar que "o acórdão *manteve* a linha divisória entre os dois Estados desde o Atlântico até o Rio Negro e daí por diante *reconheceu e declarou* que a linha divisória é o rio Negro e o Iguassú (este não indicado como linha divisória em nenhum documento) até a fronteira Argentina".

Essa decisão de puro arbitrio não foi executada, apesar das várias fórmulas de que se revestiram, para isso, as tentativas.

6 — Limites Atuais do Estado

A essa fase sobreveio a das acomodações. Sem audiências das populações do território posto em litígio os políticos dos dois Estados interessados, solicitados pelo Governo Federal, resolveram proceder a uma partilha do objeto do dissídio, e, ainda assim, tocando ao Estado vencedor no pleito judiciário a maior porção. Já então a alegação de que o Estado de Santa Catarina tinha "por si o direito de possuir limites naturais" (acórdão de 6 de Julho de 1904) foi por ela esquecido e desprezado para aceitar uma linha de divisa que em parte corre pelo eixo dos trilhos de uma estrada de ferro, em parte pelo eixo de uma estrada de rodagem, e na maior extensão restante ao leu do divisor das águas dos rios Iguassú e Uruguai.

Em resumo:

A Capitania e a Província de S. Paulo até 1853 e de 1853 em diante a Província e o Estado do Paraná, até 1916 (data do "acórdão") sempre tiveram por limite legal, histórico, efe-

tivo e ininterrompido, com o Rio Grande do Sul, todo o curso do rio Uruguai. (*Carta Régia, de 5 de Novembro de 1808* antes da desanexação de Lages a partir do rio Pelotas, inclusive, e depois dessa desanexação a partir do rio Marombas; *Termo dde Ajuste de Demarcação do Distrito de Lages com as vilas de sua vizinhança*, certidão de 21 de Dezembro de 1773; Romário Martins, *Limites a Suéste*, págs. 10 a 12; o *Litigio em Face do Acordam de 6 de Julho de 1904*, págs. 12 e 13; *Leis e Decretos do Império*, Decreto de 22 de Março de 1856).

Descontadas as zonas usurpadas ao Paraná por Santa Catarina até a data do "acordo" e considerando contestado o território limitado pelos rios Uruguai, Pepirí-Guassú, Santo Antonio, Iguassú, Negro, Preto e Bituva, Serra do Espigão, linha pelas altas vertentes do Canoinhas e Timbó pelo divisor das águas do Iguassú e Uruguai até o rio do Peixe e por este abaixo, (excluídos os municípios de Campos Novos, Curitiba e São Bento criados pelos catarinenses em território do Paraná) — ainda assim a extensão do contestado partilhada em 1916 era de 50.000 quilômetros quadrados, número redondo. (A. Padtberg e G. Pauwels, *A Superfície do Brasil*, 41).

Era, pois, o Contestado, maior que o dobro do Estado de Sergipe (21.552 km.2), que os de Alagoas (28.571), Rio de Janeiro (42.404) e Espírito Santo (44.684). Maior que a superfície da Dinamarca (43.017) da Holanda (34.201), da Bélgica (30.441).

Dele couberam ao Estado de Santa Catarina 28.000 quilômetros quadrados e ao do Paraná 20.000, segundo a medição de Padtberg.

Os limites atuais do Estado são:

a) — *Com São Paulo*, começam na barra do Ararapira, acompanham a curva do rio, passando no povoado do mesmo nome até o meio do istmo do Varadouro e aí buscam o divisor das águas que correm, à direita para o mar e canal de Ararapira e à esquerda para as baías do Pinheiro e das Laranjeiras; seguem por este divisor até ao alto da Serra Negra e por esta até a altura do morro existente entre ele e a Serra da Virgem Maria; vão pelo cimo desse morro às nascentes do Rio Pardo, nesta última Serra, e pelo Rio Pardo até a Ribeira; sobem este rio e depois o ribeirão Itapirapuan até as suas cabeceiras; ganham, do outro lado da Serra, a nascente do rio dos Bandeirantes (ex-Egua Morta) e conti-

nuam pelos cursos deste, do Itararé e do Paranapanema, até ao rio Paraná.

b) — *Com Santa Catarina* começam na barra do Rio Saí-Guassú, indo daí em linha reta às cabeceiras do Rio Negro (encontro dos rios Cachoeira e Piquirí); descem por este até sua barra no Iguassú e vão por este abaixo até a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande entre as cidades de Porto da União e União da Vitória, seguindo para o Sul pelos trilhos desta estrada até a estrada de rodagem que se dirige a Palmas; seguem por esta até ao Rio Jangada, sobem até as cabeceiras e daí seguem pelo divisor das águas dos rios Iguassú e Uruguai até a fronteira com a República Argentina, nas nascentes do Rio Pipirí-Guassú.

c) — *Com a República Argentina* começam no ponto do divisor geral entre os rios Uruguai e Iguassú por onde passa a linha que, pelo mais alto do terreno, liga as cabeceiras dos rios Pipirí-Guassú e Santo Antonio, alcançam pela dita linha, a cabeceira principal deste último, descem por êle até a sua junção no Iguassú, continuam pelo talvegue deste abaixo até a sua foz no rio Paraná. Ao passarem na região das cascatas seguem o talvegue do Salto União e na parte inferior deste continuam, deixando do lado argentino as outras quedas d'água, até transporem a Garganta do Diabo. (*Termo de 2 de Outubro de 1903 e Ata de 8 de Agosto de 1904*).

d) — *Com a República do Paraguai* começam na foz do Iguassú no rio Paraná, e sobem pelo talvegue daquele até ao salto grande das Sete Quedas. (*Tratado de 9 de Janeiro de 1873*)

e) — *Com Mato Grosso* começam no Rio Paraná, seguem seu talvegue, a partir do salto grande das Sete Quedas e sobem o dito rio até a foz do Rio Paranapanema.

7 — Área Superficial do Estado

Adota-se para a medição da superfície territorial do Paraná, a medição de Morize, que lhe dá 199.897 quilômetros quadrados.

Padteberg dá para o Paraná 175.000 km.2 sem o contestado. Portanto 195.310 km.2 com os 20.310 que dêle lhe cou-

beram pelo acôrdo. Morize dá 199.897, portanto dentro da margem de cerca de 5.000 km.2 deixada por Padtberg.

A superfície do Paraná é: mais ou menos 1/9 do Amazonas, 1/3 de Minas; 2 x Pernambuco, maior que 2 x Santa Catarina, quasi 4 x Rio Grande do Norte ou 5 x Rio de Janeiro, pouco menor que Ceará e Rio Grande do Norte juntos, ou também que Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte juntos; por pouco iguala à área da Grecia e Bulgaria reunidas; é maior que o duplo de Portugal, maior, também, que a República do Uruguai. (A. Padtberg e G. Pauwels, *A. Superfície do Brasil*, 60).

CAPÍTULO XX

ADMINISTRADORES PÚBLICOS

- 1 — Capitania de Itanhaên 1653-1660**
- 2 — Capitania de Paranaguá 1660-1710**
- 3 — Capitania de S. Paulo 1710-1748**
- 4 — Capitania do Rio de Janeiro 1748-1765**
- 5 — Restauração da Capitania de S. Paulo
1765-1821**
- 6 — Governo Provisório de S. Paulo 1821-1823**
- 7 — Província de S. Paulo 1823-1853**
- 8 — Província do Paraná 1853-1889**
- 9 — Estado do Paraná 1889-1892.**

1 — Capitania de Itanhaên 1653-1660

A Condessa de Vimieiro, sucessora dos direitos de Martim Afonso de Souza na Capitania de S. Vicente, manteve litígio judiciário com o Conde de Monsanto, também Marquez de Cascais, que venceu o pleito por Provisão de 5 de Novembro de 1520, de D. Luiz de Souza, Governador Geral do Brasil. Não se conformando com esta decisão, visto como era ela a legítima descendente de Martim Afonso, pela linha masculina, a Condessa de Vimieiro, expulsa de sua Capitania em 1524, transferiu-lhe a sede para a Vila de N. S. da Conceição de Itanhaên. *A esse tempo não existia ainda em Paranaguá nenhum núcleo de povoadores efetivos, além dos indígenas.* Mas desde que a povoação branca surgiu numerosa e foi criada a municipalidade em 1648, a administração de Itanhaên dela tomou posse designando-lhe Capitão-Mor e lhe traçando os limites com Cananéa. Dessa época, porém, e até a constituição da Capitania de Paranaguá em 1660, a Capitania de Itanhaên (já então sob o domínio de D. Luiz Carneiro de Souza, Conde da Ilha do Príncipe), exerceu plena e pacífica jurisdição em Paranaguá, por intermédio dos seguintes Capitães-Mores, com sede em Itanhaên:

Diogo Vaz de Escobar (1)	Cap. Mor	1653-1656
Simão Dias de Moura (2)	Cap. Mor	1656-1660

(1) Em 1653 (16 de Dezembro) ratificou a jurisdição da Capitania de Itanhaên sobre a Vila de Paranaguá e foi reconhecido pela Câmara no cargo de Capitão-Mor em nome e como representante do Conde da Ilha do Príncipe.

(2) Em 1656 (20 de Fevereiro) tomou posse do cargo de Capitão-Mor, em sucessão a Escobar (falecido nesse ano) como delegado do mesmo donatário. Na ata de sua posse, conferida pela Câmara, foi declarado ser o Conde da Ilha do Príncipe "senhor absoluto da vila, sem contestação alguma". Essa contestação, entretanto, existia, pois era nesse tempo acirrada a demanda com o Marquez de Cascais.

2 — Capitania de Paranaguá 1660-1710

Com o intuito de se apossar da jurisdição que o seu antagonista da Capitania de Itanhaên exercia na Vila de N. S. do Rosário de Paranaguá e do domínio sôbre o quinhão meridional da Capitania de Santo Amaro, o Marquez de Cascais, então pleiteante com o Conde da Ilha do Príncipe na sucessão hereditária do primitivo donatário, criou a Capitania de Paranaguá e nomeou a Gabriel de Lara, prestigioso povoador da localidade, para o cargo de seu Lugar Tenente, Capitão-Mor e Ouvidor. A Câmara local, que até então dera posse aos capitães-mores nomeados pela administração da Capitania de Itanhaên, destarte reconhecendo o direito do Conde da Ilha do Príncipe, protelou o reconhecimento de Lara, talvez por sugestão deste. Em Março de 1660 achava-se em Paranaguá Antonio Barbosa Soto Maior com o intento de tomar posse da Capitania-Mor da Vila como representante da administração da Capitania de Itanhaên e em Novembro do mesmo ano ali também se encontrava Salvador Corrêa de Sá e Benevides, Governador do Rio de Janeiro, em inspeção aos serviços de mineração. *Decidiu, então, o Governador do Rio de Janeiro, que Lara administrasse a terra em nome de El-Rei.* A Capitania de Paranaguá assim se constituiu e existiu de 1660 a 1710, quando foi criada a Capitania de S. Paulo constituída das antigas donatarias de S. Vicente e Santo Amaro, esta adquirida para a corôa por Provisão de 19 de Novembro de 1711 e aquela “por ato do Marquez de Pombal, de 1753”. (Antonio de Toledo Pizza, *Processo Vimieiro Monsanto*).

A Capitania de Paranaguá pertencia à classe das “capitanias secundárias” ou “subalternas” ou “da Corôa”, isto é, dependentes de outro governo. *A primeira Capitania deste matiz a criar-se no feudo de Pero Lopes de Souza foi a de Paranaguá.* Depois vieram as de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Todas, porém, eram subordinadas ao governo do Rio de Janeiro, sendo a de Paranaguá incorporada em 1710 à de S. Paulo e a do Rio Grande do Sul, tornada independente, elevada à Capitania Geral pelo Vice-Rei Conde de Rezende, em 1798. A de Santa Catarina sempre foi dependente do governo do Rio de Janeiro. (B. Calixto, *Capitanias Paulistas*, introdução).

Foram seus Capitães Mores:

Gabriel de Lara (3)	Cap. Mor	1660-1682
Tomaz Fernandes de Oliveira	Cap. Mor	1683-1688
Gaspar Teixeira de Azevedo	Cp. Mor	1689-1692
Francisco da Silva Magalhães	Cap. Mor	1692-1701
João Rodrigues França (4)	Cap. Mor	1701-1710

3 — Capitania de S. Paulo 1710-1748

Durante a vigência da Capitania de S. Paulo, criada em 1710, foram seus Governadores e Capitães Gerais:

Antonio de Albuquerque C. de Carvalho	Governador	1710-1717
D. Braz Baltazar da Silveira	"	1713-1717
Conde de Assumar	"	1717-1721
Rodrigo Cesar de Menezes	"	1721-1727
Antonio da Silva Caldeira Pimentel	"	1727-1732
Antonio L. de Tavora (4.º C. de Sarzedas)	"	1732-1737
Gomes Freire de Andrade	"	1737-1739
D. Luiz de Mascarenhas	"	1739-1748

"A Carta Régia de 9 de Maio de 1748 suprimiu o cargo de Governador na Capitania de S. Paulo e conferiu aos governadores e capitães gerais do Rio de Janeiro o governo daquela, ficando um governador em Santos, sujeito ao do Rio de Janeiro". (M. E. de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos da Província de S. Paulo*).

4 — Capitania do Rio de Janeiro 1748-1765

Durante a subordinação da Capitania de S. Paulo ao governo do Rio de Janeiro, (1748 a 1765), foram os seguintes os Governadores e Capitães Gerais:

Gomes Freire de Andrade, M. Bobadela	Governador	1733-1763
D. Antonio Alves da Cunha, C. da Cunha	"	1763-1767

(3) Lara se qualificava nos seus bandos ou editais, — "*Povoador da Vila de N. S. do Rosário de Paranaguá em nome de Sua Alteza e com os mesmos poderes Lugar-Tenente e Procurador do Marquez de Cascais nas vilas de 40 léguas da parte do Sul*".

(4) Foi o 5.º e último Capitão-Mor da Capitania de Paranaguá no regime das donatarias. Sua patente foi passada em 1707 por D. Fernando de Mascarenhas, Governador do Rio de Janeiro, somente confirmada em 1711 por El Rei D. João V. Era natural de Santos, mas a partir de 1675 possuía e dirigia lavras de ouro em Paranaguá e em Curitiba. Faleceu em 1715, deixando fortuna superior a 70.000 cruzados.

5 — Restauração da Capitania de S. Paulo 1765-1821

Por Carta Régia de 17 de Janeiro de 1765 foi restaurada a Capitania de S. Paulo, “na mesma fôrma e com a mesma jurisdição que já anteriormente o houve nela” e nomeado seu Governador e Capitão General D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão. Foi sob o govêrno deste notável administrador que se realizaram a defesa estável de Paranaguá com a construção da fortaleza da sua barra; as explorações e a defesa dos sertões do Tibagi e do Iguassú e a “conquista de Guarapuava”; a segurança da Capitania contra os incursões espanholas; o ataque às Missões Orientais do Uruguai; as fundações de Guaratuba e Lages, etc., todos esses e outros atos habilmente preparadores do tratado de limites entre Portugal e Espanha, que veio a se realizar favoravelmente para as nossas conquistas coloniais em 1777.

Foram os seguintes os Governadores e Capitães-Generais da Capitania de S. Paulo, até a constituição do Govêrno Provisório de 1821:

D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão Governador	1765-1776
Martim Lopes Lobo de Saldanha	1775-1782
Francisco da Cunha Menezes	1782-1786
José Raimundo Chichorro da Gama Lobo	1786-1788
Bernardo José de Lorena	1788-1797
Antonio de Mélo e Castro Mendonça	1797-1802
Antonio José de Franca e Horta	1802-1811
Luiz Teles da Silva, Marquez de Alegrete	1811-1813
D. Francisco de A. Mascarenhas, C. Palma	1814-1819
João Carlos Augusto de Oynhausen	1819-1821

6 — Govêrno Provisório de S. Paulo 1821-1823

O Govêrno Provisório de S. Paulo foi constituido em consequência do movimento popular de 23 de Junho de 1821 e aprovado pelo Príncipe Regente. Do Govêrno presidido pelo Marechal Candido Xavier de Almeida e Sousa, de 1822 a 1823, fizeram parte o Coronél Anastácio de Freitas Trancoso, parana-guense, e o Padre João Gonçalves Lima, curitibano.

Presidiram esse govêrno, nos citados anos:

João Carlos Augusto de Oynhausen Presidente	1821-1822
Cândido Xavier de Almeida e Souza Presidente	1822-1823

7 — Província de S. Paulo 1823-1853

Criada pela lei de 20 de Outubro de 1823, a presidência paulista, até 1853, quando foi criada a Província do Paraná, foi exercida pelos abaixo nomeados:

Lucas Antonio Monteiro de Barros	Presidente	1824
Luiz Antonio Neves de Carvalho	Vice-Pres.	1826
Tomaz Xavier Garcia de Almeida	Presidente	1827
Manoel Joaquim de Andrade	Vice-Pres.	1827
Manoel Joaquim D'Ornellas	Vice-Pres.	1828
José Carlos Pereira de Oliveira Torres	Presidente	1829
D. Manoel Joaquim de Andrade	Vice-Pres.	1830
Aureliano de Souza Oliveira Coutinho	Presidente	1831
D. Manoel Joaquim de Andrade	Vice-Pres.	1831
Manoel de Araujo Azambuja	Presidente	1831
Rafael Tobias de Aguiar	Presidente	1831
Vicente Pires da Mota	Vice-Pres.	1834
Rafael Tobias de Aguiar	Presidente	1834
Francisco Antonio de Sousa Queiroz	Vice-Pres.	1835
José Cesario de Miranda Ribeiro	Presidente	1835
José Manoel de França	Vice-Pres.	1836
Bernardo J. P. Gavião Peixoto	Presidente	1836
Venancio José Lisboa	Presidente	1838
Manoel Machado Nunes	Presidente	1839
Rafael Tobias de Aguiar	Presidente	1840
Miguel de Souza Mélo Alvim	Presidente	1841
Vicente Pires da Mota	Vice-Pres.	1842
Barão de Monte Alegre	Presidente	1842
José Carlos Pereira de Almeida Torres	Presidente	1842
Joaquim José Luiz de Sousa	Presidente	1843
Manoel Felizardo de Sousa Mélo	Presidente	1843
Joaquim J. de Moraes Abreu	Vice-Pres.	1844
Manoel da Fonseca L. e Souza	Presidente	1844
Bernardo J. P. Gavião Peixoto	Vice-Pres.	1847
Joaquim Floriano de Toledo	Vice-Pres.	1848
Domiciliano Leite Ribeiro	Presidente	1848
Vicente Pires da Mota	Presidente	1848
José Tomaz Nabuco de Araujo	Presidente	1851
Hipólito José Soares de Souza	Vice-Pres.	1852
Barão de Tietê	Vice-Pres.	1852
Joaquim Otávio Nebias	Presidente	1852
Carlos Carneiro de Campos	Vice-Pres.	1852
Josino do Nascimento Silva	Presidente	1853

8 — Província do Paraná 1853-1889

Criada pela lei n.º 704 de 29 de Agosto de 1853 e constituída do território da Comarca de Curitiba, da Província de S. Paulo, foi a Província do Paraná instalada a 19 de Dezembro desse mesmo ano.

Ocuparam sua presidência, de 1853 a 1889, quando se proclamou a República e se transformaram em Estados as antigas províncias, os seguintes cidadãos:

Dr. Zacarias de Góes e Vasconcelos	Presidente	1853
Dr. Teófilo Ribeiro de Rezende	Vice-Pres.	1855
Dr. Henrique de Bearepaire Rohan	Vice-Pres.	1855
Padre Vicente Pires da Mota	Presidente	1856
Dr. José Antonio Vaz de Carvalhaes	Vice-Pres.	1856
Dr. Francisco Liberato de Matos	Presidente	1857
Dr. Luiz Francisco Câmara Leal	Vice-Pres.	1859
Dr. José Francisco Cardoso	Presidente	1859
Dr. Antonio Barbosa Simas Nogueira	Presidente	1861
Cél. Manoel Antonio Ferreira	Vice-Pres.	1863
Dr. Sebastião Gonçalves da Silva	Vice-Pres.	1863
Dr. José Joaquim do Carmo	Presidente	1864
Dr. André de Padua Fleury	Presidente	1864
Dr. Manoel Alves de Araujo	Vice-Pres.	1865
Dr. André de Padua Fleury	Presidente	1865
Dr. Agostinho Ermelino de Leão	Vice-Pres.	1865
Dr. Polidoro Cesar Burlamarque	Presidente	1866
Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu	Vice-Pres.	1866
Dr. José Feliciano Horta de Araujo	Presidente	1867
Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu	Vice-Pres.	1867
Dr. Antonio Augusto da Fonseca	Presidente	1868
Dr. Agostinho Ermelino de Leão	Vice-Pres.	1868
Dr. Antonio Luiz Afonso de Carvalho	Presidente	1869
Dr. Agostinho Ermelino de Leão	Vice-Pres.	1869
Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa	Presidente	1870
Cél. Manoel Antonio Guimarães	Vice-Pres.	1870
Dr. Frederico José de Araujo Abranches	Presidente	1873
Dr. Agostinho Ermelino de Leão	Vice-Pres.	1873
Dr. Adolfo Lamenha Lins	Presidente	1875
Cél. Manoel Antonio Guimarães	Vice-Pres.	1875
Dr. Joaquim Bento de Oliveira Junior	Presidente	1877
Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	Vice-Pres.	1878
Dr. Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes	Presidente	1878
Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	Vice-Pres.	1879
Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho	Presidente	1879
Dr. João José Pedrosa	Presidente	1880
Dr. Sancho de Barros Pimentel	Presidente	1881
Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	Vice-Pres.	1882
Dr. Carlos Augusto de Carvalho	Presidente	1882
Cél. Antonio Alves de Araujo	Vice-Pres.	1883
Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Belo	Presidente	1883
Dr. Brazilio Machado de Oliveira	Presidente	1884
Cél. Antonio Alves de Araujo	Vice-Pres.	1885
Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho	Vice-Pres.	1885
Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay	Presidente	1885
Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho	Vice-Pres.	1886
Cél. Antonio Ricardo dos Santos	Vice-Pres.	1887
Dr. José Cezario de Miranda Ribeiro	Presidente	1888
Comendador Ildelfonso Pereira Correia	Vice-Pres.	1888

Dr. Balbino Candido da Cunha	Presidente	1888
Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	Presidente	1889
Joaquim José Alves	Vice-Pres.	1889
Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	Presidente	1889

9 — Estado do Paraná 1889-1892

GOVÉRNO PROVISÓRIO

General Francisco Cardoso Junior	Governador	1889
Contra-Almidante José Marques Guimarães	Governador	1890
Dr. Uladislau Herculano de Freitas	Vice-Govern.	1890
Dr. Americo Lobo Leite Pereira	Governador	1890
Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva	Vice-Govern.	1890
Tte. Cél. Dr. Inocencio Serzedelo Correia	Governador	1890
Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva	Vice-Govern.	1890
General José Cerqueira de Aguiar Lima	Governador	1890

GOVÉRNO ELEITO

Dr. Generoso Marques dos Santos	Governador	1891
Dr. Joaquim Inácio Silveira da Mota	Vice-Govern.	1891

JUNTA GOVERNATIVA

Cél. Roberto Ferreira	1891
Dr. Bento José Lamenha Lins	1891
Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva	1891

GOVÉRNO ELEITO

Dr. Francisco Xavier da Silva	Governador	1892
Dr. Vicente Machado da Silva Lima	Vice-Govern.	1893

PERÍODO REVOLUCIONÁRIO

Cél. Teófilo Soares Gomes	Governador	1894
Dr. João de Menezes Doria	"	1894
General José Francisco Cardoso Junior	"	1894
Dr. Tertuliano Telxeira de Freitas	"	1894
Dr. Antonio José Ferreira Braga	"	1894

RESTAURAÇÃO DO GOVÉRNO LEGAL

Dr. Vicente Machado da Silva Lima	Vice-Govern.	1894
Dr. Francisco Xavier da Silva	Governador	1894

PROSSEGUIMENTO DO GOVÉRNO ELEITO

Dr. José Pereira Santos Andrade	Governador	1896
General José Bernardino Bormann	Vice-Govern.	1899
Dr. José Pereira Santos Andrade	Governador	1899
Dr. Francisco Xavier da Silva	Governador	1900
Dr. Vicente Machado da Silva Lima	Presidente	1901

Dr. João Cândido Ferreira	Vice-Pres.	1906
Cél. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva	Vice-Pres.	1907
Dr. Manoel de Alencar Guimarães	Pres. do Congr.	1908
Dr. Francisco Xavier da Silva	Presidente	1908
Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque	"	1912
Dr. Afonso Alves de Camargo	"	1916
Dr. Caetano Munhoz da Rocha	"	1920
Dr. Afonso Alves de Camargo	"	1928

GOVERNO REVOLUCIONARIO

General Mario Alves Tourinho	Interventor	1930
Manoel Ribas	"	1932

ÍNDICE

I	— <i>O Meio Físico</i> — Definição Geral — A Situação Geográfica — As Baías e os Portos — O Litoral e a Riba do Paraná — O Relêvo do Solo — Os Climas	7
II	— <i>Distribuição Geográfica das Tribus Indígenas</i> — Os Tupis — Os Crêns — Os Gés	27
III	— <i>A Posse da Terra</i> — Tratado de Tordesilhas — Limite Português na Costa do Sul — Tratado de Madrid, de 1750 — Tratado de Santo Ildefonso, de 1777 — Soluções Posteriores — O Povoamento Inicial — Povoamento Ocidental pelos Castelhanos, 1554 — Gobernación de Guaira, 1617 — Os Bandeirantes Paulistas em Guaira, 1629 — Fim do Domínio Espanhol em Guaira, 1632 — Povoamento Oriental pelos Portugueses — O Litoral e o Planalto	47
IV	— <i>Província Indio-Cristã de Guaira</i> — As Reduções da Companhia de Jesus, 1610 — A Origem das Missões Jesuíticas do Paraguai — Os Êxitos do Sistema em Guaira — Assalto dos Bandeirantes e Exôdo dos Catecumenos, 1628	63
V	— <i>Caminhos Históricas</i> — Peabirú ou Caminho de São Tomé — Caminho Fluvial do Cubatão — Caminho Terrestre do Cubatão — Caminhos do Itupava e do Arraial — Caminho de Sorocaba e Viamão — Estrada da Graciosa — Estrada para Mato Grosso	85
VI	— <i>Fatores Étnicos Fundamentais</i> — Os Índios Selvagens — O Colonizador Ibérico — O Africano Escravizado	103
VII	— <i>Bandeiras e Bandeirantes</i> — Bandeiras Quinhentistas — Bandeiras Seiscentistas — Bandeiras Setecentistas — Bandeiras Povoadoras	135
VIII	— <i>Origens da Administração Pública</i> — São Vicente e Santo Amaro — Os Donatárias e suas Jurisdições — Os Prepostos dos Donatários e as Sesmarias — A Capitania de Paranaguá, 1660-1710 — Os Capitães-Mores — Ouvidoria de Paranaguá, 1723-1812 — Os ouvidores	163
IX	— <i>Ciclo da Mineração do Ouro</i> — A Legislação e os Descobrimientos — As Primeiras Minas de Paranaguá, 1646 — As Minas do Planalto — O Administrador das Minas dos Distritos do Sul, 1645-1652	177
X	— <i>Povoamento do Litoral e do Planalto</i> — Vicentistas no Superaguí, 1549 — A Primeira Sesmaria, 1610 — Início do	

	Povoamento do Litoral, 1646 — Origens do Povoamento de Curitiba — Os Arraiais de Garimpeiros do Assunguí — Os Primeiros "sítios" Efetivos, 1648 — A Elite Seiscentista do Sertão Curitibano, 1661 — A Ereção da Vila em 1693 — Curitiba Vista pelo Ouvidor Pardinho, 1720 — Curitiba Vista por Saint-Hilaire 1820	197
XI	— <i>Origens da Economia Rural</i> — Minas, Fazendas e Invernadas — Os Arraiais do Planalto — A Herva-Mate em Guaira — Os Currais e o Tropeirismo — Incremento e Decadência da Criação Pastoril — Os Três Ciclos do Povoamento — Entradas de Novos Povoadores	215
XII	— <i>Militaria</i> — Fortaleza da Barra de Paranaguá, 1769 — Defesa Militar de Paranaguá, 1777 — Campanha Contra Artigas, 1816 — Pronunciamento dos Milicianos, 1821 — Revolução Farroupilha, 1835-1842 — Combate do "Cormorant", 1850 — Guerra do Paraguai, 1864-1870 — Revolução Federalista, 1894 — Campanha do Contestado, 1912-1915 ..	225
XIII	— <i>Elevação da Comarca a Província</i> — Os Pioneiros — Pedro Joaquim de Castro Correia de Sá — Floriano Bento Viana — Francisco de Paula e Silva Gomes — Manoel Francisco Correia Junior — João da Silva Machado — Histórico dos Projetos — A Revolução Liberal de Sorocaba — O Barão de Monte Alegre — O Primeiro Projeto, 1843 — Emendas e Requerimentos — Nova Proposição no Senado, 1850 — O Projeto na Câmara, 1853	259
XIV	— <i>Novos Fatores Étnicos</i> — Os Curitibanos de 1820 — Novos Povoadores Europeus — Seus Descendentes — Colonias Agrícolas por Municípios	279
XV	— <i>A Campanha Abolicionista</i> — A Abolição Gradual — Negros Escravizados no Paraná — O Movimento Abolicionista — O Negro na População da Província — Brancos, Pretos e Cruzados	301
XVI	— <i>A Propaganda Republicana</i> — Os Propagandistas Paranaenses, 1871 — Os Clubes Políticos — A Imprensa Republicana — O Novo Regime no Paraná, 1889	317
XVII	— <i>Organização da Província</i> — Situação Social e Econômica da Comarca em 1853 — Situação Econômica e Financeira — A Ação do Primeiro Presidente — Progresso da Província até 1889	325
XVIII	— <i>Organização do Estado</i> — Novo Regime no Paraná — Os Governos Provisórios — O Primeiro Governo Legal e sua Destituição — A Reorganização do Estado	341
XIX	— <i>Definição Territorial do Estado</i> — Divisão de São Paulo e Minas, 1720 — Limite Meridional da Capitania de S. Paulo — Limites da Comarca de Curitiba, 1808 — A Questão de Limites com Santa Catarina — O Acordo de 20 de Outubro de 1916 — Limites Atuais do Estado — Área Superficial	351
XX	— <i>Administradores Públicos</i> — Capitania de Itanhaên, 1653-1660 — Capitania de Paranaguá, 1660-1710 — Capitania de S. Paulo, 1710-1748 — Capitania do Rio de Janeiro, 1748-1765 — Restauração da Capitania de S. Paulo, 1765-1821 — Governo Provisório de S. Paulo, 1821-1823 — Província de S. Paulo, 1823-1853 — Província do Paraná, 1853-1889 — Estado do Paraná, 1889-1892	367